Cláudia Freitas de Oliveira

A institucionalização da loucura no Ceará

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1871-1920)

Imprensa Universitária UFC

Coleção de Estudos da Pós-Graduação

A institucionalização da loucura no Ceará

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1871-1920)

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
Reitor
Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor
Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Prof. Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Jorge Herbert Soares de Lira

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
Diretor
Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Joaquim Melo de Albuquerque

Conselheiros*
Prof. Claudio de Albuquerque Marques
Prof. Antônio Gomes de Souza Filho
Prof. Rogério Teixeira Masih
Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque
Prof.ª Maria Elias Soares
Francisco Jonatan Soares
Prof. Luiz Gonzaga de França Lopes
Prof. Rodrigo Maggioni
Prof. Armênio Aguiar dos Santos
Prof. Márcio Viana Ramos
Prof. André Bezerra dos Santos
Prof. Fabiano André Narciso Fernandes
Prof.ª Ana Fátima Carvalho Fernandes
Prof.ª Renata Bessa Pontes
Prof. Alexandre Holanda Sampaio
Prof. Alek Sandro Dutra
Prof. José Carlos Lázaro da Silva Filho
Prof. William Paiva Marques Júnior
Prof. Irapuan Peixoto Lima Filho
Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino
Prof. José Carlos Siqueira de Souza
Prof. Osmar Gonçalves dos Reis Filho

* membros responsáveis pela seleção das obras de acordo com o Edital n.º 13/2019.

Cláudia Freitas de Oliveira

A institucionalização da loucura no Ceará

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1871-1920)

Imprensa Universitária
UFC

Fortaleza
2021

A institucionalização da loucura no Ceará: o Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1871-1920)

Copyright © 2021 by Cláudia Freitas de Oliveira.

Todos os direitos reservados

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial
Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto
Alana Kercia Barros

Normalização bibliográfica
Marta Regina

Programação visual
Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação
Raoni Kachille

Capa
Valdiano Araujo Macêdo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marta Regina Sales Barbosa CRB 3/667

O48i Oliveira, Cláudia Freitas de.

A institucionalização da loucura no Ceará [livro eletrônico] : o asilo de alienados São Vicente de Paula (1871-1920) / Cláudia Freitas de Oliveira. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

4727 Kb : il. ; PDF. – (Coleção de Estudos da Pós-Graduação)

ISBN 978-65-88492-50-5

1. Asilo de Alienados São Vicente de Paula. 2. Loucura - Ceará. 3. Santa Casa de Misericórdia. I. Título.

CDD 362.2

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Este trabalho foi resultado da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, sob a orientação do amigo e professor Carlos Alberto Cunha Miranda, sempre prestativo e acolhedor em suas atentas e perspicazes observações. Meus agradecimentos a todos os professores e educadores que me inspiraram ao longo da minha trajetória pessoal, acadêmica e histórica. Meus agradecimentos ainda à minha família e, em especial, à querida companheira, Elaine Cardoso.

Dedico esse trabalho aos ditos loucos internos no São Vicente de Paula e, sobretudo, às mulheres, que corresponderam à sua maioria durante quase toda a história da instituição. Algumas delas foram internadas somente porque, de alguma maneira, romperam com os papéis culturais impostos socialmente para serem boas mães, esposas e filhas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

ESPAÇOS DA CIDADE DE FORTALEZA: introdução à problemática da alienação no Ceará.....17
Os loucos e a questão da invisibilidade: a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública de Fortaleza 20
O espaço asilar no discurso dos primeiros médicos alienistas europeus 34
A vila de Arronches e as construções narrativas dos memorialistas e literatos.....39
Fortaleza e Arronches: dois espaços sócio-históricos de oposição e integração 50
A Estrada de Ferro de Baturité: elemento de articulação entre a capital e o sertão.....54

A SECA DE 1877-79 E O ASILO DE ALIENADOS.....73
A idealização do Asilo de Alienados: do projeto às doações para a construção da obra 73
A seca de 1877-79 e as construções narrativas na imprensa e na literatura 84
Os relatos de memória da seca nas obras de Rodolfo Teófilo: Varíola e vacinação no Ceará *e* Violação.....92

O início do processo de construção do Asilo de Alienados: a problemática da localização definitiva do edifício e a execução das obras..... 98
Instituições de assistência aos retirantes da seca: o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina..... 110

ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA: da inauguração ao fim do século XIX..... 128
Os anos 1880: dialogando com as fontes..... 128
A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e a atuação dos vice--provedores na concretização do Asilo de Alienados 130
A loucura assistida no Ceará: a inauguração do Asilo de Alienados São Vicente de Paula..... 148
O Asilo de Alienados São Vicente de Paula: as primeiras demandas e problemas em seu cotidiano durante o período monárquico..... 154
O perfil dos loucos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a problemática da lotação 159
A República e o Asilo São Vicente de Paula: permanências e descontinuidades..... 167

A MEDICINA ALIENISTA E O CORPO ADMINISTRATIVO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA: o cotidiano da instituição 183
Cartas sobre a loucura: a teoria médica sobre a problemática da loucura..... 184
Por dentro do São Vicente de Paula: o cotidiano e o trabalho exercido por diretores, médicos e irmã superiora 193
Gestão do diretor Theophilo Rabello (03/1886 a 11/08/1890): da contestação do laudo do médico à prática de violência contra um louco..... 194
Gestão do diretor João Ribeiro Pessoa Montenegro (13/08/1890 a 06/1891): a má alimentação dos alienados 201
Gestão do diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim (11/06/1891 a 01/1895): crises financeiras e novo regulamento 205

Gestão do diretor Antônio Pinto Nogueira Brandão (02/03/1895 a 13/03/1912): o médico-diretor e suas permanências e ausências no Asilo de Alienados 214
Gestão do diretor José Odorico de Moraes (13/03/1912): dos problemas financeiros à "reforma radical" no São Vicente de Paula 226
Entre a problemática da loucura como doença e as condições de "cura" no Asilo São Vicente de Paula 252

CONSIDERAÇÕES FINAIS 260

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 265

LISTA DOS LIVROS DE ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA 277

MAPAS DEMONSTRATIVOS DO ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA CORRESPONDENTES AO SÉCULO XIX (1886-1889) 278

FOTOGRAFIAS 299

INTRODUÇÃO

Poucos são os transeuntes que circulam hoje pela Av. João Pessoa, na Parangaba – bairro de Fortaleza com intenso tráfego de veículos –, e observam a existência de um hospital psiquiátrico com 134 anos de memórias e experiências de privações, sofrimentos e dificuldades de diversas ordens vividas por sujeitos nomeados loucos ou alienados, na segunda metade do século XIX. O Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula é um prédio amplo, com área coberta de 7.142,78 m^2, muito arborizado e construído no entorno da ainda bonita, mas pouco cuidada, lagoa da Parangaba. Próximo ao hospital encontram-se a capela Bom Jesus dos Aflitos e os antigos trilhos da Estação de Ferro de Baturité, erguidos a partir de 1870. Internamente, ele possui espaço extenso onde, além das dependências comuns e pertinentes a qualquer estabelecimento hospitalar, como enfermarias, refeitório e setor administrativo, existe um terreno que em fins do século XIX correspondia ao sítio doado pelo vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, o capitão Manoel Francisco da Silva Albano. Nele, os internos cultivavam pequenos produtos agrícolas, como resultado das práticas terapêuticas de laborterapia defendidas pelos saberes médicos alienistas. Atualmente, existem ainda algumas salas e dependências desocupadas no hospital, que, segundo o então diretor, o coronel Francisco José de Andrade Bomfim, em 2005, quando realizamos a primeira visita ao local, poderiam ser aproveitadas para

fins diversos, inclusive para a construção de um museu da loucura, ampliando assim o pequeno memorial do acervo documental localizado em frente à diretoria.

O livro consiste na investigação das relações vividas por distintos sujeitos construtores dos espaços da loucura após a inauguração, em 1886, do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, a primeira instituição voltada para a loucura no Ceará. A partir de 1871, surgiram os primeiros registros documentais realizados pelas autoridades públicas provinciais com destaque para a necessidade da construção de um local para o abrigo de loucos. O objetivo central da pesquisa é investigar a teia discursiva e as experiências em torno da história do Asilo de Alienados, em fins do século XIX e no início do XX, através da reconstrução das redes institucionais e sociais vinculadas ao processo de formação do asilo e das principais demandas enfrentadas no cotidiano asilar.

Reconstruir a história do antigo Asilo de Alienados São Vicente de Paula é revisitar a memória da cidade de Fortaleza e do estado do Ceará por meio da análise das práticas discursivas de suas elites sociais, políticas, caritativas e religiosas sobre uma parcela pobre da população, advinda de várias localidades do interior, silenciada e condenada ao ostracismo social e historiográfico, formada por homens e mulheres nomeados como loucos.

Esta pesquisa teve grandes dificuldades durante seu percurso, visto que a bibliografia sobre o universo da loucura no Ceará e sobre o Asilo de Alienados São Vicente de Paula no período analisado é ainda muito incipiente, apesar dos mais de 130 anos de existência do hospital psiquiátrico. Na historiografia cearense, o hospital mereceu destaque apenas de maneira pontual, seja na forma de capítulos, seja na de subitens de capítulos (PONTE, 1999; PONTES, 2006). Talvez exatamente por isso, o maior desafio enfrentado pelos historiadores refere-se à limitação ou mesmo inexistência de documentação sobre o perfil e os prontuários dos loucos, o que dificulta o aprofundamento acerca de quem foram as mulheres e os homens que ingressaram, viveram e morreram no São Vicente de Paula. Existem também muitos silêncios sobre os receituários médicos submetidos aos internos. Contudo, é importante ressalvar

que, se as fontes internas referentes aos prontuários e à medicação são inexistentes, em compensação, existe amplo acervo documental arquivado na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, sob a forma de atas de sessões, ainda pouco manuseado por pesquisadores.

Do período correspondente ao intervalo de 1871 a 1920, quando finaliza esta pesquisa, constam mais de dezoito Livros de Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias produzidos pela mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia. Cada um possui, em média, duzentas páginas com registros sobre o cotidiano administrativo do Hospital da Misericórdia e do Asilo de Alienados, ou seja, há um arsenal de informações computadas em milhares de páginas, ainda não catalogadas ou organizadas. Bem ou malconservados, os arquivos existem, e neles observamos falas e silêncios que precisam ser interpretados. O material documental possui dimensão riquíssima, pois enfoca diversos aspectos, como:

1. O processo de construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula;
2. Os nomes dos homens e mulheres ingressos no asilo;
3. Os nomes das cidades de origem dos internos loucos, no interior do Ceará;
4. A situação na qual alguns se encontravam ao momento do ingresso na instituição asilar;
5. As ações cotidianas realizadas por médicos e diretores-médicos do Asilo de Alienados;
6. As condições estruturais e financeiras do Asilo de Alienados;
7. As denúncias de maus tratos sofridos pelos pacientes;
8. As principais demandas enfrentadas no cotidiano asilar.

Através da análise do variado e grande *corpus* documental produzido pela Santa Casa de Misericórdia e organizado, investigado e interpretado pelas operações históricas e historiográficas, esta pesquisa propôs oferecer, a partir da experiência no Ceará, uma contribuição à historiografia brasileira sobre os campos da história da loucura e da saúde mental e da história da psiquiatria. Ao destacar-se o processo

de institucionalização da loucura, por meio da análise dos mecanismos e estratégias da grande produção discursiva promovida pela elite "caritativa" de Fortaleza, objetiva-se reconstruir aspectos da história do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, proporcionando uma releitura em torno dos novos sujeitos históricos – os loucos – e dando-lhes maior visibilidade na narrativa historiográfica.

Como as páginas dos Livros de Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Santa Casa são numerosas e o tempo de construção da tese de doutorado foi relativamente pequeno para a análise do arsenal documental, tornou-se necessário fazer seleção das fontes consultadas para a pesquisa. A metodologia aplicada, referente aos cortes documentais e aos sujeitos da pesquisa, priorizou a análise dos discursos dos agentes sociais responsáveis diretamente pela construção e existência do Asilo São Vicente de Paula, ou seja, os presidentes da província, os vice-provedores e os mordomos da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Dessa forma, a documentação investigada teve como foco, sobretudo, a análise dos relatórios dos presidentes de província e dos Livros de Atas da Santa Casa. Paralelamente a essas fontes, foram analisados os discursos de outros conterrâneos, como os intelectuais e políticos que produziram artigos, sobretudo na *Revista do Instituto do Ceará* – instituição análoga ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – sobre aspectos da história da província e do estado. O debate historiográfico referente à história do Ceará e à historiografia brasileira sobre as instituições hospitalares voltadas para a loucura também foram objetos de reflexão desta pesquisa, bem como a bibliografia teórica que abordou as principais questões relativas ao discurso alienista europeu produzido em fins do século XVIII e no século XIX.

Este trabalho não é pretensioso nem modesto. Ele pretende oferecer às historiografias cearense e brasileira contribuição no limite de suas possibilidades. A trajetória desta pesquisa foi bastante alterada desde sua concepção e objetivos originais até o resultado final, motivada, sobretudo, pela documentação que ora apresentava-se escassa, referente a determinadas problemáticas, ora abundante, relativa a outras.

Os capítulos estão divididos da seguinte forma, em seus objetivos e problemáticas:

O primeiro capítulo tem como proposta analisar os aspectos constitutivos em torno da temática da loucura no Ceará antes da construção do Asilo São Vicente de Paula, ao investigar, inicialmente, os espaços tradicionais onde foram abrigados os alienados, a saber, a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública, ambas localizadas na cidade de Fortaleza. Foram abordadas problemáticas referentes à formação espacial e social dessas instituições na capital, bem como as práticas discursivas em torno da vila de Arronches – local onde foi erguido o Asilo de Alienados – que passou de antiga aldeia indígena à condição de vila, em vias de desenvolvimento da província no final do século XIX. O objetivo central desse capítulo foi construir um cenário espacialmente histórico de Fortaleza e Arronches, como forma de reconstruir a tessitura das redes sociais, políticas e econômicas motivadoras para a escolha do local de construção do Asilo São Vicente de Paula.

O segundo capítulo propôs-se investigar os primeiros relatos sobre o projeto de construção do Asilo São Vicente de Paula no início dos anos de 1870, ao refletir sobre como, da idealização do projeto até o início das obras, o percurso não se deu de forma imediata ou linear. Nesse sentido, foram observadas as circunstâncias e motivações que levaram o processo de construção do asilo a seguir adiante, tendo-se como enfoque o episódio específico da seca de 1877-79. Ao estabelecer uma relação entre a alienação e a indigência crescente em Fortaleza, em decorrência do flagelo da seca, a proposta foi problematizar o lugar ocupado pela loucura no cenário de miséria, privações e doenças vivenciadas por homens e mulheres na província. Foi observada ainda a relação entre a construção do Asilo São Vicente de Paula e duas instituições assistenciais voltadas aos retirantes da seca – o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina – na perspectiva de compreender a loucura, a mendicidade e a orfandade como elementos constituintes do mesmo cenário de fome, miséria e práticas caritativas.

O terceiro capítulo visou analisar a construção do Asilo São Vicente de Paula durante a década posterior à seca de 1877-79, no período situado

entre a década de 1880 até o fim do século XIX, ao observar aspectos referentes ao processo de sua inauguração, ao perfil dos loucos ingressos e aos principais problemas enfrentados pela instituição. Foi abordada também a influência da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza nos assuntos internos do Asilo de Alienados, através da figura de seus vice-provedores, que desempenharam, em muitos momentos, na prática cotidiana, poder maior que o exercido pelo próprio médico da instituição asilar.

O quarto capítulo está dividido em duas partes. A primeira reportou-se à análise do documento publicado pelo médico cearense Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, que, pela primeira vez, escreveu na imprensa fortalezense ampla matéria sobre a loucura, dividida em dez *Cartas*. O objetivo foi observar como a loucura foi tratada teoricamente no jornal Gazeta do Norte. Em segundo momento, investigou-se o cotidiano asilar tendo-se como foco a atuação dos médicos, diretores, irmã superiora e mordomos responsáveis pelo asilo diante de suas principais demandas internas. Problematizar a nomeação do que seria "louco" pelas autoridades responsáveis do São Vicente de Paula no ingresso e na saída de mulheres e homens do Asilo de Alienados também foi nosso objeto de análise.

Como instituição historicamente situada em tempo e espaço, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula guarda embates, discussões e segredos nem sempre "revelados", ou ainda, desordenadamente encontrados em fontes fragmentadas, mas inseridas no lugar da cultura. Segundo Foucault, em *Doença mental e psicologia*, "um fato tornou-se, há muito tempo, o lugar comum da sociologia e da patologia mental: a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal" (FOUCAULT, 1988, p. 71).

A loucura como fenômeno historicamente construído insere-se em várias perspectivas teóricas. O vasto campo de discussões que o São Vicente de Paula proporciona para a compreensão não somente da problemática da loucura institucionalizada no Ceará mas das teias discursivas e das práticas sociais sobre o funcionamento da cidade de Fortaleza é representativo quanto ao universo de possibilidades históricas e historiográficas que este trabalho se propôs reconstruir e, a partir do qual, esperamos poder suscitar o interesse dos leitores e leitoras.

ESPAÇOS DA CIDADE DE FORTALEZA:
introdução à problemática da alienação no Ceará

... Cidade, palavra-chave de uma lei anônima, substituto de todos nomes próprios...
(CERTEAU, 1994, p. 189)

A construção do asilo para alienados constituiu-se, segundo o sociólogo Robert Castel, em proposta nova para a cidade moderna através da inserção de uma série de práticas e discursos institucionais em que médicos, juristas e administradores estatais debateram os conceitos, intervenções e tratamentos dados à loucura. A base da problemática moderna da loucura fundamentou-se na ideia de que o louco deveria receber o status de *doente*, ressignificando sua condição de ser visto apenas como mais um marginalizado social, ao atribuir-lhe a nomeação de enfermo, que, como tal, deveria ser encaminhado para instituição específica que tratasse de sua doença (CASTEL, 1978).

Esse projeto foi inovador à época, uma vez que, antes da fundação do hospício, os loucos não possuíam lugar especializado para ser recolhidos ou tratados, permanecendo em estabelecimentos denominados pelo sociólogo Erving Goffman *instituições totalitárias* (GOFFMAN, 2005). Na inexistência do hospício, homens e mulheres denominados anormais foram, via de regra, ou destinados aos hospitais gerais, quando diagnosticados como doentes, ou conduzidos para as

cadeias públicas, quando representavam potencialmente perigo para a sociedade (ANTUNES, 1999). Nessas instituições, os loucos tornaram-se invisíveis, pois foram confundidos com os demais doentes ou criminosos, respectivamente.

A invisibilidade da loucura nos espaços dos hospitais gerais e das prisões constituiu-se naquilo que o filósofo Michel Foucault nomeou como a "grande internação", em que pobres, infratores e insanos pertenciam à "mesma pátria" (FOUCAULT, 2003, p. 48), pois, já que não havia distinção entre indivíduos, todos ocupavam os mesmos espaços indistintos de exclusão. Somente a partir da construção de estabelecimentos próprios para o recolhimento dos loucos, como os hospícios e asilos para alienados, a loucura tornou-se institucionalizada, através da constituição de novas práticas e discursos.

A construção dos hospícios constituiu-se como prática social e discursiva adotada em várias sociedades modernas, tanto na Europa, a partir do final do século XVIII, como no Brasil, em fins do século XIX, com o estabelecimento de novas configurações política e social dadas à loucura.

Para compreender o momento inaugural da construção de representações e apropriações sobre a loucura e da instituição de conceitos e tratamentos, sobretudo por parte dos discursos e práticas dos médicos alienistas, é necessário analisar, inicialmente, a problemática da instituição asilar como lugar que representava, na sua própria dimensão arquitetônica e espacial, um ambiente inovador para a loucura. Ao contrário das antigas *instituições totalitárias* nas quais os loucos definhavam-se em ambientes fechados e insalubres, o hospital para alienados foi idealizado pelos médicos com a pretensão de proporcionar-lhes uma atmosfera mais saudável. Destarte, a primeira geração de alienistas, cujo nome de maior projeção historiográfica foi Philippe Pinel, propôs construir o asilo de alienados como um ambiente espacialmente arborizado, agradável e com amplas dimensões arquitetônicas – elementos considerados fundamentais para o tratamento e a melhora do paciente. O espaço físico, dessa forma, ganhou importância até então minimizada, uma vez que que os alienistas

se utilizavam do discurso de libertar os loucos das correntes que os aprisionavam, submetendo-os agora ao contato direto com a natureza.

O espaço asilar representou a construção de novas teias de relações sociais, constituindo-se como ambiente inaugural para a loucura. Parafraseando o geógrafo Milton Santos quando se reportou à ideia do espaço na perspectiva de compreensão das novas redes constitutivas do mundo contemporâneo, "cada lugar é, à sua maneira, o mundo" e, quando revisitado, novos significados são apreendidos, possibilitando o entendimento sobre seu cotidiano (SANTOS, 2002, p. 314). O espaço asilar construído no Ceará é um mundo a ser revisitado historiograficamente. Ao adentrar-se em seu universo, torna-se possível compor redes de significações sobre suas demandas e necessidades internas.

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula, construído na vila de Arronches,[1] em 1º de março de 1886, seguiu a mesma proposta adotada pelos alienistas em fins do século XVIII e início do XIX, em termos de referências quanto à espacialidade. Situado em área distante da cidade de Fortaleza, ele apresentou-se com estruturas física e geográfica condizentes com o tratamento proposto pela medicina. Localizado no entorno da lagoa de Porangaba, o terreno doado pelo capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua esposa, Maria Theófilo Albano,[2] destinado à construção do asilo, representou um lugar adequado para a prestação de assistência aos insanos da província do Ceará.

Com o intuito de construir as teias sociais em que o Asilo de Alienados São Vicente de Paula esteve inserido, convém situá-lo em outro cenário maior, o da própria cidade de Fortaleza. Este capítulo propõe-se compreender as espacialidades constitutivas da capital cearense e de suas adjacências como forma de perceber a inserção do

---

[1] Arronches, inicialmente chamada Porangaba e depois Parangaba, é hoje um bairro de Fortaleza. O município da Parangaba foi extinto oficialmente em 31 de outubro de 1921 (Lei n.º 1.913) pelo presidente Justiniano de Serpa, tornando-se distrito de Fortaleza, em 1926 (Lei n.º 2.455).

[2] *Escriptura de doação que fazem o capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua mulher á Santa Casa de Misericordia desta cidade, de um terreno na estrada empreitada de Arronches, para o edifício do azilo de alienados, por 1:000$000* (Acervo do Hospital São Vicente de Paula).

São Vicente de Paula na história da província cearense. O cenário físico da cidade que se pretende abordar neste capítulo vai além de mera disposição geográfica. Ele refere-se às experiências sociais e políticas historicamente constitutivas na cidade e em seu cotidiano no sentido de compreender o espaço novo destinado à loucura a partir da construção do Asilo de Alienados.

Nesse sentido, cabe a investigação da seguinte problemática: se a construção do Asilo São Vicente de Paula em fins do século XIX representou instrumento novo no tratamento dado à loucura no Ceará, como era tratada a alienação antes de sua inauguração? Ou ainda, quais os espaços institucionalizados anteriores à sua criação para a absorção dos loucos na província?

Como mencionado anteriormente no que concerne às *instituições totalitárias* analisadas por Erving Goffman, os espaços destinados aos loucos no Ceará antes da construção do Asilo de Alienados foram ou a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza ou as cadeias públicas da capital e do interior. Como essas instituições não possuíam locais próprios para tratamento ou confinamento, os loucos tornaram-se invisíveis, haja vista que não se distinguiram com nitidez dos demais doentes ou presos comuns, misturando-se com eles. Essa situação remete à importante ideia acerca da invisibilidade da loucura no Ceará.

Os loucos e a questão da invisibilidade: a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública de Fortaleza

Situada próximo à Praça dos Mártires, entre as ruas da Misericórdia e Senador Pompeu, e tendo ao lado norte o mar, a Santa Casa de Misericórdia estava localizada espacialmente muito perto da Cadeia Pública de Fortaleza. Segundo o memorialista Gustavo Barroso, a Santa Casa de Misericórdia e o quartel compuseram o mesmo cenário genealógico da cidade.

> Na crista da colina, ao pé do conjunto, ainda hoje existente, da fortaleza e quartel, começou a viver a capital do Ceará. Deu-se àquela plataforma

> natural fronteira ao mar o nome de Campo ou Largo da Pólvora. Com o tempo, as edificações o limitaram a um retângulo, dum lado o quartel, do outro a Santa Casa de Misericórdia, e no terceiro, casas de moradia baixas, humildes, de biqueiras corridas, das quais algumas ainda existiam, vai para um quarto de século.[3]

Considerando-a um dos melhores "edificios da capital por suas proporções, asseios e applicações",[4] o literato e pesquisador Antônio Bezerra fez, em 1895, uma descrição minuciosa sobre sua estrutura física em artigo publicado na revista do instituto histórico e geográfico da província, o Instituto do Ceará.

A Santa Casa de Misericórdia, segundo sua narrativa, possuía uma "elegante e nobre entrada". Na face frontal, havia uma capela, um salão onde funcionava a mesa administrativa, seguido de dois quartos pequenos: um para a secretaria e outro que servia para o parlatório das irmãs de caridade. Além do refeitório e da sala de costura, havia um dormitório para trinta e três órfãs "empregadas no serviço da casa". Constavam ainda: farmácia, laboratório, armazéns, consultório médico, depósito de flores, uma enfermaria para homens indigentes dividida em quatro sessões, um quarto para distribuição de comida aos doentes, um local para depósito de drogas, uma enfermaria para cirurgia de homens indigentes, uma sala para tratamento médico cirúrgico dos pensionistas militares e um quarto anexo que servia de "xadrez".

Na face posterior, havia um quarto para comida, um para operações e depósitos de instrumentos cirúrgicos e mais seis para pensionistas civis. Ao lado do portão, que dava entrada para uma saleta, havia um compartimento espaçoso para necrotério. No lado voltado ao mar, existiam duas enfermarias de medicina e cirurgia para mulheres, um quarto para despensa, outro para consultório, uma enfermaria nova para mulheres indigentes, dividida em três sessões com dez portas de frente, consultório, despensa, varanda e subterrâneo. Na face voltada ao centro, havia uma casa para cozinha, despensa, refeitório com quarto para depósito de carne

---

[3] BARROSO, G. À *margem da história do Ceará*. Fortaleza: ABC Editora, 2004. p. 271.
[4] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 187, 1895.

verde, outra para banhos com uma caixa para depósito de água, outra para lavanderia, três poços com bombas e dois cata-ventos.[5]

As obras de construção do Hospital da Misericórdia foram iniciadas em 1847, durante a administração do presidente da província Inácio Correia de Vasconcellos. Assim como ocorreu com o Asilo de Alienados São Vicente de Paula, a obra somente pôde ser concluída através de donativos em dinheiro enviados pelas autoridades públicas e por pessoas de posses, bem como da extração de loterias e dos rendimentos do cemitério público, perfazendo o total de 3:450$000, em 1854.

Quatorze anos depois do início das obras, em março de 1861, o presidente da província Nunes Gonçalves inaugurou finalmente o Hospital de Caridade, que recebeu, em setembro do mesmo ano, a denominação Santa Casa de Misericórdia. Na ocasião, foram realizadas solenidades oficiais e religiosas e foi expedido o Compromisso da instituição, através do qual se estabeleceu ser o presidente da província o provedor nato e o protetor da irmandade.[6]

Em 1867, a mesa administrativa autorizou a contratação de quatro irmãs de caridade advindas do Rio de Janeiro. Contudo, elas chegaram a Fortaleza somente em 1870. Marie Benoit (Eleonora Matilde Benoit), Vicence Merrie (Anne Elisabeth Merie), Josefa Nunes (Jacinta Moraes Nunes) e Vicência Ferreira foram as responsáveis pelos serviços internos e administrativos da Santa Casa, com funções abrangendo desde o atendimento aos pacientes até os trabalhos de cozinha e limpeza. Elas estavam divididas em três categorias: irmã enfermeira, irmã ajudante e irmã auxiliar.[7] Em 1869, o hospital ficou submetido à administração da Irmandade da Misericórdia, encarregada da organização de seus

---

[5] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 188, 1895.

[6] *Relatório do Presidente da Província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves*, de 9 de abril de 1861, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 16.

[7] NÓBREGA-THERRIEN, S. M. *et al. Contribuição das Irmãs da Caridade na Assistência à Saúde e no Desenvolvimento da Enfermagem no Ceará*. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uece.br%2Feventos%2Fencontrointernacionalmahis%2Fanais%2Ftrabalhos_completos%2F52-5981-03102012-32810.pdf&ei=foayVN68BZPfgg-TQv4DgDw&usg=AFQjCNE40XCP4y_ur2ENZeS7NOkGhMz4gg&bvm=bv.83339334,d.eXY. Acesso em: 3 dez. 2010.

Estatutos Provisórios e Compromissos, conforme a Lei provincial n.º 928, de 04/08/1860.[8]

A Santa Casa de Misericórdia, ao longo de sua existência, passou por algumas reformas estatutárias. A primeira ocorreu em 1861, através da Lei n.º 1.009, de 19 de setembro, quando foi elaborado seu "estatuto definitivo".[9] A segunda ocorreu em 1875, sob a direção da irmã superiora Marie Chorioux, conforme a Lei n.º 1.701.[10] E em 1891, nova reforma efetivou-se através do Decreto n.º 177, de 04 de abril, expedido pelo presidente da província Benjamim Liberato Barroso, com conclusão em 30 de abril, durante a administração do presidente José Clarindo.

Especificamente no que se refere à reforma de 1875, no Capítulo I, Art. 3º, constava que a Irmandade Santa Casa de Misericórdia seria responsável administrativamente por três "estabelecimentos pios": o Hospital da Misericórdia, o Cemitério de São João Baptista –[11] ambos localizados em Fortaleza – e o asilo de alienados, situado nas "proximidades da Villa da Porangaba".[12] Convém observar que, apesar de o Asilo São Vicente de Paula inexistir na década de 1870 – pois só foi inaugurado mais de dez anos após a idealização do projeto –, seu nome já constava como estabelecimento pertencente à Irmandade.

Os capítulos e artigos do Estatuto da Santa Casa referem-se basicamente às questões de ordem interna e administrativa, em que estão descritas, sobretudo, as competências do vice-provedor e dos mordomos. Os estatutos são registros importantes para a análise

---

[8] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 192, 1895.

[9] STUDART, G. Succinta noticia sobre a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1915.

[10] BEZERRA, *op. cit.*

[11] O Cemitério São João Batista iniciou sua edificação a partir da Lei n.º 318, Art. 3º, a 1º de agosto de 1844 e foi concluído em 5 de abril de 1865. Em seu Art. 5º, reafirmava-se que ele ficaria sob a propriedade do hospital. Até 1ª de maio de 1848, os enterros eram realizados dentro das igrejas. Depois dessa data, passaram a ser feitos no Cemitério São Casimiro. Contudo, por ser pequeno, sobretudo em época de epidemias, foi fechado mesmo tendo havido ampliações durante a década de 1850. O Cemitério de São João Baptista, assim como a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública, estava espacialmente situado no coração da cidade de Fortaleza.

[12] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p. 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

das propostas de funcionamento da instituição, pois a partir deles é possível investigar qual lugar ocupou a loucura em suas dependências. Entretanto, observa-se que neles as informações sobre a loucura e seu tratamento no Hospital da Misericórdia aparecem de forma tangencial, nas entrelinhas. No item referente ao perfil dos doentes tratados, estes foram nomeados basicamente como "pobres e desvalidos".[13] O termo alienação não se apresentou como um enunciado constitutivo de seu regimento interno. Apesar dessa lacuna, não seria correto afirmar que a loucura não estivesse presente no ambiente hospitalar, sobretudo se for considerado que a Santa Casa não abrigou somente os doentes, mas uma massa heterogênea de pessoas que recebiam a alcunha de "indigentes". Em outras palavras, os loucos internos na Santa Casa confundiam-se, de modo geral, com os demais pobres miseráveis da província, o que contribuiu para sua invisibilização.

Outra instituição que por um lado, tradicionalmente, abrigou os insanos, mas por outro silenciou sua existência nos documentos históricos foi a Cadeia Pública de Fortaleza, estabelecimento fundamental para a compreensão das experiências sociais que envolveram a loucura no Ceará antes da construção do Asilo São Vicente de Paula.

A partir de 1840, um grande número de cadeias públicas foi construído em várias províncias brasileiras, atendendo ao projeto de construção do Estado Nacional forte e centralizado em face das turbulências e conflitos sociais e políticos, sobretudo durante as regências. Segundo o historiador Flávio Albuquerque Neto, nesse período houve “reforma do aparato prisional no Império”, proposto, notadamente, pelo Partido Conservador no sentido de viabilizar a correção moral do criminoso a partir do trabalho realizado nas oficinas dos presídios. A Casa de Detenção de Recife, por exemplo, inaugurada em 1850, foi projetada e construída a fim de integrar-se à proposta da moderna reforma criminológica por que passaram Europa e Estados Unidos, apresentando-se em seu discurso inaugural como pertencente à “nova fase da história prisional da capital pernambucana”, atendendo

[13] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza.* Capítulo I; Art. 4º, p. 184. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

aos preceitos da modernidade e da civilização (ALBUQUERQUE NETO, 2009, p. 106).

A Cadeia Pública de Fortaleza esteve inserida na mesma perspectiva de integração da província do Ceará ao estado-nação, com o propósito de adotar o modelo prisional norte-americano de Auburn, considerado um dos mais modernos até então. Segundo os historiadores Pimentel Filho, Mariz e Fonteles Neto, a construção da cadeia visou exercer efetivo controle da população do Ceará, que, no ano de 1848, apresentou o maior índice de homicídios e ferimentos em comparação às demais populações brasileiras (PIMENTEL FILHO; MARIZ; FONTELES NETO, 2009, p. 156-167), o que resultou em discurso de urgência na realização da obra por parte das autoridades públicas.

Situada no centro da cidade, entre as ruas Senador Pompeu, Misericórdia e General Sampaio, com acesso ao mar ao lado norte, a Cadeia Pública de Fortaleza foi planejada pelo engenheiro Manuel Caetano de Gouveia e orçada em 1832. Segundo o contemporâneo Antônio Bezerra, em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará* de 1895, ela teve várias etapas de construção, aprovada pela Lei n.º 454, de 04 de agosto de 1848, sob a quantia de 40:000$000.[14]

O projeto de construção da cadeia foi apresentado como necessidade urgente para a província, pois, segundo o relatório do presidente Ignácio Francisco Silveira da Motta, de 1851, a falta de segurança atingia todo o Ceará. Faltavam prisões "na maior parte dos termos, e a pouca segurança das existentes" contribuía "muito para a impunidade, pelos meios fáceis de evasão" que se ofereciam aos criminosos.[15] No caso da cadeia da capital, a situação não foi diferente. Segundo o presidente da província, não havia estrutura adequada para oferecer condições de vigilância e segurança aos presos. Assim, naquele ano, dois contos de réis foram destinados à realização de benfeitorias no prédio.[16] Em 1853, as reformas tiveram "um grande impulso", com

[14] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 184, 1895.
[15] *Relatório do Presidente da Província,* Ignácio Francisco Silveira da Motta, de 07.07.1851, p. 7.
[16] *Ibid., loc. cit.*

a encomenda vinda de Pernambuco de um portão de ferro que, segundo o presidente da província Joaquim Marcos d'Almeida Rego, seria assentado e receberia os "presos mais importantes" em um salão com a capacidade para acomodação de cem homens.[17]

A despeito da não finalização das obras, a cadeia recebeu muitos criminosos em fins dos anos cinquenta.[18] Em 1865, o volume de presos foi tão grande, oriundo de várias localidades do Ceará, que o presidente Lafayette Rodrigues Ferreira afirmou:

> Urge terminar esta obra. A cadeia com as acommodações existentes, mal pode conter, em globo e sem a separação recommendada por lei, o grande numero de condemnados e detidos de todos os pontos da província são enviados.
> Em virtude de representação do Dr. Chefe de polícia, autorizei a construcção de uma parede, destinada a dividir em duas a grande sala do centro, na qual se achava agglomerado um excessivo numero de presos.[19]

Segundo Antônio Bezerra, apesar de planejada na década de 1830, a obra somente foi concluída mais de trinta anos depois, em dezembro de 1866, com o custo total aos cofres públicos de 156:672$032.[20] Para o chefe de polícia, a capacidade de lotação da cadeia em 1869 era de duzentos e cinquenta presos. Naquele momento, havia duzentos e vinte cinco detentos, dentre os quais apenas quatorze eram mulheres.[21]

Como a Cadeia Pública da capital foi responsável pelo recolhimento dos presos de várias localidades, o então presidente da província, Francisco d'Assis Oliveira, recomendou a construção de outras prisões em pontos estratégicos da província para atender à demanda da circunvizinhança.

---

[17] *Relatório do Presidente da Província,* Joaquim Marcos d'Almeida Rego, de 28.04.1853, p. 15.

[18] Relatório *do Vice-Presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães a João Silveira de Souza*, 27.07.1857, p. 11.

[19] *Relatório do Presidente da Província*, Lafayette Rodrigues Ferreira, de 10.06.1865, p. 18.

[20] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 184, 1895.

[21] *Appensos de 1869 – Appensos ao Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província, João Antonio Araújo Freitas Henrique* (1870). Item: *Relatório do Dr. Chefe de Policia (1869) – Cadeias Públicas*, p. 3.

Enviar os detentos somente à capital representava não apenas ônus a mais para o governo como também a possibilidade de maiores episódios de fugas.[22] Destarte, paralelamente à construção da cadeia na capital, outras prisões do interior foram também erguidas, como nas cidades de Icó, Crato e Granja.[23]

As prisões existentes em municípios cearenses não se encontravam em estado satisfatório, pois, segundo o presidente da província Rodrigues Ferreira, além da falta de segurança que provocava as fugas de presos,[24] não havia condições mínimas quanto ao estabelecimento de critérios e normas internas na organização dos detentos; ocupavam um mesmo espaço homens e mulheres, crianças e adultos, todos juntos indistintamente. Em 1867, o chefe de polícia da localidade de Tamboril reconheceu a "palpitante necessidade de separação dos presos por sexo, classes e edades, como quer a lei e o exige a moralidade".[25] Segundo o presidente de província, Francisco Teixeira de Sá, as cadeias em geral eram de "péssimas condições" e quase todas estavam situadas em prédios particulares.[26]

Comparada às do interior, a cadeia da capital apresentava melhores condições de atendimento aos princípios constitucionais e, por isso, recebeu criminosos de várias localidades, principalmente "os presos de crimes graves".[27] Apesar disso, ela esteve "bem longe de satisfazer as vistas da lei criminal, com relação á perfeita commodidade e separação dos detentos".[28]

---

[22] *Falla do Presidente da Província, Francisco D'Assis Oliveira Maciel*, 7.07.1873, item: *Cadeias*, p. 5.
[23] *Relatório do Presidente da Província, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves*, 9 de abril de 1861, p. 15.
[24] *Relatório do Presidente da Província, Lafayette Rodrigues Ferreira*, 10 de junho de 1865, p. 24.
[25] *Relatório do Presidente da Província João de Souza Mello e Alvim ao Sebastião Gonçalves da Silva*, 6.05.1867, p. 10.
[26] *Relatório do Presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá*, item: *Cadêas*, de 21.03.1874, p. 6.
[27] *Relatório do Presidente da Província, Senhor Comendador João Wikens de Mattos à Assembleia Provincial do Ceará, 20 de outubro de 1872*; item *Cadeias*, p. 16.
[28] *Relatório do Presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça, 01.03.1875* item: *Cadêas*, p. 6.

Nesse mesmo período, o presidente da província Esmerino Gomes Parente descreveu a estrutura da cadeia da seguinte forma:

> [...] comprehendo um pavimento térreo e andar superior com 28 células ou prisões, duas das quaes são ocupadas por mulheres e fechadas por quatro grades de ferro, ficando no corredor o oratório. No andar superior estão a enfermaria e o archivo. Alta e extensa muralha circunda o edifício, e serve de fundo á uma vasta cosinha e a quatro compartimentos destinados para officinas, e deposito de objetos pertencentes ao estabelecimento. O corpo de guarda está situado entre dous grandes portões, um de ferro e outro de madeira, com a necessária commodidade para uma guarnição de 25 a 35 praças, e domina a entrada única para o edifício.[29]

Nos anos de 1880, as prisões da província "foram consideravelmente melhoradas" em decorrência da utilização da abundante mão de obra dos retirantes da seca de 1877-79.[30] A cadeia de Fortaleza, com capacidade para receber duzentos e cinquenta presos,[31] possuía duzentos e vinte em suas dependências; oito eram mulheres.[32]

Em 1895, a cadeia apresentou uma melhor estrutura. Segundo Antônio Bezerra, ela esteve dividida em dois pavimentos. Na parte superior, conforme seu relato, estavam: "o carcereiro, o archivo e as enfermeiras que recebem ar e claridade por grades de ferro que as fecham, e duas janellas que olham para o mar".[33] Na parte inferior, havia vinte e oito prisões ou células. A estrutura da cadeia atendeu aos critérios básicos de funcionamento. Havia um poço, água potável, gás encanado e corpo da guarda. Naquele ano, existiam cento e trinta e seis presos. Em cada uma das celas, havia em média doze a vinte detentos. Duas vezes ao dia,

---

[29] *Falla do Presidente da Província, Esmerino Gomes Parente, de 2.07.1875,* item: *Cadêa da Capital*, p. 4.

[30] *Falla do Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros, de 01.07.1880*, item: *Cadeias*, p. 7.

[31] *Relatório do Presidente da Província, Carlos Benedicto Ottoni, 19.12.1885*, item: *Cadeias*, p. 76.

[32] *Falla do Presidente da Província, Sinval Odorico de Moura, 02.07.1885*, p. item: *Cadeias*, p. 15.

[33] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 183,1895.

eles ficavam em contato com pessoas "estranhas" que, através das grades, traziam-lhes alimentos.[34]

Por meio da análise do Regulamento da Cadeia Pública de Fortaleza de 1884,[35] torna-se possível identificar informações referentes às normas de funcionamento através das quais são mencionadas questões pontuais como punições sofridas pelos presos, trabalhos realizados pelo médico, padre e professor na cadeia, entre outras. A partir da análise do Regulamento, observa-se, também, o lugar de invisibilidade ocupado pela loucura no espaço da Cadeia Pública, haja vista que ela não foi tematizada.

O Capítulo I, Art. 19, refere-se aos castigos submetidos aos presos que se mostrassem "desobedientes", os quais incluíam desde prisão na solitária, por período de um a três dias, ao uso de ferros por quinze dias, "conforme a quantidade de falta". Cabia somente ao chefe de polícia o poder de minorar o castigo do detento.[36] Toda a movimentação interna da cadeia era registrada em livro no qual constavam informações diversas acerca do preso, como nome, filiação, idade, naturalidade, profissão, residência, ordem de prisão, sinais característicos, saída da cadeia e óbitos.[37]

No Capítulo IV, há referência à figura do médico da cadeia, cujas incumbências e funções eram: "visitar todos os dias a enfermaria, às oito horas da manhã" ou todas as vezes que fossem necessárias e percorrer "uma vez por semana, ás quintas feiras, todas as prisões para verificar o estado de asseio e condições hygienicas de cada uma dellas, fazendo-se acompanhar pelo Carcereiro, seu ajudante e as praças necessarias". Outras atribuições do médico foram: examinar a alimentação oferecida aos doentes, prescrever os medicamentos e registrar em "um mappa demonstrativo o movimento da enfermaria, com todas as occorrencias de cada semestre".[38]

---

[34] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 183,1895.

[35] *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*. Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Grupo: Cadeia Pública da Capital. Série: Regulamento. Cx.: 3522, de fevereiro de 1884. Nº. 693. Regulamento da Cadeia Pública de 1884, assinado pelo chefe de polícia, João dos Reis de Souza Dantas Filho, em conformidade com o "artigo 146 do regulamento nº. 120, de 31.01.1842" (Arquivo Público do Ceará).

[36] *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*, p. 7.

[37] *Ibid.*, Cap. II, Art. 20, p. 8.

[38] *Ibid.*, Arts. 29, 30, 31 e 32.

Outros sujeitos participantes do cotidiano da cadeia foram o capelão e o professor. Quanto ao primeiro, cabia-lhe a obrigação de celebrar a missa "na cadeia, todos os domingos e dias santificados", e, se não pudesse fazê-lo, outro padre deveria ser chamado para substituí-lo. Competiu-lhe ainda dar "aos presos, nas quintas feiras, a instrucção moral e religiosa". Já no que se referia ao professor, era seu dever ministrar aula para os presidiários, "procurando incutir em seus espiritos os verdadeiros principios da moral e religião". Os conteúdos das disciplinas lecionadas eram instrução moral e religiosa, leitura, escrita, noções de gramática portuguesa e princípios elementares de aritmética.[39] A escola funcionava nos dias úteis da semana com apenas duas horas de duração, das sete às nove da manhã. Os presos que não sabiam ler ou escrever eram obrigados a frequentar a escola, "exceptuados os maiores de 50 annos", salvo se quisessem.[40] Caso não cumprissem as normas estabelecidas, os alunos estariam sujeitos às penas disciplinares levadas pelo professor ao conhecimento do chefe de polícia, por intermédio do carcereiro.[41] Segundo o historiador Sebastião Ponte, a escola primária e oficinas para detentos foram fundadas em 1882 (PONTE, 1999, p. 32).

Quanto às atividades relacionadas ao trabalho, os presos poderiam exercê-las nas oficinas disponibilizadas na cadeia desde que tivessem bom comportamento, conhecimento do ofício e possuíssem utensílios para realizá-lo.[42] Eles saíam das celas para oficinas pela manhã, às seis horas, e regressavam às quatro da tarde, sempre escoltados.[43]

Logo após a apresentação dos capítulos e artigos do Regulamento da Cadeia Pública de Fortaleza, o chefe de polícia João dos Reis de Souza Dantas Filho, expôs modelos de ficha dos presos contendo filiação, sinais característicos e entrada na cadeia. Entre os modelos, incluiu-se o de n.º 03, intitulado *Modelo para Folha das Diárias dos Presos Pobres*, em que, como o próprio nome demonstra, houve

[39] *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*, Cap. 5, Art. 34, p. 12 e 13.
[40] *Ibid.*, Cap. 5, Arts. 39 e 40, p. 13.
[41] *Ibid.*, Cap. 5. Art. 4º. p. 14.
[42] *Ibid.*, Cap. 7, p. 17.
[43] *Ibid.*, Cap. 7, Art. 53, *loc. cit.*

classificação específica para um tipo de preso – o pobre – o qual, segundo Antônio Bezerra, representou o perfil da grande maioria dos presos.[44] É importante, contudo, salientar a variedade e a quantidade de prisioneiros ingressos na Cadeia Pública de Fortaleza, pois ela recebia desde prisioneiros políticos a negros escravizados, todos advindos não apenas da capital, mas de outras localidades.[45]

Dividido o Regulamento da Cadeia Pública em oito capítulos e sessenta e nove artigos, convém ressaltar que, em toda a análise da documentação, não houve menção em nenhum momento à classificação de *presos loucos*, ao contrário do que ocorreu nos ofícios posteriores à criação do Asilo São Vicente de Paula, como será visto no capítulo 3.[46] Apenas no Capítulo1, Art. 4º, referente à manutenção da cadeia limpa feita pelos próprios presos, houve menção àqueles que apresentavam dificuldade ou impossibilidade na realização desse trabalho por motivos de doenças ou problemas semelhantes. No único parágrafo desse artigo consta sobre a cadeia: "Será varrida todos os dias, e lavada de quinze em quinze dias, por turmas de presos, que se revezarão, com exceção apenas dos presos que apresentarem molestia ou defeito physico". Mesmo nesse caso, estes deveriam ter o parecer do médico, encaminhado ao carcereiro. [47]

A despeito da não especificação no regimento interno sobre o perfil dos presos recolhidos na Cadeia Pública de Fortaleza, entre eles incluíam-se os loucos. Em 1872, segundo o relatório do presidente da província João Wikens de Mattos, constavam duzentos e vinte e cinco presos, sendo três alienados.[48] Este foi o único registro de loucos criminosos expostos nos relatórios da presidência da província referentes à Cadeia Pública durante a década de 1870, ou seja, antes da fundação do Asilo São Vicente de Paula, em uma demonstração de que o tema da loucura não ocupava espaço nos relatórios oficiais, apesar da sua existência.

---

[44] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 184, 1895.
[45] ARAGÃO, R. B. *Pena de morte*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1991.
[46] *Ofícios*: de 18.11.1914, nº. 73 (nº. 1703), e 09.09.1914, nº. 50 (nº. 1300). (Arquivo Público do Ceará – APC).
[47] *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*. Cap. 1, Art. 4º, p. 2.
[48] *Relatório do Presidente da Província, Senhor Comendador João Wikens de Mattos à Assembleia Provincial do Ceará, 20.10.1872*; item *Cadeias*, p. 16.

A invisibilidade da loucura esteve presente no documento regimental da Cadeia Pública assim como nos documentos da Santa Casa de Misericórdia. Apesar de existirem loucos nas dependências prisionais, eles não emergiam nos registros e nas práticas discursivas e não pertenciam às representações sociais e institucionais da cidade, como na Santa Casa e na Cadeia Pública.

Os momentos nos quais houve enunciados discursivos sobre a existência de loucos nas cadeias públicas da província corresponderam basicamente ao advento da construção do Asilo de Alienados. Em 1886, no primeiro mês de funcionamento do São Vicente de Paula, deram entrada quatorze alienados provenientes da cadeia da capital.[49] Em relatório de 1887 da Santa Casa de Misericórdia, o vice-provedor Silva Albano afirmou que, antes da construção do Asilo de Alienados, os "infelizes loucos ou vagavam por estradas e povoados (...) no maior abandono, ou definhavão nas cadeias publicas".[50] Nos ofícios trocados entre o provedor da Santa Casa, Joaquim Olympio de Paiva, e o secretário de justiça e segurança pública, Dr. José Lima da Justa, o termo *presos loucos*[51] foi amplamente utilizado, em uma demonstração da relação existente entre presidiários e insanos, mas isso ocorreu em fins do século XIX e início do século XX. Isso quer dizer que o termo *preso louco,* como produção discursiva construída pelas autoridades públicas cearenses foi tematizado dentro do ambiente carcerário basicamente após o advento do Asilo São Vicente de Paula. O projeto de fundação dessa nova instituição possibilitou a visibilização da loucura não somente na Cadeia Pública mas em outros espaços constitutivos da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, que passaram a referir-se oficialmente à existência de mulheres e homens loucos na sociedade em sua documentação interna.

Nesse sentido, abordar a questão da loucura nos estabelecimentos de saúde e de segurança de Fortaleza antes da construção do Asilo São Vicente de Paula passa indubitavelmente pela problemática da sua invisibilidade. O

[49] Jornal *O Libertador*, 03. 04. 1886, p. 2 (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública do Ceará).
[50] *Relatório da Santa Casa:* 19.03.1887, p. 7 e 8. (Ofícios da Santa Casa – APEC).
[51] *Ofício de 09.09.1914,* nº. 50 (nº. 1300). (Arquivo Público do Ceará).

silêncio nos discursos sobre a alienação, constitutivo tanto dos enunciados regimentais da Cadeia Pública de Fortaleza como dos da Santa Casa durante a década de 1870 e o início da de 1880 não implicou, entretanto, que os loucos não existissem de "fato" naquelas instituições. Para Michel Foucault, loucura e crime não se excluem, ao contrário: "implicam-se um ao outro no interior de uma mesma consciência que será tratada, com a mesma racionalidade, conforme as circunstâncias o determinem, com a prisão ou com o hospital" (FOUCAULT, 2003, p. 137).

A inexistência dos termos "alienação" e "alienado" nos relatórios das autoridades públicas e filantrópicas representou mais que simples omissão de vocabulário. Representou a invisibilidade social da loucura nos espaços institucionais de Fortaleza, onde o registro de sua existência foi silenciado.

Assim, Foucault afirma, em *Doença mental e psicologia*, que, antes do grande internamento, os loucos possuíam uma relação com a sociedade quando não representavam perigo para si ou para o outro. Entretanto, após o internamento nas instituições gerais, sua existência foi silenciada:

> Este fenômeno foi duplamente importante para a constituição da experiência contemporânea da loucura. Inicialmente, porque a loucura, durante tanto tempo manifesta e loquaz, por tanto tempo presente no horizonte, desaparece. Entra num tempo de silêncio do qual sairá durante um longo período; é despojada de sua linguagem; e se se pôde continuar a falar dela ser-lhe-á impossível falar de si mesma (FOUCAULT, 1988, p. 79).

Apesar de não estarem os loucos textualmente mencionados nos documentos das instituições prisionais e médico-filantrópicas, eles estiveram presentes no cotidiano de Fortaleza, haja vista que, em determinadas circunstâncias, tornaram-se bastante "reais", sobretudo quando incomodavam seus moradores ou comprometiam a normalidade do espaço urbano, como ocorreu durante a seca de 1877-1879.[52]

[52] A seca e sua relação com a visibilidade da loucura serão abordadas no segundo capítulo deste livro.

Em termos de organização institucional do espaço, houve semelhanças entre a Cadeia Pública e a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Ambas estavam localizadas no mesmo cenário físico e social e recolhiam públicos semelhantes em termos de situação de pobreza e desamparo. Ao contrário delas, o Asilo de Alienados foi erguido fora do coração da cidade e representou outra prática espacial e social, distinta na organização e no controle da pobreza, através da construção de uma noção de loucura. Para compreender o local escolhido para o funcionamento do São Vicente de Paula, torna-se necessário analisar aspectos dos discursos dos médicos alienistas europeus quanto ao desenho do modelo de institucionalização da loucura na sociedade moderna, cujas influências reverberaram na província cearense.

O espaço asilar no discurso dos primeiros médicos alienistas europeus

À primeira vista, poder-se-ia justificar a escolha, por parte das autoridades públicas, em relação ao local distante do centro de Fortaleza para a edificação do Asilo de Alienados, como forma de atender às expectativas produzidas pela psiquiatria moderna europeia, a qual defendia a necessidade da construção de espaços cujo ambiente saudável e agradável favorecessem tratamento terapêutico eficaz contra a loucura.

Em fins do século XVIII e durante o XIX, os médicos alienistas desenvolveram diversas teses com o intuito de reformular o conceito e tratamento da loucura. Historiograficamente, o médico francês Pinel foi referenciado como o defensor entusiasta da construção de um estabelecimento voltado exclusivamente para a loucura, considerando-o instrumento fundamental para o processo terapêutico, pois, a partir dele, evitar-se-ia o uso abusivo das correntes, que, de modo geral, era a única realidade vivida pela grande maioria dos doentes recolhidos nos hospitais gerais. Embora Pinel seja mais lembrado como o médico que retirou as correntes dos alienados trancafiados nas instituições gerais, para Robert Castel, seu grande ato merecedor de destaque foi ter criado os princípios da *tecnologia alienista*, através da qual o hospício cumpria a função

inédita de colocar o louco em evidência, diferenciando-o dos demais marginalizados e doentes comuns, ao permitir assim o surgimento de novas práticas para a medicalização da alienação:

> O ato fundador de Pinel não é retirar as correntes dos alienados, mas sim o ordenamento do espaço hospitalar [...]. A categoria da loucura se destaca, então, em sua especificidade, decantada dessas cumplicidades ligadas pela universalidade da desgraça. E, dessa maneira, ela se tornou doença (CASTEL, 1978, p. 83).

Com a criação de um espaço ordenado para o recolhimento dos loucos, a medicina alienista instituiu a "distribuição metódica" no hospício, em que foi possível estabelecer nova ordem interna a partir de uma "rede de regras imutáveis" entre as quais se apresentava a incontestada "relação de autoridade" do médico dentro da instituição (CASTEL, 1978, p. 85-88). Para Castel, a ênfase dos discursos dos primeiros alienistas quanto à necessidade da construção de um estabelecimento específico para a alienação foi peça diferencial não somente para a redefinição da loucura como para a construção de novas simbologias em torno do próprio hospital. O espaço físico hospitalar foi, não raro, associado à própria noção de cura. Para o alienista Jean-Étienne Esquirol, "uma casa de alienados é um instrumento de cura; nas mãos de um hábil médico é o agente terapêutico mais poderoso contra as doenças mentais" (CASTEL, 1978, p. 61). A defesa do hospital especializado como lugar promotor da cura dos doentes foi prática discursiva construtora de novos significados e representações acerca da loucura. A instituição asilar representou o surgimento de novos dispositivos de controle e poder através da estruturação e ordenação do corpo administrativo, do espaço físico e das configurações teóricas e terapêuticas sobre a loucura.

Ao mesmo tempo que o recolhimento do doente em espaço especializado possibilitou, em tese, sua melhora ou cura, o hospício retirou o louco do convívio com outras pessoas, contribuindo decisivamente para seu isolamento social. Segundo o historiador Roy Porter, o "movimento do asilo marca o grande divisor de águas no modo como os loucos eram vistos e tratados" (PORTER, 1990, p. 26),

uma vez que que o confinamento e a exclusão proporcionados pela administração do hospício compuseram uma nova ordem social. Para o autor, antes da institucionalização espacial da loucura, através da construção dos asilos, havia certa convivência entre loucos e pessoas "normais" na sociedade, ou seja, mesmo marginalizados socialmente, os indivíduos tidos como anormais tinham mais oportunidades de expressar-se e integrar-se ao cotidiano da cidade. Essa condição foi, efetivamente, silenciada a partir do surgimento da instituição asilar (PORTER, 1990, p. 44).

O hospício representou um marco inaugural de práticas e discursos sobre a nomeação teórica da loucura se for considerado que "a sabedoria tradicional", como afirma Roy Porter, "dizia que o lunático só devia ser confinado se fosse perigoso para si mesmo ou para os outros. A loucura em si não era base suficiente para o encarceramento. Mas essa política foi se apagando aos poucos" (PORTER, 1990, p. 169), pois, através da fundação do hospício, caberia ao médico a grande responsabilidade e detenção do saber autorizado na definição e identificação do indivíduo como alienado ou normal.

Para a historiadora Lilia Lobo, o louco, durante o período colonial no Brasil, também se conservou muitas vezes inserido no âmbito da família e da sociedade, caso apresentasse comportamento inofensivo. "Um pouco semelhante ao que ocorria na Idade Média: desde que não perturbasse a ordem, [o louco] podia circular livremente", apesar de ser visto "com desconfiança..." (LOBO, 2008, p. 271). Essa situação foi alterada com o surgimento das instituições especializadas no tratamento da alienação.

Se por um lado a construção do hospício representou o estabelecimento de práticas de silenciamento e invisibilidade social do louco, já que ele estava sujeito ao confinamento total, por outro, o discurso utilizado pela primeira geração de alienistas fundamentava-se na argumentação cujo teor era não só racional e científico mas autodenominado *humanitário*, pois a intenção dos médicos alienistas era a de introduzir a concepção do *tratamento moral* aos seus pacientes.

O tratamento moral foi uma técnica embasada na relação de poder e controle exercido pelo médico sobre o paciente sustentada,

em tese, na ideia do estabelecimento de vínculo e "carisma pessoal do médico" na conquista da confiança do doente. Para o historiador Roy Porter, "esse movimento, de fato, tinha como objetivo reviver a humanidade adormecida do louco, tratando-o como um ser que dispõe de pelo menos um resquício de emoções normais, capaz ainda de ser excitado e treinado" (PORTER, 1990, p. 29).

Segundo Michel Foucault, o tratamento moral realizado nos primeiros asilos dos grandes centros europeus foi fundamentado no uso terapêutico do castigo e da punição, apresentando-se como prática de "dupla eficácia, na cura dos corpos e na purificação das almas", denominada "remédios morais" (FOUCAULT, 2003, p. 88). Além da técnica estabelecida no interior hospitalar, o tratamento moral introduziu a concepção de que o louco estava em dissintonia com a convivência sob as regras sociais estabelecidas nas cidades, pois desordenava a moralidade pública e, por isso, deveria ser tratado valendo-se da mesma concepção moral.

A criação do hospital específico para os alienados atenderia ao propósito terapêutico moral porque, segundo Robert Castel, conseguiria estabelecer uma articulação entre teoria e prática através da manutenção de condutas nitidamente definidas, como disciplina, regras, horários fixos, rotina de trabalho e "interdição aos jogos que excitam as paixões" (CASTEL, 1978, p. 115). As demais instituições que tradicionalmente recolhiam o louco não realizavam essas práticas. A defesa de valores morais que seriam pedagogicamente ensinados ao louco como, por exemplo, o enaltecimento do trabalho em detrimento da ociosidade, contribuiu para que o hospício ganhasse conotação de "escola reformatória" (PORTER, 1990, p. 29), em que os loucos deveriam ser tratados pelos médicos de forma semelhante ao tratamento dado às crianças, ou seja, deveriam ser educados partir da introdução de princípios condizentes com a boa convivência em sociedade.

O estabelecimento asilar significou um mecanismo de sistematização e institucionalização da loucura no qual novo modelo e nova racionalidade médica foram propostos, diferenciados das práticas anteriormente realizadas em instituições nas quais o louco não se distinguia substancialmente dos demais marginalizados socialmente,

como presos e indigentes. Para a efetivação das novas ações e edificação do hospital para alienados, era necessário o envolvimento das autoridades públicas no processo minucioso da escolha e do planejamento do local de sua construção, haja vista ser o espaço físico elemento essencial para a eficácia da nova proposta terapêutica.

Esses princípios e procedimentos conduziram a medicina alienista, sobretudo na França, durante a transição dos séculos XVIII e XIX, mas circularam em outros países, como no Brasil. Na província do Rio Grande do Sul, o hospital de alienados, fundado dois anos antes do São Vicente de Paula, também apresentou em seu espaço físico as condições fundamentais para o bom tratamento da alienação. Segundo a historiadora Yonissa Wadi, sua localização foi destacada positivamente pelo médico alienista que acompanhou a escolha do local, o qual afirmou: "[...] cercado de um lado de esplendida vegetação, de outro lado por lindas colinas, possuindo água em abundância, o Hospício S. Pedro, por sua posição, realiza as condições necessárias a uma casa desta ordem; satisfaz, plenamente, as exigências científicas" (WADI, 2002, p. 135).

Em Fortaleza, os fundamentos do discurso moderno e científico sobre a loucura também tiveram ressonância.[53] Entretanto, as experiências de localidades distintas proporcionaram elaborações e apropriações históricas diversas do cenário original onde as teorias foram construídas. No Ceará da segunda metade do século XIX, o governo provincial e a Santa Casa de Misericórdia procuraram um local para erguer o Asilo de Alienados de acordo, sobretudo, com as peculiaridades e conjunturas sociais por que passava a província, tendo como predileção a vila de Arronches.

Em relatório da Santa Casa de Misericórdia de agosto de 1877, o terreno onde seria erguido o Asilo de Alienados apresentava as melhores condições para o bom tratamento da alienação, como afirmou a comissão encarregada para sua avaliação:

[53] Em 1882, o médico cearense Francisco Ribeiro Delfino Montezuma escreveu no jornal Gazeta do Norte matérias intituladas *Cartas sobre a loucura,* em que abordou temáticas sobre definições e tipologias da loucura. Esse documento será trabalhado no quarto capítulo deste livro.

> Nenhum terreno comprehendido na planta da Cidade julga a Comissão estar nas condições de ser indicado para a obra de que se trata, pois como sabeis o edifício que nos propomos construir ou antes o estabelecimento que se projecta crear não reclama só um terreno de grande dimensoens, mas que possua agora em abundancia para diversos misteres, não esteja em contacto com habitações aglomeradas e offereça capacidade para um sitio aprasivel, que tanto influencia exerce na cura da moléstia que nos propomos tractar.[54]

A vila de Arronches foi escolhida como o lugar para a edificação do Asilo de Alienados por apresentar condições favoráveis, físicas e simbólicas para o novo modelo de concepção de loucura. Arronches estava inserida em outra construção de espacialidade da província cearense, distinta da capital.

A vila de Arronches e as construções narrativas dos memorialistas e literatos

Localizada a 7 quilômetros e 200 metros ao sudoeste de Fortaleza, a vila de Arronches –[55] também chamada de Porangaba – foi tema trabalhado por literatos, memorialistas e historiadores cearenses sob variados aspectos de sua história e seu povo, seja por meio da abordagem cujo foco foi a formação socioterritorial durante o período colonial, seja através do desenvolvimento econômico desempenhado pela vila em fins do século XIX e início do XX. O tratamento dado à positividade da natureza e do ambiente bucólico de Arronches foi elemento marcante em todas as narrativas.

Literariamente, Juvenal Galeno – escritor cearense destacado na província por produzir poemas e prosas dedicados às crenças, aos folclores e costumes populares – prestou homenagem à antiga vila indígena e à memória histórica do lugar através da publicação do poema intitulado

[54] Sessão de 16 de agosto de 1877, p. 22, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia – SCM).

[55] Arronches ou Porangaba refere-se ao mesmo lugar. A vila mudou de nome em vários momentos, como será visto posteriormente.

Porangaba – poema indianista.[56] Segundo Alberto Santiago Galeno, em apresentação do livro, a obra tratava-se de poema indianista, publicado pela primeira vez em março de 1872, que abordava uma tragédia ocorrida durante o período colonial na aldeia de Porangaba tendo "como palco a lagoa que lhe tomou o nome", a partir do contato entre a nação tabajara e um português colonizador.

O poema aborda a história de amor entre a índia Porangaba, "uma das mais belas cunhas" de sua aldeia, e um "aventureiro lusitano em busca de ouro". Após manter contato com a índia, o português abandonou-a para adentrar-se nas matas em busca do metal. Em espera em vão pelo retorno do amado, a índia Porangaba casou-se com o guerreiro Pirauhá, "um dos mais bravos da tribo". Após três anos de ausência, o português retornou à aldeia e reencontrou Porangaba em frente à lagoa, onde foram flagrados pelo marido, Pirauhá. Do encontro dos três personagens – o português, a índia e o marido – travou-se a luta entre o guerreiro tabajara e o aventureiro lusitano, resultando na morte deste. Após o combate, o destino de Porangaba foi selado por sua tribo, que a julgou pelo crime de adultério; ela foi "condenada e executada às margens da lagoa".[57]

O poema de Juvenal Galeno está inserido na escola literária do Romantismo, em que a natureza e as personagens são descritas de forma idílica e paradisíaca. Porangaba, a índia, é assim retratada:

Quem é? Porangaba, a cabocla formosa
D'aquelas campinas das flores a flor,
Ai, cujos olhares são setas que matam,
Ai, cujos sorrisos são mortes de amor!
Porangaba, Porangaba,
Quanto és formosa e louçã
Tens o poder dos Piagas,
És divina qual Tupan; Porangaba,
Tu és a doce manhã [58]

[56] GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus Comunicações, 1991.
[57] *Ibid.*, p. 5.
[58] GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus

E adiante, ainda sobre os encantos de Porangaba, o poeta continua:

> *– Quem lá no banho, entre as outras,*
> *Quando passas a nadar.*
> *Quem nas selvas, ou na taba*
> *Pode ver-te sem amar?...*
> *Sem enlevos,*
> *Até perdendo o falar?...*[59]

Em uma narrativa cuja intenção é carregar, nas ações e nos sentimentos, o traço da dramaticidade, Juvenal Galeno compôs o amor de Porangaba pelo aventureiro lusitano com elementos de intensidade romântica:

> *Amou e muito – com delírio e fogo,*
> *Com extremoso ardor,*
> *Amou, ai, como só amar se pode*
> *No primeiro amor*[60]

Se o amor é descrito com veemência, a espera pelo amado representou para a índia um quadro de incessante dor:

> *E um inverno se esvai, – vem outro e outro,*
> *Porangaba a esperar;*
> *Depois – coitada – já perdida a esperança.*
> *Passa a vida a chorar.*

A alegria do retorno do português foi abreviada rapidamente com a chegada de Pirauhá e com a luta travada entre marido e "amante". Sobre a morte do português pelo índio guerreiro, o poeta narra:

> *É morto o luso! E o vitorioso índio*
> *De força exausto, mas de raiva cheio*

Comunicações, 1991. p. 9.
[59] *Ibid.,* p. 10.
[60] *Ibid.,* p. 16.

Contempla a vítima de sua arma infausta.
Contempla aquele que angustiá-lo veio,
Não ter sentido a divinal pajança
De dar-lhe a vida p'ra maior vingança.

Entregue à sua própria sorte, a índia Porangaba resignou-se ao seu esperado fim. A execução da índia foi realizada a partir de várias etapas com preparativos e solenidades, como dança, fogueira acesa e, finalmente, ordenação do pajé para a execução da sentença de morte.

E tudo se prepara. Do grosso tronco
De velho cajueiro
A esposa giminosa eis amarrada.
Com a fina mussuruna; – assim medita
Em seu viver fragueiro! Sem adornos está, – é condenada
A morrer como vil

[...]

Mas não a torpe ré, – é morte infame,
Que ela tem de sofrer;
Ninguém lhe inveja a sorte miserenda;
É grande o crime seu, não há defesa
Que lhe possa valer![61]

A tribo, em resposta ao escândalo do adultério provocado por Porangaba, vociferando ser ela "pasto d'urubús negritos",[62] desfecha o cenário ritualístico da execução, com o voo das flechas sobre seu corpo.

Numa flecha mais voa e logo um'outra
Em quanto soa o pavoroso canto,
E em quanto dura o infernal tripúdio!
Ai entretanto
A imbele delinqüente – em triste pranto[63]

[61] GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus Comunicações, 1991. p. 35.
[62] *Ibid.*, p. 37.
[63] *Ibid.*, p. 38.

Após o contato com as flechas a selar seu destino, Porangaba emitiu suas últimas palavras:

Que sorte! Que vida!
Que dor!
Que morte! Por causa
De amor[64]

Juvenal Galeno encerra o poema elucidando que a história narrada resultou na origem do nome da vila. A lagoa de Porangaba, a partir do episódio, recebeu o nome da índia morta:

E desde o dia desta cena horrente
No lago o nome da infeliz ficou;
E alta noite quando geme o vento,
Em sua margem mais ninguém passou[65]

Em texto subsequente ao poema *Porangaba*, Juvenal Galeno fez algumas considerações explicativas sobre a localidade de Arronches, considerando-a povoado "distante da capital do Ceará". Sobre a lagoa, afirmou que, em suas margens, vivia a tribo dos tabajaras, antes da fundação do Ceará. Porangaba significaria Porang-aba: a formosura. Narrou ainda os costumes da tribo, afirmando que a "virgindade não era santificada pelos índios, inclusive, os pais ofereciam as filhas ao primeiro mancebo que os visitava".[66] Contudo, o adultério era severamente condenado e punido com a morte, daí o desfecho implacável submetido à índia.

A obra constitui-se em narrativa que reforça a imagem da localidade de Porangaba (ou Arronches) como ambiente lírico e agradável. A lagoa esteve presente nos três momentos mais importantes do poema de Juvenal Galeno. Primeiro, quando o português voltou à tribo e encontrou Porangaba "melancólica e mergulhada em profunda

---

[64] GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus Comunicações, 1991. p. 38.
[65] *Ibid., loc. cit.*
[66] *Ibid.,* p. 44.

cisma alheia a tudo que a rodeava, e esquecida do esposo, lar, e até de si mesma".[67] Segundo, quando ocorreu a luta entre o português e o índio: "Trava-se sangrenta luta entre o luso e o traído esposo, que da floresta testemunhara a infâmia de consorte; e ao claro da lua, à margem da lagoa, e no centro das moitas, esse duelo de morte torna-se horroroso à tribo inteira".[68] E, por fim, quando a índia foi executada.

Narrativas não somente literárias mas genealógicas e históricas foram produzidas por intelectuais cearenses nos séculos XIX e XX sobre a localidade de Arronches.

O historiador João Brígido foi um pesquisador que se dedicou à temática da vila em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de 1902, ao elaborar documento relativo à genealogia das palavras Arronches e Porangaba. Arronches era originário da língua tupi, significando "lagoa onde há canto estridente" ou "onde havia araponga (ave-ferreiro)". Já Porangaba significava "formosa": parang, "bonita", e abá, "creatura".[69]

No período colonial, Arronches foi uma das primeiras aldeias indígenas no Ceará onde se implementou o trabalho missionário imposto pela Companhia de Jesus. A produção discursiva sobre o local é permeada por descrições conservadoras e romantizadas em que os pesquisadores destacam o ambiente bucólico, agradável e de boa convivência entre os moradores, inclusive no que diz respeito ao contato dos povos indígenas com os jesuítas. Apesar disso é narrado que nem sempre a aproximação ocorreu de forma amistosa no processo de aldeamento, com menção ao episódio do assassinato e da mutilação do padre Francisco Pinto pelos indígenas. Com exceção desse acontecimento, nomeado como trágico, as narrativas historicamente construídas sobre o contato entre os padres e os índios ressaltam uma representação harmoniosa da vila.

Nessa perspectiva, relatou o padre vigário de Arronches Rodolfo Ferreira da Cunha, em artigo publicado na *Revista do Instituto do*

---

[67] GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus Comunicações, 1991. p. 46.

[68] *Ibid., loc. cit.*

[69] BRÍGIDO, J. Algumas etymologias. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XVI, p. 122, 1902.

Ceará, de 1929, ao reportar-se às relações amigáveis estabelecidas entre índios e missionários, que, quando os padres Luís Figueira e Francisco Pinto, ao saírem de Pernambuco e chegarem ao Ceará, em 1607, conseguiram conquistar a simpatia e confiança dos indígenas e fundaram a vila de Porangaba. Sobre esse episódio, o autor afirma: "Muito dóceis se mostraram os tabajaras á luz do Evangelho e da civilização christã",[70] ao contrário dos "tucurijús", também moradores da região, que atacaram o padre Francisco Pinto enquanto celebrava missa, matando-o e mutilando-o.

A despeito do episódio que levou ao desfecho violento do padre Francisco Pinto, os índios da localidade foram descritos, de maneira geral, de forma idílica, quando Rodolfo Cunha afirmou que, após a morte do jesuíta, o padre Luís Figueira recolheu seus restos mortais, levando-os para serem sepultados em serra localizada nos arredores de Arronches, onde foi erigida uma capela sobre o túmulo. Lá, os indígenas passariam a venerar o padre morto, rogando-lhe pedidos de chuva, como ocorreu durante a seca de 1609, e alcançando as graças do padre "adorado".[71]

A relação de afeto que possuiriam os índios com a memória do padre Francisco Pinto também foi mencionada pelo cronista Paulino Nogueira, em artigo na mesma *Revista do Instituto do Ceará*, de 1904, ao referir: "A recordação suave do apostolo da palavra permanecerá na mente dos tímidos e suspeitosos aborigenes como a imagem de candura e amisade".[72]

Segundo Rodolfo Ferreira da Cunha, após a expulsão dos jesuítas, resultante das reformas realizadas por Marquês de Pombal durante o século XVIII, a aldeia de Arronches foi elevada à categoria de vila e alterou seu nome para Vila Nova de Arronches, em 25 de outubro de 1759. Juntamente com ela, novas vilas foram criadas no Ceará.[73]

---

[70] CUNHA, R. F. da. Notas históricas do livro de tombo da paróquia de Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XLIII, p. 270, 1929/30. O autor escreveu o artigo, originalmente, em 1922.
[71] *Ibid.*, p. 271.
[72] NOGUEIRA, P. Padre Francisco Pinto. *Revista do Instituto do Ceará*, ano XVIII, p. 40, 1904.
[73] CUNHA, *op cit.*, p. 275.

Outra produção discursiva sobre Arronches datou de 1816, quando o engenheiro Antonio José da Silva Paulet enviou documento destinado ao *El-Rei*, com descrição de seus aspectos demográficos e habitacionais.[74] Antiga aldeia de índios potiguaras, durante o século XVII, o povoado chamava-se Porangaba. De aldeia, tornou-se vila, recebendo nome Arronches. Segundo Silva Paulet, existiam no local 1.080 índios e 693 "extra-naturaes, fazendo um total de 1773 habitantes". O local era simples. Havia uma "caza de câmara e cadeia, sem patrimônio". Existiam apenas vinte e cinco casas, treze pertencentes aos índios e doze aos "extra-naturaes". Mas apenas treze casas estavam "em estado de habitação". Para o autor, Arronches era uma vila arruinada e, por isso, o engenheiro sugeriu ao rei que fosse extinta, juntamente com mais duas outras em igual situação – Mecejana e Soure –, para que as três "fossem anexadas a Fortaleza", pois eram muito próximas à capital.[75]

A história de Arronches passou por algumas mudanças político-administrativas não apenas quanto à sua categorização – como aldeia, povoado e vila – mas em relação ao seu próprio nome. Em 1835, Arronches foi anexada ao "termo da capital", através da Lei provincial n.º 2, de 13.05.1835.[76] Mas, em 1885, voltou a tornar-se vila, recebendo o nome Porangaba, através da Lei provincial n.º 2.097, de 1885, na administração do presidente da província Miguel Calmon du Pin Almeida.[77] Parangaba foi inaugurada oficialmente como vila, em 31 de dezembro de 1888. Em fins do século XIX, ela possuía a praça do Asilo de Alienados, a Igreja Matriz e duas capelas. Segundo os dados oficiais de 1890, produzidos pela Intendência Municipal, todos os habitantes professariam a religião

[74] PAULET, A. J. da S. Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antonio José da Silva Paulet. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XII, p. 18, 1898.
[75] *Ibid., loc. cit.*
[76] BEZERRA, A. Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano VX, p. 65, 1901.
[77] Lei n.º 2.097, de 25 de novembro de 1885, n.º 9, Artigo 1: *Eleva d' categoria de Villa com a denominação de – Porangaba – a povoação de Arronches.* Secretaria Cultura 003 Leis do Ceará. Período: 1876 a 1897. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

católica e não haveria mais nenhum aldeamento indígena no local, característica marcante da vila em sua formação histórica.[78]

Os intelectuais cearenses também se debruçaram sobre os aspectos físico e social de Arronches ao destacar seu ambiente agradável não somente durante o período colonial como na própria contemporaneidade. Nesse sentido, o escritor Antônio Bezerra, em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de 1901, foi mais um conterrâneo a desenhá-la com esse propósito. Em descrição sobre a vila, Antônio Bezerra estimava que sua população estivesse contabilizada em 8.530 habitantes. Em construção discursiva na qual estabeleceu uma ponte entre o passado do povo indígena e o presente de uma sociedade em desenvolvimento, considerava o autor que o povo da vila ainda mantinha "restos das raças dos Potyguaras", conservando "ainda grande devoção á N S dos Humildes, sua antiga padroeira".[79]

Em narrativa descritiva sobre os prédios e instituições da vila no início do século XX, Antônio Bezerra mencionou a existência de "uma grandiosa rua orlada por magníficos prédios, copados arvoredos e vista encantadora".[80] Havia ainda a praça, a sede da Câmara Municipal – prédio "pequeno", mas "elegante" –, um teatrinho chamado Variedades, a Igreja Matriz de "arquitetura pesada, muros alvos, sempre bem ornamentada pela piedade dos crentes", uma escola paroquial gratuita para meninos e outra mista.[81] Ao referir-se ao poeta Juvenal Galeno, afirmou Antônio Bezerra que a vila era quase um arrabalde de Fortaleza, já que os meios de comunicação entre ambas eram fáceis. A amenidade do clima e a simplicidade dos costumes dos moradores foram consideradas um dos grandes atrativos para aqueles que preferiam morar lá a ter de viver na capital. Ainda sobre a descrição do lugar, Antônio Bezerra mencionou a existência do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, no qual destacou sua arquitetura e espaço físico, considerando-o "majestoso edifício", com seu "elegante jardim, pomar e horta".

---

[78] *Intendência Municipal 14 de maio de 1890.* Fundo: Câmara Municipal. Série: Correspondências Expedidas. Período: 1870-1921. Municípios: Paracuru, Parangaba. Ala: 20. Estante: 430. Caixa: 67. (Acervo: APC).
[79] BEZERRA, A. Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, p. 64, 1901.
[80] *Ibid.,* p. 62.
[81] *Ibid.,* p. 63.

O ambiente natural foi novamente salientado em outra passagem de sua narrativa, ao referir-se à lagoa das Damas:

> onde em torno pastava o gado da visinhança, um pedaço de sertão em tempo de invernia, magníficos campos, cobertos continuamente de um tapete de verdura, perspectivas differentes, umas alegres, animadas, cheias de fulgores, de cantos de aves, de raios de sol, outras tristonhas, silenciosas, sem interesse, sem expressão, sem vida enfim.[82]

Não somente a natureza ocupou espaço na narrativa de Antônio Bezerra como a vida social e cotidiana da vila foi retratada, sobretudo em épocas de festividades, como durante as novenas de Bom Jesus e o Natal, quando a população de Fortaleza costumava visitá-la. Em síntese, sobre sua percepção quanto à localidade, Antônio Bezerra afirmou: "Tem ar alegre a pequena villa e é cheia de vida e movimento", concluindo ser Porangaba "um pedaço do paraíso terrial".[83]

Para o padre Rodolfo Ferreira da Cunha, Porangaba, durante as primeiras décadas do século XX, apresentava-se com "um progresso accentuado, embora lento"; contabilizava população de doze mil habitantes. As atividades do cotidiano religioso foram retratadas pelo autor, ao afirmar que "o movimento religioso era bastante regular"; havia dezesseis comunhões por ano. Além da Igreja Matriz, a vila possuía mais quatro capelas, entre as quais estava a Coração de Jesus, pertencente ao Asilo de Alienados São Vicente de Paula.[84]

A partir da análise dos discursos acima, observa-se concordâncias nas perspectivas dos autores acerca do ambiente propício ao bom convívio entre os moradores de Arronches e de outras localidades.

Durante a década de 1870, quando as autoridades públicas procuravam local para erguer a primeira instituição voltada para a loucura, Arronches foi escolhido como o lugar favorável para a construção da obra, pois, segundo a comissão responsável pela avaliação do lugar, o

---

[82] BEZERRA, A. Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 63, 1901.
[83] *Ibid.*, p. 64, 65, 1901.
[84] CUNHA, R. F. da. Notas históricas do livro de tombo da paróquia de Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará,* ano XLII, p. 280, 1929/30.

terreno era propício ao desenvolvimento de diversos gêneros de cultura agrícola, o que seria útil para a *laborterapia*, método defendido pelos alienistas europeus como eficaz para o tratamento da loucura, haja vista que os loucos desenvolveriam atividades de trabalho como forma de evitar a ociosidade, considerada negativa para o tratamento moral. Além de o terreno apresentar essas condições favoráveis, nele poderiam ser construídos "extensos jardins e aprasiveis passeios" para os alienados, que também ajudariam na recuperação da doença. A lagoa de Porangaba foi mencionada como outro fator positivo do terreno, pois sua água em abundância e de boa qualidade também seria utilizada em benefício dos alienados: "Alem de banhos saudáveis, ministrará agoa para todos os misteres. Agoa potável também se encontrará ali em abundancia da melhor qualidade".[85]

Dessa forma, Arronches apresentava-se como lugar com boa expectativa para os idealizadores do Asilo de Alienados quanto ao disciplinamento dos corpos e mentes dos futuros internos. Ao estabelecermos um paralelo entre a narrativa dos intelectuais cearenses sobre a vila e a construção discursiva dos primeiros alienistas europeus sobre seus hospícios, podemos considerar que Arronches estaria condizente com a perspectiva da psiquiatria moderna, fundamentada no tratamento moral, por oferecer aos desajustados mentalmente ambiente propício às eficazes práticas terapêuticas. Seja na narrativa literária, seja nos relatos memorialistas e históricos, analisados e publicados na segunda metade do século XIX e no início do XX, Arronches foi destacada como localidade possuidora de elementos naturais e físicos que seriam oportunos para o bom tratamento terapêutico dos alienados. Até mesmo autores contemporâneos como o psiquiatra Cleto Pontes, em obra lançada em 2006, reportou-se a essa ideia. Segundo o autor, "o Asilo da Parangaba foi uma obra fenomenal, em estilo europeu, mas adequado ao nosso clima pelos construtores, além do que, os 'loucos' foram proprietários de uma das mais belas lagoas de Fortaleza, a Parangaba" (PONTES, 2006, p. 159).

[85] Sessão de 16.08.1877, p. 22, do Livro de Atas de 12.09.1875 (Acervo: SCM).

Através da leitura relacional entre as duas produções discursivas distintas – a do alienismo moderno e a das narrativas sobre Arronches –, observa-se que a primeira correspondeu à teoria psiquiátrica, que, ao buscar firmar-se no século XIX, confrontava com as antigas instâncias de poderes e saberes em torno da loucura, defendendo a construção de espaços asilares específicos para os alienados; já a segunda pertenceu à historicidade e complexidade de um lugar distinto, com configurações políticas, sociais e culturais específicas. Como as práticas sociais e as construções históricas diversas não guardam uma racionalidade direta com as ideias e teorias construídas em dado espaço-tempo, pois as experiências pertencentes aos lugares são socialmente construídas, torna-se oportuno analisar novos elementos pertinentes para a escolha de Arronches como local selecionado para abrigar o Asilo São Vicente de Paula no Ceará.

Como os loucos representavam incômodo para as elites políticas e econômicas da cidade de Fortaleza, era necessário deixá-los longe da visibilidade e convivência com seus moradores. Arronches atendeu a essa expectativa porque mantinha relativa distância de Fortaleza, apesar de diminuída pela rede de transporte ferroviário provincial desenvolvida na segunda metade do século XIX. Fortaleza e Arronches ocuparam cenários cujas formações sociais e históricas foram distintas.

Fortaleza e Arronches: dois espaços sócio-históricos de oposição e integração

Fortaleza, em fins do século XIX, apresentava potencialidades e bons índices de crescimento econômico tanto no setor do comércio interno como no do agroexportador, através do surgimento de novas casas comerciais locais e estrangeiras. A cidade, aos poucos, perdia o ar de vila e desenhava-se em nova configuração econômica e política, o que viabilizou a descentralização de instituições sociais.

Durante o período colonial, os centros de poder da antiga vila de Fortaleza estavam representados basicamente por três instituições: a Igreja Matriz, simbolizando o poder religioso, a Câmara Municipal, o poder administrativo e o Forte de Nossa Senhora da Assunção, o poder

militar. Todos os poderes – religioso, civil e militar – compuseram uma mesma paisagem espacial e social da cidade (SILVA FILHO, 2001, p. 23). Na descrição da antiga vila, o historiador Raimundo Girão elencou as instituições que ocupavam o mesmo espaço social, político e administrativo. Havia "três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, alfândega e tesouraria" (GIRÃO, 1997, p. 61).

Nesse período, Fortaleza ainda não se destacava em termos econômicos e políticos de outras cidades cearenses, como Aracati ou Icó. Segundo a pesquisadora Maria Auxiliadora Lemenhe, foi a partir das décadas de 1820 e 1830 que Fortaleza iniciou seu processo de hegemonia econômica e político-administrativa por meio da centralização de "um volume maior da produção para o mercado externo" (p. 110).

Na segunda metade do século XIX, a cidade crescia e almejava adentrar-se em espaços novos de ocupação. Segundo o historiador Antônio S. Filho, "desde meados do século [...] havia uma vontade manifesta de se levar a cidade para o leste, para além do riacho Pajeú, zona essa durante muito tempo conhecida como Outeiro" (SILVA FILHO, 2001, p. 98). A capital objetivou também intensificar a aproximação com outras áreas distintas do litoral ao voltar-se para o sertão, o que representou a constituição de novas redes de relações sociais e de territorialidades. O Asilo de Alienados São Vicente de Paula, como instituição que se apresentava como uma textualidade das transformações da cidade, inseriu-se nessa nova configuração espacial e social.

Em termos demográficos, o senador do Império Thomas Pompeu, em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de 1889, descreveu o ritmo do crescimento populacional do Ceará durante o século XIX. Em 1813, a província contabilizava 145.285 habitantes.[86] Em 1821, estimava-se que a população livre era de 150.000 habitantes. Em 1839, a população contava com 208.087, entre livres e escravos. Em 1850, havia em torno de 350.000 habitantes. Em 1888, contabilizavam-se 860.000 habitantes. No que se refere às localidades de Fortaleza e Arronches, os números são indicativos de suas transformações e

[86] POMPEU, T. População do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará,* ano III, p. 82, 1889.

dinâmicas internas. Em 1813, Fortaleza possuía população de 12.810 habitantes enquanto Arronches tinha 1.445. Em 1865, os habitantes de Fortaleza eram 19.246 e de Arronches, 3.135. Em 1866, a população de Fortaleza manteve-se com o mesmo número e não houve significativo aumento populacional antes do advento da seca de 1877-79. Entretanto, Arronches crescia para 3.850 pessoas. Em 1888, Fortaleza tinha 26.943, enquanto Arronches possuía 5.130 habitantes.[87]

Sob o formato de tabela,[88] a população esteve assim representada:

População do Ceará – Fortaleza e Arronches

População	Fortaleza	Arronches	Ceará
1813	12.810	1.445	145.285
1821	*	*	150.000
1839	*	*	208.087
1850	*	*	350.000
1865	19.246	3.135	*
1866	19.246	3.850	*
1888	26.943	5.130	860.000

Fonte: elaborada pela autora.

Esses números foram reconhecidos pelo próprio autor como inexatos, pois eram resultados apenas das análises dos mapas paroquiais e dos lançamentos de impostos. Segundo Thomas Pompeu, uma das dificuldades das autoridades locais em conseguir dados precisos sobre os números dos habitantes da província foi a desconfiança da população em "ministrar informações exactas".[89] Em outro artigo também de sua autoria publicado na *Revista do Instituto do Ceará* no ano posterior, Thomas Pompeu expôs os números sobre a população de Arronches com base nos critérios de indivíduos batizados e casados nos anos correspondentes ao intervalo entre 1870 e 1880,[90] de acordo com a seguinte tabela:

[87] POMPEU, T. População do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, ano III, p. 83, 87, 89, 96, 103, 1889.
[88] A tabela é uma construção desta pesquisa e não de Thomas Pompeu.
[89] POMPEU, *op. cit.*, p. 89.
[90] POMPEU, *op. cit.*, ano IV, p. 269, 271, 1890. Obs.: as duas tabelas não constam no do-

POPULAÇÃO DE ARRONCHES

População de Arronches	Batizados + Casados
1878	290
1879	372
1880	270
1881	243
1882	281
1883	285
1884	260
1885	238
1886[91]	251
1887	323

Fonte: elaborada pela autora.

Os dados populacionais, como foi dito, não são precisos. Contudo, através deles observa-se o crescimento demográfico de Fortaleza, Arronches e da província como um todo. Em outro artigo da revista do instituto, sem autoria, intitulado *Ephemeridades do Ceará republicano – parte I*, a população do Ceará foi estimada, de acordo com o recenseamento de 31 de dezembro de 1891, em 764.347 habitantes, dentre os quais 48.007 situavam-se em Fortaleza[92]. Segundo o historiador Guilherme Studart, no ano da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, a província possuía, de acordo com duas fontes divergentes, entre 915.000 e 1.204.000 habitantes.[93]

A província do Ceará expandiu-se em meados do século XIX, em termos populacionais e econômicos. Fortaleza intensificava suas relações com o sertão, que, com exceção dos períodos de seca, proporcionava bons resultados para o desenvolvimento dos setores do comércio, indústria e pecuária provincianos, além do comércio

cumento. Elas são construções desta obra, com o objetivo de visualizar melhor os números da população do Ceará.

[91] Ano da construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula.

[92] EPHEMERIDADES do Ceará Republicano – Parte I. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XII, p. 74, 1898.

[93] STUDART, G. Administração Barba Alardo: resumo chronológico. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XXII, p. 332, 1908.

agroexportador. Para a redução das distâncias entre a capital e o sertão, contribuiu de forma decisiva no processo de maior integração dos territórios o projeto de construção ferroviária durante a década de 1870 denominado Estrada de Ferro de Baturité (EFB), a primeira grande ferrovia do Ceará, que representou importante movimento de mudanças sociais e econômicas e exerceu decisiva influência posterior na construção do Asilo São Vicente de Paula.

A Estrada de Ferro de Baturité: elemento de articulação entre a capital e o sertão

Segundo Antônio Bezerra, em artigo intitulado *Descrição da Cidade de Fortaleza*, a capital do Ceará esteve ligada às cidades, vilas e povoações do interior graças à Estrada de Ferro de Baturité, que iniciou suas atividades em 20 de janeiro de 1872, perfazendo um percurso de 262 quilômetros e 396 metros, sob a responsabilidade das companhias inglesas Brooth Steam Company Limited e Red Cross Line of Mail Steamers.[94] Em 1870, foi construída a Companhia Cearense de Via Férrea de Baturité. O empreendimento foi resultado do quadro satisfatório do comércio desenvolvido entre Fortaleza e os grandes centros estrangeiros europeus e norte-americanos ainda durante a década de 1860, através do qual o sertão foi decisivo enquanto potencialidade econômica no envio de materiais diversos para o comércio exterior. Para o pesquisador Benedito Ferreira (1989, p. 172):

> A primeira ferrovia cearense surgiu, quando os portos cearenses estavam ligados diretamente aos europeus e norte-americanos pelas companhias inglesas de navegação Booth Line (1866) e Red Cross (1869) e havia o que, inicialmente, poderia ser transportado com margem de rentabilidade, como café produzido no maciço de Baturité e, posteriormente, o algodão cultivado nos sertões centrais.

[94] BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano IX, p. 150, 1895.

Segundo o historiador Victor Leonardi, a influência inglesa na economia brasileira foi evidente durante o século XIX, com o processo de formação do estado-nação em diversos segmentos; não somente no setor industrial e comercial mas nos transportes ferroviários e na construção de portos existentes em quase todas as províncias do país.

> Em 1880 havia onze companhias inglesas de estradas de ferro em nosso país [...]. No Nordeste era importante, entre outras, a Great Western de Pernambuco. Também a construção de portos esteve nas mãos de firmas inglesas. É o caso da Ceará Harbor Corporation (1884) e da C. H. Walker & Co. (LEONARDI, 1991, p. 41).

Poucas foram as províncias brasileiras não possuidoras de estradas de ferro em fins do período monárquico; registram-se somente: Amazonas, Maranhão, Sergipe, Piauí, Goiás e Mato Grosso (LEONARDI, 1991, p. 92).

No Ceará, o primeiro contrato firmado para a construção da ferrovia datou de 1868, assinado pelo presidente da província Leão Veloso, pelo engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e por Jonh James Foster. O objetivo inicial da Estrada de Ferro de Baturité era ligar a capital à região serrana de Baturité, grande produtora de café e outros gêneros alimentícios, como cana-de-açúcar e legumes, e do setor pecuário. Entretanto, em 1874, durante a administração do presidente da província Francisco Teixeira, ampliaram-se os objetivos da ferrovia, que se estenderiam até "a fronteira da província, nas regiões do Araripe, extremo Sul do Ceará" (FERREIRA, 1989, p. 33), ou seja, os planos do governo provincial e da iniciativa privada eram que a estrada de ferro percorresse grande parte da província em várias direções, entre as quais, cidades do extremo sul.

Para o pesquisador Francisco Lima, a intenção do engenheiro e diretor-chefe da estrada de ferro, Lassance Cunha, em 1892, era aproximar o Ceará das demais províncias brasileiras a partir da interligação da Estrada de Ferro de Baturité à rede ferroviária nacional (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 38). Segundo Benedito Ferreira, o propósito central da ferrovia era facilitar o intercâmbio provincial com

o exterior através da intensificação do tráfego de mercadorias realizado no porto de Fortaleza:

> [...] a EFB, como infra-estrutura de transporte, esteve orientada, basicamente, para o exterior, através do porto de Fortaleza, e tinha como função drenar a produção de matérias-primas de determinadas localidades para o porto de embarque e daí para os centros consumidores. Assim sendo, apresenta a especificidade de transportar carga, primordialmente, no sentido interior-litoral, sendo irrelevante a participação da carga do porto para a zona de produção de matérias-primas e de bens primários (FERREIRA, 1989, p. 172).

A Estrada de Ferro do Ceará esteve, portanto, integrada ao plano de desenvolvimento estabelecido pelo governo imperial, cuja perspectiva era aproximar lugares e povos diversos do Brasil, a fim de consolidar o projeto de estado-nação forte e centralizador. Para a historiadora Maria Inez Turazzi, a engenharia brasileira teve papel significativo na construção de obras públicas que integraram, modernizaram e "civilizaram" o país. Os engenheiros, através da realização de congressos nos anos de 1880, visaram construir intensa atmosfera de modernização brasileira:

> A década de 1880 se encarregaria de anular as dúvidas que ainda pudessem existir sobre as 'aspirações civilizadoras do país' e o papel das obras públicas na concretização desse ideal. Vários eventos ligados à engenharia e, em particular, às estradas de ferro foram realizados no Rio de Janeiro [...]. Em 1882, reunia-se o primeiro Congresso das Estradas de Ferro no Brasil, evento promovido pelo Clube de Engenharia, com a participação de seus sócios e demais engenheiros a serviço das administrações fiscais e companhias ferroviárias do país (TURAZZI, 2001, p. 159).

A ampliação da estrada de ferro do Ceará em direção à região sul da província indicava o alinhamento com o ideário modernizante nacional não somente no sentido de alavancar o desenvolvimento econômico como no de possibilitar as potencialidades de integração de culturas distintas provinciais, como foi o caso de Juazeiro do Norte, que, durante a segunda década do século XX, promoveu o crescimento de romarias em torno da figura de padre Cícero, advindas de várias cidades cearenses e brasileiras.

Na primeira fase da construção da Estrada de Ferro de Baturité, além do governo provincial, empresas cearense e inglesa foram responsáveis pela efetivação do empreendimento. Indivíduos como o senador Thomas Pompeu, o bacharel Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), o comerciante e coronel Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), o negociante inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante também estiveram à frente do contrato firmado em 5 de março de 1870 (FERREIRA, 1989, p. 32). As primeiras locomotivas chegaram a Fortaleza em março de 1873, fabricadas pela empresa The Hulet Engine Co. Ltda, durante a administração do diretor da estrada de ferro, Liberato de Castro Carreira (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 48).

A ferrovia desempenhou grande importância para a compreensão da história da construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, uma vez que os primeiros trilhos da locomotiva do Ceará, assentados em 1º de julho de 1873, contemplaram o trecho Fortaleza-Arronches. Seu trajeto tinha como ponto zero o centro da capital, próximo às "antigas caixas d'água do abastecimento de Fortaleza (Praça Clóvis Beviláqua)",[95] e partia em direção à vila de Arronches, realizando o percurso que hoje corresponderia à Av. João Pessoa; logo após, fazia "o contorno leste na lagoa de Maraponga (Av. Godofredo Maciel), cortando o matagal do Mondoig (Mondubim), assistindo a Acaracuzinho (Pajuçara)" (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 34).

Assim, o Asilo São Vicente de Paula esteve localizado no primeiro trecho desenvolvido e entregue pela estrada de ferro. A inauguração do percurso Fortaleza-Arronches ocorreu em 30 de novembro de 1873. Mas, antes disso, ocorreu em outubro, o primeiro descarrilamento de trem que resultou, além de em danos materiais, no ferimento de quatro pessoas (FERREIRA, 1989, p. 88). No dia da inauguração, estiveram presentes

[95] O terminal ferroviário de Fortaleza recebeu o nome de Estação Central, até 1941. Em 26/01/1946, passa a denominar-se Estação Fortaleza, para, através do Decreto-Lei n.º 8.836, chamar-se, atualmente, Estação Prof. João Felipe, nome em homenagem ao engenheiro civil que participou do prolongamento da via férrea no Sertão Central. A estação de Fortaleza funcionava no prédio da Fênix Caixeral (Praça Marquês de Herval), segundo Pereira e Lima (2007, p. 59, 228).

não apenas a diretoria da ferrovia mas o presidente da província Francisco Teixeira Sá, várias autoridades públicas e membros das elites provinciais. Segundo o pesquisador Francisco Lima, "os três carros de passageiros ficaram lotados de autoridades, convidados especiais, diretoria e funcionários da Estrada de Ferro" (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 49).

Os principais gêneros e mercadorias transportados pela estrada de ferro foram algodão, açúcar, peles e café; este – produzido nas regiões serranas de Baturité, Acarape, Pacatuba e Maranguape – representou o principal produto negociado no início da construção da ferrovia. Contudo, a hegemonia do café foi fugaz; o algodão, produzido no sul do Ceará, em fins de século XIX, substituiu-o, tornando-se a base da economia provincial nos anos de 1920.

A Estrada de Ferro de Baturité desempenhou funções não apenas econômicas mas sociais para o Ceará. Economicamente, intensificou a autonomia da província – iniciada ainda em fins do século XVIII, com seu desligamento político e administrativo de Pernambuco –, ao possibilitar a Fortaleza realizar seu próprio comércio agroexportador com os grandes centros urbanos. Em 1892, o engenheiro Lassance Cunha enviou relatório para a Exposição de Chicago intitulado *Synopse histórica da estrada de Baturité*, no qual destacou o significado econômico da ferrovia para a província. Ela representaria a "artéria destinada a servir o Sul do Estado do Ceará", proporcionando não somente "o desenvolvimento da lavoura e indústria" como também alternativa para "minorar os effeitos das seccas periódicas que assolam este Estado".[96]

Segundo Maria Inez Turazzi, a organização e participação de engenheiros em exposições nas quais apresentavam relatórios e demais trabalhos foram práticas comuns durante a segunda metade do século XIX no Brasil. Em 1887, no Rio de Janeiro, foi realizada a Exposição dos Caminhos de Ferro Brasileiros, promovida pelo Clube de Engenharia, com a "participação de vinte e cinco companhias ferroviárias e quarenta e um expositores". As exposições representaram uma forma de valorizar o trabalho do engenheiro, que "dependia do reconhecimento

[96] Cunha (1929/1930) *apud* Ferreira (1989, p. 33).

da necessidade e utilidade das obras públicas para a realização dos melhoramentos da nação e fortalecimento do Estado" (TURAZZI, 2001, p. 161). Para a historiadora Alda Heizer, o governo imperial promoveu várias exposições provinciais, nacionais e preparatórias para as grandes exposições, cujos variados produtos possuíam a "função pedagógica" de exercer "influência moral sobre o povo"; buscava-se construir uma autoimagem do Brasil condizente com o mundo civilizado e com as grandes nações modernas (HEIZER, 2001, p. 170).

A partir do relatório publicado pelo engenheiro Lassance Cunha durante a Exposição de Chicago sobre a ferrovia cearense, observa-se que a construção de seus trechos caminhou paralela aos episódios das secas registradas na província durante os séculos XIX e XX. Em todas elas, houve a utilização da mão de obra sertaneja, que migrava de sua cidade natal para Fortaleza. Em 1878, quando o Ceará vivenciava a pior seca até então registrada pela historiografia – a de 1877-79 –, dez mil operários foram empregados diretamente na ferrovia, os quais, juntamente com suas famílias e dependentes, totalizaram o número de cinquenta mil pessoas socorridas em virtude de danos gerados pela seca (FERREIRA, 1989, p. 190). Para o historiador Tyrone Cândido, o uso da mão de obra retirante apresentou dupla vantagem. Em primeiro lugar, visou "amparar os famintos" do flagelo e em segundo, "promover os melhoramentos materiais" para a província (CÂNDIDO, 2005).

Segundo Benedito Ferreira, de acordo com o Decreto oficial n.º 1.918, de junho de 1878, no que concerne ao trabalho realizado pelas vítimas da seca, o Art. 17 afirmava: "Nos trabalhos dessa estrada serão de preferência empregados, segundo sua aptidão e natureza de serviço, os habitantes da província que estiverem soffrendo os effeitos da seca, e como taes socorridos pelo Estado". No Art. 2º, estabelecia-se que a gratificação do trabalhador vitimado pela seca seria estimada entre 200 e 800 réis a diária, além de abranger direito a alimentação. No Art. 21, constava: "Os operários poderão receber uma parte de sua gratificação em gêneros alimentícios". Os salários dos operários eram muito baixos. Para efeito da compreensão de seu valor, basta compará-los com os vencimentos do engenheiro, que, no ano de 1874 para 1875, tiveram aumento de 250 mil

para 1 conto de réis; em contrapartida a maior diária de um empregado foi avaliada em 3 mil réis (FERREIRA, 1989, p. 53, 89).

As disparidades salariais e insatisfações em geral dos ferroviários em relação às condições de trabalho e às dificuldades financeiras, sobretudo em momentos de doenças – quando ausentes ao trabalho, perdiam sua gratificação –, foram elementos responsáveis em 1892 pela eclosão do movimento grevista dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité. Dois anos antes, em 15 de junho, fundou-se na capital o Partido Operário, composto por alfaiates, mecânicos, marceneiros, pedreiros, sapateiros, ourives, seleiros, gráficos, entre outros trabalhadores, e, no mesmo ano, fundou-se o Jornal Operário, pertencente ao partido.

Sob o aspecto econômico, a Estrada de Ferro de Baturité representou significativo desenvolvimento para a província através da obtenção de grandes saldos positivos. Entretanto, os períodos de seca corresponderam aos momentos mais difíceis enfrentados pelo empreendimento. No ano de 1878, os problemas financeiros resultaram na falência da empresa ferroviária, o que levou o governo provincial a assumir a continuidade dos trabalhos, apesar de sua "lentidão e descaso" (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 62). Outro momento de dificuldade ocorreu durante o período de 1883 a 1888, quando os trabalhos na ferrovia foram paralisados por falta de recursos econômicos.

A Estrada de Ferro de Baturité transportou passageiros, bagagens, encomendas, animais, mercadorias e, mais importante, ela possibilitou a construção de novas relações de espacialidade e sentidos de territorialidade como resultantes de práticas sociais. Apesar de o transporte de passageiros não ter representado papel de grande destaque na ferrovia – se comparado ao transporte de mercadorias –, socialmente, ela representou mudanças significativas para a província, ao diminuir o tempo de duração das viagens e ao construir novas redes de sociabilidade. Antes dela, as distâncias entre aldeias, vilas e regiões tornavam as viagens extremamente cansativas e demoradas, tanto para os moradores da província como para os viajantes, em geral. Viajar pelas estradas do Ceará no período colonial foi descrito pelo pesquisador

Carlos Studart Filho como "naturalmente penoso", para "cavalleiros e peões",[97] seja no verão, seja no inverno.

Através de relatos memorialistas, quando estiveram no Ceará no século XIX, os naturalistas estrangeiros George Gardiner e o casal Agassiz expuseram as dificuldades de deslocamento quando viajaram da capital para os sertões. Em períodos distintos, suas narrativas são indícios de como os viajantes estrangeiros sofriam com a precariedade das estradas e com a limitação dos transportes disponíveis. Em muitas ocasiões, o trajeto somente era possível de ser realizado através do transporte de cavalos, submetendo os viajantes, além de ao desconforto durante o percurso, aos contratempos diversos, como roubo e fuga dos animais, por exemplo.

George Gardner, em incursões pelo interior do Brasil, no período de 1836 a 1841, registrou sua viagem pelo sertão cearense e relatou os aborrecimentos obtidos com o uso de cavalos em mais de um momento e por motivos diferentes. Em um deles, o cavalo havia sido roubado; em outro, fugido. Na obra *Viagem ao interior do Brasil – principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*, ele se referiu à fuga de um cavalo, ao afirmar:

> Na véspera do dia marcado para a partida um de meus cavalos desapareceu do pasto onde estava, se se pode chamar pasto um pouco de grama seca. Como o furto de animais é crime freqüentíssimo no Brasil, suspeitei que o cavalo me fora roubado, mas me asseguraram que ele apenas se extraviara em uma catinga próxima e logo seria achado.[98]

E mais adiante considerou ser o roubo de cavalos prática corriqueira entre os habitantes da província do Ceará:

> Frequentemente um animal é levado por alguém que deseja fazer uma curta viagem, reaparecendo um ou dois dias depois no lugar donde foi tirado. Outras vezes são levados e escondidos por alguns dias para,

[97] STUDART FILHO, C. Vias de comunicação do Ceará Colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, ano LI, p. 40, 1937.

[98] GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975. p. 88.

> quando achados, renderem uma gratificação; e, ainda que certo deste embuste, nunca recusei a pagar o preço, para evitar coisa pior.[99]

O casal Elizabeth e Luiz Agassiz, em expedição científica norte-americana ao Brasil, realizada nos anos de 1865 e 1866, também esteve no Ceará. Em viagem à Serra de Pacatuba, perto de Baturité, Elizabeth Agassiz registrou, em seu diário, as dificuldades de acesso às estradas cearenses:

> Achei a subida da serra, que é muito escarpada, fatigantíssima. As pessoas que vivem na montanha vão e voltam constantemente, mesmo com os filhos, a cavalo ou em burro, mas os nossos cavalos, habitados ao calçamento das cidades, não tinham o pé montanhês, e preferimos não nos servir deles, tanto mais que as chuvas haviam tornado o caminho pior e mais esburacado do que nunca.[100]

Sobre os contratempos como a fuga de cavalos, ela afirmou:

> Quando estávamos prontos, faltaram dois cavalos; haviam fugido enquanto dormíamos. Se bem que esse gênero de acidente seja causa constante de aborrecimentos, não passa pela cabeça de ninguém amarrar os cavalos durante a noite; muito mais simples é deixá-los à vontade, procurando eles mesmos seus alimentos. Mandaram-se criados atrás deles, e ficamos esperando, perdidas as melhores horas para viajar, até que afinal, quando cansados de correr, animais e homens, apareceram.[101]

Os episódios narrados foram anteriores à construção da Estrada de Ferro de Baturité e são ilustrativos quanto às adversidades submetidas aos viajantes ao adentrarem-se nos sertões cearenses.

A construção da ferrovia representou melhorias no deslocamento de pessoas – estrangeiras ou não – nos espaços mais longínquos da província e possibilitou a produção de novos sentidos de pertencimento aos lugares.

---

[99] GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975. p. 88.

[100] AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil*: 1865-66. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975. p. 267.

[101] *Ibid.*, p. 264.

Ela aproximou indivíduos, produziu relações sociais com novos espaços, constituiu outras condições de apropriação e reapropriação dos lugares a partir das trocas de experiências coletivas e, portanto, configurou novas práticas sociais. Segundo o urbanista italiano Guido Zucconi, a estrada de ferro exerceu impacto importante na sociedade ocidental do século XIX, pois com rede de relações a longa distância, formou-se não apenas um "processo de adaptação às novas necessidades" mas um "programa de adaptação" através do qual novas demandas foram propostas não somente no sentido material mas simbólico (ZUCCONI, 2009, p. 29), alterando diretamente o cotidiano das pessoas de dada região.

No que tange ao trecho Fortaleza-Arronches, o primeiro da ferrovia cearense, as facilidades de trocas de experiências coletivas tornaram-se maiores, apesar do custo dos deslocamentos. O preço da passagem de Fortaleza para Arronches não era acessível a toda a população por ter o valor de 1.000 réis, em 1873. Segundo o pesquisador Francisco Lima, o transporte de passageiros não era igual para todos porque que as acomodações dos trens estavam divididas por classes. Os carros dos passageiros de primeira classe eram mobiliados e estufados. Os de segunda possuíam bancos de madeira e os de terceira estavam abertos, sem suspensão, nos quais os "passageiros eram deixados expostos ao tempo". Havia ainda o carro especial, dotado de aquecimento por meio de vapor, que possuía iluminação a gás (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 217).

A estação da vila de Arronches foi o primeiro trecho entregue pela estrada de ferro à sociedade cearense e nela também se registrou o primeiro acidente, com "a morte de um velho surdo" no percurso entre a Estação Central e Arronches. O segundo acidente, também fatal, teve como vítima um operário. No segundo semestre de 1874, registraram-se dois acidentes na construção do trecho entre Arronches e Maracanaú, que resultaram na morte de um operário e em fraturas graves em outro. Em relatório escrito em 1910, referente ao trecho Central-Arronches, registraram-se "desastres sucessivos por causa dos cruzamentos com trilhos da companhia de bondes". Problemas com o transporte de passageiros também foram relatados em 1911, quando foram feitas "freqüentes reclamações, muitas dirigidas directamente pelos passageiros ao Exmº Snr. Ministro da Aviação, pela falta de acomodações em certos trens, os obrigando a viajar de PÈ (*sic*),

principalmente no trecho de Fortaleza a Baturité" (FERREIRA, 1989, p. 149, 178). Outras queixas referiram-se aos atrasos frequentes dos trens e à insuficiência de bilhetes para emissão de passagens.

O percurso do trecho Fortaleza-Arronches perfez, ao todo, pouco mais de 7 km. Para Antônio Bezerra, a movimentação entre os moradores das duas localidades era intensa. Entretanto, para o pesquisador Benedito Ferreira, o fluxo não era contínuo e equilibrado, por não representar este o objetivo central da ferrovia; a prioridade destinava-se ao transporte de mercadorias. De qualquer maneira, a situação das pessoas beneficiadas pela ferrovia foi maior se comparada à sua inexistência por décadas, com a possibilidade de construção de novas redes de pertencimento dos espaços.

Antônio Bezerra, em artigo anteriormente mencionado sobre Porangaba, considerou ser a vila muito próxima de Fortaleza, pois os meios de comunicação entre ambas tornaram-se mais fáceis, em decorrência não somente da ferrovia, cujos trens trafegavam, em média, três vezes ao dia pela vila, como a partir da companhia de bonde, que transitava de hora em hora. Segundo o autor, muitas pessoas que faziam o trajeto eram trabalhadores de Fortaleza que moravam em Porangaba.[102]

Em épocas de festejos como no Natal, circulavam trens especiais entre Fortaleza e Arronches, o que deixava a vila animada, segundo Antônio Bezerra, pois recebia maior iluminação e foguetes, tornando-se populosa e comercial. Pessoas de variadas condições sociais, de diversas cidades e mesmo de outras províncias deslocavam-se para Arronches nessa época: "tudo em perfeita cordialidade". Nesse período, não era permitida a venda de bebida alcoólica, como cerveja ou conhaque. A novena de Bom Jesus foi outro momento de grande sociabilidade construído pelos moradores de Arronches e de outras localidades no qual se podia observar muita "pompa". Para Antônio Bezerra, as pessoas frequentavam a novena mais "por vaidade do que por devoção". Nesses festejos, as casas particulares abriam seus salões para os visitantes, enquanto o povo dançava, ria e brincava nas ruas.[103]

[102] BEZERRA, A. Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, p. 63, 1901.
[103] *Ibid.*, p. 64.

As festas de novena do Bom Jesus foram eventos tradicionais ocorridos em Porangaba desde o período colonial, quando a vila ainda era antiga aldeia indígena. Segundo o pesquisador João Nogueira, as comemorações iniciavam-se a partir do último domingo de outubro, com a peregrinação dos caboclos, que, usando indumentárias e tocando tambores, saíam da vila, cantavam hinos e "esmolavam por longas terras", sendo recebidos "com alvoroço pelas povoações e lugarejos" por onde passavam. A peregrinação dos caboclos finalizava-se no dia 23 de dezembro, quando retornavam à Parangaba para, com o fruto das doações recebidas pelos "sertanejos devotos", começar os preparativos do Natal. Os festejos representavam momento de grande circulação de pessoas. Assim o descreve o autor: "A vila se alvoroça: sobem ao ar fogos festivos; da Capital afluem inúmeros curiosos que, juntamente com moradores da Porangaba, os vão encontrar [os caboclos] em vários pontos da estrada de Maranguape (NOGUEIRA, 1978, p. 100).

A circulação de pessoas em torno das festividades na vila de Porangaba foi beneficiada com as comodidades proporcionadas pelo advento da ferrovia. Na constituição de novas práticas sociais, aliaram-se os elementos tradicionais e modernos em torno das práticas culturais transmitidas, sobretudo em época de festejos religiosos entre a população da capital e das várias localidades circunvizinhas da província.

A Estrada de Ferro de Baturité constituiu-se, portanto, como uma rede de relações técnicas e sociais para a província do Ceará. Segundo a geógrafa Leila Dias, como rede técnica, as ferrovias estiveram inseridas em uma "história de inovações", assim como outras redes de comunicação como a rodovia, telegrafia e telefonia. As redes de comunicação "surgiram em respostas a uma demanda social" que permitiu "a redução do lapso de tempo", possibilitando a instalação de "uma ponte entre lugares distantes" que estariam "virtualmente aproximados" (DIAS, 2003, p. 141), já que as barreiras físicas, antes consideradas um obstáculo à circulação de mercadorias, foram minimizadas.

Como redes de relações sociais, a construção da estrada de ferro do Ceará, inserida dentro do cenário nacional, atendeu aos projetos das elites urbanas, através dos quais reconfigurou as relações

de organização não somente sociais como espaciais, para atender a demanda de crescimento demográfico das cidades, criando condições de ressignificação de seus territórios. As redes, como conceito, foram analisadas pelo geógrafo Milton Santos a partir de duas perspectivas: a primeira, referente ao aspecto da realidade material na constituição de infraestrutura e de transporte de materiais; a segunda, a partir do sentido social e político nos quais ocorre a circulação de pessoas, mensagens e valores (SANTOS, 2002, p. 262). Nos dois vieses, observam-se o fluxo de pessoas na (re)organização de antigos e novos territórios.

Para o historiador Ilmar Mattos, as primeiras ferrovias brasileiras diminuíram a precariedade das comunicações entre lugares longínquos como o sertão, tradicional e pejorativamente representado pela imagem da "barbárie", e o litoral, caracterizado pela noção "civilização". Essas imagens antagônicas foram recorrentes na documentação oitocentista. No relatório do Ministro da Justiça, a população dos sertões foi referida como aquela que não participava "dos poucos benefícios da nossa nascente civilização" (MATTOS, 1994, p. 33).

O progresso econômico, materializado pelas ferrovias e por outros meios de comunicação, ao mesmo tempo que interligou de modo regular as capitais litorâneas e do interior, possibilitando o desenvolvimento tecnológico e econômico nacional, reforçou a imagem entre duas realidades do Brasil definidas como dicotômicas, a do atraso e a da modernidade, ao fomentar a ideia de "tipos regionais", nitidamente marcados no imaginário social.

Segundo o historiador Lorelai Kury, dentro da perspectiva de construção e fortalecimento do estado-nação e da identidade nacional durante o século XIX, o Império organizou estratégias para a promoção de maior conhecimento sobre os povos e territórios brasileiros, entre as quais, a de maior expressividade ocorreu nos anos de 1859 a 1861, com a criação da Comissão Científica de Exploração, quando cientistas e pesquisadores brasileiros viajaram pelo norte do país, incluindo o Ceará, e mantiveram contato com os povos do sertão. Apesar de malograda, a expedição científica esteve inserida na perspectiva de modernização do país e contribuiu para a "criação de identidades regionais folclorizadas" (KURY, 2001, p. 40).

Segundo a historiadora Maria Margaret Lopes, para alcançar o bom êxito no processo de consolidação do estado brasileiro, era necessário "destacar uma individualidade nacional apoiada tanto na noção agregadora do território quanto na idéia de nação que, apagando as profundas diferenças sociais, tornava os contrastes naturais e culturais marcas de uma localidade própria" (LOPES, 2001, p. 83).

Assim, as ferrovias construídas nas províncias não somente estiveram inseridas em um processo físico de integração de lugares, mas contribuíram para a efetivação de um projeto do estado brasileiro apregoado pelo viés da identidade nacional. Havia interesse por parte do Império na promoção não apenas do desenvolvimento econômico e tecnológico mas do progresso científico natural e social. Exposições de diversos campos do saber foram incentivadas, como ocorreu na área de antropologia e ciências naturais, por exemplo, a intitulada *A Exposição da Indústria Cearense*, em 1861. Segundo a historiadora Maria Margaret Lopes:

> Além dos sertões e da indústria cearense, das florestas e de seus habitantes ainda desconhecidos, a expedição e a exposição revelaram tanto as inquietações e tendências nacionalistas características do período de consolidação do Estado brasileiro, como divergências, desacordos e capacidades científicas diferenciadas da comunidade de naturalistas, que se consolidava e buscava reconhecimento e consideração social pela divulgação de suas pesquisas (LOPES, 2001, p. 83).

A Estrada de Ferro de Baturité aproximou localidades longínquas e relativamente próximas. No caso específico do trecho Fortaleza-Arronches, os moradores dos dois espaços passaram a se comunicar melhor.

Fortaleza e Arronches constituíram-se como duas realidades espaciais distintas, mas, ao mesmo tempo, integradas em fins de século XIX. A cidade como texto a ser lido apresenta várias linguagens e simbologias. Ruas, prédios, instituições, monumentos constituem-se como referências de seu cotidiano. Representam histórias múltiplas, fragmentos de trajetórias, muitas das quais silenciadas ou ainda aparentemente invisíveis nas disputas de poderes institucionalizados ou não. Para Michel de Certeau, "a linguagem do poder 'se urbaniza', mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico" (CERTEAU, 1994, p. 174).

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula constituiu-se como nova instituição social em meio às antigas, tradicionalmente construídas na capital, como a Igreja Matriz, a Cadeia Pública e o Hospital da Misericórdia. Ele foi constitutivo de enunciados, deslocamentos e apropriações de lugares.

> Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações esquisitadas na dor ou no prazer no corpo [...] (CERTEAU, 1994, p. 189).

O Asilo São Vicente de Paula configurou-se em um movimento e em práticas sociais em que se articularam aspectos do que havia de moderno e de tradicional na província cearense. Fortaleza voltou-se para o sertão através do projeto modernizador no qual foi significativa a atuação da Estrada de Ferro de Baturité, que possibilitou uma relação de transações comerciais, encontro de pessoas e práticas culturais distintas. Segundo o relatório da comissão da Santa Casa de Misericórdia para a avaliação do terreno onde seria edificado o Asilo de Alienados, os benefícios trazidos pela Estrada de Ferro de Baturité foram um dos importantes aspectos levados em consideração para sua escolha.

> A distancia de uma legoa em que demora desta Cidade é o motivo para ser levado em conta, desde que dito terreno está ligado a ella por uma boa estrada de rodagem e servido por mais cômodo transporte por uma linha férrea, cujos trens fazem ali regular e diariamente uma por dia.[104]

O Asilo de Alienados representou uma instituição inserida no cenário de vantagens construídas pelo projeto de modernização provincial através das benfeitorias proporcionadas pela ferrovia. A partir da proposta de construção de seu edifício, distante do grande centro econômico e social da capital, as elites políticas, religiosas e econômicas de Fortaleza

[104] Sessão de 16 de agosto de 1877, p. 22, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

objetivaram invisibilizar a loucura, ao realizar ações assistenciais e caritativas através do recebimento de donativos para que o asilo fosse efetivamente erguido. Na perspectiva de criação de uma nova organização da cidade e de seus arredores, as autoridades governamentais e instituições filantrópicas estiveram dispostas a colaborar para o desenvolvimento de espaços em sintonia com o ideário do progresso realizado nos grandes centros urbanos e a livrar-se dos indesejados socialmente.

A construção de instituições como o Asilo de Alienados São Vicente de Paula envolveu perspectivas, propostas e alternativas para solucionar demandas sociais específicas. Mobilizou segmentos sociais e proporcionou discussões entre as elites, como a que ocorreu com o Visconde de Cauhipe, tenente-coronel que, segundo o historiador Guilherme Studart, foi o idealizador do São Vicente de Paula. Ele teria tomado a iniciativa de defender a construção de um asilo para alienados após se ter deparado com uma louca que andava a esmo pelas ruas de Fortaleza na década de 1870.[105]

As elites cearenses possibilitaram a recriação da província construindo-lhe sentidos, representações e significados acerca de nova ordem social e política que, ao mesmo tempo que novas relações se configuravam em fins do século XIX, a tradição insistiu em se impor. A igreja, através da irmandade da misericórdia, por exemplo, acompanhou o processo das mudanças na cidade, mas reafirmou sua força e poder por ter sido a responsável direta pelo surgimento de outras instituições caritativas e sociais destinadas ao abrigo não somente de loucos mas de crianças e mendigos.

* * * * *

Espaço físico, geográfico e social, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula foi constitutivo de cenário de mudanças e projetos novos para o Ceará. Sua construção não esteve deslocada das transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram na província em fins do século XIX. Reconstruir sua história passa pela análise da teia discursiva

[105] STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896. v. 2, p. 229.

em torno das representações da antiga aldeia indígena de Arronches e das novas redes de sociabilidade existentes entre Fortaleza e o sertão distante, uma vez que ela foi ponto estratégico, a partir da ferrovia, do tráfego de pessoas e de práticas culturais, através das quais houve a circulação de valores e experiências coletivas diversas.

Espacialmente, a vila pode ser percebida como território que integrava duas localidades com temporalidades diferentes. Não pertenceu ao cotidiano de Fortaleza, mas também não representou o sertão longínquo. Em uma posição intermediária entre duas realidades distintas, possuiu as temporalidades dos antigos costumes vivenciados por homens e mulheres do interior e a expectativa das elites políticas e econômicas de Fortaleza quanto a um presente de desenvolvimento para a província. Dessa forma, a produção discursiva em torno de Arronches acompanhou elementos de dois universos temporal e espacialmente distintos, quais sejam: os constitutivos do tradicional e do moderno da cultura e sociedade cearenses.

A todas essas mudanças no cenário da província pode-se denominar práticas espaciais, as quais se baseiam na relação com o processo de organização do espaço realizado por mulheres e homens em ações criadas, mantidas, desfeitas e refeitas nas experiências coletivas. Segundo o geógrafo Roberto Corrêa, as práticas espaciais são resultantes da articulação entre a consciência dos padrões culturais e as possibilidades técnicas disponíveis. Elas

> resultam, de um outro lado, dos diversos projetos [...] que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (CORRÊA, 2003, p. 35).

Através das práticas espaciais, os projetos são definidos, os territórios são organizados, administrados e controlados em uma "inerente dimensão política", tendo como base a "seletividade espacial", ou seja, um determinado lugar deve apresentar "atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos"; a "fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não

qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas" (CORRÊA, 2003, p. 36-37).

O Asilo de Alienados, através das práticas e dos discursos produzidos pelas elites políticas, econômicas e sociais, respondia favoravelmente à expectativa de promoção de uma seletividade espacial do projeto modernizador de Fortaleza, no qual os loucos passariam a ter local específico, se não para o tratamento ou cura de suas "moléstias", pelo menos para sair do campo da visibilidade de seus moradores e transeuntes.

Teoricamente, de acordo com os preceitos médicos, a escolha do local para erguer o Asilo São Vicente de Paula não poderia ser melhor, mediante os benefícios naturais que a vila de Arronches proporcionaria aos loucos, pois estava condizente com a proposta discursiva dos alienistas modernos. Historicamente, Fortaleza mantinha relações com a vila, desde o projeto colonial de aldeamento indígena, e foram intensificadas com o processo econômico e tecnológico desenvolvido no século XIX através da implementação da Estrada de Ferro de Baturité. Nesse sentido, a expectativa dos idealizadores do projeto de construção do Asilo de Alienados tornou-se contemplada quanto à questão de sua localização.

Entretanto, a ênfase na positividade da natureza cujo cenário de harmonia e arborização tornar-se-ia elemento promissor para o tratamento da loucura não correspondeu, posteriormente, à realidade vivenciada pelos homens e mulheres no cotidiano asilar após sua fundação, pois a história do São Vicente de Paula foi permeada por denúncias de descasos em relação aos internos.[106]

Na prática, muito mais do que a oportunidade de oferecer um ambiente saudável aos loucos, os idealizadores do Asilo São Vicente de Paula viram – através dos cenários espacial e social representados pela Parangaba em que esteve inserido o projeto de sua construção – a possibilidade de resolução do problema da visibilidade da loucura causado por homens e mulheres que transitavam pelas ruas da capital ou estavam recolhidos em instituições, como nas cadeias públicas provinciais e na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Recolhê-los em uma vila distante de Fortaleza solucionaria a problemática de

[106] Como será visto no quarto capítulo deste livro.

sua incômoda existência, sobretudo quando ressaltada em momentos circunstanciais nos quais houve aumento da miséria em Fortaleza. Nesse sentido, um episódio em que a alienação no Ceará se apresentou de forma mais preocupante para as elites fortalezenses ocorreu em fins da década de 1870, com o advento da seca, contribuindo para a aceleração do processo de construção do São Vicente de Paula.

A SECA DE 1877-79 E O ASILO DE ALIENADOS

O louco... *um marginal no mundo dos outros.*
(PORTER, 1990, p. 105)

A idealização do Asilo de Alienados: do projeto às doações para a construção da obra

Há fatos e processos históricos que marcam a memória de determinado povo, pois envolvem uma série de experiências novas ou intensas que incidem diretamente em seus cotidianos, e, pela força das imagens suscitadas nos registros memorialistas, os eventos tornam-se consolidados pela historiografia, reforçando sua relevância social e simbólica. Na história do Ceará da segunda metade do século XIX, esses processos são evidenciados através do advento da seca de 1877-79, que assolou a província como um todo. Essa seca afetou o cotidiano de milhares de pessoas e, mesmo após seu término, os múltiplos efeitos sociais, econômicos, culturais e mesmo psicológicos ratificaram sua importância para indivíduos e gerações, resultando em grande acervo de fontes sobre os três anos que devastaram a província e transformando-se em temática recorrente na historiografia cearense. Destarte, para quaisquer temas ou abordagens trabalhados pelos pesquisadores desse período, não se pode ficar imune ao lugar ocupado pela seca de 1877-79 na história e historiografia do Ceará.

Assim, apresenta-se o trabalho sobre o Asilo São Vicente de Paula. Estabelecer relações entre o Asilo de Alienados e os episódios da seca faz-se necessário não somente porque eles estavam situados na mesma temporalidade, mas porque estiveram intimamente ligados por mesmos cenários social e político.

Este capítulo pretende estabelecer uma relação entre a idealização do projeto de construção do Asilo de São Vicente de Paula e a seca dos três anos. Não convém analisar nesta pesquisa o cotidiano da seca, tendo-se em vista que há historiografia que cumpre tal propósito,[1] mas compreender as relações existentes entre a construção da instituição asilar e aquele episódio. O Asilo São Vicente de Paula foi idealizado antes do início da seca. Entretanto, a necessidade de sua edificação ganhou novo sentido à medida que o flagelo crescia.

Os relatos mais antigos encontrados nesta pesquisa que tratam da problemática do asilo para alienados, registrados documentalmente, remontam a 1871, quando da sessão ordinária da Santa Casa, na qual o vice-provedor interino, Victoriano Augusto Borges, considerou urgente a construção de uma obra que recolhesse os loucos, pois eles incomodavam e ofendiam a moral e os bons costumes, haja vista que ficavam expostos pelas ruas da capital, importunando os transeuntes. Em seu discurso, os valores morais utilizados para justificar a obra fundamentaram-se nos princípios da "civilização" e "caridade".

> Ainda há uma obra que reputo urgente, reclamada pela civilização, e pela sublime virtude – a caridade – he um lugar onde possão ser recolhidos os loucos, que muitas vezes, com offensa dos bons costumes, da moral e attestando a nossa falta de christianismo, vagueiam pelas ruas d'esta cidade.[2]

[1] NEVES, F. de C. *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. RIOS, K. *A seca no Ceará*: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006. OLIVENOR, C. *Metrópole da fome*: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. *In*: SOUZA, S. de; NEVES, F. de C. (org.). *Seca.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, entre outras.

[2] Sessão de 9 de julho de 1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

A preocupação e a sinalização do vice-provedor para que alguma coisa fosse feita para a resolução do problema justificou-se porque a existência de loucos na província, como um todo, era difícil de ser ignorada.

Em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará* pelo chefe do serviço de estatística do governo provincial, Manoel Nunes de Mello, registrou-se o recenseamento demográfico realizado em 1872, através do qual foram computados na província 610 casos de indivíduos dementes e 672 alienados, em uma população total de 721.686 habitantes. É extremamente significativo observar que os 1.282 dementes e alienados mencionados no recenseamento não receberam a denominação de "doentes mentais", mas de "doentes físicos", tendo sido catalogados no item intitulado *População considerada em relação aos defeitos físicos*, agrupados com outros enfermos como cegos, surdos-mudos e aleijados.[3]

Em princípio, tal catalogação suscita atenção e reflexão sobre o porquê de os loucos não serem vistos como doentes mentais, contudo a historiadora Lilia Lobo observa que a junção dos loucos com os demais doentes físicos justificava-se pela lógica do trabalho na qual os defeituosos se assemelhavam, haja vista serem tidos como inaptos ao labor. Assim, um dos objetivos do recenseamento de 1872 ao empregar o termo "doentes físicos" foi verificar "os índices de validez para o trabalho: 'Procura-se com esta pesquisa conhecer a parte inválida de uma população para o trabalho[...]'" (LOBO, 2008, p. 343). No recenseamento sobre o Rio de Janeiro, no item referente aos deficientes físicos, também estiveram inclusos os cegos, surdos-mudos, surdos, idiotas, aleijados, dementes e alienados, compondo mesmo cenário nacional de indivíduos inválidos para a realização de ofícios.

No Ceará, se houve grande número de registros da população alienada, a precariedade das condições para seu tratamento foi maior ainda. No mesmo ano de 1872, a Santa Casa recebeu ofício do vigário

[3] MELLO, M. N. de. Província do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, n. 1.911, ano XXV, p. 55.

da freguesia de Granja solicitando o recolhimento de uma alienada para o Hospital da Misericórdia. A mesa administrativa respondeu negativamente ao pedido; comunicou que não tinha condições de recolhê-la em suas dependências e acrescentou não haver em Fortaleza nenhum lugar apropriado para tal fim. Com isso, a Santa Casa deixou expresso não existir instituição alguma voltada para a problemática da loucura no Ceará.[4]

Quatro anos após o primeiro relatório do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, em que defendia a construção de um asilo para alienados, a temática da loucura voltou a ser trabalhada por outro vice-provedor, Severino Ribeiro da Cunha – o Visconde de Cauhipe. No relatório do presidente da província Heráclito Graça, de 1875, esse personagem foi destacado como o grande idealizador da obra: o "ilustre Visconde de Cauhipe [...] concebeu o generozo pensamento de fundar um azylo de alienados". E, mesmo sendo o asilo para loucos apenas um projeto, Heráclito Graça buscou imortalizar Visconde de Cauhipe, considerando ser ele merecedor das "bênçãos da posteridade" por sua "inspiração humanitária".[5]

As "bênçãos da posteridade" de fato ocorreram, e a historiografia cearense perenizou a figura de Severino Ribeiro da Cunha, através do seu historiador mais "ilustre" da época, Guilherme Studart, que, em sua obra *Datas e factos para a história do Ceará*, prestou homenagem ao visconde, ao exaltar seus valores morais. Pessoa de grande projeção social entre a elite provincial, Visconde de Cauhipe exerceu muitos cargos políticos. Segundo Studart, ele foi tenente-coronel comandante do 2º Batalhão da Guarda Nacional, vice-cônsul da Áustria e presidente da Associação Comercial da Praça do Ceará. Mas foi como vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia que expôs a intenção de construir um edifício destinado aos loucos. Guilherme Studart, ao louvar a idealização deste e de outros projetos sociais, destacou Visconde de

[4] *Ofícios ao Ir. Bispo, Vigários e Irmandades (1863-1876).* Ofício de 16 de fevereiro de 1872. Ala: 19. Estante: 45Nº 169, p. 84 (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

[5] Relatório do presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça de 1 de março de 1875, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

Cauhipe como indivíduo "predestinado" que semeava "o bem por toda a parte". Atribuindo Studart somente ao Visconde a responsabilidade pela existência do Asilo de Alienados, este não chegou, entretanto, a ver o projeto concretizado, já que faleceu ainda em 1876: "O Asylo de S. Vicente de Paula é producto de sua creação, e a sua iniciativa veio do facto de ter contemplado, errante e perseguida, andrajosa e faminta, uma pobre louca nas ruas d'esta cidade".[6]

Embora aplaudida a iniciativa de Visconde de Cauhipe pelos conterrâneos, convém salientar que o asilo para alienados no Ceará não representou ideia pioneira no território brasileiro. Ao contrário, desde a década de 1850, já existiam hospícios no país, como o D. Pedro II, no Rio de Janeiro, e o do Juquery, em São Paulo. E antes disso, nos anos de 1830, médicos brasileiros já propuseram a criação deste tipo de instituição. Segundo a historiadora Magali Engel, datou também do mesmo período a primeira tese, defendida pelo médico Antônio Silva Peixoto, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre o tema da alienação mental (ENGEL, 2001, p. 119).

Se os discursos e as práticas em torno da alienação não eram novos no Brasil, é oportuno ressaltar que, nas décadas subsequentes à construção do hospício D. Pedro II, alguns passaram a ser inaugurados. Segundo a historiadora Maria Clementina Cunha, existiram até a década de 1870 apenas quatro hospícios no país: em São Paulo e no Rio de Janeiro, fundados nos anos de 1850; em Recife, em 1861; e em Salvador, em 1874. Durante a década de 1880, foram fundados um hospício em Porto Alegre, em 1884 (CUNHA, 1986, p. 29), e o São Vicente de Paula, no Ceará, em 1886.

No Ceará da década de 1870, o projeto de construção de um asilo para loucos apresentou-se como importante passo para o processo "civilizatório" de Fortaleza e por isso Visconde de Cauhipe recebeu as homenagens de seus conterrâneos e da historiografia, ao buscar resolver o problema da desgastante circulação de loucos pelas ruas da cidade.

---

[6] STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896. p. 229.

Loucos perambulando pelas ruas das cidades foi prática comum observada nos grandes centros urbanos brasileiros, em que as elites providenciaram medidas para sua contenção, valendo-se, sobretudo, da implantação de códigos de postura. No Rio de Janeiro, foi promovida campanha pela Sociedade de Medicina ainda no início do século XIX contra a "livre circulação dos loucos", que, de forma semelhante aos embriagados e animais ferozes, incomodavam o público (ENGEL, 2001, p. 186).

No Ceará, não foram os médicos, mas as autoridades públicas que objetivaram minimizar os transtornos causados pelos loucos. Segundo o relatório do presidente da província Heráclito Graça, enquanto não fosse escolhido lugar mais apropriado, o asilo para alienados ficaria provisoriamente instalado na "dependência da Santa Casa de Misericórdia". O hospital atendeu, portanto, a dupla função, "abrigando[...] de semelhante modo tanto os doentes do corpo como os doentes mentaes" – o que na prática, já existia. O presidente Heráclito Graça enfatizou que a situação dos loucos no Hospital da Misericórdia era pior que a dos demais doentes, pois estavam "mais dignos de lastima", e por isso também precisavam "de trato e cura, como os outros".[7]

Embora o relatório do presidente da província se propusesse resolver provisoriamente o problema do local para o recolhimento dos loucos, seu discurso sobre a construção do asilo para alienados ainda apresentava tom vago, em uma demonstração de ser o projeto mais uma proposta de boas intenções do que propriamente um plano de execução de trabalhos. Para isso, é significativo observar que questões importantes permaneceram em aberto, tais como a falta de local definitivo para a edificação do asilo e o dia em que iriam iniciar de fato as obras. A despeito dessas indefinições, o presidente da província tinha esperança da solução dos dois problemas: "Brevemente, espera-se terá logar uma e outra cousa", pois apesar das dificuldades, o projeto "humanitário" estava lançado e tinha boa aceitação no meio social, haja vista que surgiram doações advindas "de toda a parte".[8]

---

[7] *Relatório do Presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça, de 1 de março de 1875*, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.
[8] *Ibid., loc. cit.*

Em 1874, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia recebeu cartas de cidadãos da província, como conselheiros, comendadores e médicos, com doações em dinheiro destinadas ao edifício de alienados[9]. No mesmo ano, o próprio Visconde de Cauhipe doou dois contos e quinhentos mil réis às obras. A mesa administrativa recebeu a quantia de bom grado, ao afirmar que a "offerta humanitária" era "filha somente do coração bem formado do mesmo Sr. Vice Provedor".[10] Em discurso permeado de cordialidades por parte dos membros da mesa administrativa e de tom de "modéstia" por parte do vice-provedor, o mordomo Feijó propôs que o presidente da província tomasse conhecimento da "generosa" doação. A proposta foi considerada pelo vice-provedor desnecessária, mas foi rebatida pelo mordomo como importante para se fazer "justiça" a sua atitude. Após as trocas de gentilezas e cerimônias entre os integrantes da mesa administrativa da Santa Casa, seguiu-se uma série de novas doações feitas por outros mordomos, como milheiros de tijolos de alvenaria e quantias em dinheiro, todas inferiores à ofertada pelo Visconde de Cauhipe.[11]

Em sessões posteriores, a mesa administrativa comunicou novas doações realizadas por outros cidadãos da província em beneficio do edifício. Em julho de 1874, o mordomo Silva Albano propôs o envio de cartas dirigidas a estrangeiros que tivessem casas ou relações comerciais no Ceará com o intuito de solicitar doações. Além disso, foi proposta a nomeação de uma comissão de médicos residentes para angariar mais donativos, entre os quais estava Meton de Alencar, futuro primeiro médico do Asilo São Vicente de Paula.[12]

Foram variados os tipos de doadores e donativos em prol do Asilo de Alienados. Os doadores eram pessoas ou estabelecimentos de Fortaleza e de outras cidades do Ceará. A Santa Casa nomeou

[9] Sessão de 2 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).
[10] Sessão de 16 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).
[11] Sessão de 16 de julho de 1874, p. 27, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).
[12] Sessão de 18 de julho de 1874, p. 28, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

comissões nas localidades de Aracati, Maranguape, Mecejana, Sobral, Pereira, Acaracu, mas também solicitou ajuda a outras províncias, como Pernambuco, onde o responsável pela arrecadação encontrou dificuldades de angariar recursos.[13]

Os donativos também se davam de formas diferenciadas. Em termos de dinheiro, em 1875, foi realizado leilão na Santa Casa de Misericórdia, resultando na "quantia superior a dez contos de réis".[14] No mesmo ano, durante a administração do presidente da província Heráclito Pereira Graça, o professor primário da vila de Pedra Branca[15] Joaquim Antônio da Silva Chaves doou a quantia de 30$000.

> Havendo o professor primario da villa de Pedra Branca, Joaquim Antonio da Silva Chaves, offerecido à esta presidencia, no caracter de membro da Comissão encarregada de agenciar donativos para o asylo de alienados, nesta Capital, a quantia de 30$000 reis; sirva-se Vmce de communicar ao respectivo collector, afim de que se torne effectivo o desconto da alludida quantia.[16]

Outro tipo de donativo deu-se na forma de material de construção e na promoção de eventos artísticos[17]. Em um deles, a casa do senhor D. Joaquim Mendes da Rocha foi cedida para ensaio de concerto realizado por algumas senhoras da província. Artistas como Vicente Guilherme de Azevedo também ofereceram a venda de suas músicas, dividindo uma parte do lucro para a construção do Asilo de Alienados. Peça de dramaturgia de composição a ser apresentada no Teatro São José, em Fortaleza, venda de objetos de bazar, contabilizados na quantia de 28:000$000,[18] exposição de produtos agrícolas e até testamento deixado

---

[13] Sessões de: 06 de agosto, 17 de setembro, 19 de novembro, 26 de novembro de 1874, 02 de janeiro, 08 de julho de 1875, pp. 29, 31, 35, 36 do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia) e sessão de 15 de maio de 1875, p. 44.

[14] *Relatório do Presidente da Província, Heráclito d'Alencastro Pereira Graça, de 1 de março de 1874*, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

[15] Localidade próxima de Quixeramobim.

[16] *Officios – Thesouraria Provincial e Collectorias (1874-76) Nº 159*. (Acervo do Arquivo Público do Ceará), 11 de dezembro de 1874, p. 61.

[17] Sessão de 10 de setembro, 17 de setembro de 1874, 27 de setembro de 1875, p. 31, 35, 40, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

[18] Anexo ao Relatório do presidente da província, Esmerino Gomes Parente de 2 de julho de 1875; Anexo nº 11: Relatório do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, p. 3.

por um tenente-coronel da localidade de Boa Viagem foram outras formas de contribuição em prol da construção do asilo para loucos.[19]

Apesar do trabalho realizado pelas comissões da Santa Casa para o recebimento das doações, a questão sobre a localização de edificação do Asilo de Alienados permaneceu em aberto. A intenção inicial da mesa administrativa era erguer o asilo próximo ao hospital caritativo, no lado voltado para a rua Amélia, ou mesmo instalá-lo em suas próprias dependências. Mas, em 30 de julho de 1874, o médico João Moreira da Rocha argumentou ser inconveniente a ideia de construção do asilo em frente ao edifício da Santa Casa, não apenas pela proximidade que teriam os loucos com os demais doentes do hospital, mas pela insuficiência de espaço para providenciar as acomodações necessárias. Ao reportar-se a esta última questão, Moreira da Rocha tomou como referência os hospícios defendidos pela medicina especializada moderna, que considerava necessária a construção de um "jardim para recreio" aos alienados.[20]

A Santa Casa, então, resolveu consultar a Câmara Municipal sobre a possibilidade de o asilo ser projetado no povoado de Arronches, ocupando o terreno onde havia o matadouro público de gado. Entretanto a Câmara, por motivos não explicitados pela mesa administrativa, não fez a transferência do matadouro público para outro local, o que impossibilitou o início das obras do asilo. O dinheiro arrecadado com as doações foi encaminhado para a conta corrente da Casa de Albano & Filho, pertencente à família do mordomo Silva Albano. Enquanto o asilo não era construído, o mordomo Albano, em reunião da mesa administrativa, propôs que a Santa Casa construísse mais duas enfermarias destinadas provisoriamente para o recolhimento dos loucos que vagavam pelas ruas.[21]

Se por um lado tornava-se necessário criar novas dependências da Santa Casa para atender os "desvalidos que procuravao alivio a seos males", de igual forma era importante aumentar o quadro de médicos do

[19] Sessão de 19 de novembro de 1874, 20 de janeiro, 29 de julho de 1875, pp. 35, 38, 49, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).
[20] Sessão de 30 de julho de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).
[21] Sessão de 06 de agosto de 1874, p. 29 e 30, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

hospital. O Dr. João da Rocha Moreira solicitou, em 1875, a criação de mais um lugar de médico do hospital. Conseguiu a aprovação temporária do presidente da província, mas sem vencimentos, como havia solicitado, até que a Assembleia aprovasse a criação efetiva da vaga.[22]

No mesmo ano, o vice-presidente da província Esmerino Gomes Parente enviou relatório à Assembleia Provincial, explicando a necessidade da construção do Asilo de Alienados, ao afirmar ser a obra "um valioso attestado em favor de nossa civilização". Ele demonstrou otimismo em relação à brevidade da construção da instituição: "O feliz projecto de fundação de um asilo de alienados brevemente será tradusido em facto. Do geral acolhimento, que há encontrado esta grandiosa Idea, deriva o seu estado de prestes execução".[23]

Se, por um lado, houve discursos encorajadores em relação à concretização do projeto, por outro, eles mudaram de tom no ano seguinte, quando o presidente da província Francisco de Faria Lemos comunicou, em seu relatório à Assembleia Provincial, que o projeto não "pôde ter começo pela insuffiencia do capital" até então disponível, que correspondia apenas a 34:555$968, apesar de reconhecer a "utilidade incontestável" do asilo. O presidente reafirmou a importância da obra, argumentando ter Fortaleza condições de realizá-la, pois se apresentava como cidade "adiantada".[24]

Com a justificativa de não ser Fortaleza mais cidade pequena, o discurso do presidente da província assemelhou-se ao dos idealizadores do hospício D. Pedro II no Rio de Janeiro, no momento do projeto de sua construção, no qual se valeram do argumento sobre o "avanço das 'luzes' e da civilização'" que representaria uma obra destinada à reclusão dos loucos para a cidade fluminense (ENGEL, 2001, p. 200). Recolher os loucos em instituições especializadas correspondeu, portanto, ao projeto de modernização e "higienização" das cidades brasileiras oitocentistas.

---

[22] Sessão de 27 de fevereiro de 1875, p. 39 e 40, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

[23] *Fala do Vice-Presidente Esmerino Gomes Parente à Assembleia Provincial do Ceará, 2 de julho de 1875*, item: *Asilo de Alienados*, p. 20.

[24] *Fala do Presidente da Província, Francisco de Faria Lemos em Sessão da Assembleia Provincial de 1 de julho de 1876*, item *Santa Casa de Misericórdia*, p. 14/5.

No Ceará, em anexo do relatório de 1875, escrito pelo vice-provedor Visconde de Cauhipe, novamente, foi enfatizada a importância da obra, considerada uma das mais "palpitantes necessidades da província". Na tentativa de solucionar provisoriamente o local do abrigo dos doentes mentais, a mesa administrativa da Santa Casa anunciou que havia levantado uma casa onde os infelizes poderiam "encontrar, sinão o completo reestabelecimento de suas faculdades, ao menos tratamento regular, condigno com seu estado". Era o que poderia ser feito naquele momento, segundo o vice-provedor, já que inexistia capital suficiente para construir estabelecimento próprio, apesar da "caridade e philatropia" não apenas dos cearenses, mas de indivíduos de outras províncias cujas doações se deram sob a forma de objetos e dinheiro.[25]

A lentidão em torno da construção do Asilo de Alienados era uma realidade. Visconde de Cauhipe morreu em setembro de 1876, aos 45 anos de idade, de lesão cardíaca,[26] e, passados dois anos da proposta de construção do asilo no lugar do matadouro público em Arronches, o local definitivo para sua edificação permanecia desconhecido por todos.

Nesse período, Fortaleza vivia um quadro social e demográfico de satisfatória estabilidade, alterado completamente a partir do ano seguinte, não apenas quanto aos aspectos econômicos e sanitários da cidade como também quanto aos rumos da execução do projeto de construção do asilo para alienados.

Quando a seca surgiu foi dado concretamente início às obras do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, que ainda nem possuía esse nome. A província, como um todo, passou por longo período de três anos de uma situação completamente atípica, com a alteração drástica do cotidiano de seus moradores. A seca representou outra fase para o projeto de edificação do asilo. O cenário que a cidade de Fortaleza presenciou foi fundamental para esse novo momento.

---

[25] Anexos ao *Relatório de Esmerino Gomes Parente à Assembleia Provincial do Ceará*, 2/07/1875. Anexo 11 – Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia; item *Asylo de Alienados*, p. 3.

[26] STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896. v. 2, p. 227.

A seca de 1877-79 e as construções narrativas na imprensa e na literatura

O testemunho de indivíduos contemporâneos da seca resultou em narrativas oportunas para a exposição do caos por que passou Fortaleza em fins da década de 1870. O processo de aglomeração de pessoas migradas para a capital foi gradativo, intenso e inevitável, uma vez que a situação piorava a cada momento no interior, tornando-se fator decisivo para o desencadeamento de uma série de novos problemas epidêmicos e sociais enfrentados na capital, em efeito dominó.

Em decorrência da economia devastada pela falta de chuvas e de ações governamentais, aos poucos os moradores de localidades distintas evadiram-se de suas cidades para os centros mais populosos ou prósperos do Ceará, inicialmente para a região do Cariri e para as serranas. Contudo, como as condições de vida e trabalho eram igualmente difíceis nessas áreas, milhares de pessoas não viram alternativa a não ser migrar para Fortaleza.

Para conter o avanço dos retirantes para o centro da capital, onde se situavam não somente os lugares institucionais de poder como residiam as elites e classes mais abastadas, o governo provincial resolveu construir locais de recolhimento dos retirantes nos subúrbios da cidade, denominados "abarracamentos", ao criar espécie de cordão sanitário. Dezenas deles foram erguidos nos três anos da seca. Em cada um, moravam milhares de pessoas. No ano de 1878, o abarracamento que comportou o menor número de retirantes, situado na lagoa Seca, recolheu um total de 2.236 indivíduos, enquanto o abarracamento mais populoso, localizado no Meirelles, contabilizou 11.435 pessoas. Lá viveram 3.001 famílias. Naquele ano, segundo o presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros, foram registrados onze abarracamentos, com previsão para serem construídos outros.[27]

Uma série de problemas surgiu nos abarracamentos. A aglomeração de pessoas foi porta fácil para a entrada de doenças como a varíola, que

[27] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item *Assistência Pública*, p. 39-53.

se tornou epidêmica em pouco tempo. Além disso, os maus tratamentos submetidos aos retirantes pelos agentes do governo levaram ao aumento do desespero de pessoas acometidas pela seca e miséria. Isto porque, na hora de levar os mantimentos alimentícios, os comissários dos abarracamentos, não raras vezes, impacientavam-se com os retirantes que, sedentos, amontoavam-se desorganizadamente em torno deles na ânsia de serem os primeiros a obter os gêneros. Era prática comum entre os funcionários do governo dar pontapés e murros em homens, mulheres e crianças, indistintamente, como denunciou o jornalista do Rio de Janeiro José do Patrocínio, quando esteve no Ceará, em 1878, com o objetivo de registrar o flagelo. Segundo o pesquisador José Saraiva Câmara:

> Logo que a porta abre-se, tôdas [as mulheres] querem ser despachadas logo, e começa a celeuma e a confusão.
>
> Para contê-las, o administrador fá-las sentarem, ameaçando-as com o jejum. Obedecem, mas à primeira ração dada, a impaciência, como a descarga de uma pilha elétrica, levanta tôda a multidão que estendendo as sacolas implora, grita, lastima-se. Então muito naturalmente os policiais, retirantes armados de cacetes e chicotes, restabelecem a ordem vibrando os chicotes, dando empurrões e atirando sôbre a multidão palavras as mais injuriosas.
>
> Em uma distribuição que assisti no 7º abarracamento, não só o comissário esporeava o cavalo e bradava para as mulheres que meter-lhes-ia o animal em cima, como também um empregado empurrava brutalmente e dava pontapés.
>
> Uma fraca velhinha veio cair sôbre mim, que achava-me em meio da multidão, em companhia do comissário do 3º abarracamento, um dos cavalheiros mais dedicados aos serviços dos socorros.
>
> Machucado pelos cotovelos da pobre mulher, perguntei ao empregado se êle tinha o direito de empurrar. Respondeu-me que não tinha êsse direito quanto a mim, porém quanto às retirantes podia não só empurrar, mas fazer alguma coisa a mais! E continuou no seu trabalho de maltratar as infelizes.
>
> Comuniquei em conversa êste fato ao Sr. Presidente da província, porém nenhuma providência foi tomada (CÂMARA,1970, p. 128, grifos do autor).

José do Patrocínio referia-se à visita realizada na província como correspondente do jornal carioca Gazeta de Notícia. Para o

historiador Frederico Castro Neves, a estratégia de narrativa utilizada pelo correspondente tinha tom de dramaticidade com forte teor moral, na qual a seca representava ameaça à "formação da nacionalidade", uma vez que era definida como uma "tragédia da vergonha nacional" em que "trabalhadores eram humilhados por salários irrisórios e rações estragadas, expressa pela multiplicação da prostituição e pela desagregação da família" (NEVES, 2006, p. 89).

A visita de Patrocínio ao Ceará ocorreu no segundo ano da seca,[28] pois, no primeiro, reduzida importância foi dada tanto pela imprensa da corte como pelo próprio imperador ao flagelo vivenciado por milhares de pessoas.

Segundo o historiador Marco Villa, o interesse de D. Pedro II pela seca foi pouco expressivo. Quando chegaram os primeiros relatos sobre o flagelo, ele estava no exterior, em viagem pelos Estados Unidos e Europa, por um longo período de dezoito meses, e retornaria ao Brasil somente em setembro de 1877, "no momento em que a seca tinha alcançado estágio de calamidade pública". Para o autor, a imagem do imperador ficou desgastada quando embarcou no país: "Esperava-se que o imperador, ao retornar da Europa, aportasse em Recife, daí partindo para o Ceará. Isso não acabou ocorrendo. D. Pedro II chegou a Salvador e de lá rumou para o Rio de Janeiro" (VILLA, 2001, p. 59). Apesar da publicação de notícias sobre a intenção do imperador em percorrer todas as províncias do Norte,[29] as viagens nunca ocorreram.

O 7º abarracamento, denunciado pelo correspondente José do Patrocínio na imprensa carioca, com referência aos casos de violência contra os retirantes, chamava-se São Sebastião e estava sob a responsabilidade do capitão Antônio dos Santos Neves. Lá viviam 13.800 pessoas aglomeradas, compostas por 3.213 homens, 3.725 mulheres e total alarmante de 6.862 crianças. Em uma perspectiva completamente oposta à retratada por Patrocínio, o então presidente da província do Ceará, José Albuquerque Barros, referiu-se a esse

[28] José do Patrocínio, para a Gazeta de Notícia de 29-VII-1878. *In*: CÂMARA, J. S. 1970. p. 128.
[29] Assim também denominada a região nordeste no período imperial.

abarracamento de forma muito positiva, ao afirmar que ele seguia um novo plano adotado, possuía espaçosa enfermaria, cozinha, depósitos e até escola.[30]

Os relatos advindos da imprensa de diversas províncias no país foram testemunhos das adversidades sofridas pelo Norte nesse período. O Diário de Notícias da Bahia mencionou a invasão de milhares de retirantes esfarrapados ou mesmo nus pelas cidades de Alagoas. Da Paraíba, o jornal Areiense narrou casos de violência praticados contra retirantes (VILLA, 2001, p. 53, 76). Entre os jornais de Fortaleza, os que melhor expuseram a situação dramática da seca não estavam vinculados aos partidos Liberal ou Conservador – que se revezaram na presidência da província durante os três anos do flagelo e que correspondiam à grande imprensa. Foi o jornal O Retirante, inaugurado com a finalidade de tratar do problema da seca, que se tornou importante instrumento de denúncias em relação às práticas de violências e crimes acometidos contra os retirantes.

Fundado em Fortaleza, no primeiro ano da seca, O Retirante esteve sob a redação de Luiz Miranda.[31] Autointitulado "órgão das victimas da secca", o jornal, cuja impressão saía da Typographia Imparcial e circulava aos domingos, trazia em suas páginas tom enfaticamente combativo. Ao afirmar-se independente partidariamente, criticou vários segmentos e instituições sociais, o que pareceu ter incomodado algumas pessoas, haja vista que, em seu editorial de julho de 1877, enfatizou a importância da imprensa como "inimiga irreconciliavel de abusos e escândalos", autodefinindo-se: "um pequeno papel, como nos qualificou alguém; somos até um pasquim, porque dizemos a verdade inteira e desanuviada; mas, somos um papel livre e o vosso juízo assás nos honra".[32]

---

[30] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878*, item *Assistência Pública*, p. 39-53.

[31] STUDART, G. Catálogo de jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, anno XII, p. 201, 1898.

[32] Jornal O Retirante, 08.09.1877, p. 1. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

No mês seguinte, O Retirante reiterou seu "desprendimento" político-partidário, ao afirmar: "Que se estamos divorciados de todos os interesses dos partidos, achamo-nos consorciados com todas as nobres aspirações da sociedade em que vivemos".[33] Mais uma vez, em outro número, salientou manter o jornal uma "atitude neutra em face das conveniencias partidárias".[34] A necessidade do jornal O Retirante de reafirmar sua independência partidária pode justificar-se se forem observadas as dificuldades dos jornais pequenos de manter-se, o que os levava a ter efemeridade em suas ações. Para o escritor Antônio Sales, "os jornais da terra" eram todos políticos[35] e dependentes de partidos. O Retirante esteve, então, em movimento contrário ao da grande maioria da imprensa local.

O conteúdo de suas matérias foi inteiramente voltado para o episódio da seca. Ele denunciou corrupções do governo e práticas de "falsa caridade"; criticou ações de vigário e de irmãs de caridade, entre outros assuntos e alvos[36]. Algumas matérias, como a intitulada *Espancamento,* são significativas para se observarem os abusos cometidos contra os retirantes, ao ser feita referência à tentativa frustrada de estupro contra uma mulher em um abarracamento:

> Acabamos de ser informados que o celebre Victalino Peixe, empregado nos abarracamentos do calçamento, onde, á custa de soccorros públicos, lhe deram uma casa há poucos dias espancou uma pobre retirante, que não quis satisfazer seus libidinosos desejos.
>
> Peixe é um homem perdido, e segundo nos consta, vive ali fazendo transacções ilícitas com as [ilegível] dos retirantes, promovendo brigas, fazendo sambas etc.
>
> Para esse desalmado pedimos providencias ao Sr.Dr. Meton, encarregados daquelles abarracamentos.[37]

[33] Jornal O Retirante, 05.08.1877, p. 4. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).
[34] *Id.*, 19.08.1877, p. 1. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[35] SALES, A. *Novos retratos e lembranças*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1995. p. 34. (Coleção Alagadiço Novo ; 17).
[36] Jornal, *op. cit.*, 08.07 e 12.08.1877. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[37] Jornal, *op. cit.*, 07.12.1877, p. 4. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

Práticas de ameaças de violência sexual durante o período da seca não foram raras de acontecer e, novamente, apareceram no Noticiário de 12 de agosto, quando a viúva retirante Maria Clara procurou abrigo em qualquer localidade da capital após ameaça de assédio sexual contra sua filha: "querem assaltar a honra de sua filhinha, de 12 a 14 annos de idade!" – afirmava O Retirante. O jornal denunciou serem dois os agressores da menor: o médico Antônio Pompeu, encarregado do bairro do Livramento, onde mãe e filha estavam recolhidas, e o escrivão do júri Raimundo Peixoto. O jornal ponderou no sentido de não ter certeza sobre a veracidade do fato, mas ressaltou que, sendo verdadeiras as acusações, "as autoridades competentes" deveriam encarregar-se de punir os culpados, "em nome da honra das famílias – a punição de tão monstruosas feras".[38]

Em outra matéria, intitulada *Crime horroroso*, O Retirante abordou novo crime, não apenas contra uma pessoa mas contra várias. Em 1878, ele mencionou a contaminação intencional dos alimentos doados pelo governo aos retirantes. A farinha estava misturada a cal, provocando mortes após sua ingestão:

> Foi já chamado a attenção do publico e da inspectoria da saúde publica, sobre a farinha misturada com cal, que está sendo fornecida pelo governo aos famintos retirantes cearenses!
>
> Há ainda pouco tempo foi arcabusado um chefe de Estado maior do exercito, Russo, por ter commettido igual crime, portanto, é de equidade, que também o seja o chefe da comandia do Livramento, Aguiar & Cia, igualmente fornecedor de farinha calcarea!
>
> Amaldiçoamos o infame triunvirato em nome das victimas da sesca, e d'aquelles que tem succumbido envenenado pela cal! (...).[39]

É importante destacar que a própria Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza – costumeiramente referida pelas classes abastadas e imprensa como instituição pia e caridosa – esteve na mira de O Retirante. Em dois momentos distintos, suas críticas foram-lhe contundentes. No primeiro,

[38] Jornal O Retirante, 12.08.1877, p. 3. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

[39] *Id.*, 02.02.1878, p. 2. Meton de Alencar foi um dos médicos contratados pelo governo provincial para trabalhar nos abarracamentos de Fortaleza. Sobre ele iremos discorrer no próximo capítulo, tendo em vista ter sido o primeiro médico do Asilo de Alienados São Vicente de Paula.

em artigo publicado em janeiro de 1878, intitulado *Cemitério publico,* ao observar que, nem na hora da morte, os retirantes estavam livres de humilhações, pois eram sepultados, empilhados uns sobre os outros. Contudo, a ênfase da denúncia de O Retirante foi a forma como os sepultamentos eram realizados, ao representar perigo à saúde pública. Sobre a atuação da mesa administrativa da Santa Casa, instituição mantedora do cemitério público, afirmou-se que:

> Tivemos occasiao de observar o modo porque são sepultados ao cemitério d'esta capital os cadáveres dos indigentes, e força é confessar que nos revoltou a incúria da mesa administrativa d'aquelle pio estabelecimento.
>
> Abre-se uma pequena valla, e alli se vão sobrepondo uns aos outros os cadáveres, de modo que os últimos ficam a pouco mais de um palmo da superfície da terra!
>
> Como é natural, este serviço é feito aceleradamente, pois que para sepultar 70 e mais cadáveres por dia há apenas quatro trabalhadores![40]

Dois meses antes desta publicação, a crítica do jornal "combativo" esteve direcionada às irmãs de caridade. Sempre referenciadas pelos relatórios oficiais da presidência da província como exemplos de caridade pública e dedicação aos infelizes indefesos da cidade, as irmãs da Santa Casa tiveram tratamento bem diferenciado no jornal. Na matéria intitulada *Santa Casa de Misericórdia*, as ações das irmãs de caridade foram referidas como: "cruel indifferença, pois abandonam os infelizes indigentes que são alli conduzidos". Dizia o jornal:

> Á ultima sexta feira a tarde foi enchotado do portão da casa um desvalido, a quem as mesmas irmãs tangeram como a um cão, mandando-o trabalhar! Quando o infeliz chegou a calçada cahio lavado de suor agonisante; e só a exforço do districto Dr. Mello que chegou na occasiao, foi elle admitido, e talvez já esteja no cemitério.

O artigo iniciou o último parágrafo afirmando: "É horrível! Mas é a pura verdade". E, referindo-se às freiras, chamou-as ironicamente "santas irmãs".[41]

---

[40] Jornal O Retirante, 10.02.1878, n.º 33, p. 3. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[41] *Id.*, 11.11.1877, p. 2. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

Entretanto, não somente de denúncias tratava O Retirante. O quadro de desolação por que passava Fortaleza foi retratado pelo jornal, ao noticiar o desespero de um homem que, considerando inevitável sua morte e da família em decorrência da fome, abreviou seu sofrimento, suicidando-se. Em matéria intitulada *Suicídio por causa da fome,* o jornal narrou: "Fortunato de Araujo Frazão, morador nos arrebaldes da Telha, antes de ver sua infeliz família succumbir à fome poz termo a sua existência, enforcando-se!".[42]

Em 1879, O Retirante deixou de circular em Fortaleza e surgiu em seu lugar o jornal Echo do Povo, que provavelmente pertencia ao mesmo grupo, haja vista possuírem os mesmos formato e abordagem. O sentido desse tipo de imprensa – fugaz em sua existência – esteve relacionado às condições de anormalidade provocadas pelos efeitos da seca e visavam evidenciar os episódios de corrupção do governo, o abandono e descaso em relação aos retirantes e aos problemas sociais e epidêmicos sofridos pelos moradores da capital.

Se, por um lado, os relatos da imprensa possibilitaram o entendimento acerca das adversidades vivenciadas no período, por outro, a literatura não refutou oferecer testemunhos do flagelo vivenciado na província, como expressou o poeta Juvenal Galeno, nos seguintes versos:

"Minha pátria! Lar querido...
Qu'immensa desolação!
Cáe-me o pranto dolorido
No luto do coração;
Que a minha terra adorada,
Por fera sêcca assolada,
Ora vejo amortalhada
N'amargura, n'a afflicção!
Meu Deus!... que scenas d'horror!
Misericórdia, oh Senhor![43]

[42] Jornal O Retirante, 21.11.1877, p. 2. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[43] GALENO, J. *Novas canções populares – A seca do Ceará. Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, p. 65, (1878), 1887.

Poemas publicados durante e após a seca por escritores cearenses não foram raros. Contudo, em termos de romances, poucas narrativas foram mais vívidas que a escrita por Rodolfo Teófilo – farmacêutico e literato –, que registrou o cotidiano da seca. Suas obras, tanto ficcionais como memorialistas, são importantes testemunhos em que foram expostas, com maior dramaticidade e comoção, as experiências de mulheres, homens e crianças que se aglomeravam na capital e transformaram-se em uma massa "homogênea" de transeuntes sem nomes.[44]

Os relatos de memória da seca nas obras de Rodolfo Teófilo: Varíola e vacinação no Ceará *e* Violação

Neste tópico, serão analisadas duas obras de Rodolfo Teófilo cujas narrativas apresentam-se como testemunhos da seca. A primeira foi *Varíola e vacinação no Ceará,* em que se evidenciou o cenário de fome e doença que assolou a capital cearense. A segunda, *Violação*, através da qual se pode estabelecer uma relação entre a fronteira sutil da loucura e da razão na situação de miséria e desespero em que se encontraram os retirantes.

A obra *Varíola e vacinação no Ceará* narra o trabalho realizado por Rodolfo Teófilo como farmacêutico no combate à varíola no Ceará. Publicada no início do século XX, ela teve como objetivo expor a importância da vacinação como maneira de evitar surtos de epidemia. Para sensibilizar o leitor, Teófilo rememorou os fatos por ele presenciados referentes à seca de 1877-79, quando Fortaleza foi ocupada por milhares de retirantes:

> [...] havia em Fortaleza uma população de retirantes superior a cinco mil almas, vivendo completamente desabrigada e da caridade publica.
>
> Esta infeliz gente arranchou-se nos subúrbios da cidade a sombra das poucas arvores, que a secca não havia despido. Outros, entretanto, para evitar o caminho ao centro da capital, onde iam esmolar o pão de cada

[44] As obras mais importantes de Rodolfo Teófilo sobre a seca foram cinco: *A fome* e *Violação,* publicadas juntas pela Editora José Olympio e Academia Cearense de Letras; *História da seca do Ceará (1877 a 1880*); *Varíola e vacinação no Ceará* e *História da seca do Ceará (1877 a 1880).*

> dia, armavam as rêdes a sombra das frondosas mongubeiras de todas as praças da cidade. Era triste e ridículo ao mesmo tempo o espectaculo destes ranchos.
>
> Rara era a arvore que não tinha em seus galhos mais de dez ou doze tipóias armadas, qual mais suja, mais nojenta, e dentro dellas creanças ou adultos escaveirados, magros como múmias. [45]

O cotidiano, sobretudo do centro da cidade, foi completamente alterado pelo espetáculo de pedintes que esmolavam pelas ruas, formando uma massa de pessoas composta por cegos, órfãos e prostitutas. Rodolfo Teófilo afirma:

> Nas ruas que quadros commovedores! O numero de cégos pela varíola era incontavel. Dos lazaretos haviam sahido a mendigar pelas portas, cégos de todas as edades, centenas de infelizes aos quaes as pústulas variólicas haviam inutilisado a córnea.
>
> Eram sem conta também os chaguentos, que para tocarem a piedade dos transeuntes expunham as suas nojentas ulceras, distillando fétida salmoura, impressionando mui desagradavelmente a vista e o olfato.
>
> Entre a turba de esmoleres causava grande pena as creança, os pequeninos, orphãos de pae e mãe, que em companhia de mulheres vadias, de quem eram o ganha-pão, esmolavam cantando.[46]

Em sua narrativa, o quadro desolador da cidade reapareceu quando o autor expôs a migração de milhares de pessoas do interior para a capital:

> Ainda não vão muito longe os tormentosos dias de 1878, em que em dois mezes aquella terrível moléstia [a varíola] matou sómente em Fortaleza **vinte e sete mil tresentos e setenta e oito**[47] pessoas, sendo que em um só dia, 10 de Dezembro, foram inhumados no cemitério da Lagoa-Funda 1004 cadáveres de variolosos.

---

[45] TEÓFILO, R. *Varíola e vacinação no Ceará.* Ed. fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 52.
[46] *Ibid.*, p. 39.
[47] *Id. Violação.* Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979. p. 74, 194, 197. (Coleção Dolor Barreira). (grifos do autor).

> Pela assombrada cifra de mil e quatro pessoas fallecidas de varíola em Fortaleza em um só dia, pode-se muito bem avaliar a intensidade desta epidemia, a mais mortífera talvez que registra a historia destas pestes.[48]

A obra *Varíola e vacinação no Ceará* trata de uma narrativa memorialista cujo sentido político esteve evidenciado em vários momentos. Em um deles o autor responsabilizou o governo local por sua indiferença e negligência pelo caos social, epidêmico e sanitário da cidade.

Rodolfo Teófilo colocava-se como pertencente a uma geração que vivenciou o quadro alarmante de degradação humana. A proposta da obra foi divulgar o trabalho por ele realizado durante a campanha da vacinação contra a varíola para que a doença não mais provocasse mal semelhante na atualidade e permanecesse apenas como episódio guardado na memória: "della só se fallará como de uma entidade mórbida que existiu, uma moléstia histórica".[49]

A obra *Varíola e vacinação no Ceará* não foi o único registro feito por Theófilo sobre a temática da seca. Na novela *Violação*, que tratava de outra seca – a de 1862 –, ele narrou uma história de teor ao mesmo tempo testemunhal e ficcional em que retratou uma "triste cena da bruteza humana". A história torna-se oportuna de ser analisada por apresentar-se como ilustrativa do ambiente de "insanidade" que as privações humanas decorrentes da fome proporcionaram aos indivíduos. Embora a narrativa não aborde diretamente casos de loucura, o quadro é significativamente "revelador" nesse sentido, pois aparecem situações e termos como "alienação, psicoses, transe, melancolia, desalento, olhar doentio, obcecado". O episódio passou-se durante a epidemia de cólera-morbo, ocorrida na cidade de Maranguape.

A trama principal da história refere-se ao episódio de violação sexual de um cadáver através de relato permeado de desespero por parte do narrador – que fala em primeira pessoa – sobre a lembrança de, quando era mais jovem, ter presenciado em sua cidade episódios de fome, epidemia e mortes de várias pessoas. Na época, o protagonista

---

[48] TEÓFILO, R. *Varíola e vacinação no Ceará*, p. 154.
[49] *Id. Violação*. p. 74, 194, 197, 202.

estava noivo e, assim como muitos, também foi acometido por cólera-morbo. Considerado morto, ele foi levado pelos coveiros para realizar seu sepultamento. No cemitério, acordou atordoado com a possibilidade de presenciar o próprio enterro e percebeu que, ao seu lado, encontravam-se outros cadáveres à espera do mesmo fim. Seus sentimentos tinham misto de desespero e repugnância. Entretanto, o que parecia ser o suficiente para um enredo dramático adensava-se quando o narrador observou que, entre os mortos, estava ao seu lado o corpo da noiva, uma moça de 15 anos.

O que agravou a situação, por si só insuportável, era que os coveiros responsáveis pelo sepultamento da garota, estando completamente embriagados, roubaram-lhe os brincos e anéis. Logo em seguida, rindo, sentaram-se, pegaram um baralho de bolso e começaram a jogar, propondo uma aposta. O que estava em jogo era qual dos dois seria o primeiro a profanar o cadáver. O noivo assistiu a toda a cena, mas viu-se impedido de evitar o ato sexual, dos "dois monstros dominados somente pelo instinto bestial",[50] mediante seu estado de confusão e fragilidade física e psicológica. Ao relatar os acontecimentos, o narrador não sabia dizer ao certo se tinha adormecido ou desmaiado. Quando retornou à consciência, não sabia explicar se o que tinha acontecido era verdade ou delírio, mas observou que os dois coveiros, empestados pelo ambiente doentio do cemitério, estavam mortos.

O ápice de *Violação* é o enredo da narrativa de memória desse rapaz, vítima do cólera, que presenciara a violação da noiva morta. Entretanto, a novela é também um relato de memória do próprio autor, Rodolfo Teófilo, que tomou conhecimento daquele episódio quando era criança, ao ouvir o protagonista da tragédia narrar a história ao seu pai. Rodolfo, naquele momento, perguntara ao pai sobre o que os dois conversavam, mas foi-lhe dado como resposta que ele não tinha idade para ouvir tão dolorosa história.

Quando Teófilo retornou à sua cidade natal – já adulto –, lembrou da história que lhe despertara a curiosidade na infância. Ele procurou

[50] TEÓFILO, R. *Violação*. p. 254.

então o rapaz, agora velho e "com um olhar doentio",[51] para saber aquilo que seu pai recusara dizer-lhe. É nesse momento que o velho narra a violação.

Há na novela *Violação*, portanto, dois narradores: o primeiro, o próprio autor da novela – Rodolfo Teófilo –, e o segundo, o protagonista da tragédia da violação. Antes da exposição da história de necrofilia, Rodolfo Teófilo narrou também, em primeira pessoa, suas lembranças da seca de 1862, quando era garoto. Assim, existem duas narrativas de memória na novela.

Vários pontos convergentes aproximam as duas histórias.

Em primeiro lugar, ambas as personagens têm em suas trajetórias de vida a experiência da seca, que ocupa um mesmo cenário de reminiscências atormentadas pelo desespero da morte e do sofrimento. No caso de Rodolfo Teófilo, o sofrimento remonta a quando ele era criança. Também vivenciando a epidemia de cólera-morbo na mesma cidade, ele teve a difícil tarefa de enterrar sua irmã recém-nascida, vitimada pela doença, pois não poderiam fazê-lo nem o pai nem a mãe, ambos abatidos pelo mesmo mal. As experiências de Rodolfo Teófilo e do protagonista do episódio de necrofilia da noiva aproximam-se, pois as memórias de ambos se mantiveram vivas, tornando-se algo que se renovava com o tempo. Os dois narradores estavam unidos pela lembrança de tragédias.

Em segundo lugar, o ambiente do cemitério teve importância na condução da dramaticidade das duas narrativas, representando seus momentos mais agudos. Nele, ambas as personagens compartilharam o sentimento de abandono, solidão e desespero; os coveiros bêbados – presentes nos dois relatos – apresentavam-se como a imagem deplorável da condição humana.[52]

E finalmente, nas duas narrativas, havia a sensação de loucura e de confusão mental sobre o que era real e o que era alucinação, permeando profundamente as lembranças das duas personagens. Rodolfo Teófilo afirma:

---

[51] TEÓFILO. R. *Violação.* p. 247.
[52] *Ibid.,* p. 241.

> Por muitos anos, ainda, quando eu tinha um sonho mau, um pesadelo, eram eles os episódios de cólera. Aquelas cenas haviam ficado gravadas dentro de mim talvez para sempre. Com o andar do tempo modificou-se a minha psicose, ficando-me, entretanto, dentro do cérebro, as mesmas imagens, porém, menos nítidas, meio apagadas.[53]

A falta de clareza sobre o que era real ou ilusão também foi mencionada pelo narrador da tragédia da violação da noiva quando, em dado momento, ele afirmou não conseguir observar direito o trajeto feito até o cemitério. Ele mal enxergava. Contudo, recorrendo ao "poder do cérebro" e desejando permanecer com a razão, afirmou: "O meu cérebro, entretanto, funcionava bem, e pude então avaliar o seu poder".[54] Mais adiante, quando acordou, após o episódio da profanação do corpo da noiva, ele já não tinha mais exatidão sobre os acontecimentos:

> Custei a ter uma noção exata de minha pessoa, do lugar e do tempo. Não posso bem definir o estado de meu espírito quando despertei. Tive uma sensação de vazio na cabeça, depois de atordoamento, idéias se atropelaram, se baralharam em uma confusão de loucura [...].[55]

Ele admitia o embaraço mental e reconhecia não ter certeza se o que ocorrera com a noiva fora sonho ou realidade. Entretanto, finalmente admitiu ser o fato verdadeiro, o que lhe desencadeou grande desolação, e sua memória tornou-se então um pesadelo: "E continuariam a ser para mim um pesadelo aquelas reminiscências, a terem o valor de uma extravagante alucinação, se meus olhos não confirmassem a tristissima verdade caindo sobre as formas dela completamente expostas".[56]

O tema da perda da razão é questão a ser considerada na novela como um todo. Todas as personagens, em certa medida, estavam atordoadas. Desde os dois narradores – marcados pelo sofrimento vivo na memória – aos coveiros, que em seu instinto bestial mostravam que, em cenário de miséria e mortes, a noção de racionalidade e moralidade eram atributos muito frágeis de ser considerados.

---

[53] TEÓFILO. R. *Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979. p. 237, 245. Grifo nosso.
[54] *Ibid.*, p. 253.
[55] *Ibid.*, p. 255.
[56] *Ibid.*, p. 256. Grifo nosso.

Convém neste momento fazer a seguinte reflexão. Se, por um lado, a trama narrada em *Violação* retratou a história pessoal de dois indivíduos acometidos pela experiência da seca e dos problemas acarretados a partir dela, por outro lado, tais narrativas poderiam ser a história de outros retirantes que estiveram em situações semelhantes. A sensação da falta de "normalidade", ou a percepção da época de "insanidade" e desespero, representada pelo drama da seca, era algo verossímil, sobretudo se forem levados em consideração a privação das necessidades humanas básicas – como a supressão da fome e sede –, o contágio de doenças infecciosas e as humilhações diversas, como tentativas de estupro, práticas de espancamentos, entre outras situações-limite, narradas anteriormente, em que estavam vulneráveis os retirantes.

Rodolfo Teófilo, ao referir-se ao ambiente completamente desolador vivenciado pelo povo, que esteve diante dos horrores do cenário de morte, em decorrência da epidemia de cólera, afirmou: "Nessa crise de assombramento, de **alucinação**, foram grandes as angústias da população flagelada [...]. A paz da existência os havia abandonado na hora angustiada daquele **transe**".[57]

Assim, os retirantes que se aglomeravam pelas ruas de Fortaleza, aos olhos de uma sociedade atônita pela alteração de seu cotidiano, poderiam ser identificados como esmoleres, pedintes, vagabundos e também como alienados ou insanos. Não se pode atribuir a mera coincidência o fato de que as obras de construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula fossem intensificadas nos anos da seca de 1877-79.

O início do processo de construção do Asilo de Alienados: a problemática da localização definitiva do edifício e a execução das obras

Logo no primeiro ano da seca, apareceram mudanças quanto ao projeto de construção do Asilo de Alienados. Fator decisivo, nesse sentido, foi a escolha do local para a realização da obra.

[57] TEÓFILO. R. *Violação.* Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979. p. 256. Grifos nossos.

Em julho de 1877, o capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua esposa, Dona Maria Theófilo Albano, fizeram a doação de um terreno na "estrada empreitada de Arronches", no valor de 1:000$000,[58] com o objetivo de lá ser construído o asilo para alienados. A Santa Casa de Misericórdia organizou uma comissão com o objetivo de avaliar o novo local, concluindo que ele estava nas "melhores condições", pois, além de estar próximo à lagoa de Porangaba, a "extensão superficial do terreno permitte ao edifício projectado o maior desenvolvimento".

Segundo a escritura de doação, lavrada em cartório, o terreno que integrava o sítio dos doadores estava bem localizado e ocupava uma área "perto da povoação d'este nome, na margem da estrada empedrada, do lado do poente, com fundos correspondentes até a lagoa da Porangaba". Neste terreno, seria erguido o Asilo de Alienados São Vicente de Paula. No momento em que a doação do terreno foi lavrada em cartório, as obras já estavam "em construcção adiantada".[59]

Em agosto de 1877, o jornal liberal O Cearense noticiou a localização da obra e afirmou que a Santa Casa havia nomeado comissão para avaliar o terreno. As condições financeiras para a execução dos trabalhos foram descritas como favoráveis, uma vez que, com a economia abalada pela seca, os materiais de construção estavam com preços baixos, assim como os salários dos operários.[60] Dessa forma, a obra teria condições de avançar e representaria duplo benefício à população, não somente porque resolveria o problema da circulação dos loucos pela cidade, como em razão da utilização da mão de obra dos retirantes, muitas vezes paga somente com gêneros alimentícios. Nesse sentido, a obra pública minimizaria o problema da miséria e da falta de trabalho e inseriria os retirantes dentro da nova lógica civilizatória e da ótica do mundo do trabalho urbano, ao transformá-los em operários e ao retirar-lhes a condição de "ociosidade" ou "vagabundagem".

---

[58] *Escriptura de Doação que Fazem o Capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua Mulher á Santa Casa de Misericordia desta Cidade, de um Terreno na Estrada Empreitada de Arronches, para o Edifício do Azilo de Alienados, por 1:000$000* (Acervo do ASVP).

[59] *Escriptura de Doação* (Acervo do ASVP).

[60] Jornal O Cearense 15.08.1877 (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

Ainda no mesmo mês de agosto de 1877, o jornal O Cearense voltou a se referir à comissão escolhida pela Santa Casa de Misericórdia para analisar o local aproximado para a edificação do asilo. A avaliação do terreno doado por Silva Albano foi considerada favorável, uma vez que ele se situava próximo tanto à Via Férrea de Baturité como à lagoa de Porangaba. A justificativa para a escolha do local onde seria erguido o Asilo de Alienados correspondia à proposta da medicina alienista da época. Segundo o jornal, esses estabelecimentos eram "sempre construídos distantes dos grandes centros de movimento".[61] Assim, o lugar selecionado reafirmava a ideia de que a loucura deveria estar longe do olhar da sociedade, retornando para sua condição de invisibilidade, que a seca lhe havia retirado.

Após a definição do local para edificação do asilo, foram organizadas pela Santa Casa novas comissões, com o objetivo de realizar os preparativos para a solenidade de assentamento da pedra fundamental. A mesa administrativa propôs dirigir pedido à princesa imperial para ser a protetora do Asilo de Alienados e convidou paraninfos para a cerimônia religiosa do assentamento.[62]

Em 7 de setembro de 1877, foi realizado oficialmente o lançamento da pedra fundamental do asilo para alienados.

A historiografia registrou o fato em duas publicações. A primeira, através da *Revista do Instituto do Ceará* de 1900, quando o historiador João Brígido se referiu ao evento como resultado de duas iniciativas, a do "philatropo Visconde de Cauhype", e a do "benemérito coronel Manuel F. Albano", o doador do terreno para edificação da obra.[63] O segundo registro se deu através de Barão de Studart, na obra *Datas e factos para a história do Ceará,* em que novamente se referiu ao Asilo de Alienados como resultado da iniciativa de Visconde do Cauhipe e das deliberações da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.[64]

---

[61] *O Cearense* 28.08.1877. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

[62] Sessão de 16/08/77, p. 23; Ss: 27/08/77, p. 24; Ss: 04/10/77, p. 24; Ss: 18/10/77, p. 25; Ss: 25/10/77, p. 25; Ss: 13/12/77, p. 28; Ss: 24/01/78, p. 29; Ss. 04.01.78, p. 30; do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

[63] BRÍGIDO, J. *Ephemeridades do Ceará – Parte II. Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, p. 216, 1900.

[64] STUDART, G. *Datas e factos para história do Ceará.* Fortaleza: Typographia Studart, 1896. p. 234.

Se a historiografia, por um lado, cumpriu a função memorialista de registrar o fato, o jornal O Retirante, por sua vez, noticiou o sete de setembro – data do lançamento da pedra fundamental do Asilo de Alienados – salientando a importância da obra. Em seu tom costumeiramente combativo, O Retirante afirmou que, se a loucura era tratada com indiferença pelo governo, a caridade, entretanto, acolhia as "lagrimas da indigência", e a loucura iria "encontrar asylo". Segundo o jornal: "O dia de hoje é e será sempre um dia solemne para este povo que sofre, para esta província que espera seu grande futuro". Visconde de Cauhipe foi novamente lembrado e homenageado não somente pela importância de suas ações para a atualidade, como pela gratidão que a "geração futura" sentiria por ele, ao afirmar que "se passam curtos os dias de uma existência", contudo, "perdura a memória dos benfeitores da humanidade".

Através da análise do discurso de O Retirante, observa-se que o lugar que ocupou a loucura na sociedade fortalezense girava em torno das noções de visibilidade e invisibilidade. Isso se torna perceptível se for analisado o conteúdo da matéria publicada em homenagem a Visconde de Cauhipe, através da qual é suscitado o momento em que ele havia idealizado o projeto de construção do Asilo de Alienados. No início da década de 1870, o período era favorável economicamente para a construção do asilo, entretanto a obra não foi considerada prioridade para as autoridades públicas porque os loucos não representavam grande incômodo ou perigo, socialmente. Dessa forma, a iniciativa de Cauhipe ganhou dimensão humanitária ainda maior para seus contemporâneos, pois significou um sentimento de sensibilidade em relação à questão da loucura, em uma época em que a caridade particular e instituições públicas mostravam-se indiferentes a ela.

> Na epocha de abastança em que elle [Visconde do Cauhipe] estudou a chaga de nossa sociedade que precisava de mais urgente amparo – a loucura – desprotegida pelo escarneo de uns, pelo susto de outros, pela indifferença de muitos, sem duvida devera impressionar mais o seu espírito.

Entretanto, quando os episódios extraordinários como a seca se iniciaram, a loucura saiu de sua condição de não notoriedade para se

tornar um problema social. Assim, o jornal estabeleceu uma relação entre a "indigência" e a "insanidade", ao reportar-se aos benefícios que traria o asilo para alienados, pois proporcionaria o tratamento diferenciado aos "infelizes retirantes, a quem o governo nega até a esmola do trabalho com que mantenham a existência".[65] O termo utilizado pelo jornal para tratar dos indivíduos beneficiados com a construção do asilo foi "infelizes retirantes" e não loucos, propriamente ditos.

Torna-se oportuno considerar que a construção do asilo para alienados representou não necessariamente o recolhimento dos "loucos", mas de um leque maior de pessoas, que, dentro de um cenário de miséria e desespero, poderiam ser identificadas como tal. O limite entre a condição de extrema pobreza e a insanidade parecia ser muito sutil. E assim, a loucura passava a ocupar outro lugar e significados; ao tornar-se mais do que problema de ordem de saúde – e mais do que uma doença mental –, tornava-se problema social e urbano que deveria ser sanado.

No auge da seca, em 1878, a obra do Asilo de Alienados São Vicente de Paula esteve em pleno andamento e possuía condição financeira diferente da apresentada antes do início do flagelo; ela recebeu o capital de 12:536$259, além da quantia extra de 2:666$971, "proveniente de juros e diversas doações". Os trabalhos continuaram e as verbas entraram, obtendo a obra, naquele ano, o montante de 27:185$167. Segundo o presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros, em mensagem enviada à Assembleia Provincial, havia ainda a necessidade de arrecadar a quantia de 18:018$063. Entretanto, o tom otimista sobre os trabalhos reapareceu nos relatórios oficiais, ao considerar Albuquerque Barros que, em "breve", se o hospício não fosse concluído, ao menos ele teria "condições de ir servindo ao seu fim altamente humanitário".[66]

Ao notificar quadros financeiro e estrutural favoráveis, o relatório evidenciou que a obra passava por mudanças, ao deixar de ser somente

[65] Jornal *O Retirante*, 09.09.1877, p. 1. (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).
[66] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878*, item *Santa Casa de Misericórdia*, p. 36.

mais uma ideia de pessoas "bem-intencionadas" que objetivavam promover a caridade para tornar-se uma obra pública do governo provincial em real execução. No item intitulado *Obras diversas da capital*, foi dito sobre a obra que estava "bastante adiantada e tem sido executada com segurança e perfeição.[67]

Os trabalhos de construção do asilo, iniciados efetivamente, tiveram que conviver com outras prioridades naquele momento, como o atendimento ao número de retirantes que começou a crescer em Fortaleza e que procurava a Santa Casa de Misericórdia.

Em fins de 1877 e nos primeiros meses de 1878, a Santa Casa, ao mesmo tempo que objetivou impulsionar a obra do Asilo de Alienados, necessitou aumentar internamente suas dependências para atender à demanda de pessoas advindas de várias localidades do Ceará. Nesse sentido, ela recorreu ao presidente da província, através de comissão, para comunicar não possuir o hospital, espaço para abrigar mais doentes, sendo necessário fazer algo rapidamente. A solução encontrada pela mesa administrativa foi construir mais uma enfermaria. Compras de tijolos de alvenaria foram feitas, utilizando-se como força de trabalho a própria mão de obra retirante.[68] A seca dava sinais de incômodo à mesa administrativa, que se assustou com a mortalidade crescente nas enfermarias, correspondente à média diária de vinte pessoas. Além de aumentar suas dependências, a Santa Casa precisou de mais pessoas para ajudar no trabalho dos coveiros do cemitério público para enterrar os corpos e, como se tal medida não fosse o suficiente, necessitou, posteriormente, aumentar o próprio cemitério, contando mais uma vez com a mão de obra retirante, que recebia diária de 500 réis ou somente alimentação, também chamada de rações.[69]

A situação difícil por que passou a mesa administrativa, através dos registros crescentes de doentes e mortos, correspondeu apenas ao

---

[67] *Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item *Obras Diversas da Capital*, p. 60-62.

[68] Sessão de 13.12.1877, p. 28; Ss: 20.12.77, p. 28; Ss: 07.01.78, p. 29; do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

[69] Sessão de 28.11.1877, p. 27, Ss. 28.01.78, p. 30; Ss. 14.02.78, p. 31, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

início do flagelo, cujas proporções tornaram-se bem maiores em janeiro de 1878, quando a mortalidade mensal de doentes na capital apresentou uma média de 1.500 pessoas, segundo o vice-provedor Silva Albano, em ofício ao presidente da província João José Ferreira Aguiar.

> Incapacidade das enfermarias do estabelecimento para continuação de recebimento de doentes, cujo numero avulta consideravelmente serviço extraordinário na condução de cadáveres para o Cemiterio, e a cargo da empresa funerária, obrigando actualmente aos mais penosos sacrifícios, incapacidade do Cemitério para conter em tempo mui próximo os que forem ali levados a inhumação.[70]

Paralelas às reformas da Santa Casa e do cemitério, as obras do Asilo de Alienados continuaram em andamento, apesar das dificuldades, tendo como recursos os donativos e os resultados da extração das loterias. Assim, em ofício da Santa Casa de 30 de setembro de 1878, o vice-provedor fez um balanço da receita e despesa do ano anterior, afirmando que a obra estava "em estado de grande adiantamento".[71]

Através de minuciosa descrição sobre a condução dos trabalhos no terreno do Asilo de Alienados, Silva Albano fez observações acerca da construção de compartimentos na área do fundo e não na da frente do terreno, aproximando o Asilo de Alienados da lagoa de Porangaba. Ele afirmou:

> O edifício em construcção mede 66 metros ou 300 palmas de frente sobre 11m ou 50 pes de fundo [...]. O lanço da frente consta 14 compartimentos assim distribuídos; um vestíbulo no centro, 4 salas para alienados de cada lado do vestíbulo, 5 quartos.
>
> Há ainda alem dessas peças dous grandes compartimentos para a enfermaria e cosinha [...].
>
> Todas as sessões serão construídas com dimensões iguaes.

[70] *Livro de Correspondência Oficial*, n.º 2, de 29 de janeiro de 1878. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).
[71] *Ibid.*, de 30 de setembro de 1878, p. 18. (Acervo: APC).

No relatório, ele destacou "as melhores condições higiênicas" do asilo, afirmou que o "pavimento do edifício é elevado" e ressaltou que a fachada principal se achava quase concluída.[72] Contudo, alguns trabalhos estavam pouco adiantados, como o "serviço de capinagem".

Sobre a questão financeira, Silva Albano enfatizou a necessidade de dar continuidade à obra enquanto recursos existissem, pois muito dinheiro havia sido empreendido, "cerca de trinta contos". A empolgação do relator foi perceptível em vários momentos, não somente acerca do terreno, destacado por possuir excelente poço, que deveria "resistir as mais prolongadas seccas", como da importância da obra em seu sentido humanitário para o Ceará, pois estaria condizente com as demais províncias brasileiras já possuidoras de hospício para loucos. "Toda a difficuldade me parece será no começo e estou convencido de que assim como em outras províncias, o Ceará há de também por sua vez poder collaborar uma grande obra humanitária, tornando a si o caridoso encargo de tratar dos que mais soffrem".[73]

Ao emitir gratidão aos poderes públicos e à caridade particular, Silva Albano ratificou em relação a esses dois segmentos sociais o "amplo e generoso concurso com que si entrou para a obra".[74]

Um fato curioso apareceu como problemática para a mesa administrativa da Santa Casa no ano de 1878, com que ela provavelmente não contava. Tratava de uma dívida contraída pelo finado Visconde de Cauhipe referente à extração de bilhetes de loteria em benefício do Asilo de Alienados, no valor de 2:019$000. A mesa administrativa, após discutir a matéria em reuniões, procurou mais de uma vez a família do ex-vice-provedor para lhe fazer a cobrança do dinheiro, ao nomear um procurador, sem, contudo, obter êxito.[75]

A questão da cobrança da dívida perdurou durante todo o período da seca. Em 2 de setembro de 1880, o mordomo tesoureiro informou

---

[72] *Livro de Correspondência Oficial*, de 30 de setembro de 1878, p. 18. (Acervo: APC).
[73] *Ibid., loc. cit.*
[74] *Ibid., loc. cit.*
[75] Sessão de 09.05.78, p. 36; Ss.18.08.1878, p. 41, Ss., do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM). Sessão de 24.04.1879, p. 13 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

à mesa administrativa que o Barão de Ibiapaba – irmão e inventariante dos bens de Visconde de Cauhipe – afirmou que este não havia deixado nenhuma dívida, "por nada constar dos livros do referido finado". Mas a administração da Santa Casa, não satisfeita com a resposta, deliberou cobrá-la judicialmente, caso não se pudesse "conseguir amigavelmente". A mesa estava segura da existência da dívida, pois, no Diário de 1876 da Santa Casa, havia registros sobre tal débito. Ela resolveu, então, reproduzir em ata de sessão ordinária o texto minucioso de todas as extrações de loterias, com seus respectivos valores, ocorridos no ano de 1876. Em posse da prova do débito, ela deliberou a abertura do processo judicial de cobrança da dívida contra a família.

> Resolveo-se que o Sr. Dr. Procurador geral, reunindo todas as provas de semelhante debito, promova quanto antes e pelos meios legaes a referida cobrança, tendo muito em attenção os embaraços com que lucta actualmente a Santa Casa para satisfação dos seos encargos.[76]

Os embaraços mencionados pelo mordomo relator referiam-se às dificuldades financeiras costumeiramente enfrentadas pela Santa Casa, ao longo de sua história. Entretanto, pode-se imaginar o desconforto causado pela dívida à mesa administrativa, haja vista que o alvo da cobrança era a família de um ex-vice-provedor, que, além de anteriormente ter sido aplaudido e reverenciado como o grande filantropo responsável pela ideia de construção da obra do asilo, não estava mais vivo para se defender. Percebe-se desconforto maior se for analisado que o processo de cobrança se arrastou desde 1878 e, somente após dois anos, a mesa administrativa decidiu cuidar judicialmente do caso, ao nomear advogado para conduzir o processo.[77]

O quadro financeiro da Santa Casa não era promissor e a seca agravou mais ainda a situação. Em 1879, o presidente da província enviou ofício ao Hospital da Misericórdia em que expôs a desfavorável

[76] Sessão de 2 de setembro de 1880, p. 45 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).
[77] Sessão de 7 de outubro de 1880, p. 47 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

condição financeira do país, solicitou a redução de despesas do hospital com os enfermos indigentes e o envio de informações sobre o número de internos que recebiam tratamento por parte do governo. A mesa regedora, em resposta, reuniu-se em sessão extraordinária, contabilizou cento e cinquenta doentes e afirmou ter espaço para o recolhimento de mais cinquenta, seu limite. Ao acatar o pedido do presidente, ela deliberou a redução das despesas com medicamentos e da diária do tratamento de cada doente.[78]

Apesar do quadro econômico negativo durante a seca, algumas despesas internas chamaram a atenção dos membros da mesa administrativa do hospital, como ocorreu em setembro de 1878, como a compra de objetos de decoração para a capela feita pela irmã superiora, que, após a realização do negócio, apresentou a conta a ser paga pelo hospital. A irmã foi advertida para não repetir tal procedimento sem a devida autorização da administração. Sem recursos para pagar a compra, a mesa administrativa encaminhou a despesa ao presidente da província para que ele a quitasse.[79]

Em 1879, a Santa Casa anunciou outra despesa, prevista para o hospital em tempos de estabilidade econômica, mas controvertida mediante às circunstâncias atípicas sanitárias e de saúde pública. Tratou-se da festa religiosa comemorativa do aniversário da Irmandade, no dia 14 de março, quando, tomava posse a nova mesa administrativa. A irmã superiora reclamou ao mordomo responsável pela capela, o senhor Câmara, para que houvesse missa cantada e que fosse comprado um círio para a capela, tendo sido atendida. Entretanto, não somente das demandas da capela ocupou-se a irmã de caridade. Em mesma sessão ordinária, ela solicitou providências para a compra de fazenda para confecção de roupas para os doentes das enfermarias, obtendo também autorização.[80]

---

[78] Sessão Extraordinária de 28 de outubro de 1879, p. 25 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).
[79] Sessão de 26 de setembro de 1878, p. 47 do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).
[80] Sessão de 06 de março de 1879, p. 08 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

Os anos de seca foram difíceis para o hospital e, assim como o presidente da província solicitou à Santa Casa a diminuição de suas despesas, a Empresa Funerária – pertencente àquela – também foi orientada para reduzir o número de funcionários e seus vencimentos. Contudo, posta a matéria em votação durante reunião da mesa administrativa, foram não somente mantidos os empregados como inalterados seus ordenados.[81]

A conservação dos funcionários e de seus vencimentos pode ser justificada pelo volume de trabalho a partir do elevado número de indigentes aglomerados pela cidade. Assim, apesar das dificuldades econômicas, avaliou-se ser necessária a manutenção das mínimas condições de trabalho. Essas condições, por sua vez, foram abordadas pelo médico Meton de Alencar, em reunião ordinária de 1880, quando, após o fim da seca, solicitou designação para outras enfermarias onde o trabalho fosse menos exaustivo, haja vista desejar "descançar por alguns tempos do penozo serviço de cirurgia". A mesa administrativa da Santa Casa decidiu então que os médicos se revezassem mensalmente naquele setor.[82]

Passado o flagelo da seca, os três médicos do hospital – Meton de Alencar, João da Rocha Moreira e Pedro Augusto Borges – solicitaram gratificação de quarenta mil réis mensais, referentes ao trabalho "excessivo que tiveram no tratamento de crescido numero de emigrante" realizado de fevereiro de 1878 a dezembro de 1879, tendo obtido resposta favorável da mesa administrativa.[83] O reconhecimento do trabalho dos três médicos já tinha sido registrado pela irmã superiora em 1878, ao considerar que o exercício de suas atividades se tinha desempenhado com "zelo e dedicação", visto que "caridosamente" cuidavam dos doentes que naquele estabelecimento iam "buscar alivio a seus males".[84]

[81] Sessão de 18 de dezembro de 1879, p. 27 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).
[82] Sessão de 15 de janeiro de 1880, p. 28 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).
[83] Sessão de 12 de fevereiro de 1880, p. 29 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).
[84] Sessão de 30 de setembro de 1878, p. 18 do Livro de Atas de 27 de julho de 1877 (Acervo: SCM).

No que se refere ao Asilo de Alienados, apesar da falta de recursos e da dívida de mais de dois contos de réis deixada pelo Visconde de Cauhipe, as obras permaneceram em andamento e, em sessão extraordinária de 17 de maio de 1880, o relator afirmou ser possível sua inauguração o mais brevemente se obtivesse, naquele momento, mais recursos, como a extração de duas loterias.[85]

Torna-se importante estabelecer paralelos entre os cenários local e nacional no que se refere ao tratamento dado à institucionalização da loucura e observar como o tempo na história é múltiplo e diverso. Enquanto, em 1879, houve esforço das autoridades públicas e das elites para a construção do asilo para alienados no Ceará – a primeira tentativa oficial de oferecer lugar específico para abrigo dos loucos –, no mesmo ano, segundo a historiadora Magali Engel, surgiu o curso de clínica psiquiátrica na seção de ciências médicas das Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em uma demonstração de que as discussões acadêmicas estavam avançadas naquelas províncias (ENGEL, 2001, p. 134), ao passo que na capital cearense a questão emergencial era ainda a construção do espaço asilar para a loucura.

Se o tempo histórico é diverso, as demandas de cada espaço também o são. Enquanto em São Paulo, a historiadora Maria Clementina Cunha justifica a criação do asilo para alienados a partir do crescimento econômico e populacional da cidade, a experiência de Fortaleza apresentou outra configuração social. O crescimento populacional também ocorreu, contudo motivado não por um desenvolvimento positivo da economia, mas por um quadro de miséria e crises em todos os setores da atividade produtiva, como comércio, indústria, agricultura e pecuária, decorrentes do flagelo da seca.

O tema historiográfico da loucura em São Paulo constitui-se de uma perspectiva teórica voltada para a medicina social urbana na qual se estabeleceu uma relação muito próxima entre a alienação e o desenvolvimento da sociedade burguesa. Esta impunha novas formas de

[85] Sessão extraordinária de 17 de maio de 1880, p. 38 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

socialização e controle social em face do proletariado e demais sujeitos sociais, a partir de um cenário em que a pobreza urbana crescia juntamente com os loucos que também perambulavam pelas ruas, ao compor uma mesma "paisagem ameaçadora da multidão" (CUNHA, 1986, p. 46). A desordem social representada pelos loucos na cidade foi um dos fatores responsáveis pela construção do Hospício do Juquery e constituiu-se em outras experiências e práticas sociais na cidade de São Paulo.

A proposta das autoridades públicas de Fortaleza em oferecer abrigo aos loucos esteve inserida em um cenário no qual não apenas esses sujeitos, mas outros indesejados socialmente ocuparam igual espaço perturbador da ordem pública, em consequência da seca, como os mendigos, órfãos e doentes em geral. Nesse sentido, se houve intenção das "ações beneméritas", pública e privada, de criar espaço para a construção do Asilo de Alienados, este não representou projeto único das elites da cidade. Além dele, mais duas instituições foram planejadas com a mesma perspectiva: uma visando oferecer abrigo aos mendigos e desvalidos em geral e a outra objetivando recolher os órfãos da seca; respectivamente elas se denominaram o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Cristina.

Instituições de assistência aos retirantes da seca: o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina

Após o início da seca, o governo provincial demonstrou intenção de construir um asilo para abrigar mendigos. Em julho de 1877, o presidente da província nomeou comissão com o intuito de arrecadar donativos para a obra[86] e no dia 2 de dezembro, a primeira pedra fundamental havia sido lançada. Novamente, a iniciativa da obra pública foi atribuída a uma única pessoa; dessa vez, o ex-vice-provedor da Santa Casa, Joaquim da Cunha Freire – o Barão de Ibiapaba – ao doar a quantia de 10:000$000 e o terreno para a fundação do edifício.[87]

[86] TEÓFILO, R. *História da seca no Ceará, (1877 a 1880).* Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 105.

[87] *Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item *Azylo de Mendicidade,* p. 36.

Joaquim da Cunha Freire era irmão de Severino da Cunha Freire, o Visconde de Cauhipe e "idealizador" do asilo para alienados. Assim como ocorreu com Severino da Cunha Freire, alguns intelectuais também prestaram homenagem a Joaquim por sua iniciativa. O escritor Antônio Sales, em *Novos retratos e lembranças*, fez breve "histórico" sobre o Barão de Ibiapaba, ao afirmar que ele havia feito fortuna com o comércio de algodão e construído a Casa Severiano Ribeiro da Cunha & Irmão, considerada a "mais importante do Estado".

"Multimilionário", alcançou prestígio entre a facção político-partidária conservadora, denominada Graúda. Foi várias vezes vice-presidente da província e assumiu interinamente a presidência no ano de 1874.[88] Foi ainda nome importante na fundação da Via Férrea de Baturité como um dos dirigentes de empresa privada no período de 1870 a 1876 (PEREIRA; LIMA, 2007, p. 185). Recebeu o título de barão pelo imperador, enquanto seu irmão foi condecorado visconde pelo rei de Portugal. Segundo Antônio Sales, havia diferenças entre os dois irmãos: enquanto Joaquim não era homem culto e nem "sempre generoso", Severiano era mais "instruído, de gostos apurados, filantropo [...]".[89]

De forma semelhante ao que ocorreu com o asilo para alienados, a obra do Asilo de Mendicidade, situado no Outeiro da Prainha,[90] esteve em fase "bastante adiantada" no período da seca, sem interrupções desde o início. Em relatório, o presidente da província João José Ferreira de Aguiar considerou ser rápida a execução da obra, tendo em vista a existência de recursos,[91] seja através de donativos de particulares, seja pela ajuda advinda dos socorros públicos.[92]

A imprensa cedeu espaço à construção da obra. O jornal O Retirante, em perspectiva politicamente oposicionista ao governo

---

[88] SALES, A. *Novos retratos e lembranças*. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995. p. 36. (Coleção Alagadiço Novo).
[89] *Ibid.*, p. 34.
[90] TEÓFILO, R. *História da seca no Ceará*, (1877 a 1880). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa,1922. p. 135.
[91] *Relatório do Presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar de 22 de fevereiro de 1878*, item: *Asylo de Mendicidade*, p. 7.
[92] TEÓFILO, *op. cit.*, *loc. cit.*

provincial, ironizou o jornal conservador Constituição, ao afirmar que governo estava muito caridoso e até já pregava "sermões de lagrymas". Apesar de fazer críticas à administração provincial, O Retirante reconheceu ser o projeto uma boa ideia para a cidade.[93]

O jornal liberal O Cearense também defendeu a urgência da construção do asilo para mendigos. Entretanto, o foco do seu discurso foi voltado para a crítica às ações consideradas atentado aos bons costumes, praticadas por esmoleres que proliferaram pela cidade. Essas ações eram consideradas "imorais e repugnantes" porque nem sempre os que pediam esmolas eram realmente mendigos. Segundo a historiadora Josinete Souza, referindo-se à matéria do jornal O Cearense, a construção do asilo de mendicidade colocaria fim a "essa nojenta especulação" que envolvia "a caridade no manto da esperança" e afastava "da esmola os verdadeiros necessitados" (SOUZA, 1999, p. 37). Através da fundação do asilo de mendicidade, seria possível distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos, que, segundo o jornal, tendo condições de trabalhar, aproveitavam-se da situação de penúria da cidade para conseguir caridade pública.

As práticas dos maltrapilhos que vagavam pela capital incomodavam os moradores e infringiam os códigos de postura, causando desconforto para as elites que observavam as ações afrontosas às boas maneiras da convivência social. Mesmo em época extraordinária como a da seca, os Códigos de Postura não deixaram de existir e eram muito objetivos em seus artigos. Era vedado aos indivíduos, entre outras práticas, promover disputas em controvérsias nas ruas, praticar atos obscenos, "andar pelas ruas indecentemente vestido, deixando de trazer, pelo menos, camisa e calça, sendo aquella por dentro desta";[94] essas medidas se tornaram completamente descabidas, difíceis de ser cumpridas no ambiente, em que não era raro pessoas andarem seminuas pelas ruas.

---

[93] *O Retirante (1877): 15 de junho*: "Um pouco de Tudo", p. 4 (Setor de Microfilmagem da BPMP).

[94] *Código de Postura da Comarca Municipal de Fortaleza*, aprovado em Resolução nº. 1818 do 1º de fevereiro de 1879, nº. 49; Título 6º "Medidas Preventivas"; capítulo 2º. "Bulhas, Voserias, Obsenidades e Offensas a Moral"; Art. 98, p. 119 (Acervo do Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel; Leis do Ceará, de 1876 a 1897).

Se, por um lado, foi difícil controlar o espetáculo que "atacava" as boas maneiras, por outro, era necessário recolher os mendigos em abrigo próprio, visto que o número de pedintes cresceu tão verticalmente que o sábado foi "instituído" como o dia das esmolas. Segundo Rodolfo Teófilo, algumas categorias de trabalhadores, como a das lavadeiras, deixavam de trabalhar neste dia para ir de porta em porta pedir ajuda. Na obra *Varíola e vacinação no Ceará*, Teófilo afirma:

> Hoje, nos dias de sabbado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda em Fortaleza, chegou a ponto de santificarem o sabbado.
>
> Reservam este dia para as esmolas. Já me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei ser verdade.
>
> As lavadeiras, por exemplo, não trabalham nos sabbados, pedem esmolas. Posso isso affirmar de visu porquanto as lavandeiras são os poços a flor da terra desseminados pelas areias de Fortaleza, e todas as vezes que por elles passei no mencionado dia não vi uma lavadeira sequer.[95]

Destarte, o projeto de construção do Asilo de Mendicidade visou oferecer resposta à situação de mendicidade crescente e desordenada de Fortaleza. Outro projeto em construção, o da Colônia Orfanológica Christina, seguiu a mesma perspectiva, não em relação aos mendigos, mas aos órfãos desvalidos da cidade.

Segundo o historiador Guilherme Studart, a Colônia Orfanológica Christina foi uma instituição cujo objetivo era recolher meninos e meninas com idade entre 7 e 12 anos, na condição de "orphãos e ingênuos cearenses desvalidos", oferecendo-lhes "abrigo, educação e amparo"[96] gratuitamente. A seca foi novamente apontada como fator decisivo para a concretização da obra. De acordo com a lei provincial n.º 1.876, de 11 de novembro de 1879, tornou-se "urgente" oferecer asilo e "conveniente educação aos orphãos que as calamidades da secca e da peste" grassaram nesta "província durante três annos".[97]

---

[95] TEÓFILO, R. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 117.
[96] STUDART, G. *Datas e factos para história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896. p. 271.
[97] *Ibid.*, p. 274.

A personagem mencionada com destaque para a efetivação da obra foi o comendador Luiz Ribeiro da Cunha, que, segundo Barão de Studart, doou, em 1880, cerca de quatro léguas quadradas de terras no local denominado de Canafístula. Em recompensa, ele recebeu o título da Ordem da Rosa do governo imperial. Homem que fez "carreira comercial", ao construir "grande fortuna",[98] Luiz Ribeiro da Cunha, além do terreno, doou todo os gado existente na mesma fazenda.[99]

As terras estavam localizadas em Canafístula, no município de Acarape, a 45 quilômetros de Fortaleza e eram atravessadas por uma das estações da Estrada de Ferro de Baturité.[100] O terreno foi avaliado positivamente em "qualidade e vastidão", ao possuir série de vantagens geográficas: "compreendendo serras e extensas planicies, a riqueza das mattas, as benfeitorias já existentes, entre as quais algumas casas, cercados e plantações". Estas foram, "além da facilidade dos transportes", as razões apontadas pelo presidente da província José Júlio Albuquerque Barros, em discurso dirigido à Assembleia Provincial, para a escolha do local a ser erguida a Colônia Orfanológica Christina, onde também seria construída uma capela.[101]

Ao passo que o São Vicente de Paula se tornou, na década de 1880, a primeira instituição voltada para a loucura, houve em Fortaleza, em momentos anteriores, a construção de estabelecimentos direcionados ao recolhimento da infância pobre. Uma das mais antigas foi o Asilo de Educandos Artífices, surgido na década de 1850, com vida efêmera. Anos depois, em 1865, no mesmo prédio fundou-se o Colégio da Imaculada Conceição, destinado à educação, instrução moral e intelectual de meninas e moças, ricas e pobres (SOUZA, 1999, p. 47).[102] Praticamente, este foi o único estabelecimento existente na cidade voltado para a orfandade pobre antes da seca de 1877-79.

---

[98] STUDART, G. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1922. p. 384.

[99] *Fala do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de julho de 1880, Colônia Orphanologica*, p. 30.

[100] TEÓFILO, R. *História da seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 51.

[101] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de julho de 1880, Colônia Orphanologica*, p. 30.

[102] O Colégio mudou de prédio para o Bairro do Outeiro (hoje, Aldeota) (SOUZA, 1999, p. 47).

Entretanto, durante o flagelo, "augmentou extraordinariamente o numero de infelizes orphãns" em Fortaleza, o que provocou a necessidade de o Colégio Imaculada Conceição obter maiores verbas[103]. Segundo Josinete Souza, nesse período, a preocupação com a criança órfã tornou-se mais evidente (SOUZA, 1999, p. 27) e levou o governo provincial a projetar a construção de instituição similar para comportar a crescente demanda.

A Colônia Christina inspirou-se na Colônia Agrícola Izabel, localizada em Pernambuco. Segundo a historiadora Adlene Arantes, esta última foi fundada pelos missionários capuchinhos e tinha como "principal objetivo formar cidadãos úteis a si próprios e ao seu país", ao receber meninos, divididos nas categorias de "pensionistas" e "gratuitos", entre os quais foram incluídos os órfãos desvalidos. Os meninos dedicavam-se à ocupação do trabalho em oficinas de acordo com suas vocações. Contudo, "mesmo sem demonstrar interesse", todos eram obrigados a participar da oficina de agricultura.[104]

A proposta da Colônia Christina no Ceará também objetivou oferecer ocupação útil aos asilados, ao promover o ensino profissional. Na Colônia, eles deveriam plantar cereais, legumes, algodão e mandioca quando houvesse expectativa de colheita regular. O investimento das autoridades públicas não foi pequeno, pois, além de casas, o governo provincial providenciou a construção de dois açudes no local.

A instalação da Colônia Christina ocorreu em 13 de junho de 1880, durante a administração do presidente de província José Júlio de Albuquerque Barros. Naquele ano, havia cinquenta e cinco asilados na instituição, mas existiam ainda crianças à espera de recolhimento, permanecendo provisoriamente no abarracamento de Jacarecanga, onde, segundo o relatório da presidência, já recebiam educação. Nesse abarracamento, havia cento e trinta e cinco menores de 12 anos,

---

[103] *Fala do Presidente da Província José Julio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item: *Collegio da Immaculada Conceição,* p. 34.

[104] ARANTES, A. S. *Educação de crianças desvalidas na Província de Pernambuco no Século XIX.* Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT21-4093--Int.pdf. Acesso em: 18 nov. 2010.

abrigados em uma escola, e setenta e nove órfãos maiores de 12 anos, recolhidos em uma casa contígua no mesmo abarracamento.[105] Outros órfãos não conduzidos para a Colônia estavam internados na Santa Casa de Misericórdia.[106]

A Colônia acolheu filhas livres de mulheres escravas que ficaram "á cargo do Estado".[107] Mas também recebeu crianças cujos pais tinham condições de pagar e dar-lhes educação. O trabalho interno foi dividido entre sexos e a educação também teve tratamento diferenciado, no qual os meninos recebiam os ensinos primário e secundário enquanto as meninas tinham apenas a educação primária (SOUZA, 1999, p. 59).

Rodolfo Teófilo demonstrou preocupação acerca da finitude da Colônia Christina, pois pontuou que, além dos recursos provinciais, era necessário financiamento do governo geral para a manutenção da instituição.

> Receamos pela vida da colônia, porquanto auxiliada unicamente pelos recursos da província, não poderá ir muito longe. Não será em cinco annos, embora voltando estações regulares, que o Ceará se há de restabelecer, e, n'este período, se o governo geral não auxiliar a colônia, ella tem de extinguir-se.[108]

Apesar das reservas e ponderações feitas por Rodolfo Teófilo, convém destacar que, das três instituições projetadas nesse período, voltadas para indivíduos à margem da sociedade – alienados, mendigos e órfãos –, a Colônia Christina foi a única cujas obras foram finalizadas ainda sob o ambiente da seca, com fundação em 1880, enquanto os asilos de alienados e de mendicidade somente foram inaugurados em 1886.

Em termos de financiamentos, além das doações individuais e

---

[105] *Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de julho de 1880, Colônia Orphanologica*, p. 30.
[106] *Ibid.*, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 37.
[107] *Ibid., op. cit., loc cit.*
[108] TEÓFILO, R. *História da seca do Ceará (1877 a 1880).* Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 358.

coletivas, as três instituições receberam recursos das loterias realizadas pelo governo provincial durante seu processo de construção. Desde 1875, antes, portanto, do início do flagelo, algumas loterias foram destinadas ao Asilo de Alienados.[109] Em setembro de 1876, quatro loterias no valor de trinta contos de réis cada uma, divididas em três mil bilhetes, foram cedidas em benefício do mesmo estabelecimento.[110] Em agosto de 1800, foram concedidas duas loterias no valor de trinta contos de réis, em favor da Colônia Christina.[111] Em 1878, o Asilo de Mendicidade recebeu a quantia de 1:000$000 como produto de um concerto realizado em Recife, promovido pelo Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado, por intermédio do Barão de Ibiapaba.[112] No mesmo ano, o governo provincial conseguiu arrecadar a quantia de 15:000,000 réis em doação.[113] Foram nomeadas ainda pelo governo provincial comissões de doação para arrecadar fundos em várias localidades da província em benefício da Colônia Christina.[114]

A viabilização das três instituições ocorreu devido à abundância de mão de obra barata ou mesmo gratuita, representada por homens, mulheres e crianças indigentes, que foram além de trabalhadores, seus futuros “moradores".

No caso do Asilo para Alienados, uma “considerável população de indigente" no povoado de Arronches foi a responsável por sua construção. Em relatório da presidência da província, José Júlio Aguiar afirmou que o emprego da mão de obra indigente era uma

---

[109] *Fala do presidente da Província, Esmerino Gomes Parente à Assembléia Provincial, de 2 de julho de 1875*, item: *Asilo de Alienados*, p. 20.

[110] *Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e regulamentos da Província do Ceará – 1876 a 1877*. Lei n.º 1.702, de 10 de julho de 1876 a Lei n.° 1.769, de 16 de outubro de 1877; lei n.° 1742 – de setembro de 1876 n.° 41, artigo 1º, p. 71. (Rolo: “Secretaria Cultura 003 Leis do Ceará período: 1879 a 1897 – Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

[111] *Colleção dos Actos Legislativos da Província do Ceará Promulgados pela Respectiva Assembléia no anno de 1880:* lei de 16 de agosto de 1880 n.° 19; art. 1º, p. 45 (Acervo do Arquivo Público do Ceará).

[112] *Relatório do presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar de 22 de fevereiro de 1878*, item: *Asylo de Mendicidade*, p. 7.

[113] *Fala do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878*, item: *Asylo de mendicidade*, p. 36.

[114] *Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de julho de 1880, Colônia Orphanologica*, p. 30.

forma necessária para "conservar-lhe os hábitos do trabalho" e evitar o costume de pedir esmolas. Os retirantes do povoado de Arronches, além de trabalhar na "extração de barro para o fabrico de tijolos" para o asilo, também foram responsáveis pela limpeza da lagoa de Porangaba e por outros serviços realizados.[115]

No relatório da Santa Casa de 30 de setembro de 1878, enviado ao presidente da província, a mesa administrativa mencionou a estratégia da utilização da mão de obra indigente no povoado de Arronches para a construção do Asilo de Alienados como forma de evitar que parte da população do interior se fixasse em Fortaleza:

> A conveniencia de fixar na povoação de Arr°s [Arronches] uma certa parte da população do interior, que para a capital se dirigia em demanda de recursos, facilitou a prestação do auxilio em pessoas para a obra[...]. Pode-se calcular por trinta e dous mil e quinhentos operários, termo médio, o pessoal fornecido a obra, desde o seo começo a 28 de Agosto do anno passado.[116]

A relação entre os indigentes e a construção do Asilo de Alienados foi tão estreita que, segundo o psiquiatra Cleto Pontes, em análise sobre a história do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula durante o século XIX, afirmou que, "por muito pouco, o asilo não se transformou em abrigo para os flagelados. A mão de obra da construção os tornaria moradores, inquilinos desta instituição" (PONTES, 2006, p. 137).

De maneira semelhante, outros indigentes foram empregados nos serviços de construção do Asilo de Mendicidade, através da fabricação de materiais[117] e de várias obras públicas, totalizando mais de cinquenta, segundo o presidente da província José Júlio Aguiar, em 1880. Em fins da seca, as obras públicas no Ceará foram notificadas e contabilizadas da seguinte forma:

---

[115] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878*, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 35.
[116] *Livro de Correspondência Oficial, n.º 2, de 30 de setembro de 1878*, p. 18. (Acervo: APC).
[117] *Fala do Presidente, op. cit.,* item: *Asylo de mendicidade*, p. 36.

Açudes 73
Egrejas 64
Cemitérios 50
Estradas e ladeiras 60
Cadeias 48
Poços de alvenaria 31
Escholas 29
Pontes 19
Calçamentos de estradas e ruas 23
Aterros (viadutos etc.) 27
Mercados 14
Canos de esgotos 7
Quartéis 3
Asylos 3
Obras diversas 30[118]

Além dessas obras públicas, mencionadas pelo presidente da província, houve a construção e reforma de "duas estradas de ferro" e do "quartel de linha e paiol da pólvora da Capital", através da utilização da mão de obra retirante. As obras representaram medidas encontradas pelos presidentes da província para mostrar efetividade na atenuação do flagelo, contudo elas não foram suficientes para garantir a permanência no cargo, ao contrário.

Segundo Marco Villa, a alta rotatividade dos presidentes da província fez com que o Ceará tivesse nos últimos trinta e nove anos de monarquia, trinta e oito presidentes (VILLA, 2001, p. 84). Somente durante o flagelo de 1877 a 1880, governaram o Ceará cinco presidentes de província. As denúncias de corrupção e as frequentes disputas de poder entre os partidos Liberal e Conservador foram os principais fatores responsáveis para a não conservação nos cargos.[119] Um deles, Paulino

[118] *Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Aguiar à Assembleia Provincial de 1 de julho de 1880, Obras Públicas*, p. 44.

[119] Os presidentes de província nos anos de 1877 a 1880 foram: Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa (jan. 1877– out. 1877), João José Ferreira Aguiar (nov. 1877– fev. 1878), Paulino Nogueira (fev. 1878 – mar 1878). Antônio Nogueira Accioly (4 mar. 1878 – 8 mar. 1878) e José Júlio de Albuquerque (8 mar. 1878 – 4 maio 1880).

Nogueira Borges da Fonseca, por exemplo, ficou à frente do governo por período menor que um mês.

A ineficácia do governo provincial quanto ao abrandamento do flagelo da seca foi outro motivo das saídas dos presidentes. Alguns obtiveram grande impopularidade, como foi o caso de João José Ferreira Aguiar, que governou o Ceará no período equivalente a três meses. Sob clima de insatisfação geral, Ferreira Aguiar não chegou a esperar "seu substituto", deixando a província, "sob apupos e vaias do povo, que o responsabilizava por incapacidade e omissão no trato dos flagelados" (CÂMARA, 1970, p. 147).

Segundo o relato de Rodolfo Teófilo:

> À noite, um grupo de mais de cincoenta pessoas percorreu as ruas da capital em passeiata, tocando chocalhos e soltando foguetes sem bombas. Depois foi ao palácio da presidencia, onde ainda se achava o conselheiro Aguiar, e lhe dirigiu palavras insultuosas acompanhadas de – morra o tyranno! – morra o Aguiar! A força publica interveio, debandado a passeiata e prendendo alguns amotinados. No dia seguinte, os jornaes conservadores condemnavam altamente o procedimento do grupo, classificando de scenas de vandalismo o que se havia praticado.[120]

Disputas entre os partidos Liberal e Conservador e suas alas dissidentes[121] acirraram o cenário político local, sobretudo nos períodos de seca, quando, segundo a socióloga Celeste Cordeiro, as práticas de "favorecimento da barganha e da corrupção nas eleições" foram muito mais habituais (CORDEIRO, 1997, p. 80).

No que concerne ao emprego da mão de obra barata do retirante, ironicamente, a miséria da seca promoveu o surgimento de várias obras públicas que acabaram representando desenvolvimento posterior à província, como avalia a historiadora Kênia Rios: "O uso da mão de obra faminta arrebatava elogios por todo o Império, afinal com uma só

[120] TEÓFILO, R. *História da seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 172.

[121] Do lado do partido liberal, os dissidentes eram chamados *Liberais Pompeu* e *Liberais Paula*. O partido conservador estava dividido em *Conservadores Graúdos e Conservadores Miúdos*. (CORDEIRO, 1997, p. 79).

medida se conseguia conter o desespero dos flagelados e alavancar o progresso na província e em outros lugares do Brasil" (RIOS, 2006, p. 26). Assim, na década de 1880, o Ceará passou por bom desenvolvimento em sua economia, ao reativar diversos setores abalados pelos últimos episódios climáticos, políticos e sociais.

Mesmo com o fim do flagelo e desempenho favorável na economia cearense na década seguinte, a seca ocupou lugar significativo nas reminiscências da população. Em mensagem do presidente de estado de 1898, Antônio Pinto Nogueira Accioly mencionou que a seca de 1877 esteve presente na memória de todos, pois ela "roubou no Ceará mais de um terço de sua população", e, após seu fim, como lição, o estado esteve preparado para enfrentar outras secas – como a de 1888, através das facilidades trazidas pela Estrada de Ferro de Baturité quanto ao transporte de gêneros de alimentos e dos socorros públicos em locais longínquos da capital.[122]

Se na avaliação do discurso do presidente do estado, o Ceará esteve preparado para enfrentar os flagelos, para o pesquisador Marco Villa, o descaso do governo central permaneceu nas secas que se sucederam não somente durante o período monárquico como no republicano. A partir da experiência da seca de 1877-79, as autoridades públicas da corte construíram a imagem do Nordeste como lugar-problema para o Brasil. "O Nordeste, após a seca de 1877-79, passou a ser identificado como uma região-problema. O poder central concentrou o seu olhar (e os investimentos) no Sul" (VILLA, 2001, p. 84).

Não somente a imagem do Nordeste passou a ser construída como simbologia do atraso, como a falta de projeto político-social para a região resultou na pouca perspectiva de melhorias efetivas para seus moradores.

> Os anos 1880 encontraram o Nordeste sem condições de exercer um papel ativo nos rumos do Brasil. Enquanto no Sul o debate político centrava-se na defesa ou ataque ao abolicionismo, ao federalismo, à monarquia ou

[122] *Mensagem do presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly*, de 4 de julho de 1898, p. 34.

> à república; o Nordeste lentamente tentava recompor a base econômica destruída pela seca de 1877-79, com uma população sensivelmente diminuída, parte dela doente, e sem um projeto econômico-político para a região. O sertão tornou-se a região mais afetada pelo domínio sulista do poder, transformando-se em símbolo de atraso, ante a modernidade representada pela burguesia cafeeira (VILLA, 2001, p. 85).

* * * * *

A seca de 1877-79 e suas consequências representaram, portanto, um problema cuja dimensão extrapolou seu significado climático. De dimensão social e política, ela atingiu a vida de milhares de mulheres, homens e crianças, que foram afetados individualmente, com a desestruturação de suas famílias, através da morte e emigração de parentes para outras províncias brasileiras, e coletivamente, com a instituição de nova lógica de trabalho, distinta da realizada em seus territórios.

Várias obras construídas ou reformadas durante o flagelo buscaram resolver problemas sociais e econômicos causados pela seca, ao adequar a mão de obra retirante à lógica civilizatória do mundo do trabalho e ao transformar miseráveis em corpos produtivos dentro da ordem burguesa; essas experiências, para muitos, foram completamente distintas de suas referências cotidianas, tendo-se em vista que seus saberes e técnicas voltavam-se para setores da economia camponesa, como agricultura e pecuária, fundamentados em realidades e funcionamento de outras perspectivas nas relações de trabalho. A seca, portanto, significou a construção de nova lógica de produtividade para os trabalhadores rurais da província.

Entre as obras públicas projetadas para serem construídas no período, as realizadas em torno do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, do Asilo de Mendicidade e da Colônia Cristina foram as mais significativas quanto ao projeto político e social civilizatório para a cidade de Fortaleza.

As três instituições estiveram inseridas em uma mesma proposta de assistência pública, filantrópica e caritativa particular. Ao serem analisados os processos de construção, observam-se várias semelhanças entre eles. Em primeiro lugar, foram instituições marcadamente vinculadas pelo traço personalista de seus “idealizadores” – Severino

da Cunha Freire, Joaquim da Cunha e Luiz Ribeiro da Cunha, respectivamente. Todos eles possuíam prestígio social e político, foram condecorados com títulos de nobreza por seus "feitos" caritativos e imortalizados pela historiografia cearense.

Em segundo lugar, as instituições estiveram localizadas em áreas distantes dos olhares das elites e dos centros de poder de Fortaleza, evitando, assim, o convívio das classes mais afortunadas com os indesejáveis socialmente, que cresciam aceleradamente em apenas três anos e representavam perigo e ameaça à ordem pública. No caso dos Asilos de Alienados e Mendicidade, ambos estiveram situados próximo às estações da Via Férrea de Baturité, locais estratégicos de passagens de pessoas, mercadorias, experiências e práticas culturais estabelecidas entre o interior e a capital.

Todavia, o elemento mais importante que une as três instituições é que elas pertenciam ao mesmo cenário social, marcado pela situação de extrema pobreza. A aceleração das obras foi motivada pelo atordoamento provocado pelos horrores da seca nos moradores da capital. Especificamente no que concerne aos dois asilos – de mendigos e alienados –, tornou-se difícil distinguir indivíduos situados entre as condições de mendicância e de insanidade, porquanto muitos se assemelharam na miséria e no desespero. Ao analisar-se o discurso do presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros, em seu relatório, quando afirmou que "a população **faminta, semi-núa e desvairada** precipitava-se do centro para o litoral como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas[...]",[123] torna-se oportuno refletir sobre o que se pode denominar "normalidade" e "insanidade" naquele cenário de desolação, sobretudo quando os indigentes, motivados pela fome, submeteram-se à prática de *antropofagia*, como ocorreu no município de Lavras, noticiada pelos próprios documentos oficiais:

> Depois de alimentar-se de raízes silvestres [...], o faminto passára a comer as carnes mais repugnantes, como a dos cães, a dos abutres e

[123] *Fala do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item: *Assistência Publica,* p. 39 (grifos nossos).

> corvos, e a de reptis. Si bem que raros, davam se casos de anthropofagia, e por cumulo do horror, ainda houve não sei si diga um **perverso**, si um infeliz, que procurou no município de Lavras vender ou trocar por farinha um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadáveres foram encontrados que conservavam nos membros semi-devorados os signaes de extremo desespero das victimas de fome.[124]

As práticas de antropofagia não representaram casos isolados. Houve relatos semelhantes em outras cidades cearenses, como Canindé, Quixadá e outras províncias do Nordeste, como a Paraíba (VILLA, 2001, p. 69).

A relação entre indigência e insanidade no período de seca possibilita considerar que nem todas as pessoas denominadas loucas poderiam de fato receber tal nomenclatura se a condição social, epidêmica e climática fosse de regularidade social. O jornal Gazeta de Notícias, ao relatar situações-limite de outra seca, a de 1915, afirmou que, no Rio Grande do Norte, mulheres haviam enlouquecido por conta da fome. Noticiou que "várias áreas do sertão estavam desertas, que não parava de aumentar o número de mortes por inanição e que 'várias mulheres, pelas privações, enlouqueceram, dando-se cenas lancinantes'" (VILLA, 2001, p. 107).

Diante do exposto, pode-se questionar se realmente o número de alienados aumentou na província do Ceará com o flagelo da seca ou se a situação de adversidades promoveu uma condição-limite em relação às privações humanas. O que se observou foi o aumento no número de miseráveis, mas para as elites de Fortaleza era necessário erguer o mais rapidamente possível o asilo para alienados. A chave de interpretação é observar a relação tênue estabelecida entre loucura e indigência e o desejo das elites em resolver um problema cuja ordem se configurava para muito além do aspecto médico. O lugar social a que pertencia o Asilo de Alienados era o do controle da pobreza e estava alicerçado sob o signo de modernidade e civilização.

---

[124] *Fala do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878,* item: *Assistência Publica,* p. 39 (grifos nossos).

As relações entre seca, miséria, mendicidade e o caos social foram intrínsecas: "É difícil encontra-se uma cidade mais infestada de pedintes do que Fortaleza. A rasão desta estupenda mendicidade está nas sêccas".[125] Isso levou à urgência por parte das autoridades públicas em construir espaços próprios para o recolhimento da pobreza. O medo e a desconfiança das elites de Fortaleza em relação aos pedintes e diversos marginalizados foram suficientes para que tais empreendimentos fossem rapidamente viabilizados e os bons costumes e a moral voltassem a ser preservados, mesmo em situação de adversidades climáticas e sociais.

A seca, portanto, ofereceu nova configuração à questão da marginalização em Fortaleza, uma vez que possibilitou a visibilização de uma realidade já existente, mas até então controlável. A circunstância nova foi o constrangimento e a insatisfação demonstrados pelas classes privilegiadas diante do espetáculo que presenciavam. Os mendigos, por exemplo, foram abertamente pessoas que "deprimiam" os moradores, como evidenciou o jornal A República, ao se referir ao "espetáculo que deprimia esta capital, de esmoleres pelas ruas" (SOUZA, 1999, p. 136).

A questão da (in)visibilidade atingiu também os alienados que, antes da seca, estiveram recolhidos na Cadeia Pública ou na Santa Casa de Misericórdia. A cadeia não tinha condições de receber os presos comuns – em virtude dos seus vários problemas, como número insuficiente de empregados, "ridículo ordenado" do carcereiro,[126] superlotação e fugas de presos –,[127] muito menos atender os presos loucos.[128]

A Santa Casa também deixou seus doentes alienados na posição de invisibilidade quando não os notificou em seus relatórios anuais ou quando pouco os mencionou em suas atas de reuniões. Na falta de dados sobre esse tipo de enfermos nos anos de 1870, não há como

---

[125] TEÓFILO, R. *Varíola e vacinação no Ceará.* Ed. fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 116.

[126] *Relatório do Presidente da Província, José Wikens à Assembléia Provincial de Matos de 20 de outubro de 1872.* Anexo C, item: *Prisões da Província*, p. 5.

[127] *Relatório do Presidente da Província, Barão do Taquary à Assembléia Provincial de 4 de julho de 1871.* Anexo 2 – Relatório do Chefe de Polícia, item: *Cadeias ou Prisões da Provincia*, pp. 5 e 6.

[128] Sessão de 9 de julho de 1874, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

precisar números ou casos. Apenas conjecturam-se alguns indícios da sua existência quando, nos relatórios dos presidentes da província, mencionou-se a fuga de enfermos,[129] a ausência de trinta e nove doentes ou a alta dada por insubordinação de nove enfermos.[130] Essas práticas poderiam ser ou não atribuídas aos doentes que apresentaram algum problema de ordem mental, mas suscitam reflexão, pois, na mesma ata de reunião em que o vice-provedor interino da Santa Casa Victoriano Augusto Borges noticiou medidas para evitar a fuga de doentes, ele afirmou a necessidade de criação de lugar para recolhimento dos loucos que vagavam pelas ruas.[131] Dessa forma, apesar da ausência de episódios e números relativos aos doentes mentais nos documentos produzidos pela Santa Casa de Misericórdia, considera-se que o fato de não estarem discriminados na documentação não significa sua inexistência.

A ausência de dados é uma demonstração da situação da alienação no Ceará, marcada pelo traço da invisibilidade a que os alienados estiveram submetidos em momentos de regularidade social e climática. A seca alterou completamente essa situação, porquanto as autoridades públicas, a filantropia e a caridade particular empenharam-se em esforços para construir espaço destinado ao recolhimento dos loucos.

Enquanto os loucos permaneceram invisíveis sob a forma de dados nos documentos produzidos não somente pela Santa Casa mas pelos oficiais – em especial nos relatórios da presidência da província –, eles passaram a ocupar os atentos "olhares" dos citadinos que se constrangiam com a miséria espalhada nas ruas e que viram a necessidade urgente de erguer estabelecimento específico para eles – o futuro Asilo São Vicente de Paula.

---

[129] *Relatório do Presidente da Província, Barão do Taquary à Assembléia Provincial de 4 de julho de 1871*. Anexo n.º 8 – *Relatório do vice-provedor interino da Santa Casa de Misericórdia*, p. 4.

[130] Anexo ao *Relatório do Presidente da Província, Esmerino Gomes Parente de 2 de julho de 1875*; Anexo n.º 11: *Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia*, item: *Hospital* p. 2.

[131] Sessão de 9 de julho de 1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

Em contrapartida, após o fim da seca, observa-se que a antiga situação de invisibilidade relativa à loucura retornou à sua condição original, pois a intensidade do ritmo das obras do Asilo de Alienados tornou-se diminuta. Das três principais obras assistenciais do período voltadas para a indigência como um todo, somente a Colônia Christina foi inaugurada um ano após o término oficial da seca em 1880, em uma demonstração de que a infância representava prioridade em relação aos mendigos e loucos, sobretudo porque os órfãos tinham maiores possibilidades de tornar-se corpos produtivos, se investidas medidas eficazes de combate à ociosidade e vagabundagem, instruindo-lhes com educação formal e ofícios de trabalhos.

Através do reajustamento social, a Colônia Christina apresentou-se como instituição mais producente para evitar que meninos e meninas se tornassem futuros delinquentes e causassem "danos à 'ordem pública' e 'atentados à moral'" (SOUZA, 1999, p. 32). Em uma cidade como Fortaleza, que, exceto nos períodos de seca, apresentava bons índices de desenvolvimento, os milhares de órfãos causariam sérios problemas sociais e de segurança pública se não fossem recolhidos rapidamente em instituição disciplinar.

Quanto ao Asilo São Vicente de Paula, apesar de a conclusão da obra ter ocorrido quinze anos após os primeiros registros que apontaram para a problemática da alienação no Ceará, convém analisar que a seca marcou uma fase fundamental na sua proposta de edificação. Ao fazer emergir uma série de indivíduos atordoados pela fome e por doenças que andavam pelas ruas da cidade de Fortaleza, a seca possibilitou que o tema da loucura estivesse presente nas teias discursivas das autoridades públicas e elites sociais.

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula, contudo, foi inaugurado em outro momento, diverso da década de 1870, quando Fortaleza encontrava-se em situação confortável economicamente. Os anos de 1880 representaram diferente configuração social quanto à institucionalização da loucura no Ceará.

ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA: da inauguração ao fim do século XIX

Os anos 1880: dialogando com as fontes

Durante a seca de 1877-79, as obras de construção do Asilo São Vicente de Paula ganharam grande impulso, motivadas pela necessidade de abrigar os loucos da província e pela abundância de mão de obra retirante. Nesse período, uma das principais fontes manuseadas nesta pesquisa para acompanhar o desenvolvimento das obras foram os relatórios dos presidentes de província. Com o fim da seca, as obras continuaram em andamento. Entretanto, observa-se que os relatórios da presidência pouco registraram seu cotidiano. A primeira problemática a ser analisada neste capítulo refere-se à maneira como esses documentos oficiais lidaram com a questão da institucionalização da loucura através da construção do asilo de alienados provincial. Para investigar seu processo, faz-se necessário diálogo com a documentação das instituições públicas provinciais que abordaram essa temática.

Se, em fins da década de 1870, os relatórios da presidência acompanharam de perto os passos da obra, na década posterior quase não houve menção sobre sua existência. No relatório de 1880, do presidente José Júlio de Albuquerque Barros, apareceram duas vezes o tema do

Asilo de Alienados, mas em ambas de forma muito breve. Na primeira, através do sucinto relatório enviado pela Santa Casa de Misericórdia referente ao patrimônio e capital empregado no asilo, e, na segunda, no item *Obras provinciais*, a partir de nota sobre o auxílio às obras.[1]

Já no relatório de 1881, não houve mais nenhuma referência ao Asilo de Alienados, mesmo no item *Obras públicas*, em que o relator apresentou uma lista de despesas por ele autorizadas na execução de trabalhos.

Se por um lado, o Asilo São Vicente de Paula esteve ausente nos relatórios da presidência, por outro, a Colônia Christina ganhou espaço nesse tipo de documentação, quando foram apresentados seus gastos realizados nos anos de 1880 e 1881.[2] Em anexo do relatório de 1881, a comissão fiscal responsável pela obra apresentou não apenas dados a respeito do patrimônio da Colônia Christina mas informações sobre funcionários e aspectos de sua estrutura física, como refeitório e cozinha.[3] A significativa quantidade de informações apresentadas no relatório presidencial sobre o processo de construção da instituição voltada para a orfandade evidenciava mais ainda a lacuna em torno da obra do Asilo de Alienados.

Em 1882, o quadro se repete. Enquanto, por um lado, o relatório da presidência não tratou da obra do Asilo de Alienados, por outro, constaram informações não somente sobre a Colônia Christina como sobre o Asilo de Mendicidade, que, no relatório anterior, não foi referido, mas no posterior teve questões de ordem administrativa apresentadas em anexo.[4]

Nos relatórios da presidência da província dos anos seguintes, novamente não foi registrada nenhuma informação sobre o processo da

---

[1] *Fala do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembleia Provincial de 1º de julho de 1880*, p. 37 e p. 55.

[2] Em 1880, os gastos foram no valor de 20:074$588 e, em 1881, de 15:441$703. *Relatório do Presidente da Província, André Augusto da Pádua Fleury,* de 1º de abril de 1881, p. 40 e p. 53.

[3] Anexo n.º 2, "Comissão Fiscal da Colônia Christina": 12 de janeiro de 1881, p. 71. *Relatório do Presidente da Província, André Augusto da Pádua Fleury*, de 1º de abril de 1881.

[4] *Relatório do Presidente da Província, Torquato Mendes Vianna*: 22 de março de 1882, p. 20 e 21; Anexo E – Asylo de Mendicidade, s/n.º pg.

obra do Asilo São Vicente de Paula. O silêncio somente foi rompido no ano de sua inauguração, em 1886, quando o relatório do presidente Miguel Calmon du Pin Almeida, no item intitulado *Asylo de Alienados*, utilizou como primeira afirmativa discursiva a informação de que a instituição estava sob a direção da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.[5]

Assim, observa-se que se esse tipo de documento – os relatórios da presidência da província –, durante fins da década de 1870, foi importante meio de investigação do primeiro estabelecimento destinado aos loucos no Ceará, contudo, nos anos posteriores, quase não houve referência à obra. A ausência de informações na documentação oficial da província em torno do asilo suscita o questionamento sobre o porquê de tal lacuna.

Se por um lado, a narrativa sobre a construção do Asilo de Alienados foi escassa naquele tipo de fonte, por outro lado, ela esteve presente em outro importante relatório, o elaborado pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

A Santa Casa apresentou-se como a grande responsável pela efetivação da obra do Asilo São Vicente de Paula. Embora fosse financiado também pelo governo provincial, o Asilo de Alienados constituiu-se mais como empreendimento diretamente vinculado ao hospital caritativo do que propriamente à ação efetiva governamental. É nesse sentido que a Santa Casa de Misericórdia representou peça fundamental para compreensão da existência do asilo, por cuja idealização, inauguração e existência, mais que os presidentes da província, foram os vice-provedores do hospital caritativo os grandes atores sociais responsáveis.

A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e a atuação dos vice-provedores na concretização do Asilo de Alienados

Os vice-provedores da Santa Casa de Misericórdia exerceram poder significativo na condução dos projetos assistenciais em Fortaleza voltados para a infância pobre e a mendicidade. Além de terem desempenhado papel relevante na execução das obras, eles tiveram projeção na província como um todo, haja vista possuírem prestígio político e ocuparem diversos cargos públicos. Durante o período monárquico, ter influência

[5] *Relatório do Presidente da Província, Miguel Calmon du Pin Almeida*, de 9 de abril de 1886; item: *Asylo de Alienados*, p. 29.

política era critério relevante para um indivíduo ocupar a maior função administrativa da Santa Casa – a vice-provedoria –, posto nomeado pelo presidente da província.

Ao observar que a Santa Casa de Misericórdia era o único hospital a atender toda a demanda variada de pessoas, desde os indigentes até os militares e pensionistas da capital e do interior, pode-se considerar a importância e o poder exercido pelo vice-provedor socialmente. A Santa Casa configurou-se, ao mesmo tempo, como instituição médica e filantrópica de grande porte e alcance social, tornando-se relevante para a vida dos moradores da província.

Internamente, o vice-provedor exercia poder maior que o do médico, uma vez que possuía amplas responsabilidades administrativas. Além de hospital, a Santa Casa de Misericórdia, pertencente a uma irmandade, era instituição filantrópica com fins caritativos cujas ações iam desde a distribuição de refeições aos pobres até o oferecimento de conforto espiritual aos condenados à morte (CAMPOS, 1980, p. 58). Assim, proporcionar assistência hospitalar à população foi apenas uma de suas atribuições, em que o médico se apresentou como componente de complexa e maior estrutura institucional, fundamentada em valores religiosos a serviço e em nome da pobreza.

Segundo Lilia Lobo, as Santas Casas de Misericórdia de Lisboa e do Brasil pertenceram ao ideário da *caridade moderna*, cujos preceitos expostos em seus compromissos estatutários incluíram as "funções pedagógicas, morais, religiosas, repressivas, médicas e assistenciais" (LOBO, 2008, p. 282). A ação médico-hospitalar realizada no cotidiano das misericórdias não foi prática prioritária em sua origem:

> Mesmo que os tratamentos e as visitas médicas tivessem alguma regularidade, até o século XIX os hospitais no Brasil não eram lugares de cura, mas de salvação. Almas de quem morria cristãmente no arrependimento de seus pecados e assim passaria ao paraíso, almas caridosas que encontrariam na penitência do trabalho com os doentes, mais tarde, seu lugar no céu (LOBO, 2008, p. 286).

Dessa forma, as Santas Casas de Misericórdia constituíram-se, historicamente, como lugar de salvação das almas e do exercício da

caridade. A Santa Casa de Fortaleza deixou nítido, no primeiro capítulo de seu estatuto de 1875, que seu fim era "a prática de obras pias de misericórdia em favor dos pobres e enfermos desvalidos".[6]

Alicerçado em normas bem definidas, o estatuto estabelecia a composição de seus membros, também denominados "mordomos" ou "irmãos". No topo da irmandade, estava o vice-provedor, que não agia de forma isolada ou arbitrariamente; deveria seguir as discussões, encaminhamentos e deliberações da "mesa administrativa" ou "mesa regedora", composta pelos mordomos, em reuniões, regularmente, em sessões ordinárias e extraordinárias. Somente em caso de empate sobre dada matéria, o vice-provedor expunha sua decisão final.[7] O presidente da província exercia a função de "provedor honorário", no quadro permanente da instituição. No corpo administrativo, ainda havia o "tesoureiro" e o "procurador geral". De acordo com o compromisso, assumido no ato de inauguração em 1861:

> "[...] o presidente da província é o provedor nato e protector da irmandade, mas a acção directora, fica concentrada em uma meza administrativa, composta de um vice-provedor, de um thesoureiro, de um procurador geral, e dez mordomos, lugares que forão logo providos, recahindo as nomeações em cidadãos, cujo zelo religioso e virtudes civicas deixão esperar que será justificada a confiança de que se tornarão credores.[8]

Segundo o estatuto de inauguração, o número de ingressos no cargo de mordomo da irmandade da Santa Casa era ilimitado, e podiam participar pessoas de ambos os sexos.[9] Contudo, era negado seu acesso, textualmente, aos sentenciados de prisão ou degredo e aos alienados. Sobre estes, o pesquisador Eduardo Campos afirma que eram

---

[6] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p. 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microfilmagem da BPMP).

[7] *Ibid.*, Cap. VIII , Art. 38.

[8] *Relatório do Presidente da Província, Antônio Marcellino Nunes Gonçalves*, 9 de abril de 1861, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 16. Obs.: Na reforma dos Estatutos de 1875, o número de membros da mesa administrativa passou para doze.

[9] *Ibid.*, *op. cit.*, Cap. I , Art. 2.

proibidos de entrar na irmandade: "os que sofrem de desarranjo em suas faculdades mentais" (CAMPOS, 1980, p. 77).

No momento da fundação da Santa Casa Misericórdia de Fortaleza, em 1861, a mesa administrativa enviou cartas a algumas pessoas da capital e do interior, convidando-as para compor a irmandade e tornar-se mordomos. Tais indivíduos foram previamente "selecionados", pois, segundo o regimento deveriam ser "de escrupulosa e reconhecida" moralidade, ser maior de 21 anos, saber ler, escrever e contar, além de "ter meios de decente e segura subsistência".[10] Todos os membros da mesa administrativa deveriam ser "pessoas conhecidas por sua intelligencia, probibade e caridade".[11]

Segundo Lilia Lobo, tornar-se membro da irmandade da misericórdia no Brasil proporcionava vantagens aos futuros irmãos, pois na prática possuiriam ganhos sociais, como "circular na elite e fazer bons negócios, obter vantagens da Coroa e ainda candidatar-se a empréstimos (amiúde a fundo perdido) para empreendimentos particulares, o que levou, por vezes, algumas Santas Casas de Misericórdia à bancarrota" (LOBO, 2008, p. 260). Muitos dos membros da irmandade pertenciam às elites sociais.

No Ceará, após enviar cartas-convite às pessoas de "boa reputação" para integrar a irmandade, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza teve seu primeiro problema interno com os possíveis candidatos a mordomos. Na sessão ordinária de 7 de junho de 1861, a mesa administrativa registrou seu desconforto com a falta de obediência dos convidados quanto ao cumprimento de determinados rituais estabelecidos no regimento. Isto porque, em Fortaleza, dos cento e quarenta e quatro indivíduos que aceitaram o convite para tornar-se mordomos, apenas cinquenta e quatro prestaram juramento à irmandade. Os demais recusaram-se a cumprir o ritual, "protestando contra a existencia da expressada obrigação". A resistência ao juramento foi

[10] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microf. da BPMP). Cap. II , Art. 1, § 1º ao 4º.
[11] *Ibid.*, Cap. V, Art. 22.

situação restrita à capital, pois, segundo o relator da sessão, "semelhante repugnância" ainda não se havia dado "a respeito dos irmãos de fora". Apesar do tom irritadiço do discurso da mesa administrativa em relação ao descumprimento das regras regimentais por parte dos irmãos recém-ingressos, ela procurou contornar a situação ao propor a anulação da condição do juramento. Para isso, afirmou:

> Sem offensa do fim pio e religioso da creação deste Estabelecimento, e até mesmo para obstar os notados embaraços, é conveniente annular a sobredita condição do juramento imposta pelo compromisso, bastando para a perfeita inscripção dos irmãos as declarações destes acceitarem o respectivo encargo mediante accessorios, termos de entrada e ulterior assentamento em livros próprios.[12]

O juramento à irmandade, objeto de resistência dos convidados de Fortaleza à função de mordomo, constava no Artigo 13 do Capítulo II do Estatuto da Santa Casa de Misericórdia de 1875; estabelecia: "prometto o [ilegível] de minha honestidade cívica dedicar-me sinceramente ao cumprimento dos deveres que me impõe o cargo de Irmão da Santa Casa de Misericórdia, tanto quanto a esta missão a mim couber".[13]

Ainda no protocolo de ingresso à irmandade descrito no regimento interno após o juramento, o irmão deveria assinar termo em livro competente no qual constaria também a assinatura do presidente da província ou da mesa administrativa, para somente então o nome do mordomo recém-aceito ser inserido na lista da irmandade.[14]

Esse episódio ilustrou as dificuldades inicias que a irmandade da Santa Casa teve em se constituir como instituição na capital, que, para efetivar-se, necessitou da adesão de pessoas benquistas em seu quadro interno. Os problemas posteriores enfrentados pela Santa Casa,

---

[12] Sessão n.º 7, de 7.6.1861, p. 8, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).
[13] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p. 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microf. da BPMP). Cap. II, Art. 13.
[14] *Ibid.*, Cap. II, Art. 14.

entretanto, foram bem maiores e mais complexos que a recusa do juramento dos novos membros à irmandade, pois envolveram desde questões relativas à lotação de doentes nas enfermarias – sobretudo em épocas de surtos epidêmicos – às crises financeiras recorrentes. De qualquer forma, é importante destacar a constante atuação simbólica ou direta do vice-provedor como membro maior da mesa administrativa no contorno ou na solução de problemas cotidianos institucionais.

No Brasil, as Santas Casas de Misericórdia ocuparam espaço decisivo no que concerne à institucionalização da loucura, uma vez que elas se constituíram como a primeira experiência hospitalar em contato direto com os alienados, ao recolhê-los em suas enfermarias e ao oferecer-lhes tratamento, apesar dos insuficientes recursos financeiros ou inexistentes recursos humanos e especializados.

Quando, posteriormente, foram construídos os hospícios ou asilos destinados aos loucos, coube também às Santas Casas do país a responsabilidade de sua existência e permanência, através da atuação direta em suas administrações. Assim ocorreu no Rio de Janeiro, onde, segundo a historiadora Magali Engel, a necessidade da construção do Hospício D. Pedro II foi motivada, em grande parte, pelas críticas advindas dos médicos e do próprio provedor da Santa Casa em relação aos tratamentos dados aos loucos no hospital caritativo, nomeados muitas vezes como *bárbaros* e considerados de pouca eficácia. Para Lilia Lobo, as celas às quais os loucos eram levados localizavam-se no andar térreo da Santa Casa, onde, por ser muito frio e úmido, muitos "ali depositados" morriam "depressa de tísica". A enfermaria descrita pelo médico Manoel Maria de Moraes Valle assemelhava-se mais a "calabouço da idade antiga que casa de caridade". Houve inclusive denúncias do uso de tronco contra os loucos na enfermaria da Santa Casa, que mais parecia local para "conservar bestas-feras do que homens" (LOBO, 2008, p. 323, 394). Após a inauguração de D. Pedro II, o provedor da Santa Casa manteve-se presente em seu cotidiano, ao exercer vários poderes e funções, como autorizar a matrícula e a saída dos alienados no hospício (ENGEL, 2001, p. 191, 233).

Em São Paulo, as práticas foram semelhantes. Para Clementina Cunha, os membros administrativos da Santa Casa de Misericórdia foram uma das vozes críticas em relação ao tratamento tradicional dado à loucura no hospital, ao defenderem a construção de uma instituição psiquiátrica por considerarem um malefício juntar, no mesmo espaço, loucos e sãos, sob prejuízo da manutenção da ordem hospitalar. Nesse sentido, a Santa Casa de São Paulo também contribuiu para a construção do Hospício do Juquery (CUNHA, 1986, p. 58).

Na província do Rio Grande do Sul, segundo Yonissa Wadi, o provedor da Santa Casa de Porto Alegre justificou a necessidade da construção do Hospício São Pedro ao alegar não ter a Santa Casa condições de oferecer tratamento aos loucos, pois, privados completamente de sua liberdade – com sua circulação nas dependências do hospital proibida e seu isolamento –, eles "definham e morrem" (WADI, 2002, p. 55).

O que houve em comum entre as experiências vividas por diferentes instituições brasileiras destinadas à alienação nos primeiros anos de seu funcionamento foi a atuação direta das Santas Casas de Misericórdia, através da figura do provedor (ou vice-provedor) como elemento fundamental na construção e administração do novo estabelecimento hospitalar ou caritativo.

No Ceará, a ação da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza não foi diferente na construção do Asilo São Vicente de Paula, na qual a vice-provedoria foi responsável por todo seu processo, desde a idealização do projeto, passando pela inauguração da instituição, até o acompanhamento direto dos problemas cotidianos surgidos ao longo de sua existência.

Durante o período de 1871 a 1889, que correspondeu aos primeiros registros da idealização do Asilo de Alienados até o final da Monarquia, registraram-se seis vice-provedores da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, nas seguintes gestões:[15]

[15] Joaquim Cunha Freire e José Francisco da Silva Albano foram duas vezes vice-provedores da Santa Casa.

1. Joaquim Cunha Freire (1870-73);
2. Severino Ribeiro da Cunha – Visconde de Cauhipe (1873-75);
3. Joaquim Cunha Freire (1876);
4. José Francisco da Silva Albano – Barão de Aratanha (1877);
5. Caetano Estellita Cavalcante Pessoa (1878);
6. Antônio Pinto Nogueira Accioly (1880-81);
7. Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes (1881);
8. José Francisco da Silva Albano – Barão de Aratanha (1881-89).

Do processo de idealização do Asilo de Alienados até sua inauguração, totalizou-se o longo período de quinze anos. Para analisar o percurso da construção do Asilo São Vicente de Paula, suas dificuldades e seus avanços no empreendimento, é necessário investigar o cotidiano administrativo da Santa Casa de Misericórdia, através, sobretudo, da análise das atas de reuniões realizadas, quinzenalmente, pela mesa administrativa da Santa Casa, a partir das quais foi possível acompanhar as gestões dos vice-provedores.

O primeiro vice-provedor do período destacado foi Joaquim Cunha Freire – o Barão de Ibiapaba – considerado, posteriormente, o grande responsável pelo projeto de construção do Asilo de Mendicidade. Foi durante sua gestão que a Santa Casa notificou, pela primeira vez, a necessidade da criação de um estabelecimento voltado para o tratamento da loucura. Mas o discurso se deu não a partir dele e sim do vice-provedor interino, Victoriano Augusto Borges, quando, após detectar o problema urgente da criação de um abrigo para os alienados – pois eles ofendiam os "bons costumes" e a "moral" ao vagar pelas ruas da cidade –, afirmou, em julho de 1871, que estudaria meios para encontrar uma solução:

> A mesa administrativa da Santa Casa, tomando na mais súbita consideração este objecto, estudou por meio mais proficuo de providenciar a respeito, e opportunamente terei a honra de levar ao conhecimento de Vª Exª o resultado deste estudo.[16]

[16] Sessão de 9.07.1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

A mesa administrativa não deu resposta a essa questão e apenas no ano seguinte, o vice-provedor Joaquim Cunha Freire comunicou não ser mais possível receber loucos no hospital, ao argumentar que, além de não haver enfermarias próprias para seu tratamento, eles prejudicavam os dos demais enfermos.[17] Foram somente nesses dois momentos que a problemática da loucura apareceu nos discursos da gestão daquela vice-provedoria.

Durante a administração do vice-provedor Severino Ribeiro da Cunha, houve maior visibilidade em relação ao projeto de construção do Asilo de Alienados, como foi visto no capítulo anterior, quando foi analisado o destaque consensual feito pela historiografia cearense e pelos relatórios da presidência sobre o fato de Visconde de Cauhipe ter sido o grande idealizador da instituição voltada para a loucura no Ceará.

No primeiro ano da gestão de Severino Ribeiro da Cunha, a mesa administrativa, em reunião ordinária, felicitou-o por ter sido condecorado pelo governo português com o título de Visconde de Cauhipe, em decorrência dos "serviços humanitários por elle prestados".[18] Em sua gestão, executaram-se pequenas obras e reformas de benfeitoria da Santa Casa, como as realizadas em um telheiro e no cano de esgotos da enfermaria das mulheres.[19] Entretanto, foram os esforços executados em torno do projeto de criação do Asilo de Alienados que ocuparam as principais páginas do Livro de Atas das Sessões da Santa Casa, quando a mesa administrativa recebeu donativos em dinheiro e em materiais de construção de indivíduos e instituições para serem usados na construção do edifício, como foi visto em capítulo anterior.

Finalizada a gestão de Visconde de Cauhipe, voltou a assumir o cargo da vice-provedoria seu irmão, Joaquim Cunha Freire. Apesar dos esforços destacados pelos documentos oficiais, o Asilo de Alienados apresentou-se ainda como um "projeto", no sentido de não haver muitos progressos na condução da obra. Não houve capital suficiente,

[17] Sessão de 12.10.1872, do Livro de Atas de 07 de novembro de 1870 (Acervo: SCM). (n.º da pág. ilegível).

[18] Sessão de 11 de setembro de 1873, p. 15, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

[19] Sessão de 05 de novembro de 1873, p. 16, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

apesar da destinação de extrações de loterias em seu benefício. O então presidente da província, Francisco de Farias Lemos, em discurso à Assembleia Provincial, abordou a relevância do Asilo de Alienados ao considerá-lo de utilidade "incontestável" à província. Em tom de apelo para que o projeto saísse do papel e se tornasse realidade, Farias Lemos intencionou sensibilizar os deputados ao afirmar: "Attenta a urgente necessidade, que se nota nesta Capital, já tão adiantada, de um estabelecimento desta ordem, invoco a favor de tal assumpto os vossos philantropicos e generosos sentimentos".[20]

Foi somente durante a administração do posterior vice-provedor, José Francisco da Silva Albano – com o início da seca –, que as obras tomaram forte impulso, porquanto finalmente surgiu a proposta concreta do local onde seria erguido o edifício. Nos difíceis anos do flagelo em que viveu a província, a ação de Silva Albano foi decisiva na condução da nova etapa da edificação do asilo, visto que o terreno, a ser avaliado pela mesa administrativa, fora doado pela família do próprio vice-provedor. José Francisco Silva Albano foi um dos vice-provedores que mais tempo esteve à frente da Santa Casa durante o período monárquico, ao ocupar mais de uma vez o cargo; por isso, acompanhou de perto o cotidiano do Asilo de Alienados, como será visto mais adiante.

Após sua gestão, assumiu o cargo, ainda no período da seca, o Conselheiro Estellita Cavalcante Pessoa, figura de prestígio político que ocupou também o cargo de presidente da província no primeiro ano do flagelo, no breve espaço de tempo de 10 de janeiro a 13 de outubro de 1877.

Durante sua gestão, a Santa Casa demonstrou empenho em dar continuidade às obras do Asilo de Alienados. Em fins da seca e início do ano de 1880, seus relatórios indicaram estado adiantado das obras, ao expor que o asilo possuía gradil para portas e janelas. Entretanto apesar da mesa regedora anunciar que em breve o edifício seria inaugurado,[21] ele somente foi concluído seis anos depois. A demora

---

[20] *Fala do presidente de Província de Francisco de Farias de Lemos à Assembléia Provincial, de 1 de julho de 1876,* item: *Santa Casa de Misericórdia,* p. 15.

[21] *Sessão Extraordinária de 17 de maio de 1880, p. 38 e de 22 de maio de 1880*, p. 38, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 a 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

na entrega da obra merece pausa para reflexão sobre os motivos que levaram ao atraso de sua fundação.

Em capítulo anterior, observou-se que a Colônia Christina – instituição destinada às crianças desvalidas – foi pensada no mesmo cenário assistencial da seca, juntamente com os Asilos de Alienados e de Mendicidade, e que, das três obras, ela foi a que maior empenho recebeu das autoridades públicas e das ações particulares para viabilizá-la. O problema da infância demonstrou ser prioridade na sociedade fortalezense, ao ser a Colônia Christina a primeira instituição assistencial inaugurada.

Entretanto, sua demanda foi maior que a oferta, o que levou o presidente da província encaminhar à mesa administrativa da Santa Casa solicitação, em 1880, para a transferência provisória dos órfãos ainda existentes no antigo abarracamento da Jacarecanga para o prédio do Asilo de Alienados.[22] A mesa administrativa analisou o conteúdo do ofício, considerando-o "mui justo" e resolveu "attender o pedido da Presidência da província, cedendo o referido edifficio"[23] para recolhimento temporário dos órfãos da seca.[24] Dessa forma, a instituição, destinada ao abrigo dos loucos do Ceará, atendeu à demanda das crianças "desvalidas" de Fortaleza, em demonstração de que a infância representou matéria mais urgente de intervenção do que a alienação.

Recolher a infância "desprotegida" significou não apenas prática assistencial mas questão de segurança pública. Em relatório de 1881, o presidente da província André Augusto de Pádua Fleury afirmou ser "extraordinário o numero de furtos attribuidos a uma associação de pequenos gaturnos" e considerou serem basicamente os órfãos da seca

[22] O Lazareto de Jacarecanga era um dos mais antigos de Fortaleza. Há registros de sua existência em 1814. O local, também chamado de sítio de Jacarecanga, tinha uma casa de taipa coberta de palha; dirigido só para pobres, em épocas de epidemia de varíola. "Quando a epidemia passava, a casa era abandonada..." BARBOSA, J. P. de A. *Historia da Saúde Pública do Ceará*: da Colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

[23] Sessão Extraordinária de 16 de julho de 1880, p. 41, do Livro de Atas de 07 de outubro o de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

[24] *Livro de Correspondência Oficial*, de 29 de janeiro de 1878, p. 7 (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

os atores de tais crimes, que se encontravam nessa "deplorável eschola de vícios e de crimes":

> Muitos orphãos, triste legado da calamidade porque passou a província, menor abandonados e maltrapilhos, dormindo pelas calçadas, na estação de estrada de ferro e em outros lugares públicos, empregavam-se dia a dia n'aquelle expediente criminoso para poderem subsisitir, o formavam uma associação contra a qual começou a levantar-se o clamor publico.[25]

Os crimes cometidos por menores na capital foram dos mais variados tipos; iam desde ataques às casas particulares e ao mercado público até os furtos de gado e cavalos. Houve inclusive um grupo de menores infratores que se tornou conhecido pela polícia, denominado "sociedade da russega", que incomodou a sociedade por sua ação criminosa. Eles foram chamados pelo presidente da província de pequenos "gaturnos" ou ainda de "infelizes viciosos e inclinados ao crime".[26]

A Colônia Christina foi, portanto, instituição necessária às autoridades públicas para formar futuros adultos como corpos produtivos e aptos ao ingresso na lógica do trabalho moderno. Porém, a insuficiência de vagas na Colônia para atender toda a demanda de crianças e jovens da cidade sem perspectivas justificou a aprovação da Santa Casa para utilizar o espaço do Asilo de Alienados como local de seu recolhimento. A demonstração de que a infância necessitava de maior atenção por parte das instituições de assistência de Fortaleza ficou mais evidente se for considerado que a mesa administrativa, ao mesmo tempo que buscou solucionar o problema dos órfãos de antigo abarracamento da cidade, não teve o mesmo empenho em atender a demanda de cegos e mendigos que procuraram o hospital caritativo. Assim, quando a Santa Casa recebeu outro ofício da presidência da província comunicando que havia na capital cento e dezessete cegos

[25] *Relatório do Presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury* de 1 de abril de 1881, item: *Tranqüilidade Pública e Segurança Individual,* p. 14.
[26] *Ibid,* p. 29.

e mendigos sem completo abrigo e questionando se ela poderia "encarregar-se do azilamento desses desvalidos" em suas dependências, respondeu-lhe negativamente ao pedido, em uma atitude sugestiva de que atender o público de crianças desvalidas poderia dar maior retorno social que asilar cegos ou mendigos:

> Inteirada a Meza da leitura do citado officio resolveo por unanimidade que a Santa Casa não podia incubir-se desse azilamento, visto como, não sendo estabelecimento próprio para esse fim, não tem os commodos necessários; e que neste sentido se informasse á S. Excia.[27]

Em maio de 1880, a mesa administrativa afirmou não possuir meios para recolher os oitenta e seis doentes indigentes da seca que ainda se encontravam no abarracamento da Jacarecanga. Isto porque havia em suas dependências cento e sessenta indigentes, admitidos em virtude de sua "extrema necessidade". A Santa Casa justificou sua decisão ao recear que a "multidão de doentes" afetasse as despesas crescidas, agravando seu capital, além de não possuir espaço suficiente para atender a todos.[28]

No mesmo mês em que aprovou a transferência de crianças órfãs para o Asilo de Alienados, a mesa administrativa deliberou que dali "em diante não se admitisse ms [mais] doente indigente algum, e que o seu numero fosse limitado o mais que possível". A medida drástica justificou-se porque em suas dependências, no mês de julho de 1880, havia cento e setenta e seis indigentes, em um universo total de duzentos e vinte e sete doentes.[29]

Em 2 de agosto de 1880, a mesa regedora da Santa Casa reiterou não mais receber doente indigente algum, ao votar e aprovar essa medida por unanimidade em sessão extraordinária. Ela afirmou que

[27] Sessão de 09 de dezembro de 1880, p. 2, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).
[28] Sessão Extraordinária de 17 de maio de 1880, p. 38, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).
[29] Sessão Extraordinária de 16 de julho de 1880, p. 41, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

suas dependências somente comportavam oitenta doentes, número fixado em reuniões anteriores, mas que esteve longe de corresponder à realidade diária do hospital, visto que havia cento e oitenta e três doentes internados. Para cumprir rigorosamente a deliberação de não mais recebimento de doentes, a mesa regedora determinou a publicação de sua decisão na imprensa cearense, além de comunicar internamente à irmã superiora e ao mordomo do mês as novas medidas.[30] O fato de ser a Santa Casa a única instituição assistencial e médica de grande porte no Ceará foi a principal causa da sobrecarga e da recusa da mesa regedora em receber novos pacientes.

Em 5 de agosto de 1880, o vice-provedor da Santa Casa Estellita Cavalcante Pessoa falece e assume seu lugar Antônio Pinto Nogueira Accioly. Foi durante a gestão de Nogueira Accioly que pela primeira vez foi registrada nas atas de reuniões da Santa Casa a existência de um doente internado com sintomas de distúrbios mentais. Tratava-se do cabo do 15º Batalhão da Infantaria Manoel Lopes da Sª.[31] Apesar de a mesa administrativa admitir que o cabo sofria de alienação mental, ele não permaneceu internado nas enfermarias do hospital em virtude de o estabelecimento não possuir "os commodos necessários para conter alienados".[32] Assim, a mesa administrativa deu alta ao paciente e não retornou mais ao assunto.

Em 1881, o Asilo São Vicente de Paula esteve pronto para receber os móveis e utensílios, e coube a um zelador apenas, que recebia a quantia mensal de 15$000, a responsabilidade e guarda de seu patrimônio e das instalações.[33] Até então, foram concluídos nove compartimentos para alienados, "uma sala para a administração da casa, outra para servir

[30] Sessão Extraordinária de 02 de agosto de 1880, p. 42, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).
[31] Provavelmente, Silva.
[32] Sessão de 20 de outubro de 1880, p. 01, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880. (Acervo: SCM).
[33] Sessão de 15 de março de 1881 e 04 de março de 1882, p. 76, do Livro de Atas de 27 de julho de 1877. (Acervo: SCM) e Ss de 19 de maio de 1881, p. 12, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM) e ofício da Santa Casa, de 1º de dezembro de 1881 (Ofícios Expedidos, relatórios, balancete, orçamento – 1881-1889, 1914 – APC).

provisoriamente de cappella, duas salas para refeitório e dormitórios e duas peças para dispensa e cozinha".[34]

As despesas foram cobertas, sobretudo com a extração de loterias, mas é importante lembrar que a medida judicial contra os herdeiros de Visconde de Cauihpe – referente à dívida de dois contos e dezenove mil réis da venda de bilhetes de loterias em benefício do asilo – ainda continuou sendo cobrada e constava no quadro demonstrativo do capital financeiro da Santa Casa. Em sessão de maio de 1881, a mesa administrativa procurou obter informações do advogado encarregado do processo para averiguar se era possível comunicar: "com possível brevidade si a mesma cobrança já foi iniciada, em que pé se acha, e que probabilidade[35] para a sua liquidação".[36] A preocupação da mesa justificava-se, pois, em junho do mesmo ano, as despesas com a obra do Asilo de Alienados acumulavam o montante de 5:931$110.[37] Até o ano da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, em 1886, a dívida continuou a ser cobrada à família de Visconde de Cauhipe.[38]

Após a gestão de Nogueira Accioly, foi nomeado para a vice-provedoria da Santa Casa o conselheiro Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes, que rejeitou o cargo; reassumiu o tenente-coronel José Francisco da Silva Albano, permanecendo nesta função por vários anos consecutivos até o fim da Monarquia. Sua trajetória na irmandade da Santa Casa de Misericórdia totalizou vinte anos de atuação, seja na função de mordomo, seja na vice-provedoria.[39]

---

[34] *Copia do Relatório apresentado pelo Vice-Provedor interino o Sr. Te. Cel. José Francisco da Silva Albano em 19 de Março de 1881, por occasião da posse da nova Meza Administrativa da Santa Casa de Misericórdia.* 28 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

[35] Palavra um pouco ilegível.

[36] Sessão 19 de maio de 1881, p. 12, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

[37] Sessão 15 de junho de 1881, p. 83 e 86, do Livro de Atas de 27 de julho de 1877 (Acervo: SCM).

[38] Sessão 04 de fevereiro de 1886, p. 108, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

[39] *Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890.* (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

Para o historiador Guilherme Studart, o vice-provedor Silva Albano foi um "capitalista e philantopo"[40] pertencente a importante família cearense, cujo poder sobressaiu, sobretudo no aspecto religioso, não somente em Fortaleza como na vila de Arronches. Segundo o ex-padre vigário de Arronches, Rodolfo Ferreira da Cunha, a família dos Albanos reconstruiu uma capela na antiga aldeia de Porangaba, em fins do século XVIII. Naquele momento, o coronel Manuel Francisco da Silva Albano e seu filho, o vigário José Albano Sobrinho, foram os grandes responsáveis pelas benfeitorias da vila.[41]

Os vínculos da família Albano com a instituição católica evidenciaram-se em algumas ocasiões. Silva Albano foi condecorado como Cavaleiro da Ordem S. Gregório Magno em 1870 e, posteriormente, tornou-se amigo pessoal do Bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos[42]; teve ainda dois filhos dedicados à vida religiosa.[43]

Silva Albano fez "grande fortuna no comércio" (BARROSO, 2004, p. 360). Entretanto, segundo Guilherme Studart, ele distinguiu-se por sua "piedade", sendo o "grande protetor" não apenas da Santa Casa de Misericórdia mas de outras instituições sociais, como a Igreja do Carmo e o Colégio da Imaculada Conceição, que chegou a funcionar em sua propriedade até 1867.[44] Assim, ele atuou diretamente na execução de obras religiosas e assistenciais em Fortaleza.

Uma de suas realizações de maior evidência foi o empenho dedicado à construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, iniciada em período da seca, em 1878, quando ele e sua esposa, Liberalina Angélica da Silva Albano, investiram capital no templo de grandes proporções arquitetônicas em estilo neoclássico. O objetivo conjuntural da obra foi aliviar "a pesada carga de sofrimento dos ombros de milhares de

---

[40] STUDART, G. Ephemerides do Ceará Republicano 1901. *Revista do Instituto do Ceará,* ano XVI, n. 1902. p. 314.

[41] CUNHA, R. F. da. *Notas históricas do livro de tombo da paróquia de Porangaba. Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, 1929/30. p. 279.

[42] STUDART, *op cit.*, loc. cit.

[43] Os filhos: Antônio Xisto Albano e D. Maria de Jesus Albano. BARROSO, G. À *margem da história do Ceará.* Fortaleza: ABC Editora, 2004. p. 360.

[44] STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará.* Fortaleza: Typographia Studart, 1896. v. 2, p. 188.

retirantes famintos" (FONTES, 1983, p. 35), ao utilizar-se de seu trabalho. Contudo, houve ainda intenções particulares por parte da família Albano, que pretendeu presentear seu filho, Antônio Xisto Albano – seminarista que estudava à época em Paris – com a obra, para que, quando voltasse à terra natal pudesse presidir missas na igreja na condição de padre. O templo levou oito anos para ser concluído, em 1886, um ano após a ordenação de Xisto Albano como padre. No retorno ao Ceará, ele assumiu a administração e direção da capela, conforme intenção da família.

Em 1887, José Francisco da Silva Albano recebeu o título de Barão de Aratanha, por decreto imperial;[45] em 1901, ele faleceu. No Salão Nobre da Santa Casa foi posto seu retrato e, em memória comemorativa de seu falecimento, Barão de Studart considerou-o como um "dos mais zelosos provedores deste notavel estabelecimento de caridade".[46]

Foi durante sua gestão na função de vice-provedoria da Santa Casa que, em março de 1886, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula foi inaugurado. Antes disso, em fevereiro, a mesa regedora aprovou o regulamento do estabelecimento e anunciou seu quadro de funcionários. Foi deliberado ainda naquele momento que, no dia após a inauguração, deveriam ser imediatamente transferidos pelo chefe de polícia "todos os alienados indigentes que se achassem na Cadeia" da capital para o asilo.[47]

A Cadeia Pública de Fortaleza era local de abandono onde os presos estavam à mercê da própria sorte. Ao longo de sua trajetória, ela teve histórico de descaso e lotação. Segundo a historiadora Silviana Mariz, em 1858, enquanto seu limite de vagas comportava setenta presos, existiram em suas celas duzentas pessoas. Na década de 1870, foram realizadas reformas estruturais no prédio com o objetivo de melhorar as condições de espaço através da construção de andar superior destinado às salas de enfermaria e ao corpo de guarda. O andar térreo

[45] STUDART, G. *Ephemerides do Ceará Republicano 1901*. p. 314.
[46] *Ibid., loc. cit.*
[47] Sessão 25 de fevereiro de 1886, p. 111, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

foi reservado exclusivamente às celas e salas de oficinas. Contudo, as reformas não melhoraram o problema da lotação e falta de higiene da cadeia (MARIZ, 2005, p. 185).

Em 1881, ela foi descrita pelo próprio relatório da presidência da província como "um deposito immundo". Entre os duzentos e cinquenta e nove presos, divididos em vinte e oito quartos, duzentos e quarenta e sete foram considerados "presos pobres"; existia apenas uma mulher em suas dependências. Segundo o relatório, os presos não recebiam nenhum "conforto espiritual nem material" e era necessário oferecer-lhes "desenvolvimento intellectual, moral, religioso e profissional".[48]

Se a situação da Cadeia Pública de Fortaleza foi deplorável para o preso comum, não era melhor para o preso alienado. Na manhã do dia 16 de julho de 1885, o sentenciado Pedro Vieira de Araújo, que sofria de "desarranjo cerebral", praticou suicídio jogando-se no poço da cadeia, ao fugir de sua cela, no momento em que ela havia sido aberta para o serviço de limpeza; em ação rápida, não teria dado tempo de os funcionários conseguirem agarrá-lo. No mesmo ano, na noite de outubro, outra presa alienada, Joana Maria de Queiroz, foi encontrada morta com uma corda apertada ao pescoço no armador da própria rede.[49]

Narrativas sobre a situação do preso louco são raras de ser encontradas nas documentações, sobretudo nos relatórios da presidência da província. Entre todos os relatórios arquivados pelas instituições de pesquisa histórica do Ceará, no período correspondente ao intervalo de 1850 a 1885, somente houve relato desses dois episódios de presos alienados, e, quando eles foram noticiados, receberam a alcunha de "fatos notáveis". Dessa forma, há poucos indícios de análises sobre as condições de vivência e sobrevivência dos presos loucos nas dependências da Cadeia Pública. Se é verdade que eles existiram, sua visibilidade apenas se fez presente nos documentos oficiais quando receberam ordens diretas para serem transferidos para o Asilo São Vicente de Paula.

---

[48] *Relatório do Presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury* de 1 de abril de 1881, item: *Tranqüilidade Pública e Segurança Individual,* p. 19.

[49] *Relatório do Presidente da Província Carlos Benedicto Ottoni,* de 19.02.1885, item: *Fatos Notáveis,* p. 63.

No ano seguinte, após o registro dos casos de suicídio praticados pelos dois presos loucos nas dependências da Cadeia Pública de Fortaleza, o Asilo de Alienados foi oficialmente concluído e inaugurado.

A loucura assistida no Ceará: a inauguração do Asilo de Alienados São Vicente de Paula

Enfim, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula foi inaugurado em 1º de março de 1886. Seu primeiro diretor foi José Theophilo Rabello, que acumulou também o cargo de ecônomo. A clínica esteve sob a responsabilidade do médico da Santa Casa Meton de Alencar, que, além do salário no hospital, recebeu gratificação adicional no valor de 400$000 pela função no novo estabelecimento. O capelão do Asilo de Alienados foi o reverendo vigário da vila de Arronches, José Albano Sobrinho[50], que não recebeu remuneração por se ter voluntariado para tal função.[51] O asilo foi inaugurado com patrimônio estimado em 60:000$000.[52]

Sob a administração direta da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, ele foi mencionado pelo presidente da província Miguel Calmon du Pin Almeida como estabelecimento de "caridade" – e não médico –, em uma simbologia de que a instituição possuía perfil mais assistencial do que hospitalar. Em discurso referente ao primeiro ano de sua existência, Calmon Almeida fez um balanço das atividades do Asilo São Vicente de Paula e reconheceu sua importância no preenchimento de "lacuna de há muito sensível" na província. Em discurso de perspectiva histórica, ele rememorou que foi durante a administração do ex-presidente da província Caetano Estellita que se iniciaram as

[50] José Albano Sobrinho foi vigário de Arronches de 1882 a 1890. CUNHA, R. F. da. Notas históricas do livro de tombo da paróquia de Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará,* 1929/30. p. 270-279.

[51] *Ofício de 26 de fevereiro de 1886* (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

[52] *Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890.* (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

primeiras obras de execução do asilo e salientou o esforço realizado pela Santa Casa, a "benemérita instituição", em erguê-lo, apesar de seus "innumeros encargos" financeiros.[53]

No primeiro relatório oficial sobre o São Vicente de Paula, o presidente da província apontou como um dos motivos do atraso na conclusão da obra a falta de recursos financeiros. Entretanto, também mencionou a existência de outros interesses considerados mais "urgentes" pelos presidentes que o antecederam, em detrimento do tratamento da alienação na província. Calmon P. Almeida não explicitou quais seriam esses interesses:

> Concluídos os trabalhos não se poude levar a effeito a instalação do asylo, já por que interesses mais palpitantes da provincia desviaram constantemente os meos antecessores de semelhante intento, já por que o precário estado das finanças não comportaria as despezas que para isto se faziam precisas.[54]

Em relatório minucioso, Calmon Almeida relatou os últimos momentos que antecederam a entrega do edifício São Vicente de Paula. Sobre a questão estrutural da obra, informou que, apesar de o prédio ser novo, já apresentava problemas de ordem física, tendo-se em vista que o único responsável por ele – um zelador – não tinha condições de "dar-lhe o trato conveniente". Assim, o prédio encontrava-se arruinado "em vários pontos". Para solucionar o problema, o presidente nomeou em janeiro de 1886 comissão composta pelo vice-provedor e outros mordomos da Santa Casa para examinar o edifício com o objetivo de indicar os "serviços necessários a sua installação". A partir do relatório da comissão, entregue em fevereiro, o engenheiro da província providenciou alguns reparos.[55]

Financeiramente, o São Vicente de Paula possuía três fontes básicas de renda, referentes aos juros de apólices das loterias, à receita

---

[53] *Relatório do Presidente da Província Miguel Calmon du Pin Almeida,* de 09.04.1886, item: *Asylo de Alienados,* p. 29.
[54] *Ibid., loc. cit.*
[55] *Ibid., loc. cit.*

da Empresa Funerária, que também era subordinada à Santa Casa, e ao dinheiro proveniente dos pensionistas.

Sobre esta última fonte de renda, é importante frisar que o asilo de alienados do Ceará assemelhou-se às demais instituições brasileiras voltadas para a loucura, em que o perfil do paciente esteve dividido fundamentalmente entre aqueles que podiam e os que não podiam pagar tratamento, ou seja, apesar de o Asilo São Vicente de Paula ser instituição voltada sobretudo para o público extremamente carente – quase em sua totalidade formada por indigentes –, houve também aqueles cujas famílias tiveram condições financeiras para realizar internação. Estes foram chamados "pensionistas".

Segundo a historiadora Magali Engel, os pensionistas do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro foram aqueles que muitas vezes incomodavam suas famílias e vizinhança, pois perturbavam a tranquilidade privada e pública e tornavam-se um "fardo penoso". O internamento do doente no hospital representava a saída encontrada pelos familiares para livrar-se do "ônus" de cuidar de um louco em casa. Por sua vez, este tipo de paciente representou para o hospital fonte complementar de renda (ENGEL, 2001, p. 196).

Os pensionistas também existiram no Hospício de Pernambuco. Para o pesquisador José Medeiros, ao analisar o Serviço de Assistência a Psicopatia do Estado durante a década de 1930, os pacientes pensionistas estiveram organizados em categorias, divididas de 1ª até 4ª classes, classificadas a partir de tabela de preços que variava de 20$000 a 4$000 (MEDEIROS, 2001, p. 72).

O elemento diferencial entre os doentes indigentes e pensionistas não estava restrito à condição daqueles que tinham ou não meios de pagar tratamento, mas estava também presente na forma como o médico procedia na análise dos diagnósticos. Segundo a historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha, no Hospício do Juquery, em São Paulo, houve casos em que os médicos foram muito mais cautelosos quanto à elaboração do diagnóstico dos pensionistas, em relação aos demais doentes, sobretudo quando havia situações que envolviam disputas de herança e sucessão familiar (CUNHA, 1986, p. 113).

No caso do Ceará, durante o primeiro ano de existência do Asilo São Vicente de Paula, a renda proveniente dos pensionistas contabilizou o montante de 1:445$000 e perfazia total superior a seis contos de réis, número não merecedor de entusiasmo, tendo-se em vista que sua despesa esteve calculada em igual valor.[56]

Na data da inauguração do Asilo de Alienados, entretanto, os primeiros doentes a ingressar no novo estabelecimento não foram os pensionistas, mas nove presos indigentes detidos na Cadeia Pública de Fortaleza, que foram autorizados pelo presidente Camon Almeida a serem ali recolhidos. A mesma ordem de autorização de transferências foi dada às autoridades responsáveis pelas cadeias do interior onde existiam presos loucos.[57]

A imprensa da capital acompanhou os acontecimentos em torno da inauguração do Asilo São Vicente de Paula. Alguns jornais publicaram pequenas notas, outros elaboraram matéria mais extensa. Em março de 1886, o jornal O Cearense fez breve menção ao deslocamento dos presos loucos da cadeia de Fortaleza para o asilo, ao acrescentar apenas a informação de que foram escoltados por dois praças.[58]

Já o jornal O Libertador imprimiu, em 24 de fevereiro de 1886, matéria mais longa, intitulada *Hospício de loucos,* na qual fez críticas ácidas ao presidente da província Calmon Almeida. No início da matéria, o presidente foi chamando de "desastrado, caipora", entre outros adjetivos nada positivos. O Libertador criticou a sua falta de organização institucional, acusando-o de não ter "idéia clara e madura de nenhum assumpto administrativo". Ao utilizar trocadilhos referentes ao asilo para alienados e à loucura, a matéria valeu-se de analogias para criticar o presidente, considerando-o indivíduo pouco normal. Para isso, mencionou a "estreitesa do cérebro do presidente em redemoinho de idéias, planos e expedientes, confusos, sem nitidez e sem nexo".[59]

---

[56] *Relatório do Presidente da Província Miguel Calmon du Pin Almeida,* de 09 de abril de 1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 31.
[57] *Ibid., loc. cit.*
[58] Jornal O Cearense de 03 de março de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[59] Jornal O Libertador, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

A crítica do jornal justificou-se por desconsiderar o Asilo de Alienados como instituição prioritária para a província, haja vista que, comparativamente a outros necessitados, havia em Fortaleza quatrocentos mendigos que compunham "spectaculo triste e repugnante" existente pelas ruas e praças. A matéria considerava ser mais urgente a inauguração de asilo para a mendicidade, pois o de alienados somente receberia "meia dúzia de desgraçados inquilinos"[60] – o que não correspondeu à realidade, como será visto adiante.

A crítica da matéria não se restringiu à relevância do São Vicente de Paula para a cidade. Ao desacreditar que os loucos recolhidos e conduzidos para o novo estabelecimento seriam mais bem tratados, O Libertador previa que eles teriam como fim uma "agonia terrível e tumulo prematuro". O jornal reiterou a falta de planejamento do presidente da província, alegando que, além de desconhecer a existência de "alienados" e "alienistas" na província, ele não se informou sobre garantias nas condições de manutenção do estabelecimento. Ao ratificar a pouca relevância da obra, o jornal afirmou que ninguém deu "vivas" ao "presidente louco maniaco" em seu gesto de "caridade e patriotismo" quando da inauguração do Asilo de Alienados e justificou o motivo:

> Por que? Porque muito acima do hospício de loucos estão em necessidade a importância o asylo de mendigos, os albergues para miseráveis abandonados, os recolhimentos para crianças, as colônias, as casas de maternidade e muitos outros melhoramentos, de que o Sr. Calmon não cogitou.[61]

Ao antecipar os problemas futuros que o Asilo de Alienados enfrentaria internamente, o jornal O Libertador acrescentou inexistir na gestão do presidente da província um "plano de organização do estabelecimento", meios para mantê-lo e "profissionaes especialistas" que pudessem "mitigar o mal dos desventurados".[62]

A falta de médicos especialistas para o tratamento da loucura no Ceará foi problema levantado pelo jornal O Libertador em outra

[60] Jornal O Libertador, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[61] *Ibid.*
[62] *Ibid.*

matéria publicada no mesmo mês de fevereiro, quando noticiou que, momentos antes da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, as autoridades públicas ainda procuravam um médico alienista e diretor para o estabelecimento.[63]

A crítica do jornal tornava-se pertinente, pois de fato não houve contratação de médico especializado na área da psiquiatria para o São Vicente de Paula. A vaga foi ocupada pelo clínico geral da Santa Casa de Misericórdia Meton de Alencar. Com essa contratação, observa-se que o tratamento dado aos loucos no asilo cearense esteve longe de atender às discussões científicas e acadêmicas existentes nos cenários internacional e brasileiro em que estudos e teses sobre a doença mental foram publicados. A inexistência de médico especialista à frente do São Vicente de Paula reforça a ideia de que a instituição possuía características mais caritativas do que propriamente psiquiátricas; daí a denominação "asilo" de alienados e não "hospital" para alienados durante a sua existência no século XIX e início do XX.

De volta à matéria de O Libertador, se, por um lado, o jornal questionou a eficácia terapêutica a ser desenvolvida no São Vicente de Paula, por outro lado, a matéria possuía motivações mais partidárias – ou relativas aos interesses de determinados grupos políticos – do que propriamente preocupadas com a cura dos doentes recolhidos no estabelecimento. O jornal afirmou que o presidente Calmon, membro do partido Liberal, apresentava um "conservadorismo adiantado" e mencionou negativamente os "diversos partidarios do grupo" que apoiava o governador.[64]

Discursos depreciativos sobre a importância de determinadas obras públicas no momento de sua inauguração foram táticas comuns utilizadas pela imprensa partidária para atacar autoridades e adversários. Nesse sentido, compreende-se as provocações da matéria. Entretanto, é oportuno observar que, apesar dos interesses políticos subjacentes ao artigo, o jornal reforçou a ideia de que a loucura deveria permanecer

[63] Jornal O Libertador, de 2 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[64] *Id.*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

no silêncio dos desafortunados ao desconsiderar a importância da obra asilar para Fortaleza. O problema da loucura, no momento da inauguração do asilo, permaneceu no seu lugar de não prioridade social, e mais uma vez a infância e a mendicidade ocuparam o interesse maior de determinados segmentos sociais – a imprensa nesse caso.

Após a fundação do São Vicente de Paula, O Libertador voltou a publicar matéria sobre o estabelecimento, sem, contudo, entrar em discussões controvertidas ao seu respeito. Ele apenas transcreveu o quadro financeiro do primeiro mês de funcionamento de suas atividades e apresentou os gastos realizados com alimentação, que totalizaram 220$900, quantia considerada econômica para o número de vinte e um alienados e empregados existentes na instituição. No primeiro mês de funcionamento do asilo, havia quatorze alienados. Os gastos com os empregados somaram-se 195$842, perfazendo o total de 416$742.[65]

Embora fosse vinculado à Santa Casa de Misericórdia, o São Vicente de Paula possuía "economia independente", segundo o relatório do presidente de província Enéas Torreão, e patrimônio de cerca de 72:000$000, elevando-se em 1888 para a quantia de 120.000$000, através dos recursos advindos de apólices da dívida pública e oriundos basicamente do produto líquido de loterias.[66] Com esse patrimônio, ele iniciou suas atividades.

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula: as primeiras demandas e problemas em seu cotidiano durante o período monárquico

Inaugurado o Asilo de Alienados São Vicente de Paula, era necessário iniciar o processo terapêutico, apesar de não haver a figura do médico psiquiátrico. Nos primeiros meses de funcionamento, o farmacêutico da Santa Casa solicitou à mesa administrativa informações sobre como seriam os receituários dos medicamentos destinados

[65] Jornal O Libertador, de 31 de abril de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).
[66] *Relatórios do Presidente da Província Enéas de Araújo Torreão*, de 01 de julho de 1887, item: *Asylo de Alienados*, p. 63 e de 21 de abril de 1888, item: *Asylo de Alienados*, p. 27.

ao asilo. Não há registros referentes a quais tipos de tratamentos ou remédios foram usados inicialmente, mas o vice-provedor José Silva Albano, sem mencionar marcas ou fórmulas, tomou conhecimento da solicitação do farmacêutico, providenciou o envio de drogas e outros artigos necessários ao consumo de um ano na instituição e emitiu pedido diretamente para Europa.[67]

Se o tipo de medicação não foi explicitado pela mesa administrativa, entretanto, o diretor do São Vicente de Paula, Theophilo Rabello, passou a informar à Santa Casa o movimento de entrada e saída dos loucos, através do envio mensal do mapa demonstrativo (vide seção "Mapas demonstrativos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula correspondentes ao século XIX (1886-1889)").

Apesar de certa irregularidade quanto aos dados numéricos dos mapas demonstrativos sobre a movimentação interna do asilo, nos quais alguns meses não foram notificados, observa-se o crescimento progressivo no ingresso de doentes, ao ponto de causar preocupação por parte da mesa administrativa da Santa Casa no que se refere à capacidade de lotação do estabelecimento, que, na data de sua inauguração, possuía acomodações para apenas doze loucos.[68] Em visita realizada ao asilo, o vice-provedor Silva Albano destacou positivamente a regularidade do serviço, mas já antevia a insuficiência de cômodos como um dos principais problemas futuros a serem enfrentados pelo São Vicente de Paula. Em junho de 1886, ele recusou a admissão de alienados tendo em vista o asilo estar acima de sua capacidade máxima – naquele momento, existiam vinte cinco doentes[69]. Mesmo assim, nos primeiros meses, Silva Albano demonstrou otimismo quanto a essa questão, ao anunciar reformas para ampliação dos compartimentos.[70]

---

[67] Sessões 10.06 e 12.08.1886, p. 119, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

[68] *Ofício de 5 de abril de 1887*, nº 28 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

[69] *Ofício de 22 de junho de 1886*, nº 44 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

[70] Sessões 12 de agosto de 1886, p. 119, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Esse otimismo durou pouco, pois a situação tornou-se complicada, porquanto chegavam ofícios do secretário de polícia ao vice-provedor da Santa Casa solicitando o recolhimento de mais loucos no São Vicente de Paula. Em setembro de 1886, o número de doentes excedia sua capacidade máxima, mesmo assim Silva Albano aceitou o pedido do secretário de polícia e, de forma semelhante, o fez em outubro, quando lhe chegou novo ofício com igual solicitação.[71] O primeiro ano de funcionamento do Asilo São Vicente de Paula finalizou-se com a existência de trinta doentes, ou seja, dezoito a mais do que o limite estabelecido na data de sua inauguração.

No aniversário de um ano do São Vicente de Paula, a mesa administrativa da Santa Casa pretendeu comemorar a data e homenagear duas figuras públicas consideradas responsáveis por sua existência – o "iniciador" e o "installador" – ambos nomeados como os "benfeitores" do estabelecimento. O primeiro foi o ex-vice-provedor Visconde de Cauihpe, o segundo, o ex-presidente da província Miguel Calmon du Pin Almeida. Para isso, mandou colocar seus retratos no salão de honra do asilo, tendo sido o último encomendado da Europa. A mesa administrativa providenciou ainda preparativos para a realização de cerimônia através de envio de convites às pessoas ilustres da província, que seriam conduzidas de Fortaleza a Arronches em trem expresso. Os convidados prestigiados seriam:

> primeiras autoridades da província, corpo consular, câmara municipal, chefes de repartições publicas e mais pessoas gradas residentes nesta cidade, afim de assistirem a referida solemnidade; tendo-se em vista providenciar no sentido de partir desta capital para a povoação de Arronches um trem expresso em hora conveniente.[72]

A solenidade marcada, contudo, não aconteceu, pois, além do presidente da província justificar sua ausência no evento por motivo

[71] *Ofícios de 15 de setembro* e 4 de outubro de 1886 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881-89, 1914 (Acervo: APC).

[72] Sessão: 30.03.87, p.134, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880; sessões: 16.02.1888, p. 5; 23.02.1888, p. 6, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

de saúde, no mesmo dia, estava prevista a chegada de um vapor do norte para Fortaleza.[73] A mesa administrativa não voltou mais a tocar no assunto, por isso se desconhece se a solenidade foi adiada ou simplesmente deixou de ocorrer.

No primeiro ano de funcionamento do Asilo de Alienados, observa-se a confiança de Silva Albano acerca dos bons resultados que a instituição oferecia à província. Em relatório de 19 de março de 1887, no qual consta o balanço das ações da Santa Casa realizadas no ano anterior referente ao asilo, o vice-provedor afirmou:

> Em tão pouco tempo já tem elle [o Asilo de Alienados] prestado à humanidade grandes e valiosos serviços.
>
> Crescido numero de infelises loucos que por estradas e povoados viajavão no maior abandono, ou definhavão nas cadeias publicas, forão alli recolhidos; e destes já vinte e seis a sociedade recebeo completamente curados.[74]

Se as expectativas quanto à eficiência do tratamento realizado no Asilo de Alienados foram satisfatórias para o vice-provedor, o mesmo não se pôde dizer das condições de estrutura física. Junto com o primeiro ano, a problemática da falta de acomodação voltou a estar presente nas preocupações da mesa administrativa da Santa Casa, o que levou à tomada de providências para a execução de reformas. Em abril de 1887, Silva Albano enviou ofício ao presidente da província Enéas Torreão em que comunicava ser insuficiente o número de acomodações existentes, desde sua inauguração, diante da crescente demanda de loucos advindos de diversas localidades cearenses, e solicitava a quantia de quatro contos de réis às obras consideradas indispensáveis para a ampliação do prédio.

Em setembro, a mesa administrativa comunicou em ofício estarem as enfermarias do asilo "repletas" de doentes, com número de trinta e três

[73] Sessão: 8.3.1888, p. 6, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).
[74] *Relatório da Santa Casa*: 19 de março de 1887, p. 7 e 8. (Ofícios da Santa Casa - Acervo: APC).

em tratamento. Entretanto, o excedente de doentes não impediu a admissão de mais pessoas, pois argumentava o vice-provedor que "o desejo de amparar os infelises loucos" era tão grande, que não se podia dizer não a eles. Nesse sentido, ele autorizou nova solicitação de encaminhamento de loucos, enviada pelo chefe de polícia.[75]

O discurso de Silva Albano intercalava-se entre a ponderação administrativa de que o São Vicente de Paula não tinha mais condição de receber ninguém e o sentimento humanitário e caritativo de que era preciso oferecer abrigo e tratamento aos "infelizes" que necessitavam de ajuda. Nesse sentido, em novembro de 1887, ao mesmo tempo que o vice-provedor informou que se tinha chegado ao número de quarenta e quatro alienados recolhidos nas enfermarias, acrescentou: se "for indispensável o recolhimento dos alienados, de que tratão os referidos officios, far-se-ha todo o possivel de serem observadas as ordens" do chefe de polícia. Assim como esse, existiram outros ofícios em que Silva Albano, por um lado, reiterava não haver espaço no asilo para o tratamento de mais doentes –"por falta de meios e por se acharem cheias as respectivas céllas"–,[76] mas, por outro, aceitava a admissão de novas pessoas em suas dependências.

No mesmo mês de novembro de 1887, um fato curioso, mas pouco aprofundado nas atas de sessões da mesa administrativa da Santa Casa ocorreu nas dependências do São Vicente de Paula: uma criança do sexo feminino deu entrada no asilo, tendo, posteriormente, recebido alta por encontrar-se "curada".[77] O ingresso de criança no São Vicente de Paula representou, ao que tudo indica, fato isolado, pois com exceção desse episódio não houve mais registros sobre situação similar.

O tema da relação entre loucura e infância não foi, entretanto, matéria ignorada pela psiquiatria brasileira. Estudos realizados pelo

---

[75] *Ofício de 5 de abril de 1887,* n.º 28 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

[76] *Ofícios:* 23 de julho e 28 de novembro de 1888 (Fundo: Gov. da Província do CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

[77] Sessões: 28.04.87, p. 137, do Livro de Atas de 20.10.1880 e 24.11.87, p. 2, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM) e Ofício de 24 de novembro de 1887 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

médico Antônio Luiz da Silva Peixoto, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mencionaram casos da literatura psiquiátrica retratados pelo médico Esquirol, como, por exemplo, o de um menino de dois anos, considerado maníaco por ter sido confinado aos cuidados de outro garoto de "nove anos, que ficara alienado em conseqüência de uma febre atáxica que sofrera". A primeira obra publicada no Brasil sobre crianças anormais foi escrita em 1900, por Carlos Eiras, intitulada *Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas* (LOBO, 2008, p. 371, 378).

Internamento de criança também foi registrado no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, onde foi construído pavilhão exclusivo para meninos e meninas alienadas, em 1903 (ENGEL, 2001, p. 285). No Ceará, houve apenas um registro de criança internada no São Vicente de Paula. No entanto, ele torna-se significativo, pois remete à problemática sobre quem foram as pessoas consideradas loucas admitidas na instituição.

O perfil dos loucos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a problemática da lotação

Relatos sobre internação de criança no Asilo de Alienados foram definitivamente exceção. A regra sobre o grande público internado nas enfermarias compunha-se de indigentes, desvalidos e loucos criminosos. Frequentes foram os ofícios emitidos pelo chefe de polícia à mesa administrativa da Santa Casa com solicitações de providências para transferência de pessoas que se encontravam, via de regra, nas cadeias públicas provinciais.

Através dos ofícios, a massa impessoal do número de doentes registrados pelos mapas demonstrativos da movimentação interna das enfermarias do São Vicente de Paula deixava de ser fria e passava, enfim, a ser nomeada. Os ofícios foram registros em que, apesar da forma breve, visibilizou-se a existência dos ditos loucos, como foi o caso de João da Cunha, preso por ter cometido crime de homicídio e por sofrer de "furor sanguinário e monomania suicida". A solicitação de sua transferência da cadeia ao São Vicente de Paula, foi, entretanto, negada pela a mesa administrativa, sob a alegação de que não havia no asilo estrutura de segurança suficiente para recolher esse tipo de criminoso. Não havia:

> compartimento algum com a precisa segurança, nem guarda que evita a pratica de qual quer desatino que com temeridade possa se dar, como é de esperar de tal homem, era de todo inconveniente a admissão alli do referido preso, que na cadeia, em que se acha e que offerece toda segurança para criminosos, é onde deve ser conservado tratamento, tanto quanto o pode ter no Asylo de Alienados: neste sentido deo-se a respectiva informação.[78]

Apesar da negativa, outros criminosos loucos – também denominados como "alienados desvalidos" ou simplesmente "alienados" –, considerados menos perigosos e anteriormente detidos na Cadeia Pública de Fortaleza deram entrada no São Vicente de Paula, sempre encaminhados a pedido dos chefes de polícia, através de ofícios. Foram eles: João Rodrigues Beserra, Francisco das Chagas Epiphanes, Maria da Conceição, João Pedro, Francisca Maria de Jesus, Joana de Tal, Francisca Borges, Antônio Maltias, Mariana Lusia da Silva, Vicência Madeira de Abrêo, Manoel Francisco dos Santos, Joaquina Maria da Conceição, Francisco Gonçalves Torres, Isabel Maria da Conceição, Maria de Nazareth.[79]

A cadeia foi um dos lugares mais comuns onde se poderiam encontrar loucos. Para o cientista social José Leopoldo Antunes, as prisões brasileiras de modo geral estiveram "repletas de alienados" em fins do século XIX e início do XX. "Muitos teriam enlouquecido durante a pena, mas a maioria deles já teria enfrentado o tribunal no estado de alienação mental". Ao analisar as experiências na Bahia, Leopoldo Antunes investigou os estudos realizados pelo médico Nina Rodrigues sobre criminosos que enlouqueceram na cadeia e concluiu que muitos sofriam de algum tipo de "demência precoce" como "confusão mental", entre outros problemas mentais (ANTUNES, 1999, p. 108).

A historiadora Lilia Lobo, reportando-se à Casa de Correção do Rio de Janeiro, observou que entre os vários tipos de indesejáveis

[78] Sessão: 26.04.1888 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

[79] Sessões: 22.08.1889, p. 57, 5.9.1889, p. 62; 17.10.1889, p. 66; 14.11.1889, p. 68; 5.12.1889, p. 71; 2.1.1890, p. 73; 30.1.1890, p. 76, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

sociais recolhidos na instituição, como crianças, velhos e vagabundos, estavam presentes também os "loucos criminosos e criminosos que enlouqueceram, tendo sido construídas cinco celas para seu isolamento" (LOBO, 2008, p. 329).

No Ceará, os presos da capital que sofriam de problemas mentais somaram-se aos do interior no ingresso ao São Vicente de Paula. Segundo o relatório do presidente de província Enéas de Araújo Torreão, em 1887, existiram no interior do Ceará sessenta e sete cadeias, cinquenta e uma das quais erguidas em prédios públicos e dezesseis em casas alugadas. A maioria delas foi resultado de obras dos socorros públicos, construídas no período da grande seca de fins da década 1870.[80]

Foram das cadeias que chegaram a Fortaleza os ofícios dos chefes de polícia e dos juízes de órfãos com pedidos de transferência dos presos loucos para o São Vicente de Paula. Da cidade de Ipú, deram entrada Raymundo da Rocha e Antonia de Tal, também conhecida como Mereré. Da cidade de Baturité chegou a louca Cleobolina de Tal.[81]

Da vila de Campo Grande, destacou-se o louco Candido, que representava ameaça a sua família, sobretudo a um irmão, pois estava sempre armado de faca ou de armas de fogo. Em ofício sobre a solicitação de sua transferência ao Asilo de Alienados, o juiz municipal Joaquim d'Abreu Júnior afirmou que a loucura de Candido se desenvolveu a tal ponto que representava perigo também aos habitantes da vila, visto que ele estava ultimamente "atacando as mulheres para fins libidinosos". Não viu outra saída o delegado de polícia a não ser colocá-lo na cadeia. O juiz do município de Campo Grande, ao pedir a transferência de Candido para o asilo de alienados de Arronches, ressaltou que a família do preso era paupérrima.[82]

Outros presos loucos do interior da província foram conduzidos ao São Vicente de Paula em fins do século XIX e início do XX,

---

[80] *Relatório do Presidente da Província Enéas de Araújo Torreão,* de 01.07.1887, item: *Prisões Públicas*, p. 10.

[81] Sessão 22.8.1889, p. 57; 3.10.1889, p. 63, do Livro de Atas de 17.11.1887 (Acervo: SCM).

[82] Anexo de 22 de fevereiro do ofício de 22 de março de 1889 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

provenientes das localidades de São Benedito, Aquiraz, Várzea Alegre, Sobral, Maranguape, Iguatu e Aracati.[83]

Além dos loucos criminosos, deu entrada outro tipo de alienado: os militares. Comparativamente com os demais, eles representaram número bem menor. Dos primeiros anos de existência do Asilo de Alienados até as primeiras décadas do século XX, ingressaram os seguintes militares: o 1º sargento do Corpo da Polícia Casimiro Correia de Araújo Lima; o 2º sargento do Corpo de Segurança Pública João Evangelista Pinto; o soldado do 11º Batalhão de Infantaria César de Mello e Silva; o alferes Germano Soares Góes; o soldado do 2º Batalhão de Infantaria Odilon Apolinese Figueiredo; o major reformado Anacleto Francisco dos Reis; o soldado Mariano Faustino Vieira da Guarda Civil; o soldado do 46º Batalhão de Caçadores José Thomé.[84] Geralmente, os militares eram internados a partir da mediação de seus próprios comandantes, que solicitavam, através de ofícios, sua internação à mesa administrativa da Santa Casa. Alguns deles foram internados na condição de pensionistas.

Não houve relatos detalhados sobre os pensionistas que deram entrada no Asilo de Alienados durante os primeiros anos de sua existência. O próprio vice-provedor Silva Albano, referindo-se às fontes de renda do Asilo de Alienados, sustentado basicamente pelos rendimentos da Empresa Funerária, lamentou que os pensionistas fossem poucos na instituição.[85] A primeira vez que eles foram notificados oficialmente, conforme consta no mapa demonstrativo da movimentação interna do

[83] *Ofícios* de: 7 de fevereiro de 1887, 24 de novembro de 1887(Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC). Sessões da Santa Casa de Misericórdia de: 21 de novembro de1907, p. 97; 22 de abril de 1909, p. 23; 3 de maio de 1917, p. 25; 16 de agosto de 1917, p. 42; 4 de setembro de 1919, p. 20. (Acervo: SCM).

[84] Sessões: 5.12.1889, p. 71; Ss: 4.9.1890, p. 122; 13.11.1890, p. 132, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887. Ss: 28.01.1897, p. 31; 18.3.1897, p. 39 do Livro de Atas de 1896 a 1897: SS: 25.8.1910, p. 72/3 Livro de Atas de 1908; Ss: 16.10.1919, p. 26 do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919. (Acervo: SCM).

[85] *Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do CE;* Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

São Vicente de Paula, ocorreu somente no século XX, em 1901. Nesse sentido, o público-alvo do asilo foi aquele destituído de condições para pagar tratamento, não possuindo, muitas vezes, sequer casa ou família. O São Vicente de Paula foi o lugar da pobreza indigente desvalida louca no Ceará, que crescia quantitativamente nas dependências do estabelecimento e agravava o problema da lotação.

Diante da demanda constituída pelos loucos indigentes e criminosos da capital e do interior, juntamente com os poucos pensionistas, o São Vicente de Paula vivenciou desde os primeiros anos de sua existência a problemática da falta de leitos. Essa situação não foi exclusividade do Ceará.

Nas colônias da Ilha do Governador no Rio de Janeiro destinadas ao recolhimento de loucos, a lotação foi tão alta que acarretou problemas graves de más condições de vida dos internos, como a falta de higiene e a indistinção em critérios de separação de doentes. Assim, tornaram-se comuns a transmissão de doenças contagiosas, os altos índices de mortalidade e a indistinção de doentes curáveis e incuráveis, crianças e adultos, ricos e indigentes, que conviviam em um mesmo espaço (LOBO, 2008, p. 402).

No Rio Grande do Sul, o Hospício São Pedro também enfrentou "quadro caótico". Segundo Yonissa Wadi, para contornar o problema da lotação, foram utilizados antigos pavilhões da Santa Casa para o abrigo de novos doentes; no entanto essa medida não logrou êxito. A experiência do hospício de Porto Alegre também evidenciou o impasse dos seus dirigentes entre a recusa na admissão de novos alienados e a "responsabilidade" em aceitá-los, pois era o único estabelecimento da província destinado ao tratamento da loucura (WADI, 2002, p. 48, 140). O elemento diferencial entre a experiência gaúcha e a cearense foi que a responsabilidade na decisão do impasse no Hospício São Pedro cabia também ao médico alienista e não somente ao provedor da Santa Casa de Misericórdia, como ocorria no São Vicente de Paula.

No Ceará, apesar de não haver cômodos e condições financeiras favoráveis para a admissão de novos alienados no asilo, o vice-provedor

Silva Albano afirmava que, mesmo "com grande sacrifício", não tinha coragem de recusar naquela "Administração" a entrada de louco, considerado "ente mais infeliz da humanidade".[86]

Quando Silva Albano afirmou que em "sua" administração não havia a possibilidade de recusar alienados, necessitados de tratamento, deixava nítido ser "ele" o responsável pela demanda do asilo e detentor de poder maior que o do médico que estava diretamente envolvido no cotidiano institucional da loucura. A problemática dos poderes e funções médicos será abordada em capítulo posterior, contudo é importante frisar que a subordinação administrativa do São Vicente de Paula à Santa Casa de Misericórdia permitiu que o vice-provedor atuasse em área que não tinha competência como profissional especializado – a da medicina psiquiátrica. O aspecto administrativo sobre o funcionamento institucional do asilo se sobrepôs ao clínico e terapêutico no que tange à admissão de novos loucos.

O poder do vice-provedor esteve respaldado no regimento da Santa Casa, quando, no Artigo 39, constava que lhe competia: "Administrar os bens patrimoniaes da Santa Casa e tudo que lhe pertence"[87] e, no Artigo 60: "Exercer a superior administração em todos os estabelecimentos e negócios da Santa Casa."[88] Assim, regimentalmente, era inequívoco que o funcionamento do São Vicente de Paula passava pelas deliberações da mesa administrativa e do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia.

O diminuto poder do médico nos assuntos referentes à instituição psiquiátrica não foi, entretanto, experiência exclusivamente cearense. No Rio de Janeiro, segundo Magali Engels, outras instâncias de poder, além do médico e do provedor da Santa Casa, atuaram diretamente na admissão de loucos no Hospício D. Pedro II, como os juízes de órfãos, o chefe ou delegado de polícia e até familiares (ENGEL, 2001, p. 233).

---

[86] *Ofício de 7 de fevereiro de 1887* (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

[87] *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p. 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. cap. VIII, Art. 39, p. 189. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

[88] *Ibid*, cap. X, Art. 60 § 2º, p. 192. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

No Ceará, os juízes e chefes de polícia não interferiram diretamente no recebimento dos loucos no São Vicente de Paula. Eles apenas solicitavam o internamento através de ofícios entregues à mesa regedora da Santa Casa. Eram o vice-provedor e, em alguns momentos, o presidente da província, que decidiam sobre o ingresso ou não dos doentes nas dependências do asilo. Torna-se importante fazer essa observação para investigar a composição e o funcionamento dos atores sociais envolvidos no cotidiano administrativo e o processo de institucionalização da loucura provincial.

No que tange à questão da lotação do Asilo de Alienados, a decisão encontrada por Silva Albano para contorná-la foi aumentar o número de enfermarias. Durante a gestão do presidente da província Enéas de Araújo Torreão, foram feitas algumas reformas no São Vicente de Paula, como o prolongamento das duas alas do Norte e Sul, em uma extensão de vinte metros cada uma. O valor da obra foi estimado em vinte contos de réis.[89] Apesar da iniciativa, a situação não melhorou e a história do Asilo de Alienados caminhou para a mudança na forma de governo – da monarquia para a república – com as mesmas dificuldades financeiras e estruturais existentes desde sua inauguração.

No período de transição entre Império e República, Silva Albano deixou o cargo da vice-provedoria e assumiu em março de 1889 Paulino Nogueira Borges da Fonseca até 1890. Nesse período, o número de loucos existentes no São Vicente de Paula deu salto significativo. A média de admissão de doentes nos primeiros anos de sua existência era de um a dois por mês. Esse número cresceu para vinte em abril de 1889, ao ser contabilizado total de sessenta alienados em tratamento (vide seção "Mapas demonstrativos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula correspondentes ao século XIX (1886-1889)").

---

[89] *Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890.* (Fundo: Gov. da Província do CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

Essa cifra fez com que a mesa administrativa da Santa Casa tomasse por unanimidade a decisão de recusar novos doentes no Asilo de Alienados, ao limitar seu número a cinquenta. Sob a alegação da falta de recursos para recebê-los, além dessa medida, deliberou-se que os doentes que estivessem em condições de sair do asilo fossem submetidos ao parecer do médico e retirados do estabelecimento.

> Em vista das ponderações feitas pelo Senhor Vice-Provedor, relativamente ao numero considerável de loucos que, ultimamente, têm affluido ao Asylo de Alienados, cujos recursos são ainda insufficientes para comportar crescidas despesas, a Mesa, sob indicação do Senhor Procurador Geral, unanemente approvada, resolveo limitar o numero de alienados a cincoenta, sendo retirados do estabelecimento aquelles que a juízo medico estiverem completamente restabelecidos; dando-se sciencia disso ao medico e director do referido estabelecimento.[90]

E assim foi feito. No mês seguinte, foram registrados no mapa demonstrativo do asilo onze loucos considerados "curados" e outro que recebeu alta por estar em "situação melhorada".[91]

Apesar do esforço da mesa administrativa de contornar o problema da lotação, medidas como essas não funcionavam porque, entre outros motivos, o São Vicente de Paula foi a única instituição voltada para a loucura em toda a província. Recusar a entrada de doentes somente transferia o problema do local para onde eles seriam levados, pois estariam provavelmente ou vagando pelas ruas das cidades ou definhando nas cadeias públicas.

Dois meses depois, o vice-provedor reconsiderou a deliberação aprovada em abril e determinou a admissão, em casos especiais, de pessoa que parecesse estar "gravemente enferma".[92] Após a reavaliação da mesa administrativa de aceitar novos doentes – não se limitando aos cinquenta, quantidade anteriormente estipulada –, o número de alienados cresceu novamente e, em apenas um mês, resultou em sessenta e cinco.

[90] Sessão: 2.5.1889, p. 45 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).
[91] Ver mapa demonstrativo em anexo.
[92] Sessão: 13.7.1889, p. 49 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

Não solucionada a questão das acomodações, foi a lotação um dos maiores problemas enfrentados pela administração durante a existência do São Vicente de Paula. Em fins do governo monárquico, o asilo contabilizou o número de oitenta loucos em suas enfermarias, o que representou um desafio a ser enfrentado pelo governo republicano.

A República e o Asilo São Vicente de Paula: permanências e descontinuidades

A Monarquia finalizou-se no Ceará anunciando nova seca.

O presidente da província Henrique d'Ávila, cuja administração durou apenas um mês e meio – por ter pedido demissão em decorrência de divergências político-administrativas com o governo central –, comunicou em seu relatório a preocupação com os famintos, que, em cinco meses, multiplicaram-se de trinta para trezentos mil no Ceará. Com o objetivo de evitar a repetição das cenas vivenciadas durante a seca de 1877-79, ele anunciou esforços para conter o êxodo da população do interior para fora da província, que geraria, além de desordem, mais despesas para o "Tesouro". Nesse sentido, descreveu, em seu relatório, várias medidas por ele realizadas no combate aos problemas decorrentes da seca, tais como organização de serviços de socorros públicos a partir da criação de comissários em todas as comarcas, estabelecimento de armazéns de gêneros alimentícios e transportes para garantir remessas de alimentos às localidades atingidas pelo flagelo.

Ao referir-se ao tratamento dos doentes indigentes que chegaram a Fortaleza, reconheceu Henrique d'Ávila a importância do trabalho realizado pela Santa Casa de Misericórdia, considerada "estabelecimento modelo pela perfeição com que nelle é preenchido o grandioso e humanitário fim de sua instituição, apezar de ser extremamente pobre". O presidente da província fez questão de destacar a atuação da irmã superiora e do então vice-provedor, Silva Albano – o Barão de Aratanha –, "que durante uma longa serie de annos foi a alma desse

tão util estabelecimento",[93] e anunciou ter aumentado as enfermarias do hospital caritativo, além de ter criado um lazareto para doentes de moléstias contagiosas.

A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza procurou encontrar meios para minimizar os problemas de saúde provocados pelo excesso de doentes em suas enfermarias em decorrência da seca de fins dos anos de 1880. E, mesmo após seu término, o vice-provedor Silva Albano solicitou em ofício à presidência da província a criação de mais um lugar de médico no hospital devido à grande demanda de doentes, que de 2.341 tratados durante o ano de 1888 passaram para 3.043 no ano seguinte.[94]

Através da análise do discurso de entrega do cargo do presidente Henrique d'Ávila, observa-se a existência de conflitos político-administrativos nos momentos que antecederam a proclamação da República, quando o presidente da província, ao finalizar seu relatório, criticou o governo central, "que, ainda escravisado ao centralizador systema de administração" que tinha "tornado rachuitico" o "Grande Império", continuava "a considerar as Presidências das Províncias meros acréscimos de suas secretarias".[95]

Em outra mensagem oficial – agora na República –, o governador do estado José Clarindo de Queiroz, em 1891, discursou acerca da nova forma de governo, afirmando que o estado deveria aceitá-lo: "O Ceará carece alojar-se nos amplos moldes de uma lei genuinamente democrática, eminentemente moral. A república está feita, é facto consummado".[96] Satisfeito quanto à aceitação de determinados políticos no novo governo, em outra mensagem destinada ao congresso, ele considerou que os antigos grupos partidários se adaptaram bem à nova configuração política:

---

[93] *Relatório do Presidente da Província, Henrique D' Ávila*, de 9 de setembro de 1889, p. 1-8.

[94] *Ofício de julho de 1889*, Pasta: *Balanço e Orçamento da Santa Casa de Misericórdia 1889* e Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

[95] *Relatório, op cit.*, p. 7

[96] *Relatório do Governo do Estado, José Clarindo de Queiroz*, de 6 de maio de 1891, p. 6

> Noto satisfeito que – os grupos, os antigos partidos – que ficaram sem programma, sem bandeiras, sem princípios políticos definidos – na passagem do novo governo – tomam novos rumos em torno de novas normas, – e preparam-se para continuar mais tarde a necessaria lucta das idéas políticas.[97]

O presidente Clarindo de Queiroz emitiu esse posicionamento, pois existia um cenário de apreensão em relação à consolidação da república no Ceará. Para o pesquisador Eduardo Bezerra Neto, "a tarefa não era simples, embora empreendida sem resistências expressivas". Isto porque foi necessário organizar "novo sistema legislativo para ordenamento da administração pública e, em prazo o mais curto possível".[98] Um dos momentos de apreensão quanto à efetivação da república no Ceará ocorreu em setembro de 1890, quando foi realizada a primeira eleição para deputados no Congresso Constituinte. Naquele episódio, a imprensa acusou a corrente política do governo de ter realizado várias fraudes, como:

> compra de votos com dinheiro público, distribuição irregular de alimentos às populações vítimas de calamidades, acusações de alistamentos de eleitores analfabetos, mobilizações de religiosos e professores para 'proceder ao aliciamento de eleitores no interior e outras formas de pressão[...] (BEZERRA NETO, 1987, p. 128).

Após a instalação da nova forma de governo, a composição política no Ceará ficou distribuída a partir de três grupos partidários: o republicano, o católico e o operário, exercendo os dois primeiros maior força política. Torna-se oportuno observar que o partido Católico teve como liderança José Francisco da Silva Albano, que se ausentou da função de vice-provedoria da Santa Casa após o advento da República (BEZERRA NETO, 1987, p. 128).

Em mensagem oficial de 1891, o presidente Clarindo de Queiroz – assim como seu antecessor – referiu-se à questão assistencial realizada pelo

---

[97] *Relatório do Presidente do Estado, José Clarindo de Queiroz,* de 1 de outubro de 1891, p. 19.

[98] BEZERRA NETO, E. A idéia republicana em marcha. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial de 1987 – 1º centenário do Instituto do Ceará. p. 123.

estado e elogiou a atuação da Santa Casa de Misericórdia como instituição pública cuja importância foi grande para a sociedade: "Se há, no estado, uma instituição tão notável pela sua direcção como pelos benefícios que presta, em ordem a ser um desvanecimento para o nome cearense, é, sem contestação, a Santa Casa de Misericórdia d'esta capital".[99]

No entanto, a relação entre a igreja católica e o estado sofreu mudanças significativas a partir de sua gestão, em consequência das transformações políticas ocorridas em âmbito nacional.

O projeto apresentado pelo governo provisório para a elaboração da primeira constituição republicana do país atingiu diretamente os privilégios da igreja católica quando foram apresentadas propostas como o reconhecimento e a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização do ensino público, a proibição de subvenções oficiais aos cultos religiosos, entre outras. Para a historiadora Jacqueline Hermann, assim como houve ação do governo republicano em reconfigurar o poder da instituição religiosa no país, houve reação da igreja, através de documentação expedida pelo arcebispo da Bahia, D. Antônio Macedo Costa, à Assembleia Constituinte, contra aquilo que chamou de artigos "ofensivos aos direitos da igreja". Sob sua liderança, fortaleceu-se no Brasil o "movimento reformador da prática católica" chamado de "romanização", iniciado na segunda metade do século XIX, com os papas Pio X e Leão XIII (HERMANN, 2003, p. 124).

Segundo o pesquisador Vinícius Barros Leal, com o advento da República, desapareceram os "vínculos estreitos entre duas forças que sempre caminhavam em parceria"[100] no Ceará, o estado e a igreja. Uma das transformações ocorreu através da publicação do decreto de abril de 1891, assinado pelo presidente do estado anterior, Liberato Barroso, com a elaboração de novo estatuto para a Santa Casa. Na gestão de Clarindo de Queiroz, o novo regulamento foi assinado. Entre as alterações regimentais mais expressivas, constava que o provedor deveria ser membro da

[99] *Relatório do Presidente do Estado, José Clarindo de Queiroz*, de 1 de outubro de 1891, p. 19.

[100] LEAL, V. B. Nos quinhentos anos das Misericórdias. *Revista do Instituto do Ceará*, ano CXII, 1998. p. 175.

irmandade, a partir de sistema de eleição, escolhido pelos mordomos. Houve mudanças também quanto à estrutura administrativa da Santa Casa, que "passava a ter uma sistemática semelhante a de uma autarquia". Dessa forma, o estado deixou de desempenhar determinados "privilégios" e prover financeiramente a Santa Casa, dando-lhe apenas uma subvenção anual.[101]

Antes disso, no momento da transição da Monarquia para a República, a situação da Santa Casa de Misericórdia não foi das mais confortáveis financeiramente. Em relatório de passagem da mesa administrativa da gestão do então vice-provedor Silva Albano para a do recém-empossado, Paulino Nogueira Borges da Fonseca – no ano compromissal de 1889 a 1890 –, o Barão de Aratanha fez um balanço sobre os recursos do hospital.

Na cerimônia de entrega do cargo ao novo vice-provedor, Silva Albano expôs sua preocupação acerca do patrimônio da Santa Casa, sobre o qual era necessário que os "poderes competentes" tomassem medidas eficazes, destinando-lhe "recursos precisos" para o hospital, senão "dentro de poucos annos" ficaria "completamente extincto o seo patrimônio". A situação financeira foi agravada com a última seca, quando as enfermarias comportaram grande excedente de doentes. Silva Albano expôs que a Santa Casa havia contraído dívidas com algumas casas comerciais que vendiam gêneros alimentícios e medicamentos, não conseguindo pagá-las, apesar dos esforços de economia. Entre os estabelecimentos credores estava a Casa Comercial de Albano & Irmão, que pertencia à própria família de Silva Albano.

> Não devo omittir uma circunstancia bem deplorável, oriunda das difficuldades já mencionadas. Nestes últimos tempos, por deficiência de meios, a Santa Casa por veses amparada no seo credito, contrahio dividas de gêneros e medicamentos com as casas commerciais de Motta (ilegível), Vieira & Cia e Guilherme Rocha & Cia e para satisfazer as suas necessidades inadiáveis algumas quantias foram suppridas por veses pela Casa Commercial de Albano & Irmão e sem juros.[102]

---

[101] LEAL, V. B. Nos quinhentos anos das Misericórdias. *Revista do Instituto do Ceará,* ano CXII, 1998. p. 176.

[102] *Relatório dos Sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890.* (Fundo: Gov. da Província

Ao lamentar não ter sanado os compromissos financeiros, Silva Albano solicitou ao provedor empossado ficar atento às finanças do hospital.

No que concerne ao São Vicente de Paula, o Barão de Aratanha fez também um balanço de sua gestão e anunciou que as reformas iniciadas durante a administração do então presidente da província, Enéas Torreão, estavam em fase de conclusão, "faltando apenas cinco portões de ferro e dez janellas no andar superior, pequenos serviços de pintura e outros de pouca monta". O valor da obra foi estimado em quase dezoito contos de réis e, apesar de concluída, havia outros pequenos reparos a serem realizados, não faltando recursos para isso, de acordo com a verba orçada. Convém destacar que a mão de obra utilizada nas reformas do Asilo de Alienados foi composta, além de pelos operários, pelos próprios loucos, que recebiam inclusive remuneração, embora "módica", na importância de 444$300.[103] Através da exposição sobre o balanço das atividades realizadas na Santa Casa e nos demais estabelecimentos dela dependentes – como o São Vicente de Paula – José Francisco da Silva Albano encerrou sua longa gestão na vice-provedoria da Santa Casa.

O novo vice-provedor, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, era formado em Direito pela Faculdade de Recife. Em 1871, foi condecorado pela Ordem de Christo. Ocupou cargos de advogado e promotor público, mas também se dedicou à vida político-partidária. Pertencente ao partido Conservador, exerceu as funções de deputado geral e vice-presidente da província. Intelectual, foi professor de direito criminal pela Faculdade Livre de Direito do Ceará e publicou vários artigos na *Revista do Instituto do Ceará*, na qual foi presidente, e no jornal literário A Quinzena, muitos dos quais voltados para temáticas históricas. Foi nomeado ao cargo de vice-provedor da Santa Casa duas vezes, em 1889 e em 1906. Faleceu em 1908.[104]

---

do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; Pasta: – Balanço e Orçamento, (Acervo: APC).

[103] *Relatório dos sucessos occorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por occasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890.* (Fundo: Gov. da Província do CE; Pasta: Santa Casa de Misericórdia- Balanço e Orçamento. Acervo: APC).

[104] STUDART, G. Mortos do Instituto em 1809. *Revista do Instituto do Ceará*, n. 1908, p. 397-400 e PAIVA, M. P. Um deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908). *Revista do Instituto do Ceará*, ano CVI, 1992. p. 25.

Durante a República, quando se iniciou a gestão de Paulino Nogueira Borges da Fonseca na provedoria, observam-se continuidades em relação à forma de governo anterior no que concerne às questões de ordem administrativa do São Vicente de Paula. A principal delas foi a permanência do vínculo do Asilo de Alienados com a Santa Casa de Misericórdia, situação diversa da que ocorreu em outras instituições brasileiras similares.

No Rio de Janeiro, o Hospício D. Pedro II desligou-se institucionalmente da Santa Casa após a proclamação da República, ao romper com os vínculos políticos, religiosos e caritativos construídos no antigo governo. O hospício não apenas alterou seu nome para Hospital Nacional de Alienados como elaborou novos procedimentos administrativos, ao instituir ações mais laicas e menos articuladas com a religião católica e ao reduzir a forte intervenção das irmãs de caridade no cotidiano da instituição (ENGEL, 2001, p. 232). O médico alienista Teixeira Brandão foi um dos críticos do "poder abusivo das irmãs", que, recusando-se a subordinar-se aos médicos, "simplesmente abandonaram o serviço sem aviso prévio, deixando o hospital em situação bastante difícil" (LOBO, 2008, p. 399). Com a desvinculação do Hospital Nacional de Alienados da Santa Casa, o médico passou a ocupar função mais autônoma na clínica, uma vez que, anteriormente, era obrigado a comunicar regularmente seus procedimentos ao provedor (ENGEL, 2001, p. 232).

A experiência republicana do Hospício São Pedro no Rio Grande do Sul seguiu na mesma direção. Ao separar-se administrativamente da Santa Casa de Porto Alegre, após a mudança de governo, o hospício vinculou-se diretamente à Secretaria do Interior e Exterior e tornou a loucura objeto de intervenção estatal e não mais de associações beneméritas. De forma semelhante à experiência carioca, o médico do Hospício São Pedro conquistou maior poder no interior hospitalar.[105]

No Ceará, contudo, a República não trouxe mudanças semelhantes. A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza continuou administradora do São Vicente de Paula e de todas as instituições até

[105] Wadi (2002, p. 124).

então subordinadas, como o Cemitério São João Batista e a Empresa Funerária. Além disso, ela tornou-se inteiramente responsável por seus custeios, porquanto não possuía o mesmo apoio financeiro estatal garantido durante a Monarquia.[106] Nesse sentido, a estrutura administrativa interna do São Vicente de Paula permaneceu sob os mesmos moldes da forma de governo anterior. Não houve inclusive registros de conflitos entre médicos do Asilo de Alienados e membros da mesa administrativa da Santa Casa, na nova configuração política, no que tange às possíveis disputas de poder, como ocorreu em instituições análogas no país. Enquanto, no Rio de Janeiro, a Santa Casa foi acusada pelo médico psiquiátrico Teixeira Brandão de ser "um verdadeiro Estado no Estado no qual o domínio absoluto das irmãs de São Vicente de Paulo" tornava o hospício parecido "mais a um convento do que a um hospital" (ENGEL, 2001, p. 256), no Ceará não houve indícios de questionamento sobre tal temática por parte dos médicos do Asilo São Vicente de Paula nas primeiras décadas do século XX.

No que concerne ao ingresso dos doentes no Asilo de Alienados também se observam permanências em relação ao período monárquico. Os procedimentos continuaram os mesmos durante a República, nos quais o chefe de polícia, através de ofícios, solicitava ao provedor transferência dos loucos, perturbadores da ordem pública, para o asilo. Alguns desses loucos foram Raymundo de Tal, Anna Josepha de Carmo e Francisca de Sousa Lima,[107] todos nomeados como indigentes ou criminosos, oriundos sobretudo da Cadeia Pública de Fortaleza, que – assim como o Asilo de Alienados – enfrentava grave problema de lotação.

Segundo o presidente do estado José F. B. Fontenelle, em 1893, a Cadeia Pública de Fortaleza recebeu muitos presos pobres de várias localidades do interior, sobrecarregando sua capacidade. Ao alegar a necessidade de mudança dessa situação, pois a cadeia não poderia "continuar a ser receptáculo de todos os criminosos" do estado, o

[106] LEAL, B. V. Nos quinhentos anos das Misericórdias. *Revista do Instituto do Ceará,* ano CXII, p. 176, 1998.
[107] Sessão: 13.03.1890, p.87; 24.04.1990, p. 99, do Livro de Atas de 17.11.1887 (Acervo: SCM).

presidente criticou que, enquanto alguns municípios ficavam "sem despesa alguma", a capital tornar-se-ia imensamente sobrecarregada. Nesse sentido, ele sugeriu reforma no seu regulamento interno condizente com o Código Penal Brasileiro.[108]

Em 1896, José Fontenelle comunicou, em mensagem à Assembleia Legislativa, a não publicação do novo regimento e relatou que a cadeia era antes um "estabelecimento mais apropriado a estimular detentos do que á espiação do crime e regeneração dos detentos". Considerou ainda a necessidade de reformas nos presídios do interior, pois poucos ofereciam condições de higiene e segurança. Outro problema retratado pelo presidente do estado foi a reduzida quantidade de praças existentes na cadeia da capital, contabilizada em 480. Os praças exerciam funções diversas que iam desde o serviço de guardas e policiamento de Fortaleza até o destacamento de homens e ambulâncias para cidades do interior, à disposição dos juízes de direito, quando solicitados para captura de criminosos.[109]

Em 1897, foi empossado o novo presidente do estado, o ex-vice--provedor da Santa Casa Antônio Pinto Nogueira Accioly. Em discurso dirigido às câmaras municipais, ele também demonstrou preocupação com o estado das cadeias do interior, que, com poucas exceções, foram descritas como "verdadeiros antros em que é impossível a conservação da vida, e, alem disto, focos de infecção attentando contra a saúde publica".[110]

O problema das lotações, tanto na Cadeia Pública de Fortaleza como no Asilo de Alienados, representou uma amostra do quadro demográfico da cidade, que cresceu extraordinariamente no período republicano, em um processo iniciado, sobretudo a partir da seca de 1877-79. Segundo o presidente do estado José Fontenelle, a área urbana de Fortaleza havia decuplicado nos últimos anos, comportando o total de 12 mil habitantes, em 1894.[111]

---

[108] *Relatório do Presidente do Estado, José Freire Bezerril Fontenelle*, de 15 de junho de 1893, p. 96.
[109] *Mensagem do Presidente do Estado, José F. B. Fontenelle,* de 1 de junho de 1896, p. 6
[110] *Mensagem do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly*, de 1º de julho de 1897, p. 18.
[111] *Mensagem do Presidente do Estado, José F. B. Fontenelle, de 1894*; Anexo, p. 71.

A preocupação com o aumento dos loucos do São Vicente de Paula resultou na limitação na admissão de novos doentes por parte da mesa administrativa da Santa Casa, em abril de 1890. Novamente foi proposta a redução do número de alienados para cinquenta, tendo-se em vista que já se contava a cifra de sessenta e cinco.

De forma semelhante ao ocorrido no período monárquico, o médico do Asilo de Alienados atestou parecer de "curado" a número significativo de doentes – onze – como medida para desafogar o problema da lotação.[112] Entretanto, ao contrário do episódio anteriormente analisado, a mesa regedora da Santa Casa tentou manter sua decisão de não mais receber alienados no asilo. Assim, quando, em maio de 1890, chegou novo ofício do chefe de polícia com a solicitação de recolhimento de três alienados desvalidos – Raymundo de Tal, Anastácio Antonio de Oliveira e Maria Feitoza – detidos na Cadeia Pública havia muitos dias, obteve negativa como resposta. Além da transferência, o chefe de polícia solicitou duas roupas para cada preso, pois eles se encontravam "em quasi completa nudez". O vice-provedor Paulino Nogueira Borges da Fonseca, apesar de não os receber no São Vicente de Paula, com advertência, atendeu parte do pedido, ao providenciar:

> duas camisolas e duas ceroulas de algodãozinho para o homem, e duas camisas e outras tantas saias da mesma fasenda para a mulher; o que a Santa Casa fasia tão somente por sentimentos de caridade, pois bem se comprehende que não pode correr por sua conta a despesa com vestimenta de quem quer que esteja recolhido aos seos hospitaes.[113]

Um aspecto diferencial das práticas administrativas referentes ao problema da lotação realizadas na Monarquia e na República foi que, durante a forma de governo anterior, a ação do vice-provedor e da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia mostrou-se mais autônoma e com pouca presença do presidente da província nos

[112] Sessão: 24.04.1990, p. 99, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).
[113] Sessão: 29.05.1890, p. 105, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

assuntos internos do Asilo de Alienados. Durante os primeiros anos da República, o governador do estado demonstrou maior interesse em conhecer o problema da lotação do Asilo de Alienados e acompanhar sua movimentação interna.

Em junho de 1890, o governador do estado solicitou ao provedor da Santa Casa informações sobre o número de alienados recolhidos no São Vicente de Paula e a capacidade total do estabelecimento. Buscou informar-se também sobre as finanças da Santa Casa e considerou a transferência de alguns presos da Cadeia Pública para o Asilo de Alienados. Contudo, para evitar superlotação, questionou ao provedor se não haveria entre os loucos recolhidos no asilo, alguns que, por seu "estado de pouca excitabilidade", poderiam "viver inoffensivos" na sociedade. A ideia era que estes recebessem alta e dessem lugar aos "loucos furiosos", que não poderiam permanecer na Cadeia Pública, haja vista trazerem "grave prejuiso á higiene do estabelecimento e á ordem do trabalho". No mesmo mês, cinco ofícios enviados pelo próprio governador do estado solicitavam providências para que doze alienados, homens e mulheres, existentes na cadeia de Fortaleza – dois vindos da cidade de Baturité e um de Milagres – fossem recolhidos no asilo da Porangaba. Em agosto, mais três ofícios pediram providências semelhantes para sete alienados.[114] Nos meses seguintes, novos ofícios foram expedidos, não mais pelo chefe de polícia, mas pelo próprio punho do governador.

A intervenção direta do governador do estado nos assuntos do Asilo São Vicente de Paula agravou sua situação interna. Em 1891, a mesa administrativa da Santa Casa realizou balanço sobre a lotação do asilo e salientou o descumprimento da decisão de limite de alienados em número de cinquenta, por ordens vindas do próprio governador do estado – o que proporcionou aumento progressivo de doentes, elevados ao excedente de quarenta. Havia na instituição noventa doentes, cifra bem acima do desejável para a mesa regedora. Em virtude de tal cenário, ela convocou reunião em caráter extraordinário e manteve a decisão de limitar a

[114] Sessão: 12.06.1890, p. 107; 3.7.1890, p. 111; 10.07.1890, p. 112; 24.7.1890, p. 115; 31.7.1890, p. 116; 7.8.1890, p. 118; 28.8.1890, p. 122, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

cinquenta o número de doentes[115]. Resoluta em cumprir suas deliberações, a mesa administrativa, em reuniões posteriores, negou o pedido do chefe de polícia do estado de receber mais seis alienados desvalidos que estavam recolhidos na cadeia pública, justificando não ser possível:

> Satisfazer o pedido de se mandar recolher ao Asylo os referidos alienados, em consequencia das medidas tomadas na sessão de 6 deste mez, qual a de não ser mais admittido louco desvalido em quanto o numero, que se acha muito crescido, não baixar de cincoenta; sob pena do estabelecimento correr perigo de fechar-se com incalculável danno para os infelizes que lá estão, visto suas condições financeiras continuarem cada vez mais precarias.[116]

Ainda sobre questões internas e sobre o perfil dos doentes do Asilo de Alienados, os pensionistas, já existentes na instituição, tiveram maior visibilidade durante a república, pois em mais de uma ocasião, foram mencionados pela mesa administrativa da Santa Casa em suas reuniões. Em agosto de 1890, ela comunicou que o soldado do 11º Batalhão da Infantaria Augusto da Costa e Silva, por sofrer de alienação mental, foi encaminhado ao asilo, após julgar-se "perigosa a sua permanência no quartel d'aquelle Corpo". Os vencimentos mensais do soldado deveriam ser entregues ao provedor da Santa Casa.[117]

Outro militar noticiado em sessão da mesa regedora da Santa Casa, no mês seguinte, foi o sargento João Evangelista Pinto, do corpo de segurança pública, também recolhido no São Vicente de Paula. Sua situação foi mais complicada que a do soldado, pois o governador do estado deu baixa de seu cargo e ele deixou de ser pensionista no Asilo de Alienados.[118]

Anos depois, em fevereiro de 1898, o major reformado do exército, Anacleto Francisco Reis, também recebeu tratamento no Asilo de Alienados na categoria de pensionista, mas permaneceu ali por pouco

[115] Sessão Extraordinária: 5.7.1891, p. 34, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[116] Sessão 25.6.1891, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[117] Sessão: 21.08.1890, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).
[118] Sessão: 4.9.890, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

tempo, tendo sido retirado do estabelecimento em maio.[119]

Foi somente durante a República que o diretor do São Vicente de Paula José Theophilo Rabello notificou oficialmente, no mapa demonstrativo do movimento interno mensal, o número exato dos pensionistas. Eles, definitivamente, foram minoritários. Em janeiro de 1904, existiram apenas sete pensionistas dentro do universo de noventa e quatro doentes,[120] em uma demonstração de que o público-alvo do asilo foi, sobretudo, composto por aqueles desprovidos de condições de pagar tratamento.

Outra visibilidade advinda após o advento da República, quanto à movimentação interna do Asilo de Alienados, referiu-se à questão de gênero, quando mulheres e homens também foram notificados separadamente, nos mapas demonstrativos a partir de 1891. Assim, com essas duas especificidades – o registro dos pensionistas e da distinção de sexo –, observam-se mudanças nas ações da diretoria do São Vicente de Paula que tornam mais nítido o perfil dos loucos no Ceará.

O número de mulheres internas no Asilo de Alienados foi, desde o início dos registros, maior que o dos homens. Em junho de 1891, havia vinte e quatro homens em tratamento para o universo de quarenta e cinco de mulheres. Em outubro de 1892, os números subiram para vinte e cinco homens e cinquenta e uma mulheres. No século XX, em março de 1905, a proporção foi de trinta e dois homens para setenta e quatro mulheres. Em agosto de 1913, havia sessenta homens para cento e uma mulheres. Em junho de 1919, as cifras passaram de sessenta e quatro homens para cento e dezesseis mulheres. Esses foram os momentos em que as diferenças se notabilizaram entre homens e mulheres no São Vicente de Paula. As mulheres foram maioria não somente quanto à admissão, mas quanto à permanência na instituição, haja vista que os homens tiveram maior registro de saída "a pedido" e por "cura".[121]

---

[119] Sessões 17.2.1898, p. 55 e 5.5.98, p. 60, do Livro de Atas de1896 a 1897.
[120] Sessão: 12.3 p. 2, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).
[121] Sessões: 02/9/1891, p. 39 e 3/11/1892, p. 120, do livro de 8 de janeiro de 1891; sessão: 04/05/1905, p. 45, do livro: 1903-04; sessão: 9/10/1913, p. 205 do livro: 1908; sessão: 03/-7/1919, p. 12, do livro: 24 de fevereiro de 1919 e 13 de outubro de 1892, p. 118, do

O perfil das mulheres, em sua maioria, foi apresentado na categoria de "loucas indigentes" e muitas foram enviadas ao São Vicente de Paula por meio de ofícios expedidos pelo chefe de polícia à mesa regedora da Santa Casa. Algumas delas foram: Amélia Maria de Jesus, Maria Julia, Maria Baptista, Francisca Olympia de Oliveira, Joanna Fernandes da Silva, Maria Prudencia da Silva, Joana Maria da Conceição, Luiza da Cruz e Silva, Maria da Glória, entre tantas outras.[122]

Poucas mulheres pensionistas ingressaram no Asilo de Alienados e, quando admitidas, receberam a distinção de "donas", como foi o caso de Dona Maria Thomasia Ribeiro, em 1912.[123]

Para a historiadora Maria Clementina Cunha, no hospício de São Paulo, as prostitutas foram a maioria das primeiras mulheres admitidas no Juquery, representando número igual ou superior ao dos homens. Internamente, o tratamento de gênero foi diferenciado não somente quanto ao tipo de trabalho exercido no hospício – as mulheres dedicaram-se às atividades domésticas de costura e cozinha enquanto os homens trabalhavam na roça –, mas ao tipo de comportamento que deveriam ter. Enquanto a conduta comum dos homens foi a da indisciplina, agressão e xingamento, as mulheres foram submetidas às práticas de maior vigilância e repressão. A própria nudez, aparentemente tolerada entre os homens, que ficavam "constantemente nus pelos pátios internos", foi severa e violentamente coibida entre as mulheres (CUNHA, 1986, p. 85, 97).

Uma causa frequente de internação das mulheres no Juquery foi relativa às questões no âmbito privado, quando elas confrontaram, de alguma maneira, os papéis familiares e sexuais que historicamente lhes foram atribuídos, ao deixarem de ser boas mães, filhas e esposas (CUNHA, 1986, p. 85, 97, 143). Por seus comportamentos conflitantes com os papéis culturalmente impostos, muitas receberam a alcunha de

Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 116. (Acervo: SCM).

[122] Sessões 03 de agosto de 1911, p. 91, 09 de novembro de 1911, p. ilegível, 18 de janeiro de 1912, p. 103, 25 de julho de 1912, p. ilegível, 22 de julho de 1909, p. 52, 24 de setembro de 1914, p. 250, do Livro de 1908 e sessões: 11 de junho de 1919, p. 08, 03 de julho de 1919, p. 11, 08 de setembro de 1920, p. 73, do livro 24 de fevereiro de 1919, (Acervo: SCM).

[123] Sessão 05 de dezembro de 1912, p. 50, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

histéricas pelos laudos médicos psiquiátricos.

Para a psicóloga Maria Lúcia Fradinho, a questão da histeria foi construção histórica atribuída às mulheres, sistematizada a partir da teoria freudiana de que elementos biológico e funcional em torno do útero lhes atribuíam condição exclusiva de anomalia. Mas, antes de Freud, na origem epistemológica do termo "histeria", já haveria condicionamento e associação ao útero.

> Hipócrates, um dos precursores da medicina atual, fez alguns trabalhos sobre histeria. O termo histeria provém de hysteros, ou seja, útero. Daí concluía-se ser característica única das mulheres. Acreditava-se que o útero era como um animal que percorria todo o corpo causando diversos sintomas (FRADINHO, 1994, p. 50).

No Brasil, os papéis impostos às mulheres intensificaram-se a partir da política de higienização construída ainda durante o período colonial, quando o médico desempenhou progressiva inserção no cotidiano das cidades e da família "de extração elitista". Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, o que ocorreu no Brasil foi a construção de uma medicina moral em que o médico "teria direitos sobre a moral privada e pública dos indivíduos". À mulher foi destinado por excelência o espaço privado, e aquela que fugia do padrão de comportamento imposto era, não raras as vezes, estigmatizada como "nervosa". O século XIX marcou "nova fase na situação da mulher", pois o médico dedicou-se, em seu campo de estudos clínicos, a analisar os ditos ataques de nervos ou histéricos das senhoras burguesas, que, via de regra, nada mais representaram do que uma forma de demonstrar suas insatisfações com as "obrigações sociais e domésticas" e uma maneira de "defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores" (COSTA, 2004, p. 33, 64, 271, 272).

Maria Clementina Cunha analisou um caso ocorrido na primeira década do século XX de uma mulher que, após a morte do pai, recebeu pequena herança, mas não conseguia administrá-la. Com o tempo, passou a vestir-se como homem e a viajar para dar conta dos negócios. Foi reconhecida como mulher, presa pela polícia e levada ao hospício do Juquery por sua conduta destoante da condição feminina exigida.

> Vestir-se de homem, viajar só. Recusar o casamento, a maternidade, a família. Manifestar independência essencialmente estranha à sociedade. No caso da loucura feminina, a transgressão não atinge apenas as normas sociais, senão á própria natureza, que a destinara ao papel de mãe e esposa (p. 143).

Nos casos notificados pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza sobre a internação das mulheres no São Vicente de Paula, não há menção sobre os detalhes e as causas de suas admissões. Sabe-se apenas que a grande maioria era composta por mulheres pobres e mesmo indigentes. Apesar da lacuna de informações, os mapas demonstrativos da movimentação interna do São Vicente de Paula – com a quantificação e divisão do universo de homens e mulheres – deram novo enfoque acerca não somente do perfil dos loucos como da lotação.

O século XIX encerrou-se para o Asilo de Alienados com o número de noventa e sete loucos em tratamento, em maio de 1899, em uma demonstração de que, apesar das tentativas, o provedor da Santa Casa e o presidente do estado não conseguiram evitar a problemática da lotação.

A situação não foi alterada durante as primeiras décadas do século XX, ao contrário, ela agravou-se. A massa de doentes trancafiados no Asilo de Alienados desencadeou a existência de outros problemas decorrentes da lotação, como a insuficiente alimentação, as más condições de vida e a crise financeira institucional. Para compreender a amplitude dos graves problemas internos enfrentados, é necessário observar novos elementos constitutivos das redes de relações sociais existentes na instituição asilar, através da análise da atuação de outros atores sociais, como o diretor e o médico do Asilo de Alienados, que, embora fossem subordinados à Santa Casa, também tiveram papel importante em seu cotidiano.

A MEDICINA ALIENISTA E O CORPO ADMINISTRATIVO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA:
o cotidiano da instituição

O Asylo de Alienados de São Vicente de Paula é antes uma atrasada casa de detenção do que um verdadeiro manicômio.
(Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 116,
Livro de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula esteve, administrativamente, vinculado às decisões da mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza através das ações dos mordomos e, sobretudo, do provedor, representante de instância superior. Internamente, entretanto, outros atores sociais compuseram o cotidiano do São Vicente de Paula. No início do século XX, o corpo de funcionários esteve distribuído da seguinte forma: havia um médico, quatro irmãs de caridade, três enfermeiros, um cozinheiro, quatro serventes e um capelão. No mesmo período, trabalhavam na Santa Casa cinco médicos e dez irmãs de caridade.[1]

Este capítulo pretende investigar os sujeitos mais presentes no cotidiano institucional do Asilo de Alienados – o médico, o diretor e a irmã superiora – ao problematizar a sua relação com as ações

[1] Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará de 1905 e 1907 (Acervo: APC).

deliberativas promovidas pela mesa regedora da Santa Casa referentes às principais demandas ocorridas desde a inauguração do asilo até 1920 – momento em que o estabelecimento passou por reformas estruturais.

Além desses personagens, fez parte do cenário da instituição o "mordomo" da Santa Casa "responsável pelo asilo de alienados". O mordomo não trabalhava no edifício do São Vicente de Paula, mas exerceu forte atuação no cotidiano asilar, pois tinha como obrigação a realização de visitas no estabelecimento através das quais informava a mesa administrativa da Santa Casa de suas principais demandas. Ele não recebia remuneração e, a cada nova gestão da mesa administrativa, era nomeado novo mordomo responsável pelo asilo.

O objetivo da investigação das práticas discursivas em torno desses sujeitos é problematizar os enfrentamentos vividos no cotidiano interno da instituição asilar através, sobretudo, da análise documental das atas das sessões da Santa Casa de Misericórdia, fontes preciosas para a historiografia, mas ainda pouco trabalhadas.

Entretanto, antes de investigar o cotidiano asilar através da análise dos discursos e das ações do médico, diretor, mordomo e irmã superiora do São Vicente de Paula, convém problematizar outro importante documento produzido em 1882, intitulado *Cartas sobre a loucura*, no qual pela primeira vez um médico cearense tratou da temática da loucura em órgão da imprensa provincial.

Cartas sobre a loucura: a teoria médica sobre a problemática da loucura

As *Cartas sobre a loucura* constituíram-se em uma série de textos publicados pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1839, cuja tese discorreu sobre blenorragia, uma doença sexualmente transmissível. Em Fortaleza, Montezuma publicou dez matérias sobre a temática da loucura, nomeadas *Cartas sobre a loucura,* para o jornal liberal A Gazeta do Norte durante o primeiro semestre de 1882. O objetivo principal das dez cartas foi apresentar, em linhas gerais, questões relativas às

definições e tipologias da loucura. Para compreendê-las melhor, torna-se necessário analisar seu conteúdo pontualmente, por meio do exame de cada uma em separado.[2]

Na *Primeira carta sobre a loucura*, Delfino Montezuma estabeleceu estratégia de raciocínio partindo dos aspectos gerais sobre o conhecimento humano acerca do universo e sua ordem natural, para em seguida reportar-se à ciência, de forma ampla, e à medicina, em particular. Destarte, a condução de sua estratégica narrativa seguiu do aspecto geral para o específico. Ao referir-se à medicina, Delfino Montezuma destacou sua relevância, considerando-a uma das grandes "revoluções" intelectuais da época. A exaltação da ciência em geral e da medicina em particular, contudo, não entraria em desacordo com os princípios fundamentais da religião. Ao contrário, a medicina alinhava-se à estrutura do pensamento tradicional, na sua concepção e compreensão do universo. Assim, sem intenção de destituir o lugar ocupado pela religião, Delfino Montezuma articulou elo de integração entre ela e a medicina, ao afirmar que: "A medicina é depois da sciencia da religião a sciencia mais útil, mais necessária, mais nobre de todas, e não houve nunca dignidade, por mais elevada que fosse, que com Ella se reputasse incompatível". O objetivo de Montezuma era observar que a medicina e a religião tratavam de assuntos distintos, cada uma cuidando de suas funções e atributos próprios. Por fim, ao referir-se às especialidades médicas, o autor, na *Primeira carta*, não abordou a questão da psiquiatria ou alienismo, apenas pontuou aspectos da psicologia, através do estudo do "eu e suas faculdades", atribuindo-lhe enfoque moral e estético.

O discurso de ratificar o lugar da religião na contemporaneidade foi uma estratégia utilizada por Montezuma para não entrar em polêmica com as concepções tradicionais sobre a formação do universo e da natureza, haja vista que, na *Segunda carta*, seu texto foi eminentemente "científico", com descrições minuciosas acerca da estrutura e do funcionamento do sistema nervoso, considerado pelo autor um dos "mais altos fenômenos da organização em ação animal".

---

[2] MONTEZUMA, F. R. D. Cartas sobre a loucura. *A Gazeta do Norte*, 1882. (Acervo: Instituto do Ceará). As datas das dez cartas não foram identificadas nessa pesquisa. Sabe-se, contudo, que elas foram publicadas durante o primeiro semestre de 1882.

O foco da *Segunda carta* concentrou-se na análise da evolução da ciência nos ramos da anatomia e fisiologia e do sistema nervoso, considerado como o responsável pela sensibilidade, motricidade e perturbações mentais. Ao observar sua relevância, Montezuma criticou a doutrina animalista, na qual explicava a loucura como uma "moléstia d'alma", conferindo-lhe inclusive a ideia do "pecado" como seu elemento causador. Ao rebater essa concepção, o médico considerou o sistema nervoso, no qual o encéfalo ocupou o papel central, o grande responsável pelas perturbações mentais.

Através do discurso enfático em torno do lugar ocupado pelo médico na sociedade, Montezuma visou convencer o público leigo sobre as novas concepções científicas, utilizando-se do trocadilho de que intencionava "gravar no cérebro do leitor" as "idéias" presentes em sua *Carta sobre a loucura*. Nesse sentido, seu discurso apresentou-se como o do lugar da competência do saber médico, em que ele "concedia" seus conhecimentos ao público leigo,[3] que lia, assim, suas observações sobre esta temática nova, a loucura.

Em consonância com as teorias cientificistas de sua época, Montezuma foi, ainda na *Segunda carta,* um defensor da frenologia, especialidade médica segundo a qual o cérebro era o grande órgão explicativo para o funcionamento fisiológico e estrutural humano; a inteligência estaria relacionada não apenas às suas funções mas ao seu tamanho. Considerou o autor que um crânio pequeno poderia até guardar um gênio, mas isto corresponderia à exceção e não à regra. Assim, o cérebro ocupava função de destaque em todo o funcionamento do organismo, determinando o racionalismo, sensibilidade e inteligência humanos.

Na *Terceira carta sobre a loucura*, o médico concentrou-se na temática propriamente da alienação; ao iniciar sua narrativa, discorreu acerca de uma espécie de história da loucura. Para isso, remeteu-se à época em que os povos antigos buscavam explicá-la a partir de práticas como idolatria, magia e astrologia, isto é, elementos considerados distintos dos

[3] Não se sabe ao certo quem foi o público leitor das *Cartas sobre a loucura,* embora se considere que ele fosse minimamente curioso ou mesmo "intelectual", haja vista que uma pequena parcela da população no Ceará tinha acesso à leitura dos jornais.

usos da medicina científica. Montezuma criticou a utilização da religião para explicação do fenômeno da loucura, mas não a religião cristã e sim a praticada pelos povos remotos da Antiguidade, como os gregos, egípcios e judeus, em que os deuses e entidades similares castigavam os indivíduos com seus atributos e poderes, para torná-los loucos ou para curá-los.

Segundo o autor, a medicina contemporânea ocupou outro lugar na sociedade – o do progresso do pensamento – ou ainda: o da "gloria da sciencia e bem estar da humanidade", pois antes o charlatanismo e a superstição vigoravam entre os povos. Ao mencionar Pinel como o precursor das novas relações para a compreensão da loucura, Montezuma afirmou existirem ainda muitas divergências dentro da própria medicina mental acerca de suas definições e classificações e citou autores como Sorry, Lelut, Faville. Contudo, foi Esquirol o alienista com o qual ele mais se identificou acerca da concepção da loucura: "[...] acceitemos a classificação de Esquirol, que explicava a loucura a partir de uma affecção cerebral, ordinariamente chronica, sem febre, caracterisada por desordens da sensibilidade, da inteligencia, da vontade".

Em trajetória histórica sobre a "evolução" do pensamento científico relativo à loucura, Montezuma apresentou as fases pré e pós-medicina e estabeleceu julgamento de valores no que tange aos momentos precedentes, ao afirmar que o louco era concebido em ambiente de ignorância e obscuridade. A medicina o teria retirado desse lugar, tratando-o como deveria ser tratado, isto é, como doente. Assim, Montezuma colocou-se como porta-voz de nova era, a da fase em que o louco:

> não é mais um objeto sagrado e adorado por ignorâncias grosseiras, não sendo mais um ser amaldiçoado e evitado por crenças estúpidas, não sendo mais o jogral que divertia os reis e satisfazia a curiosidade publica no meio de risotas e apupadas, mas sim um homem doente de uma moléstia [...].

No trajeto estabelecido sob o prisma do antes e depois da medicina, o autor, em caráter conclusivo na *Terceira carta*, considerou Pinel um marco divisor de águas; pediu à sociedade e à medicina que lhe rendessem graças e admitissem o "illustre Pinel", por ter substituído os exorcismos pela terapêutica e os tribunais, os cárceres e as fogueiras

pelo hospital. Em síntese, Pinel teria retirado o louco das garras do fanatismo e o colocado em seu verdadeiro "logar esse paria" da sociedade. Por fim, ao retornar à articulação entre medicina e religião, o autor evocou "o mais sublime dos sentimentos sociaes christãos e humanitários – a charidade". Pinel conseguiu, segundo ele, aliar o saber científico à caridade cristã no tratamento dado ao louco.

A *Quarta carta sobre a loucura* levantou questões específicas referentes ao delírio: sua definição e tipologias. O autor visou demonstrar que nem todo delírio estava relacionado à loucura e explicou existirem outras doenças ou moléstias que apresentavam tal sintoma. Para isso, ilustrou casos de comportamentos delirantes através do uso de ópio ou bebidas.

Na *Quinta carta sobre a loucura*, Montezuma deu continuidade à temática do delírio, mas agora referente à loucura propriamente dita. Mencionou o delírio maníaco e expôs em uma descrição visual e detalhada os vários tipos de comportamentos encontrados pelos loucos internados nos hospícios. Neles, as atitudes dos doentes caracterizavam-se pela desordem, excentricidades e esquisitices. Eram variados os tipos de comportamentos. Havia aqueles que possuíam "idéias incoherentes, truncadas, disparatadas"; aqueles que olhavam "espantados para atraz, para a direita e para a esquerda como se alguém o[s] seguisse"; outros que procuravam "sacrificar vitimas", pois assim obedeciam a "uma ordem superior"; e finalmente aqueles que entreavam-se "a toda sorte das immundices", deitavam-se "nos logares onde ourinão e defecão", cobriam "os corpos com as excreções", tornando-se "creaturas repulsivas e repellentes". Comportamentos relativos à questão sexual dos loucos também foram abordados por Montezuma quando demonstravam publicamente seus desejos lascivos, desenfreados e obscenos.

Outra problemática tratada na *Quinta carta* referiu-se ao furor: uma "conseqüência de concepções delirantes" dos maníacos, que, em termos de durabilidade, poderiam manifestar-se por horas ou anos. Sempre com o uso de narrativa descritiva sobre os aspectos físicos e comportamentais do louco nos hospitais, o autor apresentou um quadro mais intenso do furor e sugeriu ser a morte a única companheira do louco, pois aliviava o infortúnio da desrazão: "A morte – esta boa amiga do desgraçado –

vem dar o ultimo traço n'este lamentável quadro da miséria humana". Montezuma chegou a afirmar que, para esses alienados, não haveria sequer pensamento – "estes seres que nada pensão porque tudo o que pensão é errôneo" – em uma demonstração inequívoca de que apenas um tipo de comportamento padrão deveria aceito, e quaisquer outras formas de vivência ou práticas comportamentais seriam tidas como anormais.

A *Sexta carta sobre a loucura* referiu-se a dois tipos de alienados mentais: os maníacos e monomaníacos. Ao apresentar as características e distinções entre eles, Montezuma mencionou novamente casos clínicos de loucos internados nos hospitais psiquiátricos. Pela primeira vez, o médico fez referência a sua experiência profissional nos hospícios da Bahia e do Rio de Janeiro, onde presenciou mulheres e homens monomaníacos que, imbuídos da ideia de "grandeza" e "superioridade", consideravam-se "Virgem Maria" ou "Jesus Christo". Além desses tipos de alienados, havia aqueles monomaníacos que exprimiam "paixões deprimentes" ou ideias melancólicas.

Atualizadas nas leituras médicas de sua época acerca do quadro das nosologias da loucura – classicamente dividido entre os melancólicos e os maníacos – Montezuma referiu-se ainda a outras tipologias da alienação, como a "lipemania", relativa à tristeza profunda e a "erotomania", relacionada à monomania erótica, amorosa e sexual, que envolviam desde a idealização de amor puro aos casos de ciúmes excessivos de mãe em relação à filha.

Ao permanecer na temática das monomanias, Montezuma tratou na *Sétima carta sobre a loucura*, das devoções religiosa ou mítica. Expôs cinco casos de homens e mulheres que acreditavam fervorosamente estarem ligados à religião. Entre eles, um sujeito que, ao afirmar ver Jesus Cristo, colocou na cabeça que deveria morrer igual a ele, pregando-se em uma cruz. Outros tipos de monomaníacos religiosos, porém, voltaram-se contra membros da igreja, como o caso de uma mulher que, em alucinação furiosa, matou um padre. As histórias narradas foram exemplos tirados da literatura médica da época que ganharam popularidade legendária. Ao mencionar ainda casos de cacodemomania (em que o indivíduo estaria possuído por espíritos) e

zoantropia (em que o enfermo acreditava ser um animal), Montezuma – embora ratificasse o lugar da ciência em sua fala – pouco se distanciou, em sua narrativa, das histórias populares cujo sentido foi lendário. Destarte, na condução expositiva dos casos, ele seguiu semelhante linha de raciocínio, em que o elemento "exótico" esteve presente.

O médico cearense iniciou sua *Oitava carta sobre a loucura* expondo e reprovando casos de suicídios narrados pela literatura histórica da Antiguidade. Ao exaltar os princípios cristãos, o autor condenou os costumes dos povos antigos: "Hoje dizemos, não é mais possível admittir esses costumes, essas crenças, essas leis, essas religiões que corôavão e endosavão a fraquesa". Ao criticar as práticas culturais desses povos, o autor demonstrou sua intrínseca relação com a religião cristã, cujos valores e sacramentos eram incontestáveis, como o matrimônio, considerado "santificado". Assim, se, por um lado, o lugar de sua fala nas *Cartas sobre a loucura* era o do homem das ciências, por outro, as fortes referências cristãs permearam seu discurso.

Ainda na *Oitava carta,* Montezuma tratou de outros tipos de monomania, as voltadas para a criminalidade, homicídio, cleptomania e dipsomania. Em todas elas, o autor exemplificou tipos de comportamento diferenciados para as práticas de assassinato, roubo e estado de embriaguez, respectivamente. Narrou por fim, o caso de uma mulher que, entregue ao acesso da "monomania ebriosa", provocou sua "ruína completa".

A *Nona carta sobre a loucura* referiu-se à alucinação e à ilusão, em seus vários tipos de comportamento, nos quais os alienados diziam ver espectros e anjos, ouviam vozes, travavam diálogos imaginários ou acreditavam existirem vermes em si que os roíam. Ao citar médicos alienistas, como Falret e Baillarger, o autor discorreu a respeito dos tipos de fenômenos associados à alienação, o sensorial, intelectual ou psicossensorial. Mencionou a alucinação feminina, que geralmente estaria relacionada às questões genitais e sexuais, e por último referiu-se aos loucos morais e àqueles que, em determinadas circunstâncias, possuíam intervalos de lucidez em sua alienação.

Por fim, a *Décima carta sobre a loucura* de Montezuma. O foco dessa carta não esteve centrado na figura do louco, mas na do

ser humano "normal". A narrativa iniciou-se ao versar acerca da magnitude do universo e de Deus. Contudo, o objetivo do autor foi abordar duas faculdades humanas que o diferenciavam dos seres na terra e que o potencializavam – a inteligência e liberdade. A partir do uso de tais atributos, alguns homens tornaram-se imortalizados historicamente, como Cristóvão Colombo, Heráclito, Sócrates, Galileu, entre outros, que, segundo Montezuma, foram considerados em suas épocas, equivocadamente, excêntricos e esquisitos por terem criado um "mundo todo seu". Para o médico, eles não poderiam ser considerados loucos, mas gênios, pois, tendo "idéias tão elevadas e pensamentos tão sublimes", contribuíram para o conhecimento e a ciência.

O objetivo da última carta foi tematizar as faculdades humanas. Entretanto, referindo-se ao seu próprio campo de atuação, Montezuma intencionou destacar especificamente a medicina mental, na qual a figura do médico exerceria importância indiscutível para a sociedade e mesmo para a justiça, tendo-se em vista que, tratando-se de observar a responsabilidade dos atos de um criminoso, era o médico o único que poderia interceder em tal matéria: "Muitas vezes o medico é chamado para em nome da sciencia cortar o nó górdio da dúvida, o que é muito importante, pois só elle é o competentemente habilitado para conhecer da saúde e da moléstia".

Abaixo de Deus, em sua onipotência e onisciência, o ser humano ocuparia posição essencial no desenvolvimento da natureza. A última *carta* pretendeu oferecer tributo ao ser humano "normal" em suas potencialidades intelectuais, morais e mentais. O louco não foi o alvo prioritário das reflexões de Montezuma na *Décima carta,* como ocorreu nos textos antecedentes.

* * * * *

As *Cartas sobre a loucura*, como um todo, concentraram-se fundamentalmente na definição, explicação e descrição da loucura a partir da análise das nosologias e características dos comportamentos dos alienados. A última carta diferenciou-se das demais no que concerne à descrição e concepção da loucura, mas é possível estabelecer relação entre elas, quando o autor demonstrou situar os lugares distintos ocupados pelo

indivíduo normal e pelo louco na sociedade. Enquanto aquele explorava sua inteligência e liberdade com capacidade de desenvolver aspectos variados do conhecimento humano, como a ciência e a medicina, o louco teria pouca ou nenhuma consciência sobre seus atos e pensamentos, estando, assim, destituído da capacidade de viver em sociedade e cabendo ao hospital psiquiátrico, ou instituição equivalente, retirá-lo do convívio dos demais e colocá-lo no ostracismo social.

Ao se estabelecerem paralelos entre as cartas de Francisco Ribeiro Delfino Montezuma e a leitura teórica sobre a loucura historicamente construída, a partir da leitura de pesquisadores como Foucault, Castel, Porter, entre outros, observa-se que o médico cearense esteve atualizado quanto aos paradigmas da medicina mental de sua época. Entretanto, ele não acompanhou apenas teoricamente a literatura especializada. Ele exerceu a clínica e possuía experiência em casos de loucura, notificados e localizados em outras províncias brasileiras. Montezuma foi médico-interno da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro, sob a direção do Dr. A. M. Fragoso. A partir da empiria e da fundamentação teórica, ele publicou as *Cartas* no jornal cearense a respeito daquilo que observou e estudou, na qualidade de detentor de saber autorizado que balizava seu discurso.

As *Cartas sobre a loucura* foram publicadas quatro anos antes da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, em um momento de esforços desempenhados pela caridade particular e autoridades públicas para a construção do asilo, a partir do grande número de alienados na província. Houve, portanto, ambiente propício para a publicação da obra, haja vista que os textos – apresentados em formato extenso, ocupando em média de três a quatro colunas de página inteira do jornal e, com o total de dez cartas, publicados de forma contínua – suscitavam a existência, o interesse e a receptividade de público leitor para as matérias.

Se, por um lado, Francisco Ribeiro Delfino Montezuma abordou aspectos relativos aos tipos e comportamentos dos loucos, por outro lado, não se debruçou sobre as formas de tratamento terapêutico ou temáticas subjacentes, como a estrutura e o funcionamento da instituição hospitalar. Destarte, o cotidiano do hospício não foi contemplado na narrativa.

Entretanto, a publicação das *Cartas sobre a loucura* apresentou-se como prática discursiva importante, pois possibilitou a reconstrução do cenário intelectual local em momentos antecessores da fundação do asilo da Parangaba, no qual foi dado ao médico o lugar da fala competente sobre o universo da loucura.

Contudo, ao construir uma relação entre as *Cartas* de Montezuma e as experiências vividas pelos distintos médicos do São Vicente de Paula, em fins do século XIX e início do XX, observa-se que estes não produziram literatura teórica sobre o objeto loucura. Suas ações, nesse campo de saber, restringiram-se aos problemas internos do cotidiano asilar. Cabe ainda destacar que alguns médicos ocupavam outras atividades e cargos, públicos e profissionais. Nesse sentido, as ações dos médicos do São Vicente de Paula, presentes nos registros documentais da Santa Casa, direcionavam-se mais para as condutas administrativas sobre os problemas internos que efetivamente para a ação terapêutica psiquiátrica. Assim, o Asilo de Alienados constituía-se mais como espaço de abrigo para loucos do que propriamente como estabelecimento com finalidade médica.

Por dentro do São Vicente de Paula: o cotidiano e o trabalho exercido por diretores, médicos e irmã superiora

Analisada a discussão teórica acerca da loucura realizada pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, cabe indagar: qual foi a atuação dos diretores, médicos, diretores-médicos e irmã superiora do Asilo de Alienados referente aos problemas enfrentados no cotidiano institucional? Em que medida as questões teoricamente levantadas pelo saber médico sobre o universo da loucura corresponderam às experiências vividas pelos atores sociais que lidavam diretamente com o louco no interior do asilo da Parangaba? Da sua inauguração até a década de 1920, o Asilo de Alienados passou por cinco diretores. Para oferecer respostas a tais problemáticas, torna-se necessário analisá-las separadamente.

Gestão do diretor Theophilo Rabello (03/1886 a 11/08/1890): da contestação do laudo do médico à prática de violência contra um louco

O primeiro médico do São Vicente de Paula foi o Dr. Meton da Franca Alencar. Quando acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ele ofereceu seus serviços voluntariamente ao exército, durante a guerra do Paraguai, e foi contratado como 1º cirurgião. Foi sócio da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e, em 1870, concluiu seus estudos, ao publicar tese sobre "ferimentos da uretra". No ano seguinte, voltou ao Ceará e foi nomeado médico pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.[4] Além dessa função, também exerceu mandato político como deputado no período de 1881 a 1884.[5]

Quando o São Vicente de Paula foi inaugurado, Meton de Alencar foi nomeado para exercer o cargo de médico, acumulando a mesma função em duas instituições – no Asilo de Alienados e na Santa Casa – até sua morte, em 1893. Não possuía formação em psiquiatria, era apenas clínico geral. Mesmo assim, foi o único responsável pela parte clínica da instituição. Junto com ele, trabalhavam no São Vicente de Paula o diretor, responsável pela administração, e a irmã superiora, que em alguns momentos exerceu, na prática, funções de diretoria.

Durante sua permanência no asilo da Parangaba como médico, Meton de Alencar passou por três diretorias, a primeira ocupada por José Theophilo Rabello, cuja gestão durou de março de 1886 a agosto de 1890.

No primeiro ano da gestão de Theophilo Rabello, foram realizadas duas visitas ao São Vicente de Paula pelo mordomo da Santa Casa Joaquim Domingues, através das quais relatou boa impressão. A primeira datou de agosto de 1886, quando avaliou o serviço do asilo como "regular".[6] A segunda ocorreu em novembro. Definida como "inesperada", a visita aconteceu em um domingo, às sete horas da

---

[4] Disponível em: http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=920. Acesso em: 18 nov. 2010.

[5] STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896. Tomo III. p. 58.

[6] Sessão: 12 de agosto de 1886, p. 124, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

manhã, e relatou o mordomo que o estabelecimento se encontrava na "melhor ordem, direcção e asseio". Assim, ele propôs em reunião da Santa Casa que se louvasse "o respectivo director pelo zelo e boa direcção que se tem sabido dar áquelle estabelecimento".[7]

A dedicação e o empenho atribuídos a Theophilo Rabello renderam-lhe satisfatórios resultados, pois obteve, em janeiro do ano seguinte, aumento em seu ordenado, motivado também "em attenção á sua justa reclamação".[8] Assim, os vencimentos do diretor do Asilo de Alienados passaram de um conto para um conto e duzentos mil réis anuais, com aprovação unânime da mesa administrativa da Santa Casa. Entretanto, o presidente da província somente aprovou o pedido de Theophilo Rabello mediante a acumulação de suas funções, como diretor e ecônomo, o que já era estabelecido no ato inaugural do asilo.[9] Três novas visitas ocorreram no ano de 1887, em decorrência de obras realizadas no edifício, como a construção de muralhas no quintal, reformas na lavanderia, no cata-vento, entre outras. Na última visita ao asilo, o mordomo Licinio Nunes comunicou à mesa regedora da Santa Casa que encontrou "tudo em boa ordem e asseio".[10]

Para compensar o trabalho realizado nas obras, considerado bastante cansativo, o diretor do asilo pediu novo aumento de seus vencimentos em outubro de 1889, ao enviar requerimento à mesa administrativa da Santa Casa solicitando que lhe mandassem "pagar o que por direito a justiça" lhe cabia, "em compensação do excesso de trabalho" que tivera "com a administração e fiscalização das novas obras do mesmo Asylo ultimamente concluídos".[11]

Apesar do longo trabalho nas reformas, foram necessários outros reparos no asilo, relatados pelo mordomo responsável do estabelecimento

[7] Sessão: 25 de agosto de 1886, p. 130, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).
[8] Sessão: 13 de janeiro de 1887, p. 131, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).
[9] Sessão: 17 de fevereiro de 1887, p. 133, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).
[10] Sessões: 17 de fevereiro e 03 de novembro de 1887, p. 133 e 147, do Livro de 30 de outubro de 1880 e 15 de dezembro de 1887, p. 02, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[11] Sessão: 03 de outubro de 1889, p. 63, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

ao solicitar a substituição do soalho de alguns compartimentos que se achavam "completamente deteriorados".[12]

Se as reformas realizadas no estabelecimento renderam bons elogios por parte dos mordomos à gestão de Theophilo Rabello, com a aprovação de novo aumento de ordenado, o mesmo não ocorreu a partir de episódio visto com preocupação pela mesa administrativa da Santa Casa, que causou situações desconfortantes em relação ao médico do asilo.

Em 6 de março de 1890 chegou até a mesa regedora da Santa Casa a notícia de internação de uma senhora casada chamada Lídia de Azevedo, que se dizia estar "no gozo de suas faculdades mentaes". O caso foi tratado inicialmente como um "persistente boato", contudo, ele ganhou repercussão, ao ponto de os membros da mesa administrativa, em reunião, considerarem-no fato de "summa gravidade". Eles solicitaram, então, conhecer "a exactidão de semelhante boato" e chamaram o médico do asilo, com a "máxima urgência", para dar-lhes explicações.[13]

Em sessão seguinte à notificação do episódio, a mesa administrativa analisou o ofício enviado pelo Dr. Meton da Franca Alencar, expedido um dia após a sua solicitação, no qual afirmou que a senhora Lídia de Azevedo sofria de fato de "suas faculdades mentaes". O diagnóstico do médico, entretanto, que poderia ter sido, em princípio, aceito pela mesa regedora – tendo-se em vista que ele representava, em tese, a autoridade clínica máxima da instituição asilar – não convenceu os mordomos da Santa Casa. O mordomo Justiniano de Serpa propôs, então, a nomeação de uma comissão de facultativos com o objetivo de elaborar seu parecer sobre o "estado de saúde da mesma Senhora". A situação apresentava-se de forma delicada. Submetida a proposta às ponderações, discussão e votação, o procurador-geral da Santa Casa preferiu adiar a decisão para a sessão seguinte.[14]

---

[12] Sessão: 31 de outubro de 1889, p. 68, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

[13] Sessão: 06 de março de 1890, p. 87, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

[14] Sessão: 13 de março de 1890, p. 88, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

A proposta de criação da comissão para avaliar o estado mental da paciente requeria cautela porque contestava diretamente o diagnóstico e a autoridade do médico, o que poderia causar desconforto interno, pois Meton de Alencar, além de médico do Asilo de Alienados, era também clínico do próprio Hospital da Misericórdia. Esta provavelmente foi a leitura da mesa, já que, em sessão de 27 de março, o mordomo Justiniano de Serpa justifica sua proposta:

> À acta da sessão de 13 de Março necessito, a bem da verdade, que se faça uma rectificação. A acta declara, que em vista de offico do medico do Asylo, eu propuz a nomeação de uma commissão medica que estudasse o facto e emittisse parecer.
>
> A narração é verdadeira, mas deve ficar consignado, que fiz essa proposta em vista das informações trasidas à mesa pelos mordomos Dr. Virgilio e Antonio Domingues que consideraram o caso bastante grave para ficar em silencio. Sala de sessões, 27 de Março de 1890. J. da Serpa.[15]

Após a leitura dos esclarecimentos dados por Justiniano de Serpa sobre a proposta de comissão avaliadora do caso, houve "várias considerações" feitas pelo procurador-geral e vice-provedor para, em seguida, ela ser submetida à votação. A proposta foi rejeitada; votaram a favor apenas o próprio J. de Serpa e Antônio Domingues.[16] O caso foi dado por encerrado, e a senhora Lídia de Azevedo permaneceu internada no São Vicente de Paula.

O episódio de Lídia de Azevedo foi finalizado, entretanto uma indisposição entre o mordomo Justiniano de Serpa e o diretor do Asilo de Alienados não seguiu o mesmo caminho. No exato dia em que foi lido um ofício de José Theophilo Rabello que solicitava a admissão de uma louca indigente para o asilo, o mordomo da Santa Casa requereu da mesa administrativa a investigação de algumas condutas atribuídas ao diretor, entre as quais, as baseadas em informações de que ele não dormia no estabelecimento e passava dias sem visitá-lo. Justiniano

[15] Sessão: 27 de março de 1890, p. 93, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[16] *Ibid., loc. cit.*

de Serpa solicitou ao mordomo encarregado do São Vicente de Paula verificar se era verdade que os doentes ou "detidos" ficavam "sob a única fiscalisação dos criados; na ausência do Diretor". Depois de lido o requerimento, a mesa aprovou-o por unanimidade.[17]

No mês seguinte, o diretor José Theophilo Rabello apresentou "os papéis relativos ás informações" solicitadas e defendeu-se "cabalmente das imputações que lhe foram feitas". Posteriormente, foi registrado em ata que Justiniano de Serpa propôs à mesa considerar satisfatória a explicação, "abonando a conduta do referido Director", o que foi aprovado unanimemente.[18] Entretanto, Justiniano de Serpa solicitou a retificação de sua fala, registrada nos anais da sessão seguinte, em que deixava claro que não abonava a conduta de José Theophilo Rabello:

> Peço que se consigne na acta, que houve equivoco no modo de redigir a acta de julho, na parte que trata dos papeis relativos ao administrador do Asylo.
>
> Propuz que a mesa se considerasse satisfeita com a informação prestada pelo dito director; mas não propuz, por não vir a propósito, que se abonasse a sua conduta.[19]

Casos como esses dois episódios – o questionamento do diagnóstico médico sobre a internação de uma paciente e o da conduta do diretor em face das suas obrigações administrativas – apresentaram-se até então raros nos documentos, mas se tornaram significativos quanto à situação de constrangimentos entre mordomos da mesa regedora da Santa Casa e o corpo funcional do Asilo São Vicente de Paula; também são significativos quanto à busca de soluções rápidas e definitivas para os problemas apresentados.

No caso de Lídia de Azevedo, desconhece-se quem foi aquela senhora, contudo certamente ela não representou a maioria das mulheres

[17] Sessão: 1° de maio de 1890, p. 100, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[18] Sessão: 10 de julho de 1890, p. 112, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[19] Sessão: 24 de julho de 1890, p. 115, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

ingressas no Asilo de Alienados, a saber, as indigentes, desvalidas e loucas criminosas, por ter havido repercussão sobre sua internação no asilo. Por outro lado, provavelmente ela não foi pessoa privilegiada socialmente, visto não terem sido mencionados os nomes de pai, esposo ou responsável que intercedesse por ela e questionasse sua permanência na instituição.

Na sessão posterior ao desfecho do caso de Lídia de Azevedo, um ofício do diretor José Theophilo Rabello chegou à mesa administrativa da Santa Casa solicitando autorização para admissão da louca indigente Francisca de Sousa Lima no São Vicente de Paula. O pedido, entretanto, foi negado pela mesa sob a justificativa de que havia sido deliberada a limitação para cinquenta do número de loucos indigentes no asilo.[20] É oportuno observar que, diante da recusa da mesa regedora, o diretor do Asilo de Alienados não possuía autonomia para a admissão dos doentes da instituição que administrava e devia obter a aprovação da Santa Casa. Convém destacar ainda que, de todos os ofícios entregues à mesa regedora, este foi o único cujo solicitante foi o próprio diretor da instituição asilar. De modo geral, era o chefe de polícia quem emitia os ofícios sobre internamento de indigentes para o São Vicente de Paula.

A recusa da mesa regedora quanto à admissão da louca indigente Francisca de Sousa Lima atendeu à perspectiva de minorar a problemática da lotação do Asilo de Alienados que acompanhou toda a gestão de José Theophilo Rabello. Em maio de 1890, onze pessoas receberam alta do asilo, atestadas como "curados" – número expressivo e bem acima daqueles dos anos anteriores, contabilizados em média mensal de um a quatro doentes ressocializados. Essa foi a maior cifra registrada pelo mapa demonstrativo do movimento interno do asilo desde sua inauguração.[21] Tal medida foi indício de que o Asilo de Alienados não tinha mais como suportar tantos doentes em suas dependências, uma situação que se agravava a cada mês.

A relação tensa, mas aparentemente apaziguada, entre o diretor do asilo e a mesa administrativa do hospital caritativo piorou em agosto do mesmo ano, mas não em virtude de indisposições por parte dos

[20] Sessão: 24 de abril de 1890, p. 99, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[21] Sessão: 1° de maio de 1890, p. 100, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

mordomos e sim por denúncias graves que chegaram ao conhecimento do próprio governador do estado sobre episódio de violência contra um paciente no São Vicente de Paula.

Ofícios que circularam entre o chefe de polícia, o governador do estado e o subdelegado de polícia de Parangaba trataram a respeito de ferimentos contra alienado sofridos dentro da instituição e solicitavam audiência com o vice-provedor da Santa Casa. Em sessão da mesa regedora de 7 de agosto de 1890, após a leitura dos ofícios das autoridades públicas, o mordomo major Manoel Beserra propôs a demissão do diretor José Theophilo Rabello. O procurador-geral, contudo, ponderou a proposta e solicitou que este fosse ouvido, fundamentado no Artigo 37 do Compromisso da Santa Casa, em que constava: "A demissão do empregado só será definitiva depois de ouvido por escripto".[22]

Apesar da menção ao estatuto, a mesa regedora não ouviu o diretor do asilo para conhecer sua versão dos fatos. A discussão continuou entre os mordomos e resultou em votação acirrada: seis votos contra cinco pela demissão de José Theophilo Rabello da direção do São Vicente de Paula. Na mesma reunião, deliberou-se o nome do novo substituto, unanimemente aprovado. Era o capitão João Ribeiro Pessôa Montenegro.[23] Dois dias após a exoneração de Theophilo Rabello, o novo diretor foi formalmente nomeado.[24]

A gestão do primeiro diretor do São Vicente de Paula, José Theophilo Rabello, findou-se com a denúncia de violência, mas o clima pouco amistoso era verossímil não somente pelos casos acima mencionados como por pequenos enunciados discursivos, indicativos da insatisfação da mesa em relação à sua administração. Além dos transtornos já referidos, foi frequente a utilização do termo "finalmente" para o recebimento dos mapas mensais da movimentação interna do São Vicente de Paula, emitidos por Theophilo Rabello à Santa Casa, em uma demonstração de atrasos constantes no envio dessa documentação.[25]

---

[22] Sessão: 07 de agosto de 1890, p. 118, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[23] *Ibid., loc. cit.*
[24] Sessão: 14 de agosto de 1890, p. 120, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[25] Sessão: de 1º de abril de 1886, p. 114, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM), mapa referente a março, mês de inauguração do São Vicente de Paula.

O Dr. Meton de Alencar permaneceu no cargo de médico do São Vicente de Paula após a mudança de direção.

Gestão do diretor João Ribeiro Pessoa Montenegro (13/08/1890 a 06/1891): a má alimentação dos alienados

A nova diretoria do São Vicente de Paula iniciou-se com problemas na obtenção de informações sobre a gestão anterior. Em 16 de agosto de 1890, o novo diretor comunicou à mesa administrativa que o ex-administrador do Asilo de Alienados não havia fornecido os livros que tratavam do cotidiano administrativo, referentes à entrada e saída dos gêneros de consumo e às receitas e despesas. João Ribeiro Pessoa Montenegro pediu providências à Santa Casa, que respondeu positivamente, ao mandar ser ouvido o ex-diretor a esse respeito.[26]

Em menos de três meses à frente da direção do São Vicente de Paula, Pessoa Montenegro enviou petição à Santa Casa solicitando a elevação de seus vencimentos mensais para o dobro do valor que recebia: de sessenta mil réis para cento e vinte mil réis. A mesa avaliou e atendeu parcialmente ao pedido, elevando os vencimentos apenas para cem mil réis, mesma quantia recebida pelo diretor exonerado. Entretanto, como não tinha poder para aumentar os vencimentos autonomamente, encaminhou a petição ao governador do estado, que respondeu favoravelmente, elevando-os para a quantia de um conto e duzentos mil réis.[27]

Uma questão presente durante a gestão de Pessoa Montenegro referiu-se à problemática da alimentação dos doentes no São Vicente de Paula, afinal o problema da lotação atingia diretamente a qualidade de vida dos internos em seu aspecto nutricional.

A partir de 1890, a Santa Casa registrou em ata de reunião a abertura de concorrência para o fornecimento de gêneros alimentícios para o consumo mensal no Asilo de Alienados, tendo ganho a proposta do comerciante Antonio de Hollanda Cavalcante, considerada "a mais

[26] Sessão: 21 de agosto de 1890, p. 121, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[27] Sessão 09 de outubro de1890, p. 127, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

vantajosa".[28] Foi aberta também concorrência para o fornecimento de pães e bolachas à Santa Casa.[29]

Em julho de 1891 a mesa administrativa reuniu-se em sessão de caráter extraordinário para tratar exclusivamente de assuntos relativos ao São Vicente de Paula, entre os quais, a questão da alimentação dos internos.

Uma comissão da mesa regedora foi nomeada para observar o estado do Asilo de Alienados através de visita "minuciosa" na qual foram examinados "com a mais escrupulosa attenção, os variados serviços", não sendo necessária uma segunda visita para a confirmação do que foi visto. A comissão avaliou a administração de Pessoa Montenegro e concluiu que o asilo precisava "como a primeira condição de vida regular, de nova, mais activa e enérgica direção". Segundo a comissão:

> O actual administrador, embora homem reconhecidamente honesto, pela sua avançada idade, não é o mais próprio para imprimir útil e conveniente direcção ao estabelecimento; resultando dahi, como conseqüência virtual, as faltas que tão desagradavelmente impressionarão á Comissão [...].[30]

As faltas mencionadas pela comissão referiram-se ao fornecimento de gêneros alimentícios, considerados inadequados tanto pela "péssima qualidade, como pela insuffciente quantidade", o que descumpriria o contrato estabelecido entre o fornecedor e a Santa Casa. A denúncia da comissão tornou-se mais enfática ao destacar a gravidade da situação, da qual os loucos não poderiam sequer reclamar, mediante a sua própria condição de insanidade: "os infelizes alienados que, privados do uso da rasão, nem sequer, podem reclamar contra a cruel violação do referido contracto – por parte do fornecedor".[31]

Diante do exposto, a permanência do diretor Pessoa Montenegro à frente da direção do asilo tornou-se complicada e, apesar de ele ter

[28] Sessões de 16 e 23.10.1890, p. 128-129, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[29] Sessão 18 de dezembro de 1890, p. 136, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).
[30] Sessão Extraordinária: 05 de junho de 1891, p. 31, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[31] *Ibid.*, p. 32, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

obtido anteriormente novo aumento, elevando seus vencimentos para um conto e quinhentos mil réis anuais, a mesa regedora da Santa Casa recebeu, do próprio diretor, ofício em que pedia demissão do cargo.

O pedido foi aceito e aprovado por unanimidade de votos. O diretor foi substituído, na mesma sessão, pelo capitão Zacharias Thomaz da Costa Gondim, e a mesa administrativa ordenou seu imediato comunicado, "convidando-o, ao mesmo tempo, para assignar, quanto antes, o respectivo termo de contracto, e entrar na posse do cargo de director para que foi nomeado".[32]

No que se referiu à questão da má qualidade e insuficiente quantidade dos gêneros alimentícios do Asilo de Alienados, o contrato do fornecedor Antonio de Hollanda Cavalcante foi extinto a pedido do próprio comerciante, através de requerimento.[33] A Santa Casa recomendou que, na assinatura do novo contratante, houvesse a "maxima vigilância" no fornecimento de gênero alimentício ao asilo. Essa recomendação foi ressaltada, sobretudo para o novo diretor, tendo-se em vista que, como o Asilo de Alienados era considerado distante, "a uma légua da Capital", tornava-se difícil para a comissão ou para o próprio mordomo responsável pelo asilo fazer visitas regulares ao local e inspecionar o serviço dos gêneros alimentícios.[34]

Finda a discussão sobre o problema da má alimentação dos pacientes do São Vicente de Paula, a Santa Casa, ainda em ata da sessão extraordinária, expôs outras duas questões sérias enfrentadas pelo asilo – as condições financeiras, consideradas "precárias", e a lotação de doentes. Além de a mesa administrativa solicitar ao futuro gestor equilíbrio entre a receita e a despesa, voltou a propor, como medida para evitar crescentes gastos, a proibição da entrada de novos loucos, fixando-os ao número de cinquenta; isto porque o ano de 1890 foi encerrado com o registro de setenta e nove loucos no estabelecimento. Tal deliberação deveria ser transmitida ao governador do estado, considerado pela mesa administrativa, o que

[32] Sessão Extraordinária: 05 de junho de 1891, p. 31, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)..
[33] Sessão: 02 de julho de 1891, p. 39, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[34] Sessão Extraordinária, *op. cit.*, p. 32.

mais solicitava admissão de novos loucos. Apesar de desejar receber todos os doentes, a mesa afirmou ser obrigada a "reduzir a caridade", tendo em vista as "precariedades" financeiras da Santa Casa.

Outra proposta apresentada pela mesa regedora e considerada mais eficaz para a redução dos problemas financeiros do Asilo de Alienados e da Santa Casa tratou-se da elevação do patrimônio do asilo a partir do uso de mais de setenta apólices da dívida pública, recurso destinado originalmente ao Asilo de Mendicidade, mas que nunca chegou a ser efetivado, segundo a mesa, "por motivo de publica notoriedade". As apólices, avaliadas em um conto de réis cada, estavam depositadas nos cofres do Tesouro do Estado. A mesa argumentou que a utilização desse recurso não desviaria de seu objetivo original já que ele seria empregado para o "patrimônio da caridade", prestando "auxilio de pobres de outra natureza e de maior gravidade".

A intenção da mesa era dividir as apólices em duas partes, aumentando o patrimônio da Santa Casa e do São Vicente de Paula, com a argumentação de que esse valor estava "esterilmente depositado sem o mínimo previsto a causa da sagrada caridade" e de que somente ele forneceria "maior sufficiente ao Asylo para vencer as difficuldades financeiras" que o oprimiam.[35]

Ao final da extensa ata da reunião extraordinária, a mesa administrativa da Santa Casa providenciou cópia do documento, a ser enviada ao governador do estado e ao novo diretor do São Vicente de Paula.

Assim, encerrou-se a segunda gestão da diretoria do Asilo de Alienados aos cuidados de João Ribeiro Pessoa Montenegro, que permaneceu à frente da instituição por breve período, correspondente a menos de um ano. De forma semelhante ao que aconteceu com o antecessor, sua saída foi motivada por problemas graves causados aos pacientes da instituição. O primeiro diretor foi exonerado do cargo em virtude da violência praticada contra um doente. O segundo, contra todos.

[35] Sessão Extraordinária: 05 de junho de1891, p. 34, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

O médico Meton de Alencar, nessa gestão, agiu de forma discreta, pelo menos no que diz respeito a não terem sidos registradas ocorrências contra sua pessoa nos autos das sessões da mesa regedora da Santa Casa. Assim, ele permaneceu no cargo após a admissão do terceiro diretor.

Gestão do diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim (11/06/1891 a 01/1895): crises financeiras e novo regulamento

Em reunião seguinte à demissão de João Ribeiro Pessoa Montenegro, a mesa administrativa apresentou ofício do novo diretor, Zacharias Thomaz da Costa Gondim, em que aceitava o convite para direção do Asilo São Vicente de Paula, assumindo-a em junho de 1891. O ofício do novo diretor esteve permeado de expressões de modéstia em relação às suas qualidades para ocupar tal cargo e, em mais de um momento, fez uso de imagens e alusões religiosas, ao afirmar que ele:

> faltaria a um sagrado dever se não manifestasse a sua sincera gratidão ao Sr. Dr. Provedor e os dignos confrades pelo juízo lisongeiro e vantajoso que fizeram de sua obscura e humilde individualidade, attribuindo-lhe qualidades elevadas, que lhe desejara possuir, é verdade, mas que não as tem, e que só a nobreza e magnitude de seus corações de bons catholicos querem recolheceo-lhe.

Ainda com "humildade", segundo a mesa administrativa, ele teria escrito em seu ofício:

> Que desejava possuir as qualidades tão necessárias a um director de uma repartição tão difficil de administrar como a de que se acha encarregado: confessa que se sente fraco para tão grande quão nobre emprehendimento, ao passo que faz esta singela confissão, sente-se ao mesmo tempo animado, forte e corajoso para levá-lo adiante [...].

E, ao encerrar a leitura do ofício, a mesa mencionou os atributos religiosos da jornada que se iniciava no asilo com o novo diretor:

> Que, contando com as luzes e sábios conselhos dos nobres Mordomos que foram educados nos sãos princípios da Religião Christã, espera,

> com a somma de boa vontade que tem, corresponder, quando não *in totum*, ao menos em parte, á confiança plena que em si depositarem, etc. – Inteirada.[36]

Com a nova diretoria, as medidas de controle quanto à fixação do número de alienados em cinquenta nas dependências do asilo mantiveram-se e foi negada a entrada de seis alienados, detidos na Cadeia Pública de Fortaleza: quatro homens e duas mulheres,[37] que lá permaneceram.

No que se referiram às denúncias sobre a má alimentação oferecida aos doentes, a mesa administrativa da Santa Casa abriu nova concorrência para fornecimento dos gêneros alimentícios para o segundo semestre de 1891.[38] Inicialmente, foram apresentadas três propostas, entre elas a do antigo comerciante Antônio Hollanda Cavalcante, que continuou fornecedor de pães e bolachas para a Santa Casa, pois, segundo a mesa, tinha preço mais vantajoso. Contudo, quanto ao fornecimento de alimentos para o Asilo de Alienados, sua proposta foi recusada.

As três propostas concorrentes apresentaram basicamente os seguintes gêneros alimentícios: arroz pilado, banha de porco, bolacha, cebola, coco, farinha de trigo americana, feijão, manteiga em lata, rapadura, bacalhau, mate, peixe fresco, sal, toucinho, vinagre. Foram esses os alimentos avaliados pela mesa regedora quanto aos três concorrentes para a nutrição dos loucos no asilo, que deveriam ser fiscalizados em qualidade e quantidade, especial e cotidianamente, pelo diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim.[39]

Outros contratos sucederam posteriormente, como o assinado pelo comerciante João Manoel da Fonseca, relativo ao fornecimento de pães, no qual constou que "os ditos pães serão de muito boa qualidade, iguaes as da amostra, e entregues no Asylo de Alienados ás seis e meia horas da manhã". Advertiu ainda a mesa regedora que, caso o contratante não fornecesse os pães de acordo com o estabelecido, ele estaria sujeito

[36] Sessão: 11 de junho de1891, p. 36, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[37] Sessão: 25 de junho de 1891, p. 37, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[38] *Ibid, loc. cit.*
[39] *Ibid, loc. cit.*

a multa, que variava de valor, e, a depender da reincidência no mau fornecimento, à recusa da assinatura de futuros contratos.

Cabia ao diretor do asilo, a responsabilidade na inspeção dos pães. Caso não estivessem em qualidade e quantidade de acordo com o firmado, deveriam ser devolvidos, e o diretor deveria comprar "em qualquer padaria outra nas mesmas condições estabelecidas" contratualmente.[40] Semestralmente, novos contratos foram assinados como forma de evitar abusos no fornecimento de gêneros alimentícios e de exigir maior fiscalização por parte da diretoria do asilo.

A direção de Zacharias Gondim foi difícil logo no primeiro ano. Denúncias chegaram em 1892 ao conhecimento da Santa Casa, pouco antes da posse da nova mesa regedora, cuja provedoria permaneceu sob a responsabilidade de Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Dessa vez, as denúncias não foram resultantes de visitas feitas pelo mordomo responsável ao asilo, mas de matéria publicada no jornal liberal O Libertador. O conteúdo da matéria não foi mencionado em ata de reunião, mas as acusações atingiam não somente a administração do São Vicente de Paula como a do Cemitério São João Batista.[41]

Para averiguar as denúncias, o mordomo encarregado do asilo de alienados, o tenente-coronel Antônio Felino Barroso, procurou o diretor da instituição para ouvir sua versão sobre os fatos, que, mais uma vez, não foram expressas em ata de reunião. Após ter ouvido Zacharias Gondim, o mordomo reproduziu sua fala, ao afirmar serem as acusações "injustas e de todo o ponto falsas". A mesa administrativa não prolongou a discussão; considerou encerrada a questão e ordenou o arquivamento do caso.[42] Provavelmente, a não valorização das denúncias do jornal O Libertador justificou-se por terem sido outras as maiores preocupações da mesa administrativa, como a crise financeira enfrentada naquele ano.

---

[40] *Contracto, que assigna o cidadão João Manoel da Fonseca do fornecimento de Paes para o consummo do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba, no semestre de janeiro a julho de 1894. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893.* (Acervo: SCM).

[41] Sessão: 10 de março de1892, p. 72, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

[42] Sessão: 07 de abril de1892, p. 80, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

Crises financeiras acompanharam toda a história da instituição no século XIX e nas primeiras décadas do XX. Somente em uma ocasião, foi noticiada situação positiva, registrada em momentos que antecederam o fim da Monarquia. A regra, contudo, eram as dificuldades sempre relatadas pela mesa regedora em atas das sessões.

Na crise de 1892, a mesa administrativa convocou reunião de caráter extraordinário na qual comunicou "a vertiginosa baixa de cambio" que elevou "extraordinariamente" os preços dos gêneros alimentícios, mercadorias e medicamentos e propôs a nomeação de três comissões para rever e aumentar o preço das mais importantes fontes de renda da Santa Casa, diretamente subordinadas à sua administração, ou seja, a farmácia, a Empresa Funerária e o Asilo de Alienados. A proposta foi aumentar os preços do formulário da farmácia, da tabela dos serviços da Empresa Funerária e da tabela dos pensionistas do Asilo de Alienados.[43]

A comissão responsável pelo São Vicente de Paula foi formada pelos mordomos Felino Barroso, Antônio da Justa e Arnulpho Pamplona, que apresentaram a nova tabela dos pensionistas, divididos em três classes. O pensionista de 1ª classe pagava, até então, a quantia de noventa mil réis mensais. Com a nova proposta, ele pagaria cento e dez mil réis. O pensionista de 2ª classe, que pagava sessenta mil, receberia aumento para setenta mil e, por fim, o de 3ª classe, de trinta mil réis, pagaria cinquenta mil réis. Segundo a comissão, a partir do relato do diretor do asilo, o pensionista de 3 ª classe era o que dava mais prejuízo à instituição. Depois de apresentada a proposta da nova tabela, a mesa regedora da Santa Casa a remeteu para apreciação do governador do estado.[44]

O aumento na tabela de preços dos pensionistas do asilo da Parangaba não deu garantias de resolução do problema da crise financeira da Santa Casa, pois, no mesmo mês do anúncio da proposta de novos valores, a mesa regedora recebeu ofício do cidadão Martiniano

[43] Sessão Extraordinária: 30 de abril de 1892, p. 81, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[44] Sessão: 05 de maio de 1892, p. 84, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

Theodorico da Costa no qual comunicava, "em nome de sua filha", que o genro não poderia mais permanecer no asilo como pensionista,[45] ou seja, com o aumento da tabela, registrou-se a saída de um pensionista na instituição. Apesar do episódio, os novos valores entraram em vigor a partir do mês de julho de 1892.[46]

Outra medida para contornar a crise econômica relativa ao Asilo de Alienados foi a proposta apresentada pelo vice-governador do estado ao Congresso Estadual com a solicitação de verba exclusiva no valor de dez contos de réis anuais de subvenção ao estabelecimento.[47] A inclusão do Asilo de Alienados na distribuição dos benefícios das loterias do estado também foi outra medida com igual finalidade.[48]

O ano de 1892 foi importante para mudanças administrativas realizadas no São Vicente de Paula, pois o provedor da Santa Casa apontou a "necessidade de se rever" os regulamentos do Asilo de Alienados e do cemitério São João Batista; para isso, foram nomeadas duas comissões distintas.[49]

No caso do Asilo de Alienados, a comissão foi formada pelos mordomos Felino Barroso, João Câmara e Virgílio de Moraes, sendo este o procurador-geral da Santa Casa e relator da comissão. A elaboração do novo regimento esteve inserida na perspectiva de atender às demandas da psiquiatria moderna e das reformas desenvolvidas pela nova política de assistência aos alienados, ocorridas em fins do século XIX.

Pouco antes da proclamação da República, o quadro de mudanças sobre a assistência à alienação já se delineava no cenário brasileiro. Em 1884, houve abertura de concurso para a cátedra de clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Após a República, foram publicados trabalhos de psiquiatras brasileiros e realizados diversos debates entre parlamentares com a proposta de fiscalização mais assídua nos estabelecimentos asilares, com maior proteção legal aos enfermos,

[45] Sessão: 19 de maio de 1892, p. 88, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[46] Sessão: 07 de julho de 1892, p. 103, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[47] *Ibid.*, p. 84.
[48] Sessão: 01 de setembro de 1892, p. 110, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[49] Sessão: 12 de maio de 1892, p. 86, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

o que resultou no projeto de lei apresentado na câmara dos deputados no Rio de Janeiro, em 1896 e, no ano seguinte, na lei de reforma da assistência a alienados (ENGEL, 2001, p. 134, 137).

Segundo a historiadora Vera Portocarrero, no processo de reformulação das instituições asilares no Brasil republicano, o médico psiquiátrico exerceu maior poder e ocupou "posição central" no estabelecimento; este configurando-se como "verdadeira instituição hospitalar" e aquele instituindo ao louco o estatuto de "doente" (PORTOCARRERO, 2002, p. 97).

O São Vicente de Paula não acompanhou grandes perspectivas de transformações internas, visto que a atuação do médico não sofreu alterações com a nova forma de governo. Entretanto, pela primeira vez, as atas das sessões da Santa Casa apresentaram discurso em que o louco foi abordado mais como um "doente" que precisava de tratamento especializado do que como um "pobre infeliz", necessitado da caridade pública. Ao desenvolver raciocínio mais atualizado nas discussões de âmbito nacional sobre o tratamento da loucura, o mordomo Virgílio de Moraes mesclou um discurso cujo tom, por um lado, esteve em sintonia com as transformações advindas do ideário da modernidade e "civilização", mas, por outro, apontava para as preocupações com as despesas que as mudanças proporcionariam à Santa Casa. Destarte, as questões de ordem financeira limitaram a perspectiva de se fazerem alterações efetivas no Asilo São Vicente de Paula.

O discurso do procurador-geral iniciou-se com longa exposição acerca da necessidade de "nova organização" do regimento do asilo, "de acordo com os preceitos e regras da sciencia moderna". Atento ao regimento dos outros "institutos semelhantes", ele salientou a nova fase em que se encontrava a "assistência aos alienados", considerando-a "hoje matéria bem estudada".[50]

Suas observações a respeito do tratamento especializado a ser submetido ao louco estiveram, ironicamente, atrasadas em mais de um

[50] Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 115, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 116 (Acervo: SCM).

século em relação aos primeiros estudos realizados por Pinel, em fins do século XVIII. Entretanto, apesar da distância temporal que separa o discurso do procurador-geral daquele do médico alienista francês, não se podem desconsiderar as questões levantadas por Virgílio de Moraes e suas representações. Seu discurso apresentou-se de forma singular, comparativamente aos dos demais colegas da mesa administrativa no que tange à concepção do louco, visto que tradicionalmente a abordagem dos mordomos dimensionava-se para o cumprimento do dever cristão no atendimento dos pobres infelizes, ao serem eles recolhidos no asilo. Em geral, os discursos da mesa regedora foram permeados de adjetivações e de sentidos valorativos e caritativos sobre os alienados.

Tratar a loucura como doença – abordagem presente no discurso de Virgílio de Moraes – significou atribuir-lhe conceitualmente olhar diferenciado daquele existente nos asilos, assistidos pela caridade privada. Se a loucura era concebida como doença, então o corpo de profissionais qualificados deveria ser condição requisitada para a nova configuração terapêutica, bem como a construção de tratamento especializado com "adequada" medicação e emprego de aparelhos "modernos" em nome da melhoria ou cura do paciente. O discurso do procurador-geral foi ilustrativo quanto a esse novo olhar:

> O louco é hoje considerado um doente, que tem a necessidade de um tratamento particular; e alem do pessoal do serviço, que deve ter habilitações especiaes, desde o director até o ultimo dos enfermos, accresce que são necessários diversos apparelhos, cuja obtenção, montagem e funcionamento regular não se tornam fáceis, tudo dependendo de sommas quantiosas, o que presentemente não passa, nem pode passar de uma simples aspiração.[51]

Enquanto membro da comissão, Virgílio de Moraes avaliou estar o próprio edifício em desacordo com o "systema actual de serviço de alienados, pois tudo" estava "longe e bem longe de corresponder as recentes e notáveis creações da sciencia". Muitas foram as críticas do

[51] Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 115, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 116 (Acervo: SCM).

mordomo, que conclui: a "Comissão pode affirmar, sem exageração que o Asylo de Alienados de São Vicente de Paula é antes uma atrasada casa de detenção do que um verdadeiro manicômio. Tudo está por iniciar, e infelizmente nos falta o indispensável".[52]

Nessa passagem, o mordomo finaliza seu discurso ao nomear os loucos como os "mais desgraçados dos seres humanos".[53]

Apesar das críticas à estrutura e ao funcionamento do Asilo de Alienados, não se deve, contudo, concluir que houve mudanças na forma de proceder da comissão da mesa administrativa, conceitual ou terapeuticamente, em relação ao louco. Apesar da diferenciada percepção sobre o louco no discurso do procurador-geral em relação às práticas estabelecidas pela Santa Casa, a autoridade da mesa regedora na condução do cotidiano administrativo do São Vicente de Paula permaneceu, assim como o pouco espaço de autonomia do médico quanto aos procedimentos terapêuticos. Não houve registros, nas atas das sessões da Santa Casa, de discursos do médico Meton de Alencar sobre a clínica no asilo da Parangaba.

Convém ainda observar que, embora o discurso do procurador-geral estivesse em consonância com os novos tratamentos dados à loucura, suas observações tiveram preocupações eminentemente financeiras e administrativas. Ao mesmo tempo que justificou a necessidade do tratamento moderno e adequado ao louco, ele acrescentou o alto custo que as mudanças acarretariam à Santa Casa, pois: "sem dinheiro e muito dinheiro, nada, absolutamente nada se pode fazer".[54] Se, por um lado, houve o reconhecimento da conveniente mudança terapêutica a ser ofertada ao alienado, por outro, constatou-se a condição financeira desfavorável para sua efetivação.

A condição econômica apresentava-se negativa em vários sentidos. Em primeiro lugar, Zacharias Gondim acumulou duas funções no São Vicente de Paula, como diretor e ecônomo, sem, contudo,

[52] Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 115, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 118 (Acervo: SCM).
[53] *Ibid., loc. cit.*
[54] *Ibid., loc. cit.*

receber novos vencimentos para este cargo. Em segundo lugar, tornou-se frequente a falta de pagamento dos pensionistas, o que levou a mesa administrativa a exigir a figura de fiador para evitar "abusos" constantes.[55] Problemas de estrutura física também foram objetos de preocupação da mesa regedora, que, após ouvir o pedido do mordomo do asilo Felino Barroso sobre a tomada de providências para o conserto do soalho da varanda principal do asilo, respondeu-lhe que a reclamação era "justa", mas faltavam "meios pecuniários", pois a "vertiginosa e progressiva baixa do cambio" quase "triplicou as despesas"[56] da Santa Casa. Na tentativa de conhecer a dimensão dos problemas financeiros enfrentados pelo São Vicente de Paula, a mesa administrativa autorizou a contratação de um guarda-livros, para verificar o déficit anual do estabelecimento, desde sua fundação, e observar o montante da dívida contraída pela Santa Casa de Misericórdia.[57]

A partir da exposição da situação financeira do hospital caritativo, narrada pelo próprio Virgílio de Moraes, as necessidades de mudanças no tratamento moderno para os loucos ficaram apenas no plano do seu reconhecimento. Efetivamente, o Asilo de Alienados continuou com sua mesma estrutura e funcionamento. As únicas mudanças registradas pela mesa administrativa referiram-se às visitas realizadas no domingo ao asilo, as quais o diretor Zacharias Gondim determinou não serem abertas amplamente ao público. O objetivo era evitar costumeiras visitas de pessoas cuja finalidade era apenas divertir-se com o espetáculo da loucura. Assim, o diretor afirmou que, se visitantes desejassem "conhecê-lo [o asilo] de perto", deveriam fazê-lo somente se fossem pessoas "bem comportadas", para evitar a "reprodução de scenas pouco edificantes", pois alguns indivíduos somente visitavam o São Vicente de Paula com o intuito de "divertirem-se á custa dos pobres loucos, dignos, por certo, de commiseração".[58]

---

[55] Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 115, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 118 (Acervo: SCM).
[56] Sessão: 01 de setembro de 1892, p. 110, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[57] Sessão: 09 de março de 1893, p. 137, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[58] Sessão: 03 de novembro de 1892, p. 119, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo:

Em 21 de fevereiro de 1893, morreu o médico do Asilo de Alienados Meton de Alencar. Segundo a mesa administrativa, seu falecimento despertou "commoção geral e profunda nesta Capital", pois ele "gosava da maior estima e popularidade", tanto das "classes inferiores como superiores", o que teria levado, no dia de seu enterro, à presença de representantes de "todas as classes da sociedade cearense, sem distincções de crenças religiosas, nem política [...]".[59]

Com a morte de Meton de Alencar, houve mudanças não somente na clínica médica como na diretoria do Asilo São Vicente de Paula.

Gestão do diretor Antônio Pinto Nogueira Brandão (02/03/1895 a 13/03/1912): o médico-diretor e suas permanências e ausências no Asilo de Alienados

Após a morte de Meton Alencar, assumiu em julho de 1894, como segundo médico do asilo de alienados, o doutor Antônio Pinto Nogueira Brandão, que desde 1892 pertencia à irmandade da Santa Casa.[60] No primeiro contrato assinado pelo médico com a Santa Casa, constou que seus serviços prestados no Asilo de Alienados corresponderiam ao período de um semestre, de julho até dezembro de 1894, com possibilidade de prorrogação. Seus vencimentos foram de setecentos e vinte mil réis anuais e sessenta mil réis mensais.[61]

No ano seguinte, novo contrato foi assinado entre o médico e a Santa Casa, com duas importantes mudanças. Na primeira, determinou-se que o contrato estender-se-ia para o prazo de um ano e não mais seis meses e, na segunda, estabeleceu-se que Antônio Pinto Nogueira Brandão, além de ocupar o cargo de médico, assumiria a função da direção da instituição e, portanto, acumularia dois poderes, recebendo a alcunha de *médico-diretor*.[62] A partir da lei promulgada em 1894,

SCM).

[59] Sessão: 02 de março de 1893, p. 133, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)

[60] Sessão: 05 de maio de 1892, p. 84, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)

[61] *Termo de contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de serviço médico do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893.* (Acervo: SCM).

[62] *Contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de*

foi criado o lugar de *médico-diretor* do asilo da Parangaba,[63] no qual, pela primeira vez, o médico acumulava dupla função. A diretoria de Zacharias Thomaz da Costa Gondim encerrou-se em 1895 e, com ela, as figuras distintas entre médico e diretor.

Com a nova função, os vencimentos de Antônio Pinto Nogueira Brandão passaram para dois contos e quatrocentos mil réis anuais e duzentos mil réis mensais[64]. Assim como seu antecessor, Nogueira Brandão não teve formação voltada para a psiquiatria ou medicina alienista. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, publicou tese cujo tema foi referente aos tumores na bexiga.[65]

Ainda em 1894, algumas obras foram realizadas no Asilo de Alienados, com o financiamento da extração de loterias[66] e das subvenções estatais.[67] Contudo, Nogueira Brandão também conseguiu angariar donativos como roupas, alimentos e materiais para reformas no edifício.[68]

Em decorrência dos trabalhos realizados pelo médico-diretor, o presidente do estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, em relatório publicado em junho de 1898, afirmou que o São Vicente de Paula causava ótima impressão aos visitantes: "a excellente impressão deixada em seu espirito pelo grau de prosperidade e de adiantamento a que attingiu o Asylo, o que constitue o maior e mais merecido elogio que se possa tecer a seu actual Director, o Dr. Antonio Pinto Nogueira Brandão".

---

serviço de Médico Director do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba no período de Janeiro a Dezembro de 1895. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

[63] *Colleção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1894 – 4º Volume (1894)*, p. 18. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

[64] *Contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de serviço de Médico Director do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba no período de Janeiro a Dezembro de 1895.* 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

[65] Disponível em: http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=2213. Acesso em: 3 abr. 2010.

[66] *Mensagem do Presidente do Estado, Coronel José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléa Legislativa do Ceará, de 1894, p. 15.*

[67] Colleção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1896 – 6º Volume (1896), p. 22. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

[68] Sessões: 16 de abril; 07 de maio; 18 de junho; 10 de setembro, 08 de outubro, 19 de novembro de 1896, p. 5-27, do Livro de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Além de destacar o trabalho exercido por Antônio Pinto Nogueira Brandão, ao atribuir-lhe melhoramentos na instituição asilar – comparada às demais brasileiras, em termos do bom tratamento dado à loucura –, o presidente do estado[69] mencionou a "abnegação" e "devotamento" realizados pelas irmãs de caridade, que contribuíram para "o estado lisonjeiro do estabelecimento".[70]

Um aspecto novo observado na gestão do médico-diretor referiu-se à questão terapêutica, pois, pela primeira vez, a mesa administrativa registrou ofício encaminhado pela Secretaria dos Negócios do Interior ao tesoureiro da Santa Casa providenciando a entrega de dinheiro para compra de "aparelho completo para douchas".[71] Poucos foram os momentos em que a mesa regedora mencionou o tipo de tratamento terapêutico utilizado nas dependências do Asilo de Alienados.

A gestão do diretor Antônio Pinto Nogueira Brandão diferenciou-se das demais, não somente pela acumulação de funções no Asilo São Vicente de Paula mas por sua dedicação não exclusiva à instituição. Durante o período à frente da direção, exerceu o cargo de professor de aritmética[72] da Escola Normal do Estado[73] e o mandato de deputado da Assembléia Legislativa do Ceará, nos anos de 1903, 1905 e 1907, integrando as comissões permanentes de "Instrução e Saúde Pública"[74].

---

[69] Considera-se que havia grau de parentesco entre o presidente do estado e o médico do São Vicente de Paula, haja vista a semelhança de seus nomes.

[70] *Relatório da Presidência do Estado do Ceará – Antônio Pinto Nogueira Accioly, junho de 1898. Correspondências Expedidas – Paracuru, Porangaba (1870-1921); Arronches (1829-35).* Fundo: Câmara Municipal. Ala: 20. Estante: 430. Cx: 67 s/ nº da pág. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

[71] Sessões: 16 e 30 de julho de 1896, p. 15, 16, do Livro de 1896 a 1897. (Acervo: SCM).

[72] Um professor da Escola Normal recebia como ordenado o valor de 2.240$000, o qual, incluindo gratificação, totalizava a quantia de 3.360$000, valor bem superior ao do cargo de médico-diretor do Asilo de Alienados. *Lei n.º 265, de 30 de Setembro de 1895* – orçamento para 1896. Tabela n.º 4. *In*: *Colleção das Leis Organicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1894* – 4º Volume (1894). (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

[73] *Relatorio Apresentado ao Dr. J. G. da Frota Pessoa, Secretario do Interior e Justiça pelo Dr. Pompilio Cruz, Director da Escola Normal do Estado* – 5.06.1913 e *Relatorio do Secretario do Interior, junho de 1905, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, Presidente do Estado do Ceará, pelo secretario de Estado dos Negocios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly*, p. 76. (Acervo: APC).

[74] *Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará de 1905 e 1907* (Acervo: APC).

Por exercer atividades externas, em mais de um momento, ele se ausentou de suas funções no São Vicente de Paula.

Durante o seu afastamento, substituiu-o o Dr. José Lino da Justa, que esteve à frente dos serviços médicos por período de um ano, em 1893.[75] Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, José Lino da Justa também possuía diploma de farmacêutico. Foi ainda secretário da Associação Médico-Farmacêutico do Ceará, fundada em 1899.[76] Assim como Nogueira Brandão, também não era especialista em medicina mental; defendeu sua tese sobre o tema da cólera *morbus*. Interessado pelos problemas profiláticos da vida urbana, ele escreveu artigos sobre varíola e saneamento de Fortaleza e ocupou, posteriormente, o cargo de Inspetoria de Higiene do Estado.[77]

Em 1901, quando Antônio Pinto Nogueira Brandão ocupou suas funções como médico-diretor, o Asilo São Vicente de Paula registrou a marca de cem alienados,[78] número equivalente ao dobro do estipulado pela mesa regedora como limite para o ingresso de novos doentes na instituição. O problema da lotação continuou a ser tema de discussão por parte da mesa administrativa e do poder executivo estadual. Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado em 1902, o então presidente do estado, Pedro Borges, fez significativa associação entre a loucura e a criminalidade ao tratar da lotação do São Vicente de Paula. Em seu discurso, ele afirmou que, por abrigar loucos de vários pontos do estado, a cadeia de Fortaleza estava se:

> Convertendo provisoriamente em asylo forçado desses infelizes, que não podendo ser recolhidos no de Porangaba nem vagar ao abandono das ruas sem constituir grave perigo publico, são postos em custodia na cadeia publica, onde se lhes ministra tratamento e alimentação pela respectiva enfermaria, para onde são removidos.

---

[75] *Termo de contracto, que assigna o cidadão Dr. José Lino da Justa, da prestação de serviços médicos do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893.* (Acervo: SCM).

[76] Revista do Instituto do Ceará. *Ephemerides – Ceará Republicano 1894- Parte II*, 1898. Anno XIII, p. 227.

[77] Disponível em: http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=700. Acesso em: 3 abr. 2010.

[78] Sessão: 07 de novembro de 1901, p. 125, do Livro de 1896 a 1897. (Acervo: SCM).

A mesa regedora da Santa Casa recusava-se a recolher os novos loucos que chegavam de várias localidades do interior, e a Cadeia Pública da capital tornou-se o único local para o qual serem encaminhados, em uma demonstração do completo abandono a que estiveram submetidas essas pessoas. O objetivo da mensagem do presidente do estado, ao abordar a relação entre o Asilo de Alienados e a Cadeia Pública, foi mostrar à Assembleia Legislativa a necessidade de ampliação dos leitos do São Vicente de Paula e oferecer maior auxílio do estado para manutenção do seu funcionamento.[79] Entretanto, a situação não apresentou melhoras, e os antigos problemas perduraram.

No ano seguinte, novamente Nogueira Brandão afastou-se das funções de diretor e médico no São Vicente de Paula e assumiu interinamente José Lino da Justa.[80] O médico do asilo recebia ordenado maior que o da Santa Casa, porque ocupava a função de diretoria do estabelecimento. Enquanto o médico do Hospital da Misericórdia recebia 720$000, o do Asilo de Alienados ganhava 2:400$000.[81] Além do médico-diretor, nova personagem fez parte das decisões internas do asilo, a irmã superiora.

Em 1903, a irmã superiora Thomasia, do São Vicente de Paula, esteve, em várias ocasiões, à frente dos serviços administrativos da diretoria[82]. Era ela, em vez do diretor, quem informava a mesa regedora dos procedimentos realizados no asilo, tais como: a entrega do mapa demonstrativo da movimentação interna dos doentes, os recibos relativos aos pensionistas, a folha de ordenado dos empregados do estabelecimento – que incluía os das três irmãs de caridade – e a compra de gêneros alimentícios.[83]

---

[79] *Mensagem Apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Pedro Augusto Borges,* de 1º de julho de 1902, p. 17.

[80] Sessão: 07 de maio de 1903, p. 03, do Livro de 1903-04 (Acervo: SCM).

[81] *Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará* de 1905 e 1907 (Acervo: APC).

[82] As irmãs de caridade exerceram grande influência não somente no cotidiano do São Vicente de Paula como nos hospícios administrados pelas Santas Casas em outras províncias, sobretudo no período monárquico. A administração pública, a partir da construção do estado-nação, deu às Santas Casas a responsabilidade pelas instituições de saúde e assistência. No Ceará, foram as congregações vicentinas as responsáveis pelas atividades caritativas, que permaneceram em ampla atividade durante a República.

[83] Sessões: 12.03, 23.07., 29.10. 1903, p. 02, 07 e 15 do Livro de 1903-04 (Acervo: SCM).

Foi também a irmã Thomasia quem comunicou à mesa administrativa a licença que ela conseguiu para a construção da Escola Dominical em frente ao Asilo de Alienados, sob sua própria direção. A escola seria de propriedade do asilo[84] e tinha como objetivo oferecer instrução aos meninos pobres moradores da vila de Parangaba.[85] A renda utilizada para edificação foi a mesma que sustentou as despesas do Asilo de Alienados, proveniente dos juros de apólices, da mensalidade dos pensionistas, da subvenção do estado e dos rendimentos da Empresa Funerária, bem como das "esmolas".[86]

Outras atividades exercidas pela irmã Thomasia foram a informação, fornecida à Santa Casa, sobre a necessidade dos reparos com "urgência" a serem realizados no edifício, com a construção de quatro quartos para os alienados, e a permissão para a construção de nova capela junto ao asilo, através de despesa efetuada "por sua conta" própria.[87]

Segundo o secretário do interior José Pompeu Pinto Accioly, em relatório apresentado ao presidente do estado, Nogueira Accioly, de 1905, o São Vicente de Paula esteve dirigido, "interna e economicamente", por quatro irmãs de caridade, entre as quais, a irmã Thomasia. Elas foram as responsáveis pelo asseio e ordem da instituição. Além de destacar positivamente o serviço das irmãs, o secretário elogiou a localização do asilo, considerando-o de "local magnifico" e destacando-o como espaço "cujos créditos dia por dia mais se firmam no espírito publico".[88]

O trabalho administrativo exercido pela irmã superiora do Asilo de Alienados era difícil e nem sempre desejado. Ainda em fins do século XIX, em 1898, a irmã de caridade Thereza de Miranda foi designada pela congregação vicentina para ser superiora do asilo, mas não assumiu a função, após dirigir "constantes supplicas" aos seus superiores para não estar à frente do estabelecimento.[89]

---

[84] Sessão: 26 de novembro de 1903, p. 17 do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).
[85] *Relatorio do Secretario do Interior, junho de 1905, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, Presidente do Estado do Ceará, pelo secretario de Estado dos Negocios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly*. Item: Asylo de S. Vicente de Paulo, p. 20. (Acervo: APC).
[86] *Ibid.*, p. 20. (Acervo: APC).
[87] Sessão: 10 de janeiro de 1905, p. 32, do Livro: 1903-04 (Acervo: SCM).
[88] *Ibid.*, p. 20. (Acervo: APC).
[89] Sessão: 04 de setembro de 1919, p. 19, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

No caso da irmã Thomasia, além de realizar as atividades anteriormente mencionadas, ela notificou outros problemas internos à mesa administrativa da Santa Casa, como os prejuízos ao patrimônio do asilo causados pela agitação de uma louca que havia "extragado todo o assoalho" do quarto onde estava recolhida. A irmã Thomasia solicitou ao mordomo Felino Barroso, responsável pelo asilo, que fosse examinar os danos para repor o estrago "sem demora". O mordomo, em visita ao estabelecimento, observou o quarto, verificou seu "estado lastimoso" e concordou serem necessárias providências precisas para seu conserto.[90]

A atuação da irmã superiora no asilo da Parangaba estendeu-se até o ano de 1906, quando Antônio Pinto Nogueira Brandão – até então, mais uma vez, ausente de suas funções – assinou novo contrato com a Santa Casa. Nele, entretanto, não constou mais a função de médico-diretor. Havia apenas a referência ao cargo de médico, através do qual Nogueira Brandão recebeu o ordenado no valor de quatrocentos mil réis mensais.[91] Assim, não se sabe com precisão se a irmã Thomasia permaneceu à frente da direção do asilo ou se o contrato foi apenas mal redigido, ao não expor a função de direção do médico.

No mesmo ano, a Santa Casa recebeu ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores com a solicitação de informações sobre a prestação do serviço de assistência aos alienados no Ceará, para serem enviadas ao Rio de Janeiro,[92] de acordo com o Decreto legislativo n.º 1.132, de dezembro de 1903, que determinava a inspeção por parte do governo federal de todos os estabelecimentos de recolhimento dos loucos no país.

Segundo Vera Portocarrero, o decreto legislativo de 1903 foi resultado de uma série de propostas de mudanças quanto à política de assistência aos alienados, intensificadas na virada do século. A partir de 1900, desenhou-se a formação do novo sistema de psiquiatria brasileiro,

[90] Sessão: 22 de novembro de 1906, p. 76, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

[91] *Termo de Contracto que assigna o Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão da prestação de serviço de médico para o Asylo de Alienados de São Vicente de Paula.* 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

[92] Sessão: 20 de dezembro de 1906, p. 78, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

no qual os médicos buscaram aprofundar estudos sobre a nosologia das anormalidades mentais, ao definir e diferenciar os tipos de alienação e ao ampliar o saber psiquiátrico. Mudanças teóricas e práticas desenvolvidas pelos médicos delimitaram melhor o campo do estudo da anormalidade e ocasionaram o surgimento de categorias específicas, como as chamadas "personalidades psicopáticas" (PORTOCARRERO, 2002, p. 63).

Para José Leopoldo Antunes, a temática sobre a relação entre loucura e criminalidade constituiu-se em outra matéria de debate entre juristas, médicos, médicos-legistas e neurologistas. Em fins do século XIX, em 1896, o médico amazonense, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Márcio Ney, defendeu a ideia de que a associação dos dois termos – loucura e crime – representava um antagonismo, pois: "Ou bem o indivíduo era louco e deveria ser tratado, explicava, ou era criminoso e deveria ser punido. As duas palavras repelir-se-iam e não deveriam ser pronunciadas juntas 'por lábios de médicos nem de juristas'" (ANTUNES, 1999, p. 98).

O extenso debate desenvolvido entre os campos do direito e da medicina contribuíram para a publicação do Decreto legislativo n.º 1.132, de 1903. A lei, proposta pelo médico e deputado do Rio de Janeiro Teixeira Brandão, instituiu, entre outras medidas, ser o hospício "o único lugar apto a receber loucos" e proibiu, através do Art. 10, "expressamente a manutenção de alienados em cadeias públicas ou entre criminosos, obrigando as autoridades locais a providenciar alojamentos especiais provisórios para os doentes mentais, até que eles pudessem ser transferidos". (ANTUNES, 1999, p. 103). A lei determinava que todos os estabelecimentos, públicos e particulares, voltados para a alienação deveriam estar subordinados ao controle e à fiscalização do Distrito Federal, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sob pena de aplicação de multas e prisão às autoridades que lhe desobedecessem.

Para Clementina Cunha, a lei de 1903 constituiu-se como a primeira legislação definidora e reguladora da assistência aos alienados com perspectiva de abrangência nacional (CUNHA, 1986, p. 45).

Através da lei, somente o médico poderia dar parecer para a internação do doente. Para Vera Portocarrero, "essa lei faz do

psiquiatra a maior autoridade sobre a loucura nacional, e publicamente reconhecida". Assim, a separação dos hospícios em relação à Santa Casa representou grande divisor de águas no tratamento do louco, pois legitimou a "estatização do hospício" e colocou o estado em situação de superioridade em relação às confrarias, à família e a qualquer estabelecimento particular (PORTOCARRERO, 2002, p. 97).

Embora a lei se apregoasse como mudança positiva quanto à temática da loucura, ela não agradou a todos e recebeu críticas, como as do médico da Bahia Nina Rodrigues, que, ao argumentar contra o caráter centralizador do Distrito Federal na fiscalização e aplicabilidade da lei, afirmou ser "pueril" imaginar que os governadores dos estados e diretores dos hospícios sofressem punições por seu descumprimento (ANTUNES, 1999, p. 104).

A avaliação do médico baiano tinha procedência, pois a prática realizada nos hospícios brasileiros foi diferenciada da lei sancionada. No Ceará, a lei não alterou significativamente o cotidiano do São Vicente de Paula. Ao contrário, antigas práticas continuaram presentes. Motivado pelo argumento da falta de acomodação e segurança no São Vicente de Paula, o diretor do asilo solicitou, mais de uma vez, ao chefe de polícia a transferência de loucos para a Cadeia Pública. A lei também não alterou a submissão do Asilo de Alienados à Santa Casa de Fortaleza; o poder do provedor permaneceu acima do poder do médico. A atuação das irmãs de caridade – extremamente criticadas em instituições como o Hospital Nacional de Alienados, que, visando atender aos preceitos da ciência moderna de valorização da formação profissional dos funcionários, as substituiu por enfermeiras (ENGEL, 2001, p. 322) – também não sofreu alteração com a nova lei no São Vicente de Paula. A irmã superiora desempenhou a função de diretoria em determinadas ocasiões.

Destarte, a experiência vivenciada no Ceará esteve bem longe de acompanhar o processo de mudanças quanto à assistência ao alienado desencadeado na capital federal. Mesmo assim, em julho de 1907, o então presidente do estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, discursou em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa sobre os trabalhos

realizados pelo Asilo de Alienados São Vicente de Paula, pela Santa Casa e pelo Asilo de Mendicidade e deu "testemunho dos serviços valiosos" prestados "à humanidade sofredora, tornando-se por isso dignos da proteccção dos poderes públicos". Nogueira Accioly afirmava ser boa a situação econômica do estado, e, apesar das condições adversas do meio, a produção econômica apresentou-se com prosperidade.[93]

A despeito de Nogueira Accioly apresentar quadro financeiro favorável do estado e afirmar os benefícios proporcionados aos doentes do São Vicente de Paula, um mês depois de seu discurso na Assembleia, novas denúncias chegaram à mesa administrativa da Santa Casa contra o estabelecimento. Dessa vez, houve denúncia relatada pelo mordomo Guilherme Rocha, que afirmou ter sido procurado por pessoa "respeitável" da sociedade para contar-lhe que, ao fazer visita a uma louca pensionista na hora da refeição, observou a precariedade da alimentação oferecida aos doentes no estabelecimento. A pessoa, cujo nome não foi identificado, teria afirmado que: "encontrou a doente a comer feijão e carne seca, perguntando-lhe se não tinha outra comida a doente respondeu que era o que lhe davão!"[94]

Assim, novamente a problemática da má alimentação oferecida aos alienados no asilo da Parangaba tornou-se matéria das discussões da mesa regedora. A agravante da situação foi que aquela não fora a única denúncia que havia "chegado ao conhecimento" do mordomo Guilherme Rocha e, por isso, foi sugerida a instalação de sindicância no local, com o argumento de não haver no Asilo de Alienados "caridade e nem zêlo e cuidados precisos". Segundo o mordomo, a sindicância seria uma forma de "acabar com estas vergonhas que tanto desacreditão aquelle Estabelecimento digno de melhor sorte".[95] Com base no exposto, a mesa deliberou a formação de comissão para averiguar os fatos.

Uma semana após a denúncia, a comissão, formada pelo provedor-geral, o coronel Baptista Lopes, e pelo mordomo do asilo, o coronel Felino

---

[93] *Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly,* item: *Assistência Pública,* de 1º de julho de 1907, p. 07.
[94] Sessão: 08 de agosto de 1907, p.93, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).
[95] *Ibid., loc. cit.*

Barroso, realizou visita surpresa ao edifício, encontrando-o "limpo". Somente quando foi ao encontro da irmã superiora, Felino Barroso disse-lhe o motivo da inspeção e informou-lhe as denúncias do tratamento contra os doentes, que incluíam "os próprios pensionistas, dando-se alimentação de má qualidade como diariamente feijão e carne de charque".[96]

É importante observar que a comissão se dirigiu à irmã Thomasia, em uma demonstração de ser ela a responsável administrativamente pela instituição. Após ouvir o mordomo, a irmã "respondeu respeitosamente ser uma falsidade" a denúncia motivadora da visita. Entretanto, na condição de membro da sindicância, o mordomo interrogou "a pensionista origem da reclamação", que lhe respondeu "ser bem tratada" no Asilo de Alienados e fez apenas uma ressalva de "que só a principio não gozara de certa liberdade".[97] A visita encerrou-se e retornou a comissão para Fortaleza.

Se a conservação física do Asilo de Alienados causou boa impressão ao mordomo Felino Barroso, o mesmo não pode ser considerado quanto à avaliação do estado mental da pensionista pelo mordomo Assis Beserra. Este relatou à mesa administrativa que a pensionista em questão pareceu-lhe ser "uma senhora no gozo pleno de seu juízo perfeito". Quanto ao estabelecimento, o mordomo fez "diversas ponderações [...] não só com relação a alimentação e hygiene" mas em relação ao "serviço clinico".[98] Após escutá-lo, o mordomo Coelho Arruda propôs a entrega de ofício ao médico do São Vicente de Paula com solicitação de envio de lista dos doentes que poderiam ser retirados do asilo, sem prejuízo à sociedade, na qual deveria constar nome, idade e residência.

Ao propor tal medida – aprovada unanimemente pela mesa regedora – o discurso do mordomo Coelho Arruda apresentou-se como prática de interferência em relação à autoridade médica, pois demonstrou questionar a permanência de alguns doentes no Asilo de Alienados. Indiretamente, o discurso do mordomo colocou em questão

[96] Sessão: 29 de agosto de 1907, p. 94, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).
[97] *Ibid.*, p. 94. (Acervo: SCM).
[98] *Ibid., loc. cit.*

a eficiência da conduta médica no cotidiano asilar, haja vista que, se Nogueira Brandão considerasse que determinados loucos tivessem condições de receber alta, poderia já ter realizado tal procedimento e não haveria a necessidade da solicitação da mesa regedora nos assuntos de ordem clínica.

A proposta do mordomo foi mais um episódio ilustrativo em que se pode verificar o poder exercido pela mesa regedora nos assuntos médicos do São Vicente de Paula. Demonstra ainda a influência exercida pelo mordomo responsável pelo asilo na condução de seus problemas institucionais.

Em 1910, Paulo Moraes assumiu o cargo de mordomo responsável pelo Asilo de Alienados e, com a nova função, questionou a mesa administrativa sobre quais seriam seus direitos e obrigações como mordomo do estabelecimento, pois desejava "saber ao certo a extensão e natureza de suas atribuições". Em resposta, o mordomo-tesoureiro afirmou que ele era o "representante ou delegado da Mesa Administrativa junto aquelle estabelecimento". Acrescentou ainda que o mordomo do Asilo de Alienados deveria sempre prestar informações à mesa regedora, visando "melhorar as condições do Asylo ou a corrigir abusos e irregularidades possíveis". Ao complementar a fala do tesoureiro, o mordomo Raymundo de Arruda afirmou que competia ao mordomo do asilo a "ampla faculdade de fiscalização sobre os serviços" daquele "instituto de caridade".[99]

Destarte, o mordomo responsável pelo Asilo de Alienados apresentou-se como o intermediário entre o São Vicente de Paula e a Santa Casa; possuía autonomia para informar os problemas detectados no asilo e para propor soluções com o aval da Santa Casa. Foi através do mordomo interino Joaquim Sá que a irmã superiora do asilo solicitou o envio de roupas para os loucos, a limpeza do prédio e a troca de "vaccas por outras" que estivessem "dando leite".[100] Foram ainda as visitas realizadas pelo mordomo responsável pelo asilo que resultaram em

[99] Sessão: 28 de abril de 1910, p. 70, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).
[100] Sessão: 17 de novembro de 1916, p. 394, do Livro: 1908 (Acervo: SCM)

mudanças administrativas internas ao longo da história da instituição, como a saída de seus diretores.

Em 1910, Antônio Pinto Nogueira Brandão mais uma vez ausentou-se da função de médico do Asilo de Alienados e foi substituído pelo clínico da Santa Casa José Francisco Jorge de Sousa, no período correspondente a um ano.[101] Em 13 de março de 1912, Nogueira Brandão pediu exoneração de seu cargo com a alegação de simplesmente "não poder continuar a prestar os serviços de médico" à instituição, solicitando sua substituição.

Sua saída foi aparentemente amistosa, pois não foi registrado incidente nenhum nos autos das reuniões da mesa regedora da Santa Casa. Ao contrário, o tesoureiro propôs lançamento de voto de agradecimento ao médico pelos serviços prestados "em período bastante longo" e afirmou ainda que o estabelecimento ficaria "privado de tão valiosa coadjuvação".[102] Dessa forma, encerraram-se as atividades exercidas pelo médico Antônio Pinto Nogueira Brandão no São Vicente de Paula. Ao contrário do que ocorreu com a maioria dos diretores anteriores, sua saída não foi motivada por escândalos ou denúncias de violência praticada contra pacientes.

Gestão do diretor José Odorico de Moraes (13/03/1912): dos problemas financeiros à "reforma radical" no São Vicente de Paula

Na mesma ata do pedido de exoneração de Nogueira Brandão, foi lançado o nome de José Odorico de Moraes para ocupar a vaga de médico do São Vicente de Paula; ele também passou a exercer a função de diretor. Durante a discussão, em reunião sobre seus vencimentos, a mesa regedora propôs que o novo médico recebesse valor inferior ao do exonerado – prática comum entre os médicos e diretores recém-

[101] *Termo de Contracto que assigna o Dor. José Francisco Jorge de Sousa da prestação de serviço de médico do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula, no período de janeiro a dezembro de 1910. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893.* (Acervo: SCM).

[102] Sessão: 13 de março de 1913, p. 166, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).

-assumidos. Entretanto, ao contrário dos casos anteriores, o mordomo Paula Rodrigues propôs a manutenção dos vencimentos originais do médico-diretor ao alegar ser o serviço realizado no "hospício trabalhoso" e argumentar que: "a diminuição proposta de vencimentos nunca se cogitou em phase calamitosa". Sem especificar quais eram essas fases, a mesa administrativa votou favoravelmente ao pedido do mordomo.[103]

Odorico Moraes era cearense, do município do Crato. Antes de iniciar sua carreira médica, fundou e colaborou com alguns periódicos literários, como o *Iracema Literaria*, de Fortaleza. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906, realizou, na capital federal, trabalhos contra a febre amarela. No município de Bananal, em São Paulo, foi diretor médico da Santa Casa de Misericórdia e médico da municipalidade. Exonerou-se em 1908, quando retornou ao Ceará e passou a clinicar no município de Quixadá.

De todos os médicos do São Vicente de Paula, Odorico de Moraes foi o único, até então, que publicou trabalho sobre a loucura, através da tese intitulada *Estudo m*édico *legal da simulação da loucura nos delinquentes*.[104] Na ausência dos serviços prestados no Asilo de Alienados, por motivo de viagem ou outros, substituíam-lhe os médicos Cezar Cals de Oliveira e Arthur Eduardo de Oliveira.[105] No primeiro ano de sua gestão, nova sindicância foi realizada no São Vicente de Paula para verificar seu estado e promover os "melhoramentos" que deviam "ser alli introduzidos".[106]

A gestão de Odorico de Moraes iniciou-se com dois problemas bem conhecidos pela mesa regedora. O primeiro foi referente à situação financeira da Santa Casa e do São Vicente de Paula, e o segundo, quanto à questão da lotação, considerada crítica, pois, conforme a mesa administrativa, ao somarem-se as duas instituições, estimou-se o número de quinhentas pessoas assistidas – trezentas na Santa Casa e duzentas no

[103] Sessão: 13 de março de 1913, p. 166, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).
[104] Disponível em: http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=725. Acesso em: 3 abr. 2010.
[105] Sessões: 13 de abril e 17 de novembro de 1916, pp. 366 e 394, do Livro de 1908 e Sessão: 21 de agosto de 1919 p. 17, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[106] Sessão 05 de setembro de 1912, p. ilegível, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Asilo de Alienados –, incluindo doentes, órfãos e funcionários. O São Vicente de Paula tinha cento e sessenta e seis loucos internos. A crise foi tamanha que a mesa administrativa propôs voto de agradecimento, na imprensa local, aos donativos destinados à Santa Casa, como forma de estimular o exemplo para novos doadores.[107]

Em meio à crise, surgiu uma denúncia na imprensa fortalezense, através do jornal Unitário, de desvio de dinheiro praticado por membros da Santa Casa no valor de trinta contos de réis, destinado à construção de um hospital no município de Sobral. A acusação foi veementemente refutada pela mesa administrativa em reunião de novembro de 1913, que chamou o denunciante – sem explicitar seu nome – de "cérebro demente" e "caluniador costumaz".[108]

Sem se estender nas acusações publicadas no jornal Unitário e encerrando o caso, a mesa regedora voltou-se para a problemática dos déficits contabilizados no Hospital da Misericórdia, quando o mordomo João Albano propôs três medidas para a contenção das despesas. A primeira referia-se à diminuição dos vencimentos dos seis médicos da Santa Casa e do médico do São Vicente de Paula. A segunda, ao aumento de preços das tabelas de enterro da Empresa Funerária. A terceira solicitava que a mesa se dirigisse às câmaras municipais e propusesse a criação de imposto em benefício da Santa Casa. Das três propostas, somente a segunda foi aceita, ao formar-se comissão para realizar levantamento nas alterações das tabelas. Na terceira, não houve comentário e, quanto à redução dos salários dos médicos, a mesa regedora resolveu adiar a discussão para as próximas reuniões.[109]

Na mesma reunião em que se discutiu o rebaixamento dos ordenados dos médicos, foi lido pela mesa administrativa relatório enviado por Odorico de Moraes com respostas às críticas e denúncias feitas por um mordomo da Santa Casa quanto ao descumprimento de suas obrigações, como a não assiduidade nas visitas ao Asilo de Alienados.

---

[107] Sessões: 09 e 23 de outubro de 1913, p. 200, e sessão extraordinária de 08 de novembro de 1913, p. 203, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[108] Sessão: 13 de novembro de 1913, p. 209, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[109] *Ibid., loc. cit.*

O médico respondeu às críticas e justificou-se: "uma visita ou outra, que deixa de fazer, é às vezes compensada por outra até fora de horas como tem acontecido". Acrescentou que visitava outros locais fora do asilo da Parangaba onde estavam recolhidos os loucos de Fortaleza, tais como o posto policial e a Cadeia Pública, e argumentou que, assim, facilitava "o serviço de assistência", pois diminuíam "as despesas do Estado, em transportes continuados".[110] Em sua defesa, Odorico de Moraes afirmou ter interesse no trabalho realizado no "hospício" e mencionou aplicar criteriosamente, nos pensionistas, "injeções hypodermicas" e outros tipos de sedativos "fornecidos pelos interessados pouco pezando assim, na pharmacia da Santa Casa". Concluiu o relatório comunicando ter "methotizado o serviço de observações e diagnósticos", que, segundo ele, estavam abandonados, e declarando que já havia tratado, em outros relatórios, sobre "inúmeros melhoramentos" de que carecia "o hospício".[111] Em síntese, Odorico de Moraes elencou as atividades desempenhadas na instituição, mostrou estar em dia com seus serviços e refutou quaisquer acusações contra sua pessoa.

A mesa regedora deu-se, aparentemente, por satisfeita com a defesa exposta pelo médico e não prolongou a discussão. A preocupação imediata da Santa Casa era referente aos problemas de ordem financeira.

Segundo o pesquisador Vinícius Barros Leal, boa parte dos problemas financeiros da Santa Casa era decorrente do processo de transição da Monarquia para a República, pois a irmandade perdeu antigos direitos e privilégios e restava-lhe apenas a subvenção anual do estado, nem sempre paga em dia. Assim, a Santa Casa passou a ter "inteira responsabilidade do custeio do Asilo da Parangaba, do cemitério S. João Batista e da Empresa Funerária, entidades que antes tinham o inteiro apoio financeiro estatal". Segundo o pesquisador, antes da mudança da forma de governo, a Santa Casa possuía inclusive lucro, porque a Empresa Funerária tinha privilégios especiais na exclusividade de seus serviços.[112] Todavia, com o advento da República, o discurso e a

[110] Sessão: 22 de novembro de 1913, p. 212, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[111] *Ibid.*, p. 212.
[112] LEAL, V. B. Nos quinhentos anos das Misericórdias, de 1998. *Revista do Instituto do Ceará,* Anno CXII, p. 176, 1998.

ação estatal apresentaram-se de forma diferenciada quanto à assistência às instituições denominadas caritativas.

Em 1911, o então presidente do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Accioly, dirigindo-se à Assembleia Legislativa, expôs sua concepção acerca do papel do estado em relação ao auxílio às instituições de assistência pública e comunicou, inicialmente, que a "acção positiva da administração" devia "exercer-se em casos restrictos", sempre que fosse "impossível á iniciativa particular".[113] Assim, o presidente defendeu a limitação da ação estatal em face da ajuda permanente à Santa Casa.

Apesar de defender a restrição do auxílio estatal às instituições assistenciais, Nogueira Accioly não adotou o discurso de isenção governamental acerca dos seus problemas enfrentados:

> O papel do Estado a tal respeito há sido o de auxiliar dos particulares, das associações e fundacções, subvencionando-as e fiscalisando, por força dos preceitos aconselhados pela medicina, hygiene e o direito, a maneira por que se devam desempenhar de sua tarefa.[114]

O discurso de Nogueira Accioly constituiu-se no sentido de acompanhar as mudanças por que passava o campo da assistência pública em nível nacional, que incluía a oferecida aos loucos. Ao referir-se ao Asilo de Alienados no Ceará, ele afirmou que:

> É de summa conveniência adoptar no asylo de S. Vicente de Paulo algumas regras recommedadas pelo Congresso Nacional de Assistência Publica, taes como: a pratica dos processos da moderna psichiatria, o tratamento hydrotherapico, o repouso no leito, o trabalho ao ar livre, a prohibição de conservar em commum a hospitalisação dos alienados choronicos e dos que padecem dos casos agudos das moléstias mentaes.

O discurso do presidente do estado procurou estar em sintonia com a política assistencial voltada para a alienação e os preceitos da

---

[113] *Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly,* item: *Assistência Pública,* de 1º de julho de 1911, p. 09.
[114] *Ibid., loc. cit.*

psiquiatria da época, ao defender formas terapêuticas variadas como a laborterapia para melhora de quadros patológicos.

Através das relações do mundo do trabalho construídas no Brasil, a laborterapia contribuiria para a difusão da ideia da ocupação do louco como maneira eficaz para o tratamento e a contenção da doença mental. Nesse sentido, o trabalho realizado pelos loucos nos hospícios brasileiros, como nas colônias agrícolas da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, por exemplo, onde eram ofertadas oficinas de tipografia, encadernação, sapataria, carpintaria, entre outras, além de proporcionar-lhes a "ilusão de liberdade", tornava-os úteis, "aliviando o 'ônus' que estes representavam para a sociedade" (ENGEL, 2001, p. 311, 312).

No Ceará, além do tratamento aos alienados, fez parte da prática discursiva governamental a questão da assistência voltada aos detentos e aos pobres em geral. Quanto à Cadeia Pública, o presidente do estado Marcos Franco Rabello posicionou-se sobre a necessidade de reformas que envolvessem a questão da segurança, do conforto e da higiene. Isto porque, em 1913, a cadeia de Fortaleza duplicou o número de presos em um ano, atingindo a cifra de cento e vinte e sete detentos. Segundo ele, seria necessário: "modificar o seu regimen penitenciário, que é por demais antiquado e defeituoso, exigindo uma reforma progressista, accórde com as lições e sentimentos da criminologia hodierna e com as praticas humanitárias da punição regedora do delinqüente".[115]

Assim como mencionou as práticas terapêuticas utilizadas pela psiquiatria moderna no tratamento do louco, o presidente recorreu ao discurso da criminologia, com o objetivo de defender reformas no sistema penitenciário, em sugestão de que o posicionamento governamental do Ceará em face dos "desvalidos" socialmente foi o do alinhamento aos discursos e às teses de direito e medicina mental publicadas nos grandes centros urbanos brasileiros.

Quanto ao auxílio dado aos pobres em geral, o presidente do estado reconheceu a forte atuação da iniciativa particular na assistência:

[115] *Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1913, pelo Presidente do Estado, Te. Cel. Marcos Franco Rabello*, p. 07.

> A assistência está no Ceará a cargo da iniciativa particular, sendo os principaes institutos que a praticam, a Santa Casa de Misericordia, o Asylo de Mendicidade, a Sociedade S. Vicente de Paulo, o Collegio da Imaculada Conceição, que têm prestado grande auxilio á pobreza desvalida.
>
> Os enfermos, os mendigos, os alienados, os orphãos tem encontrado, assim amparo na caridade publica, sempre solicita, no Ceará, em acudir os necessitados.[116]

Convém observar que a "caridade pública" mencionada pelo presidente do estado não possuía a conotação recorrentemente utilizada na contemporaneidade que é associada à "assistência", exercida pelos órgãos estatais. A participação do estado nesse segmento ocorreu através do auxílio financeiro, muitas vezes, sob a forma de subvenções. A assistência aos enfermos, crianças, loucos, mendigos e outros desvalidos socialmente ficou ao encargo das instituições de "caridade", consideradas pelo estado como "iniciativa particular". Em mais de um momento, em discursos dirigidos à Assembleia Legislativa, os presidentes do estado deixaram nítida a limitação do papel governamental diante dessas instituições. Assim, em 1917, o presidente João Thomé de Saboya e Silva, ao referir-se às instituições de assistência do Ceará, reafirmou: "O Governo do Estado não tem a seu cargo nenhum estabelecimento de Assistência. Esta é exercida por instituições autônomas, entre as quaes avulta a Santa Casa de Misericórdia, mantida pela respectiva associação beneficiente [...]".[117]

Ao mencionar os asilos de alienados, de mendicidade e as instituições voltadas para a infância, considerou que a "todas essas instituições, o Governo do Estado subvenciona, sendo apenas de lamentar que não o possa fazer com mais pontualidade e em mais larga escala, afim de lhes facilitar a árdua tarefa".[118]

---

[116] *Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1913, pelo Presidente do Estado, Te. Cel. Marcos Franco Rabello*, item: *Assistencia*, p. 17.

[117] *Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado*, item: *Instituições de Assistência,* p. 30.

[118] *Ibid., loc. cit.*

No início do século XX, o estado do Ceará passou por "surto de progresso", com "recorde de exportação", e por processo de modernização nos setores de energias, indústria e nos prolongamentos dos meios de transportes.[119] Para o pesquisador Barros Leal, o ano de 1912 foi bom para a Santa Casa, pois, ao obter recursos advindos de grandes comerciantes como os exportadores, ela reformou seu prédio, aumentou enfermarias e fundou uma maternidade. Em 1913, foi inaugurado o Centro Médico Cearense, instituição oficial representativa do corpo médico do estado, cujas reuniões eram realizadas nas salas da Santa Casa.

A situação econômica, entretanto, complicou-se em todo o estado e na Santa Casa, em particular, a partir do advento da seca de 1915 – imortalizada por Raquel de Queiroz em sua obra literária. Em agosto daquele ano, através da Lei n.º 1.286, assinada pelo presidente Benjamin Liberato Barroso, estabeleceu-se que toda a gestão da Irmandade da Santa Casa não teria mais intervenção estatal, sob a justificativa de encontrar-se o estado em dificuldades financeiras. A Santa Casa passou, então, por reformulações internas e criou três órgãos administrativos – a Assembleia Geral dos Sócios da Irmandade, a Mesa Administrativa e o Conselho de Honra – com o objetivo de construir estratégias para atenuar a situação econômica.[120]

Em 1915, o corpo médico da Santa Casa e o médico do São Vicente de Paula reuniram-se para tratar dos problemas de ordem clínica e administrativa. Entre os vários discursos analisados nas atas, destacou-se a fala do médico Odorico de Moraes, ao comunicar que alguns pacientes do São Vicente de Paula fingiam ser loucos "afim de não sahirem" da instituição; enquanto outros que necessitavam de fato de tratamento não poderiam tê-lo em decorrência da "aglomeração sempre existente nas enfermarias".[121]

---

[119] LEAL, V. B. Nos quinhentos anos das Misericórdias, de 1998. *Revista do Instituto do Ceará,* Anno CXII, p. 176, 1998.
[120] *Ibid.,* p. 178.
[121] Sessão 15 de abril de 1915, p. 277, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Em princípio, torna-se curioso observar o discurso do diretor, pois, apesar das constantes denúncias de maus tratos aos loucos no São Vicente de Paula, houve pacientes que "forjaram" sua permanência na instituição passando-se por doentes. Porém, se for considerado que a maioria dos internos era formada por indigentes, desprovidos de família ou casa, o Asilo de Alienados poderia ser-lhe abrigo seguro, apesar da privação de liberdade e das precárias condições de alimentação e higiene, anteriormente analisadas. Ao considerar as circunstâncias complexas em torno do cenário de pobreza no qual se inseriam mulheres e homens, o discurso do médico do asilo pode ser lido como verossímil, e o olhar de estranhamento sobre o fato de pessoas "normais" fingirem estar loucas, ser problematizado.

Ainda durante a reunião do corpo médico da Santa Casa e do São Vicente de Paula, a questão financeira foi novamente mencionada e foi sugerida a diminuição dos vencimentos, não de todos os médicos das duas instituições, mas apenas do médico do asilo, Odorico de Moraes.[122]

Uma nova reunião sucedeu-se, pois a matéria em discussão não teve fácil resolução. Foram vários argumentos favoráveis e contrários ao rebaixamento do ordenado do médico do São Vicente de Paula, com discussões de diversos focos. Inicialmente, o tesoureiro da mesa administrativa afirmou que, sendo Odorico de Morais moço, ele entenderia a diminuição dos vencimentos, pois ela representaria um benefício ao asilo, ao declarar: "com certeza não se negaria a fazer as medidas modificações a bem do custeio do Asylo". Já o procurador-geral, em oposição ao rebaixamento, concebeu a matéria de forma diferente e considerou ter Odorico de Morais mais serviços que qualquer médico da Santa Casa. Após "longa discussão", sem chegar a consenso, a matéria foi levada ao secretário do interior, a fim de analisar a tabela de vencimentos anexada ao regulamento da instituição.[123]

A situação do médico Odorico de Moraes não lhe foi favorável, pois, ao contrário do que afirmou anteriormente sobre a prestação de serviços

[122] Sessão 29 de abril de 1915, p. 283, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[123] Sessão 06 de maio de 1915, p. 287, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

em benefício do Asilo de Alienados, o mordomo coronel Luis Perdigão Bastos, encarregado da fiscalização do estabelecimento, visitou-o, juntamente com o mordomo Antônio Theodorico, e teve impressão "a mais desoladora". No momento estiveram internados cento e oitenta doentes, cuja alimentação novamente foi mencionada como precária. Aos loucos eram oferecidas apenas duas refeições ao longo do dia:

> Um café simples pela manhã e uma única refeição ao meio dia, que era parca e com um pouco de comida no fundo de um prato para cada um delles, comida feita n'agua e no sal sem tempero, com vinte kilos de carne para toda aquella gente, a dar cento e onze grammas para cada infeliz accrecido de um bocado de pirão ou de arroz.[124]

Segundo o mordomo Antônio Theodorico, se a alimentação era ruim, a cozinha não se apresentou de forma diferente; ele afirmou ser necessário o conserto do fogão de ferro, que estava "deteriorado". A visita dos mordomos resultou em uma série de denúncias graves presenciadas no Asilo de Alienados, não apenas no quesito alimentação mas em variados aspectos.

Segundo os relatos, no que tange à vestimenta, alguns alienados possuíram apenas uma muda de roupa, e outros tinham somente a roupa do corpo. Quanto à medicação, afirmou-se que o médico prescrevia os remédios, mas a Santa Casa somente os fornecia "pela metade". O mordomo Antônio Theodorico argumentou a possível melhora de alguns loucos apenas com o "uso de tônicos e reconstituintes", mas, por não os ingerir, eles tornavam-se "cada vez mais incuráveis", inclusive com a apresentação de quadro de "anemia profunda que lhe assedia o organismo já pauperado pela falta de nutrição". A questão da higiene também foi retratada e observou-se que o ar dos alojamentos era fétido, pois os "pobres enfermos" os "emporcalham inconscientemente",[125] além de não haver desinfetante para lavar as salas.

Sobre a segurança e o tratamento dado aos loucos, mencionou-se que os mais furiosos ficavam presos em jaulas e gaiolas. Entretanto,

---

[124] Sessão 06 de maio de 1915, p. 287, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[125] *Ibid., loc. cit.*

não foi esse o foco da denúncia do mordomo. O que mais lhe chamou a atenção foi a fragilidade dos cadeados que prendiam os loucos, que, por não serem resistentes, poderiam ser arrebentados facilmente, dando trabalho aos funcionários para segurar os alienados em fugas.

Quanto aos meios terapêuticos, observou-se que estavam longe de atender aos padrões dos sanatórios e hospícios modernos e que não curavam ou mesmo "paralisavam" as psicoses. Não havia banhos mornos[126] para os loucos em fúria, nem isolamento. O que existia de fato era uma:

> Verdadeira promiscuidade como se faz a animaes ferozes; não há a applicação de agentes específicos para a debellação do mal. Não há nada. É uma cadeia onde os miseráveis, tendo perdido a luz da rasão soffrem duplamente, porque nem sequer tem á fartar o alimento para o corpo.[127]

Destarte, ao fazer-se paralelo entre o discurso dos primeiros médicos alienistas europeus, como Esquirol, que concebeu o hospício como local por si só propício à cura, e o discurso dos mordomos da Santa Casa de Fortaleza, o que se verificou no Asilo de Alienados do Ceará foi uma instituição que agravava o tratamento de seus doentes e contrariava quaisquer expectativas da psiquiatria moderna. Em 1915, a situação do Asilo de Alienados apresentou as mesmas dificuldades e quadro desolador que a registrada no início de sua fundação, com a agravante no número de loucos, o qual só aumentava com o passar dos anos.

Diante do quadro exposto e após lidas as avaliações do mordomo, o tesoureiro da Santa Casa fez suas considerações sobre tentativas de resolução dos problemas elencados. Quanto à alimentação, afirmou ter sido entregue havia dias a quantia de um conto de réis à irmã superiora para as "compras de viveres e com ampla liberdade" e declarou que o

[126] Os banhos ou duchas eram um tipo de tratamento adotado nos hospícios modernos, considerados pelos alienistas como essenciais e um dos "meios mais notáveis na terapêutica da alienação mental" (WADI, 2002, p. 152). No Rio de Janeiro, a hidroterapia ou balneoterapia, que incluía "banhos quentes ou frios, imersos ou sob a forma de fortes duchas", foram meios empregados largamente nas instituições do serviço de Assistência do Distrito Federal, no início do século XX. (ENGEL, 2001, p. 309).

[127] Sessão 06 de maio de 1915, p. 287, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

fogão seria consertado na "primeira opportunidade". Quanto ao asseio, ordenou a compra da quantidade necessária de potassa[128] para ser usada em todos os compartimentos. E quanto à ajuda financeira, a Santa Casa recorreu à lista de subscritores mensais a contribuir economicamente em prol do asilo.[129]

Em reunião seguinte, o tema da visita do mordomo Antônio Theodorico ao São Vicente de Paula voltou a ser tratado e ressaltou-se que o estabelecimento "parecia mais uma prisão para criminosos que um asylo para recolhimento de loucos por faltar todos os aparelhos modernos para paralisação ou cura dos enfermos". Foi mencionado novamente o estado precário do fogão e a condição de alimentação dos doentes. Contudo, quando perguntada às irmãs de caridade essa questão, elas responderam que "a alimentação alli distribuída" era "muito regular".[130]

Após a narrativa dos fatos presenciados durante a visita realizada no Asilo de Alienados, a questão dos vencimentos do médico Odorico de Moraes retomou como pauta das discussões da mesa regedora. Provavelmente pressionado pelas denúncias, o médico concordou com a diminuição de seu ordenado: de quatrocentos para trezentos réis mensais, mas com a ressalva de que os cem réis retirados fossem "applicados para o auxilio do referido estabelecimento".[131]

O relatório da visita realizada pelo mordomo com a exposição da série de precariedades detectadas no São Vicente de Paula pode ser lido como estratégia utilizada pela mesa administrativa da Santa Casa para forçar ou mesmo justificar a diminuição dos vencimentos de Odorico de Moraes e amenizar as finanças do asilo. Essa estratégia foi paliativa, pois os problemas financeiros perduraram. Foram os donativos sob a forma de dinheiro, alimentos e objetos que mantiveram, em grande medida, a instituição.[132]

---

[128] Usada na fabricação de sabão.
[129] Sessão 06 de maio de 1915, p. 290, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[130] Sessão 20 de maio de 1915, p. 292, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[131] *Ibid.*, p. 291.
[132] *Ibid.*, p. 292. E sessões 27 de maio, 3 de julho de 1915, p. 293-295, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

É oportuno observar que não foi a primeira vez que visitas realizadas ao Asilo de Alienados através das quais os mordomos relataram as péssimas condições de vida e tratamento oferecidos aos loucos provocaram mudanças administrativas no estabelecimento. Em situação semelhante anterior, ocorreu a demissão do diretor João Ribeiro Pessoa Montenegro. Nesta, o médico Odorico de Moraes permitiu a redução de seus vencimentos. Assim, o mordomo configurava-se como peça importante para a compreensão das permanências e rupturas vividas no cotidiano asilar.

Em julho de 1915, nova comissão de mordomos fez outra visita ao São Vicente de Paula. Naquele momento, o objeto de observação foi relativo às visitas de pessoas, que, segundo a comissão, portavam-se inconvenientemente ao se dirigir aos alienados. Para manter a boa regularização do serviço, elas foram proibidas e coube ao mordomo do asilo autorizar a entrada de pessoas na instituição, através de sua assinatura.[133] Observa-se assim que a influência do mordomo responsável pelo asilo na condução e intervenção na instituição novamente mostrou-se efetiva.

No cotidiano asilar, além da presença do médico e do mordomo, a da irmã superiora foi significativa para a compreensão do seu funcionamento. A diretoria esteve na prática ao encargo da irmã de caridade, pois foi ela que, além de realizar as funções anteriormente analisadas, recepcionou e respondeu às questões levantadas pelo mordomo nas visitas, bem como foi a responsável pelo recebimento dos donativos de particulares e pelo arrendamento de um terreno pertencente ao patrimônio do Asilo de Alienados para a prática do *Sport Foot Ball*,[134] em uma sugestão de que a vila de Parangaba permaneceu como bom local para a realização de atividades de entretenimento e lazer.

Enquanto isso, a situação financeira da Santa Casa, agravada pela seca de 1915, representou para a mesa administrativa "um momento de tantas aprehenções para esta infeliz terra", pois, com o

[133] Sessão 22 de julho e sessão extraordinária: 24 de agosto de 1915, p. 303 e 312, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[134] Sessão 02 de agosto de 1915, p. 309, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

flagelo, houve aumento no número de doentes, incluindo os leprosos, o que levou a mesa regedora a isolá-los em uma chácara pertencente ao São Vicente de Paula.[135]

Muitos episódios narrados durante a seca de 1877-79 foram revividos pela população durante a seca do quinze, como a utilização de mão de obra flagelada em obras, a alta mortalidade, o recolhimento de pessoas em locais isolados, chamados de "campos de concentração", e as denúncias de cadáveres enterrados – no caso, crianças – seminus e sem nenhum sentimento de "civilisação" ou "caridade".[136] Mesmo com os constantes relatos de flagelo e mortes e o pouco dinheiro arrecadado pelo bispo do Ceará e provedor da Santa Casa, D. Manoel, em viagem ao sul do país para o auxílio às vítimas,[137] a Santa Casa nomeou comissão para angariar donativos para o natal dos pobres internados na Santa Casa e no São Vicente de Paula.[138]

No ano seguinte, com o fim da seca, a mesa regedora da Santa Casa realizou sessão extraordinária para definir o orçamento de 1916. As matérias referiram-se, entre outras, à proposta do aumento dos vencimentos de dois funcionários: o capelão da Santa Casa e o médico do São Vicente de Paula.

Sobre a primeira proposta, o mordomo Antônio Theodorico fez a defesa do capelão, ao argumentar que havia vinte anos que seus vencimentos mantinham-se inalterados e que, entretanto, o serviço apresentava-se bem maior, pois além de confessar cerca de trezentos doentes, dar extrema-unção a qualquer hora do dia ou da noite, o capelão dava atendimento à maternidade e batizava as crianças "sem remuneração alguma extraordinária". Segundo o mordomo, além dos doentes da Santa Casa, o capelão confessava os funcionários, preparava as festas da igreja, celebrava missa diariamente e ensinava catecismo às órfãs. Antônio Theodorico comparou ainda o trabalho realizado pelo

[135] Sessões 02 e 30 de setembro de 1915, pp. 313 e 319, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[136] Sessão 25 de novembro de 1915, p. 328, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[137] Sessão Extraordinária: 24 de agosto de 1915, p. 312 e sessões 02 e 30 de setembro de 1915, pp. 313 e 319, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[138] Sessão 16 de dezembro de 1915, p. 313, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

capelão da Santa Casa com o do capelão do Asilo de São Vicente de Paula, ao argumentar que este tinha menor serviço, pois não havia, segundo ele, confissão a ser feita para os loucos – havia apenas uma missa celebrada diariamente –, a não ser dar assistência "aos últimos momentos de algum infeliz ali internado". Apesar disso, ambos os capelães recebiam a mesma quantia. Foi dito ainda que o padre do Asilo de Alienados possuía uma casa para morar, enquanto o da Santa Casa não tinha "direito a comida". [139]

A exposição de motivos feita pelo mordomo convenceu a mesa administrativa, que votou favoravelmente ao aumento do ordenado do padre: de cento e cinquenta para duzentos réis. O aumento beneficiou tanto o capelão da Santa Casa como o do Asilo de Alienados.[140]

Quanto à questão dos vencimentos do médico Odorico de Moraes, a pauta referiu-se à manutenção da redução ocorrida no ano anterior. O tesoureiro da Santa Casa argumentou desfavoravelmente a ela e justificou ter o médico serviços "*a toda hora"* e, apesar de ser obrigado a morar em Parangaba, estava em Fortaleza diariamente para prestar outros serviços. Entretanto, apesar do seu voto contrário, a redução dos vencimentos foi mantida pela maioria da mesa regedora,[141] em uma demonstração de que, na medição de forças e poderes exercidos pela igreja e pela medicina, o capelão tanto da Santa Casa como do Asilo de Alienados havia alcançado melhorias salariais, ao contrário do médico da instituição asilar. Em março de 1917, os médicos da Santa Casa tentaram também aumentar seus vencimentos, pois, em anos anteriores, tiveram a diminuição de 30$000 cada um, em decorrência da crise econômica. Mas a proposta foi recusada pela maioria da mesa administrativa; a justificativa era a difícil situação financeira do hospital.[142]

Outra proposta de aumento de ordenado foi sugerida à mesa administrativa em setembro do mesmo ano, dessa vez por parte do mordomo Francisco Barcellos, que propôs o aumento dos vencimentos do

[139] Sessão Extraordinária: 05 de janeiro de 1916, p. 339, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[140] *Ibid., loc. cit.*
[141] *Ibid., loc. cit.*
[142] Sessão: 01 de março de 1917, p. 10, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

contínuo do asilo de 40$000 para 50$000 mensais. O tesoureiro mostrou-se contrário e alegou que tanto o orçamento em vigor como o "estado precário do cofre da Instituição" não permitiam tal medida. O mordomo contra-argumentou não provocar o aumento "nenhum desequilíbrio" nas finanças. Em sessão seguinte, os novos vencimentos foram aprovados.[143]

Em abril de 1917, nova visita ao São Vicente de Paula foi registrada nos anais da Santa Casa, onde estiveram presentes os mordomos José Brasil e Álvaro Weyne, este, responsável pelo estabelecimento.

Em relatório, Álvaro Weyne considerou o local limpo, mas faltavam roupas aos alienados, e a alimentação era insuficiente para todos. Existiam apenas: "25 kilos de carne verde, em vista do numero excessivo de enfermos". O tesoureiro, após o relato do mordomo, criticou o governo do estado, responsabilizando-o pelas "condições precárias das finanças" do asilo, haja vista que ele não havia "satisfeito em dia os seus compromissos". Álvaro Weyne propôs, então, a criação de comissão para falar diretamente com o então presidente do estado, João Thomé de Saboya e Silva.[144]

De todos os anos em que a mesa regedora narrou a difícil condição econômica do asilo de alienados, aquela foi a primeira vez em que se registrou que o governo do estado deveria ser chamado diretamente para discutir sua situação financeira. Tal medida pode ser lida como tentativa de reconfigurar a concepção tradicional do lugar ocupado pelo asilo como instituição de práticas de filantropia e caridade pertencente à irmandade da Santa Casa, para inseri-lo em uma dimensão maior, na qual a ação institucional e administrativa estatal deveria estar mais presente na resolução de seus problemas.

Em julho do mesmo ano, o mordomo Álvaro Weyne elaborou novo parecer sobre o São Vicente de Paula e afirmou estar o asilo em "deplorável situação de miséria". Ao nomeá-lo como "departamento da Beneficiente Santa Casa", o Asilo de Alienados estaria, segundo

[143] Sessões: 20 de setembro e 04 de outubro de 1917, p. 47 e 48, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).
[144] Sessão: 17 de abril de 1917, p. 24, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

ele, agonizando e o seu "remédio inadiável" seria a obtenção de mais subscrições e benefícios estatais, pois era necessário realizar reformas no edifício, tais como: "remodelação e construcção de diversos compartimentos do edifício; permissão para demolir o pavilhão outrora construído para a applicação de duchas, mas que nunca teve tal realização[145], servindo actualmente de moradia de morcegos e empecilio ao conveniente arejamento do edifício [...]".[146]

O discurso de Álvaro Weyne surtiu efeito significativo, pois, diante de sua exposição, a mesa regedora deu-lhe autonomia para reverter a situação em que se encontrava o São Vicente de Paula e concedeu-lhe "todas as autorisações pedidas e mais plena liberdade para agir sem restricções e livremente com seus collegas destacados, no sentido de melhorar quanto possível as actuaes condicções do Asylo de Alienados de Porangaba".[147]

O mordomo Álvaro Weyne acompanhou os diversos problemas enfrentados pelo Asilo de Alienados. Comunicou à mesa regedora os episódios de roubos de frutas, madeiras e galinhas no sítio pertencente ao estabelecimento, solicitando dois praças de polícia para vigiar o local.[148] Pediu, ainda, autorização para a compra de material para conserto do soalho de quartos destinados aos indigentes, em estado de deterioração. Nos dois casos, obteve consentimento.[149]

Outras reformas foram realizadas, como a do "soalho de quatro dos sete quartos destinados as mulheres indigentes". Entretanto, segundo o mordomo, era necessário consertar os demais, "igualmente deteriorados".[150] Naquele ano, existiram no Asilo de Alienados cento e oito mulheres. Ao considerar a existência de sete quartos para mulheres indigentes, a estimativa era a ocupação por quinze mulheres de um

[145] Não se sabe ao certo sobre a utilização efetiva das duchas como forma de tratamento terapêutico. Contudo, apesar do silêncio nas informações, é oportuno observar sua existência como elemento representativo de uma cultura material no interior do Asilo de Alienados.
[146] Sessão: 21 de julho de 1917, p. 37, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).
[147] *Ibid.*, p. 37.
[148] Sessão: 09 de agosto de 1917, p. 39, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).
[149] Sessão: 15 de maio de 1919, p. 05, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[150] Sessão: 07 de agosto de 1919, p. 15, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

mesmo dormitório; sem levar em conta os vinte e quatro pensionistas cujo sexo não estava definido no mapa demonstrativo dos internos.

Através das subvenções estatais e dos donativos de particulares, a mesa administrativa tentou contornar os problemas financeiros. Todavia, um fato inesperado, ocorrido em 1919, reverberou negativamente em relação ao médico Odorico de Moraes e provocou indisposição entre os mordomos da Santa Casa, pois o médico do asilo teve a oportunidade de beneficiar financeiramente a instituição sem, entretanto, fazê-lo.

Tratou-se da votação do novo orçamento para 1920, referente à Santa Casa e ao São Vicente de Paula, em que o vice-provedor da Santa Casa, que também era deputado, apresentou proposta à Assembleia Legislativa de aumentar as subvenções estatais em benefício das duas instituições, de 36.000$000 para 40.000$000, como medida para amenizar a situação financeira. Odorico de Moraes, que, além de médico e diretor do Asilo de Alienados, exercia à época a função de deputado, votou contra ao aumento, o que causou indisposição direta com o vice-provedor da Santa Casa.[151] A atitude do deputado e médico repercutiu desagradavelmente entre os membros da mesa regedora, que discutiram demoradamente o assunto em reunião de outubro de 1919.

Inicialmente, na reunião da mesa regedora, foi lido um requerimento apresentado pelo mordomo-secretário Francisco Barcellos, dirigido ao provedor da Santa Casa, em que questionava os cargos acumulativos exercidos por Odorico de Morais. Para isso, recorreu aos estatutos da Santa Casa. Em seguida, referiu-se duramente a sua atitude de voto contrário à emenda apresentada na Assembleia do estado pelo vice-provedor da Santa Casa, ao considerá-la "altamente grave este caso da creatura revoltar-se contra o creador" e ao afirmar ser o médico "inimigo da instituição que o protege". A proposta inicial do secretário foi lançar voto de desagrado ao "médico alienista".[152]

Depois de lido o requerimento, a matéria foi posta em discussão. O mordomo Arthur de Oliveira foi além do voto de desagrado e propôs a dispensa de Odorico de Moraes do cargo de chefe de clínica do São

[151] Sessão: 18 de setembro de 1919, p. 21, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).
[152] Sessão: 02 de outubro de 1919, p. 24, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

Vicente de Paula. Outros mordomos foram mais ponderados quanto à matéria. Álvaro Weyne, ao narrar sua conversa com o médico sobre a justificativa do voto, relatou que ele assim procedeu por pressões políticas, envolvendo a bancada democrata, na qual havia recebido "instrucções do Governo do Estado, afim de não augmentar as despesas orçamentárias".[153]

A questão político-partidária tornou-se tema a ser visto com moderação pelo mordomo Tertuliano de Castro, pois argumentou que, se a mesa decidisse aprovar a dispensa do médico do asilo, essa medida poderia ser aproveitada politicamente por grupos opositores ao governo. Além do mais, segundo o mordomo, havia qualidades em Odorico de Moraes; considerava-o: "medico distincto, zeloso compridor de seus deveres profissionaes e que nunca apareceu uma reclamação em seu desabono". Após tais considerações, o mordomo Arthur de Oliveira retirou sua proposta e foi aprovado apenas o voto de desagrado contra o médico.[154]

O episódio não se encerrou com a votação e veio à tona novamente na sessão extraordinária de novembro de 1919, quando o médico Odorico de Moraes enviou ofício à Santa Casa com as justificativas de seu voto na Assembleia Legislativa. Na ata da reunião, entretanto, não foi exposto o conteúdo do ofício e, novamente, os mordomos dividiram-se em defesa e acusação contra o médico. Alguns argumentaram que dispensar Odorico de Moraes de sua função clínica no asilo "poderia ser interpretado lá fora como um acto político" e que era necessário evitar "futuros comentários". Outros, porém, lembraram a importância de ter sido votada favoravelmente a emenda em benefício da Santa Casa e do São Vicente de Paula e estranhavam:

> que o Snr. Doutor Odorico de Moraes, médico do Asylo, conhecedor das suas necessidades e das aperturas financeiras em que lutamos recuza-se o seu voto para minorar a situação angustiosa da quase totalidade de uma população soffredora, pois é sabido que a maioria da pobreza da Capital e do interior do Estado, recorre a estes dois estabelecimentos de caridade, como seu único arrimo, nelles demorando-se muitos doentes por longos meses e outros até morrerem.[155]

[153] Sessão: 02 de outubro de 1919, p. 25, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).
[154] *Ibid.*, p. 26 e Sessão: 16 de outubro de 1919, p. 26, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[155] Sessão Extraordinária: 10.11.1919, p. 29, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

A discussão permaneceu com a análise por parte da mesa regedora sobre o comportamento e as atitudes de Odorico de Moraes. Ao final da reunião, deliberou-se pela permanência do médico no Asilo de Alienados, em uma demonstração de que, quando o assunto envolvia questões de acirramento político e de grupos partidários, temas de relevância social poderiam tornar-se secundários. O orçamento para o asilo da Parangaba continuou o mesmo e, com eles, os problemas anteriormente narrados, com a agravante de que foi aprovado no mesmo mês o aumento dos vencimentos do contínuo do São Vicente de Paula.[156]

Como forma de encontrar saídas para a falta de recursos, a mesa propôs telegrafar ao então presidente da República, Epitácio Pessoa, a situação da Santa Casa, bem como organizar comissão destinada a encontrar-se com o presidente do estado e prefeito de Fortaleza com a solicitação de providências imediatas – isto porque o asilo não havia recebido suas subvenções estaduais e municipais em dia.[157] Em resposta à comissão, o presidente do estado afirmou também ser a situação financeira do Ceará precária e declarou que poderia até "suspender o pagamento do funccionalimo publico". Apesar disso, prometeu telegrafar para o presidente da República e interceder a favor das duas instituições. Por sua vez, a mesa administrativa, sem esperar somente a ação do governo, enviou telegrama ao então provedor da Santa Casa e bispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, informando que, se não fosse modificada a crítica situação econômica, as portas da Santa Casa e do São Vicente de Paula poderiam fechar-se. No telegrama, a mesa regedora comunicou:

> Situação da Santa Casa por demais critica, fornecedores não querem continuar, governo Estado e Municipalidade não mais pagaram contribuições, urge providencias antes fim mês evitar fechar estabelecimento ou lançar mão bens patrimônio, hospital Santa Casa e asylo de alienados, repleto de doentes. Pedimos V. Excia Revdmo aconselhe nesta triste situação.[158]

[156] Sessão: 16 de outubro de 1919, p. 28, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[157] Sessão: 15 de janeiro de 1920, p. 36, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[158] Sessão Extraordinária: 20 de janeiro de 1920, p. 39, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

Enviou ainda a mesa regedora telegramas a alguns "capitalistas" residentes no Rio de Janeiro e em Recife, com pedido de auxílio. Em resposta, eles informaram não ser possível ajudar o hospital da misericórdia.

O bispo do Ceará, em resposta ao telegrama da mesa regedora, conseguiu, através do tribunal de contas, a liberação de cem contos a serem distribuídos para quatro entidades de assistência aos pobres: a Santa Casa, o São Vicente de Paula, o Instituto de Assistência à Infância e o Dispensário dos Pobres. O auxílio, apesar de recebido com agradecimentos, foi descrito como "uma gota d'água no oceano". O governo federal, em resposta ao pedido da Santa Casa, também enviou auxílio, através da quantia de 50:000$000, em 1919.[159]

Além dessas medidas, antigas estratégias quanto à limitação no número de doentes e aos pedidos de alta para aqueles que não "precisavam" permanecer na Santa Casa foram propostas pela mesa regedora; foi ainda autorizada a entrada de novos enfermos apenas em casos extraordinários. Apesar da aprovação da limitação de doentes, não foi fácil cumprir tais deliberações, pois muitos dos pacientes que recebiam alta médica acabavam retornando ao Asilo de Alienados. Também foi prática comum os pensionistas deixarem o asilo sem pagar os medicamentos fornecidos pela farmácia.[160]

Os momentos em que a Santa Casa mais expôs suas dificuldades financeiras foram aqueles em que houve períodos de estiagem. O ano de 1919 não foi diferente. Uma crise socioclimática interferiu diretamente no cotidiano da Santa Casa. No ano seguinte, o governo do estado recebeu doações de particulares, como cem sacas de farinha de trigo do conde Francisco Mattarrazzo de São Paulo, destinado aos flagelados da seca e donativos de dinheiro de Alfredo Ferreira à Santa Casa e ao

---

[159] *Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1919, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado*, item: *Instituições de Assistência,* p. 34.

[160] *Ibid.,* p. 39 e sessões: 05.02. e 06.05.1920, p. 39 e 56, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

asilo da Parangaba. Recebeu doações ainda de instituições como o Banco Mercantil do Rio de Janeiro.[161] As situações repetiram-se, sob o conhecimento de todos.

* * * * *

Problemas de ordem estrutural e física perduraram na história do Asilo de Alienados São Vicente de Paula. Além dos já mencionados, houve a necessidade de recuperação de equipamentos, como um cata-vento, que, desde o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento, apresentava problemas. A mesa administrativa protelava resolução efetiva, mas, em 1907, ele foi mencionado por estar em estado "imprestável", uma vez que a obtenção de água somente era possível se puxada à mão, com "sacrifício" e "risco", e prejudicava a "boa higiene" do asilo.[162] Vários mordomos, ao longo de anos, solicitaram a resolução do problema para acabar "de vez com o penoso serviço de baldes, para alimentar-se aquelle Estabelecimento".[163] Mas, até a data de 1915, a mesa regedora ainda mencionava a necessidade de seu conserto.[164]

Em 1919, a Santa Casa não recebia havia mais de um ano a subvenção da prefeitura de Fortaleza, além de o governo do estado ter atrasado 123:000$000 do seu auxílio.[165]

Em 1920, o mordomo Álvaro Weyne comunicou em reunião extraordinária da mesa regedora que desde o ano anterior intencionava fazer reformas no asilo da Parangaba com o intuito de melhorar as condições de tratamento dado aos loucos, através da construção de "dois pavilhões destinados a reclusão de doentes que actualmente se acham installados nas prisões de ferro". Entretanto, as obras não foram iniciadas em virtude da seca do ano anterior. Passado o período de estiagem, o mordomo apresentou uma planta com pavilhões a serem construídos e um livro onde seriam registradas as doações para tal fim.

---

[161] Sessão: 09 de fevereiro, p. 43 e sessão extraordinária de 11 de março de 1920, p. 47, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[162] Sessão: 10 de maio de 1907, p. 88, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM)
[163] Sessão: 06 de junho de 1907, p. 91, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM)
[164] Sessão 01 de julho de 1915, p. 299, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[165] Sessão extraordinária de 04 de junho, p. 61, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

O presidente do estado, que fora mordomo da Santa Casa, Justiniano de Serpa, visitou o São Vicente de Paula de onde "sahiu pessimamente impressionado".[166]

Álvaro Weyne conduziu de forma atuante a proposta de reforma do edifício. Nas atas de sessões, não somente demonstrou interesse em abrandar os problemas do Asilo de Alienados como esteve presente em várias comissões dirigidas à presidência do estado e à prefeitura municipal, ao tratar das questões financeiras da Santa Casa. Nesse sentido, ele pediu convocação de reunião extraordinária para serem deliberadas medidas operacionais para a efetivação da reforma do Asilo de Alienados, resultando na nomeação de três comissões.

A primeira comissão, chamada de "Redacção de circulares", teve a finalidade de solicitar apoio do Correio do Ceará na reforma. A segunda esteve encarregada da divulgação dos trabalhos por meio da imprensa, sobretudo através do jornal Correio do Ceará, ao expor a situação financeira da Santa Casa.[167] Por fim, a terceira comissão visou arrecadar donativos de modo geral. Foi acertada também a venda dos aparelhos de duchas do São Vicente de Paula, que, segundo o mordomo, não tinham utilidade havia muito tempo,[168] como forma de angariar mais recursos.

As obras do Asilo São Vicente de Paula foram definidas pela mesa administrativa como "reforma radical" haja vista que a última se realizou somente em 1890. A intenção da mesa foi promover melhorias tanto na fachada externa como nas dependências do estabelecimento.[169]

Administrativamente, em fins do ano de 1920, a irmã Thomasia, superiora do São Vicente de Paula, solicitou à Santa Casa o encerramento de sua gestão, pois segundo ela encontrava-se em "avançada idade" e desejava substituta para desempenhar o "arduo cargo de supervisora" do

---

[166] Sessão extraordinária de 04 de junho e sessão de 17 de junho de 1920, p. 61, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

[167] Sessão: 08 de setembro de 1920, p. 73, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

[168] Sessão extraordinária de 22 de junho de 1920, p. 70, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

[169] *Relatório Apresentado á Mesa Administrativa da santa Casa de Misericordia, em 16 de novembro de 1922 pela comissão encarregada de levar a efeito os melhoramentos do Asylo de Alienados "S. Vicente de Paulo", em Porangaba.* Fortaleza. Off. Graf. "Diario do Estado", 1922 (Acervo: SCM).

asilo. O pedido foi aceito e ela foi substituída pela recém-irmã vinda do Rio de Janeiro, Irmã Marcadé.[170]

A mesa regedora, com o objetivo de sensibilizar as autoridades políticas e religiosas para as finanças da Santa Casa, mais uma vez, afirmou cogitar fechar suas portas e deixar de prestar "a missão para que foi instituída". Dirigiu-se ao então provedor da Santa Casa, D. Manoel, e ao então presidente do estado, Justiniano de Serpa, e expôs a "situação inustentavel" em que se encontrava o hospital. Solicitou ao presidente que evitasse a "ruína desse estabelecimento de caridade pagando algumas mensalidades da subvenção". Justiniano de Serpa respondeu ao provedor que não ignorava a situação do asilo e lamentava o atraso do pagamento, contudo, ao justificar as finanças do estado, afirmou não ser possível atender ao pedido.[171] Nova visita ao presidente do estado foi proposta pelo mordomo Álvaro Weyne, que solicitou audiência especial, pois os fornecedores da Santa Casa, do São Vicente de Paula e da Empresa Funerária recusavam-se a continuar prestando serviços mediante a falta de pagamento.

A audiência com o presidente resultou apenas no pagamento de quatro promissórias. Sem surtir efeito, o fornecedor da firma de medicamentos, Eduardo de Castro Bezerra, anunciou que não mais iria prestar serviços à Santa Casa no ano seguinte e alegou ter tido prejuízos com os constantes atrasos de pagamento[172]. Novamente, a Santa Casa recorreu ao presidente do estado e ao prefeito municipal, além de telegrafar para o Ministério da Fazenda com a solicitação do pagamento de "quotas de Loterias Federaes".[173] Além da não renovação do contrato dos remédios, houve a ameaça do fim do fornecimento de pães à Santa Casa, diante da recusa dos comerciantes em revalidar os pedidos.[174]

---

[170] Sessão: 18 de novembro de 1920, p. 93, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[171] Sessão: 16 de setembro de 1920, p. 76, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[172] Sessões: 20 de outubro, 04 e 18 de novembro de 1920, pp.85, 91, 93, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[173] Sessão: 02 de dezembro de 1920, p. 94, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).
[174] Sessão: 20 de janeiro de 1921, p. 98, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

O ano de 1921 iniciou-se com a "medida extrema" da Santa Casa ao convocar uma Assembleia Geral dos Sócios.[175] O objetivo foi elaborar grande discussão com as instituições promovedoras da caridade em Fortaleza, entre elas, a Santa Casa, o São Vicente de Paula, o Asilo de Mendicidade, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, além de "grêmios caritativos", como a Sociedade de São Vicente de Paula e a Associação das Senhoras de Caridade. Essa proposta já havia sido sugerida três anos antes pelo presidente do estado João Thomé de Saboya e Silva. A intenção era aumentar as "contribuições orçamentárias" e encontrar meios para angariar mais recursos a partir da reunião com todas "as associações sob a unidade de uma administração geral".[176]

Apesar das dificuldades econômicas, as reformas no São Vicente de Paula perduraram. Em 1922, foi registrado grande número de donativos tanto de pessoas físicas como de jurídicas, que doaram desde quantias pequenas, no valor de 2$000, a maiores, de 5:000$000. Uma grande mobilização foi organizada em todo o estado com a participação de prefeitos municipais e párocos do interior, através da circulação de cartas entregues às pessoas distintas com o intuito de descrever as "condições precaríssimas do estabelecimento e a necessidade de serem nelle realizados imprescindíveis melhoramentos".[177]

A despeito de a comissão objetivar a sensibilização de grande quantidade de pessoas no estado, as doações advindas dos municípios cearenses foram aquém do esperado, embora a comissão alegasse que o São Vicente de Paula recolhia em suas dependências, sobretudo, a população pobre do interior. Segundo a comissão, formada por Edgard Borges, Francisco Barcellos e Álvaro Weyne, a população do interior do estado ainda não se havia "capacitado da obrigação" de contribuir

[175] Sessão: 20 de janeiro de 1921, p. 98, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

[176] *Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1918, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado*, item: *Instituições Diversas*, p. 52.

[177] *Relatório Apresentado á Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericordia, em 16 de novembro de 1922 pela comissão encarregada de levar a efeito os melhoramentos do Asylo de Alienados "S. Vicente de Paulo", em Porangaba.* Fortaleza. Off. Graf. "Diario do Estado", 1922 (Acervo: SCM).

para estabelecimento de caridade como o "Asylo de Alienados que, apezar de installado aqui, recebe seus leitos indigentes vindos em quase totalidade do interior".

Embora com dificuldades, as reformas do asilo foram planejadas e executadas. No que se refere à fachada externa do prédio, ela estava em "péssimo estado de conservação", tendo em vista que, havia vinte e cinco anos, não tinha sofrido nenhum tipo de reparo, como pinturas. O objetivo da comissão, ao modificar a fachada do prédio, era proporcioná-la uma aparência mais agradável. Nesse sentido, foram substituídas escadaria e estruturas grosseiras de cimento por formas mais "artísticas e balaustradas". As calçadas também foram consertadas, pois tinham sido "destruídas pelas raízes das enormes mangueiras existentes ali próximas do prédio".

Internamente, a grande urgência do Asilo de Alienados foi ampliar o compartimento para o abrigo das mulheres indigentes, que, como foi visto anteriormente, corresponderam à grande maioria dos internos. Após argumentar que as indigentes estavam "recolhidas em verdadeiras jaulas", a comissão planejou construir um pavilhão, dividido em compartimentos, pois essa estrutura era mais barata e com melhor higiene. O pavilhão teria vinte quartos e uma enfermaria, além do banheiro. O salão das pensionistas, que fora destinado para o uso de aparelhos para banho de chuvisco e choque, também sofreu reformas.

As obras atingiram vários compartimentos; foram substituídos os soalhos da sala de visita, a entrada do prédio e o consultório médico, que, segundo a comissão, estava em "lugar impróprio e pessimamente installado". Cozinha, copa, despensa, refeitório, troca de fogão, colocação de pias e de aparelho de iluminação, substituição de venezianas e portas, reforma nas dependências das irmãs de caridade – tudo isso foram outras benfeitorias anunciadas pela comissão. Um novo pavilhão destinado aos indigentes também deveria ser construído, assim como banheiro e telheiro. Haveria ainda a substituição do cata-vento e a montagem de uma caixa d'água para a lavagem de roupa. Aspectos relativos à decoração do asilo, como as imagens e os retratos, também ganharam novos lugares, destaques e reparos.

Todas essas mudanças deveriam atingir diretamente o cotidiano dos sujeitos que faziam parte do São Vicente de Paula – médico, irmãs de caridade, funcionários e loucos: indigentes e pensionistas. A reforma realizada durante a década de 1920 representou a expectativa da mesa regedora da Santa Casa de alterar o cenário de miséria e abandono em que se constituiu historicamente o São Vicente de Paula desde sua fundação. A intenção era realizar a "completa remodelação do estabelecimento", visando oferecer benfeitorias à instituição.

Entretanto, para além das expectativas que as mudanças estruturais apresentaram, constituindo-se em nova fase para o Asilo de Alienados, a problemática da noção de loucura praticada internamente representou outra dimensão do cotidiano da instituição.

Entre a problemática da loucura como doença e as condições de "cura" no Asilo São Vicente de Paula

Ao longo deste capítulo foram investigadas as gestões dos diretores e médicos-diretores do Asilo de Alienados São Vicente de Paula na condução de suas principais demandas, desde a fundação até 1920, último ano considerado nesta pesquisa, com a "reforma radical" anunciada pela mesa administrativa da Santa Casa. A partir da documentação analisada, torna-se oportuno problematizar os elementos historicamente construídos que levaram dado indivíduo a ser considerado louco e resultaram em sua internação no Asilo de Alienados. No sentido diretamente oposto, convém questionar também as circunstâncias em que os loucos se encontraram na condição de curado e receberam alta médica da instituição.

Sobre a primeira problemática, a partir do levantamento e da análise do material documental produzido pela Santa Casa de Misericórdia da década de 1870 até 1922, considera-se que não foi efetivamente o médico que atribuía a dado indivíduo a condição de louco. Durante a história do São Vicente de Paula, no período retratado, observa-se que a nomeação da loucura se deu, previamente, por outros sujeitos sociais.

O chefe de polícia, o presidente do estado e, sobretudo, a mesa regedora da Santa Casa, através do provedor ou vice-provedor, foram os grandes responsáveis pelo recolhimento de mulheres e homens na instituição asilar. Foram eles que tiveram o primeiro contato com os indivíduos que perturbavam a ordem pública ou perambulavam pelas ruas de Fortaleza e das cidades do interior da província, identificando-os de antemão como aqueles que deveriam ser internados, ou não, no estabelecimento. A partir da avaliação das autoridades públicas e da Santa Casa, os indivíduos foram encaminhados ao Asilo de Alienados, através de envio de ofícios, e recebiam a alcunha de loucos. Antes disso, eles eram identificados como indigentes, criminosos ou perturbadores da vida urbana. A internação no espaço asilar os instituiu em uma nova configuração social ao serem nomeados como loucos.

O médico do asilo da Parangaba apenas os recebeu na instituição após a intervenção das outras autoridades "competentes". De todos os médicos do São Vicente de Paula, somente Odorico de Moraes possuía formação clínica voltada para medicina mental; os demais tinham especialidades versadas em áreas distintas, como clínica médica, profilática ou inspetoria de saúde. Eles não possuíram discurso especializado e legitimado, pelas ciências da época, capaz de instituir distinções entre os ditos indivíduos normais e os desarrazoados.

Dessa forma, ao se retomarem as *Cartas da loucura,* publicadas pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, em 1882, através das quais se apresentaram discussões teóricas sobre a nosografia, tipologia e identificação da loucura, observa-se que efetivamente elas não corresponderam às práticas e aos conhecimentos clínicos exercidos pelos médicos no cotidiano do São Vicente de Paula em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. A grande maioria dos médicos da instituição não possuía conhecimento teórico ou experiência clínica acerca do universo da mente humana antes de trabalhar no asilo da Parangaba.

Para a historiadora Magali Engel, a falta de cadeira em doença mental nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia durante o Império resultou na insegurança de muitos formandos em produzir teses sobre esse "terreno tão movediço da medicina". Além

disso, não havia em meados do século XIX, a menor articulação entre o conhecimento teórico dos médicos produzido nas faculdades e as práticas cotidianas exercidas nas instituições asilares para loucos (ENGEL, 2001, p. 125).

A formação e a vivência dos médicos do São Vicente de Paula não fugiram do quadro de despreparo dos médicos do século XIX em relação às outras instituições similares brasileiras. Contudo, o agravante no Ceará foi que as experiências tradicionais permaneceram no período republicano, enquanto nos grandes centros brasileiros já havia maior profissionalização em relação ao campo da psiquiatria.

Quanto à questão do tratamento e da cura dos doentes internos no São Vicente de Paula, a situação da fragilidade profissional referente ao saber médico sobre doença mental apresentou-se sob as mesmas circunstâncias. Pelos registros da Santa Casa não ficam nítidos quais foram os meios terapêuticos utilizados no Asilo de Alienados. Foram raros os discursos da mesa administrativa sobre o uso de duchas – prática comum utilizada nos hospícios em fins do século XIX – para a contenção dos loucos em crise ou em fúria. Referências ao uso de duchas apareceram somente em momentos pontuais, como ocorreu em 1906, quando o procurador-geral da Santa Casa e o mordomo responsável pelo asilo comunicaram o mau estado de conservação de alguns objetos e dependências do asilo, como o do banheiro para duchas, solicitando "maior urgência nos reparos precisos", pois "grande falta" faziam ao estabelecimento.[178]

Entretanto, pelos discursos dos mordomos da Santa Casa não está nítido se as duchas estavam desativadas ou simplesmente foram mais empregadas de forma sistemática no asilo. O tratamento mais evidenciado pela mesa regedora relativo ao louco voltou-se basicamente para o uso farmacológico – sem referência explícita ao nome dos remédios – e para o isolamento e contenção em jaulas ou gaiolas dos pacientes mais "furiosos".[179]

[178] Sessão: 10 de maio de 1906, p. 65, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

[179] Esta pesquisa não identificou quais foram os remédios utilizados no Asilo de Alienados em virtude da falta de documentos. Sabe-se que eles vinham da Europa, o que sugere que a medicação estaria condizente com o tratamento atualizado da época. Sessão: 12 de agosto de 1886, p. 124, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Além do tratamento, outra problemática a ser analisada refere-se à questão da cura do alienado ou de sua saída da instituição. De maneira semelhante ao que ocorreu durante o ingresso do louco no asilo, nem sempre esteve ao encargo do médico a responsabilidade por sua saída e pela identificação de sua condição de "curado" ou de apto a receber "alta".

Em raros momentos, os discursos da mesa regedora da Santa Casa mencionaram a cura de loucos e, quando eles apareceram, não estiveram propriamente ligados à questão do tratamento ou medicação aos quais os loucos foram submetidos, mas relacionados a outra problemática interna: a questão da lotação no São Vicente de Paula. Assim ocorreu quando a mesa propôs em mais de um momento a saída de alienados para desafogar o estabelecimento devido à falta de vagas. Entretanto, a situação apresentou-se de maneira muito delicada, pois, quando um louco indigente saía do asilo, ou ele ficava completamente desassistido pelo estado e caridade particular ou, se cometesse alguma infração ou crime, era enviado para a Cadeia Pública.

Em junho de 1891, um ofício emitido pelo chefe de polícia do estado à mesa administrativa da Santa Casa solicitou providências para que determinados loucos fossem novamente internados no asilo da Parangaba. Eles inicialmente encontraram-se recolhidos na cadeia da capital, depois foram transferidos para o Asilo de Alienados e, após receberem alta médica, por estarem na condição de "curados", acabaram retornando à Cadeia Pública. Esta não representou situação isolada. Para o chefe de polícia, repetidas vezes, os alienados seguiram este percurso, ou seja, da cadeia para o asilo e, depois, para a cadeia novamente. Um deles chamava-se José de Carvalho Lima, que "constantemente" era "para alli remettido".[180]

Esse tipo de solicitação, em tom de reclamação, foi significativo no sentido de se perceberem as falhas do sistema asilar e o desejo da mesa regedora da Santa Casa de solucionar problemas de ordem estrutural e administrativa, em uma atitude demonstrativa da ineficácia quanto ao tratamento submetido ao doente, que não apresentava cura ou melhoria efetiva. A proposta da mesa administrativa, através do seu

[180] Sessão: 18 de junho de 1891, p. 36, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

"diagnóstico" de cura do alienado – respaldado pelo médico –, buscava apenas evitar a aglomeração de doentes, que, por sua vez, resultou na transferência do problema para outro local, porquanto provocou a lotação da Cadeia Pública. Nesse sentido, nem sempre a saída dos loucos no São Vicente de Paula foi prática motivada pela situação efetiva de cura dos homens e mulheres internos.

Além da medida de resolver o problema da lotação através da alta médica, registrou-se outro tipo de saída dos doentes no estabelecimento. Em maio de 1916, três loucos que estavam inicialmente recolhidos na Cadeia Pública e que foram transferidos para o Asilo de Alienados retornaram ao presídio por solicitação do médico Odorico de Moraes. Foram eles: José Xavier de Oliveira, Antonio de Souza e José do Carmo. O motivo não foi a lotação do asilo, mas o receio do médico de que os alienados fugissem do estabelecimento. A possibilidade de fugas foi, para ele, real. Odorico de Moraes lembrou no mesmo ofício que outros sentenciados, de nomes José Philomeno e Manoel Martins, conseguiram fugir anteriormente do asilo da Parangaba.[181] A solicitação do médico foi aceita pelo secretário de justiça e segurança pública, que providenciou escolta, realizada pela guarda civil, para transferência dos loucos criminosos do asilo para a cadeia.

Nas duas situações analisadas, observa-se que houve transferência de problemas com a mudança do local destinado ao alienado. Se, por um lado o médico solicitou o recolhimento de alguns loucos para a cadeia, ao alegar a falta de segurança no asilo, por outro, o chefe de polícia pediu a transferência dos criminosos para o asilo da Parangaba, com a justificativa da desordem causada por eles na cadeia. A questão da cura ou tratamento do indivíduo não foi a tônica do problema apresentado. Sem ter o Asilo de Alienados estrutura para receber os criminosos e sem ter a cadeia estrutura para recolher os loucos, o médico do asilo e as autoridades de segurança pública empurraram o problema um para outro.

Em setembro de 1916, o chefe de polícia do estado, José Eduardo Torres Câmara, solicitou que os loucos sentenciados, José Xavier de Oliveira (o mesmo que foi reenviado à cadeia a pedido do médico

[181] Sessão: 04 de maio de 1916, p. 367, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Odorico de Moraes) e José Ferreira do Cosmos, fossem transferidos para o asilo e que ficassem sob vigilância. A mesa administrativa respondeu negativamente ao ofício, ao afirmar que não havia condições de o estabelecimento asilar oferecer a "vigilância exercida pela lei", em uma atitude de não responsabilização pelos dois alienados.

Em outro ofício, de agosto de 1917, o chefe de polícia solicitou semelhante transferência do preso sentenciado Jerônimo Pereira Lima, que estava recolhido na cadeia de Fortaleza. Novamente, o pedido foi rejeitado e a questão ficou em aberto até que se decidisse o que se devia fazer. A preocupação da mesa regedora nesses casos foi apenas quanto à segurança, pois no mesmo dia chegou outro ofício, com a solicitação de internação de três loucos vindos do interior do Ceará, detidos na delegacia da 3ª Região, com sede no município de Iguatu, que foi aceito pela mesa.[182] Provavelmente, eles não eram agressivos ou não ofereciam ameaça à segurança do asilo.

A falta de segurança para receber sentenciados não foi problema somente do São Vicente de Paula. Mesmo quando havia necessidade de um preso ser levado à Santa Casa, em virtude de alguma enfermidade, o hospital afirmava não possuir condições de oferecer a devida vigilância. Assim, em janeiro de 1917, quando o então chefe de polícia do estado, José Eduardo Torres Câmara, novamente solicitou à mesa administrativa tratamento a um preso no estabelecimento, obteve negativa como resposta, ao alegar a mesa não possuir "meios para exercer sobre o mesmo sentenciado a vigilância solicitada".[183]

Em novo ofício, o chefe de polícia solicitou tratamento para os presos correcionais Pedro Maximiano de Carvalho e Henrique Caetano na Santa Casa e teve a resposta do diretor clínico Dr. João Marinho de Andrade de que as enfermarias estavam "repletas de doentes". O diretor afirmou ainda: "Parece-me que os presos doentes estarão melhor na enfermaria da cadeia, onde serão melhor tratados pelo respectivo médico, Dr. Anselmo Nogueira".[184]

---

[182] Sessão: 16 de agosto de 1917, p. 41, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[183] Sessão: 04 de janeiro de 1917, p. 397, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).
[184] Sessão: 21 de julho de 1917, p. 33, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

Destarte, o que se conclui é que o Asilo de Alienados esteve longe de ser instituição cujas práticas internas estavam baseadas essencialmente em preceitos médicos. Ao longo de sua existência, ele apresentou-se mais como instituição de controle, vigilância e punição, destinada ao recolhimento dos pobres, considerados improdutivos para a ótica burguesa do mundo do trabalho, do que efetivamente um hospital que proporcionasse a cura ou o tratamento satisfatório da doença mental. Todas as precariedades estruturais, funcionais e financeiras agravaram sua situação, ao limitar o tratamento eficaz – dentro dos moldes desejosos da psiquiatria moderna – tanto para os indigentes como para os pensionistas. Considerando-se toda a história financeira do São Vicente de Paula, apresentada pela documentação da mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, somente em março de 1908, registrou-se saldo satisfatório do asilo, durante a gestão do diretor e médico Nogueira Brandão.[185] Este foi o único registro da mesa administrativa em que se notificou condição econômica positiva no Asilo de Alienados do Ceará. Nas outras ocasiões, como foi visto, os discursos da mesa regedora voltaram-se, basicamente, para a tentativa da solução dos déficits, ao recorrer às autoridades públicas ou à caridade particular. A situação de mulheres e homens internos na instituição constituiu-se historicamente como precária; a condição de cura ou de melhorias apresentou-se como algo distante da realidade desejada pela psiquiatria moderna em fins do século XIX e início do XX.

A "reforma radical" divulgada pela mesa administrativa da Santa Casa intencionou apagar ou reverter o histórico de descaso em que se encontravam os ditos loucos do São Vicente de Paula. Contudo, a forma como ela foi anunciada não indicou mudanças no que tange às práticas do tratamento médico. Não houve menção a qualquer alteração relativa à questão terapêutica ou mesmo medicamentosa, o que possibilita questionar se realmente houve mudanças significativas correspondentes aos objetivos expostos pela comissão responsável pelas obras. Para haver uma "reforma radical", seriam necessárias alterações profundas na estrutura e, sobretudo,

[185] Sessão: 05 de março de 1908, p. 06, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

no funcionamento do Asilo de Alienados, que incluiriam a construção de novas práticas terapêuticas aplicadas aos doentes. Ao considerar que o São Vicente de Paula não passava, havia anos, por reformas maiores, como afirmou o mordomo Álvaro Weyne, pode-se conjecturar que as obras realizadas apenas supririam antigas demandas necessárias para o mínimo funcionamento satisfatório institucional.

Reformas radicais vão além de obras realizadas quanto ao aspecto físico e espacial. Elas correspondem ao processo mais demorado e amplamente discutido que envolve uma série de elementos e concepções sobre as práticas psiquiátricas realizadas no hospital. Envolvem ainda o questionamento da própria existência do hospital e do conceito de doença mental. Envolvem, por fim, a análise sobre as relações de controle, poder, estigmas e exclusão social às quais foram submetidos homens e mulheres na instituição. Contudo, o questionamento e a crítica desses aspectos estão inseridos em outra temporalidade, distante do período abordado nesta pesquisa e que remonta somente à segunda metade do século XX, com os processos em torno do movimento denominado reforma antimanicomial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o recenseamento realizado em 1920, a população do Ceará era de 1.319.228 habitantes. Fortaleza registrou o número de 78.536 pessoas, enquanto o município da Parangaba contou com 11.429 habitantes.[1] A população interna do São Vicente de Paula findou nesse ano com o registro de 144 doentes, em uma estrutura recorrentemente denominada pela Santa Casa como precária.

A década de 1920 apresentou-se com quadro de mudanças quanto às questões sociais no país, sobretudo em relação à maior organização dos trabalhadores a partir da fundação das associações sindicais e trabalhistas. No Ceará, o movimento operário ocorreu de maneira mais intensa através da atuação dos ferroviários, gráficos e funcionários da imprensa, bem como com a fundação dos jornais Ceará Socialista, Voz do Graphico e O Combate e do Partido Socialista Cearense (LEONARDI, 1991, p. 242). Os anos de 1920, em nível nacional, constituíram também nova configuração no campo da psiquiatria, através da qual a eugenia ampliou o foco de interesse dos médicos quanto à intervenção de variados tipos de pessoas consideradas indesejáveis, que causavam transtornos ao corpo "são" da sociedade, e resultou em aumento no número de internações dos "desajustados" nos hospícios (ENGEL, 2001). Novas

[1] POPULAÇÃO dos Municípios do Ceará (Recenseamento de 1920). *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, anno XXXVI, 1922. p. 497.

teias sociais em termos da organização do corpo produtivo no mundo do trabalho e do controle médico-psiquiátrico urbano consolidaram-se na segunda década do século XX, com a apresentação de quadro bastante distinto do desenhado no final do século XIX, momento em que se concentrou boa parte desta pesquisa.

Uma tessitura complexa de redes religiosas, políticas e sociais foi realizada em torno do Asilo de Alienados São Vicente de Paula. Compreender sua existência, em fins do século XIX e início do XX, passa pela perspectiva da moral religiosa, através da qual a atuação da irmandade da misericórdia foi decisiva em oferecer abrigo caritativo e assistencial aos pobres e, sobretudo, aos indigentes alienados. Passa também pela questão política, quando as autoridades da província e, depois, do estado do Ceará buscaram contornar os problemas causados pelos loucos de Fortaleza e das cidades interioranas, que ora estavam recolhidos nas cadeias, sem receber tratamento especializado, misturando-se aos demais detentos, ora perambulavam pelas ruas, entregues à própria sorte; em ambos os casos, causavam a desordem pública. E passa ainda pelo desejo das elites sociais e dos transeuntes das ruas de Fortaleza, que, através da doação de donativos, contribuíram para a criação de um estabelecimento voltado para a loucura, ao retirar do seu campo de visão os insanos que os incomodavam, com seus corpos e comportamentos fora do padrão civilizatório e burguês, almejado.

Ao mesmo tempo que a construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula esteve inserida na perspectiva de solução dos transtornos causados pelos loucos da província, as elites buscaram acompanhar, em certa medida, a política de assistência aos alienados em âmbito nacional, ao conseguirem inaugurar o asilo ainda em fins dos anos de 1880, ao contrário da maioria das províncias brasileiras, que não possuíam local específico para a loucura. Os bons índices de desenvolvimento econômico do Ceará registrados naquela década e as redes de relações sociais anteriormente enfocadas contribuíram para tal empreendimento.

Entretanto, ao contrário das experiências vivenciadas em outros hospícios brasileiros, o São Vicente de Paula apresentou-se, desde sua fundação até a década de 1920, como instituição cuja perspectiva foi

muito mais assistencial que propriamente médica, dentro da expectativa da época. As práticas discursivas analisadas ao longo desta pesquisa demonstraram a exígua ação terapêutica psiquiátrica realizada no asilo; o que mais se observou foi o inexistente "tratamento eficaz" para mulheres e homens; estes, sim, submetidos às condições mínimas de vida, à alimentação insuficiente em qualidade e quantidade, à privação de sua liberdade e a todo tipo de violência, simbólica e material, quanto a sua existência.

Por ser o São Vicente de Paula um espaço mais assistencial que terapêutico, pode-se considerar que a tese da "medicalização da loucura", defendida por historiadores de outras instituições brasileiras semelhantes – que analisaram na construção dos hospícios o início da sistematização do saber médico psiquiátrico –, não correspondeu à realidade constitutiva do Asilo de Alienados no Ceará. Ao estabelecer uma análise comparativa com outras experiências brasileiras, o poder médico desempenhado na instituição asilar cearense não representou uma prática decisiva na condução de suas demandas internas. Foi a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia quem, em várias circunstâncias, nomeou dado indivíduo como louco, através de seu ingresso, permanência e saída da instituição. Essa prática se estabeleceu não apenas durante o período monárquico, quando as Santas Casas de Misericórdia do Brasil administravam os hospícios, mas permaneceu na República.

Nesse sentido, muito mais apropriada que a utilização do termo "medicalização da loucura", para o tratamento existente no São Vicente de Paula, seria a construção da ideia de "institucionalização da loucura". Não se ignora nem se desmerece a atuação dos médicos e diretores-médicos no cotidiano asilar. De fato, a figura do médico representava o estabelecimento asilar, entretanto, a inexistência do médico especialista no campo da alienação ou psiquiatria, por longo tempo no São Vicente de Paula, reforça a ideia de que a instituição possuiu características eminentemente caritativas e assistenciais, mais do que propriamente psiquiátricas; daí a denominação "asilo" de alienados e não "hospital" para alienados, que acompanhou sua trajetória desde a fundação e permaneceu durante a década de 1920. Destarte, o que se observa

de modo mais efetivo não foi um conjunto de práticas discursivas construídas pelo saber psiquiátrico e sim a organização de ações sistematizadas, procedimentos e operacionalidades no ambiente asilar, em uma perspectiva de construção da institucionalização da loucura.

Na perspectiva da institucionalização da loucura, as autoridades provinciais e da Santa Casa embasaram seus discursos na necessidade da construção de lugar que atendesse aos anseios da psiquiatria moderna. Entretanto, ao contrariar as expectativas iniciais em que se apontava o ambiente bucólico e harmonioso da natureza como propício para a edificação do Asilo de Alienados e para tratamento satisfatório dos loucos, o que se observou no cotidiano asilar foi uma série de relatos de maus tratos e privações de liberdade aos alienados; o ambiente aprazível deu lugar ao recurso de jaulas e gaiolas. A expectativa da água potável, tratada e de qualidade em torno da lagoa da Parangaba, apontada nos discursos da pré-fundação do asilo como ideais para a promoção do bem-estar dos alienados, deu lugar às recorrentes solicitações feitas pelos mordomos e irmã de caridade, durante décadas, à mesa administrativa da Santa Casa, para o conserto do cata-vento, sempre relatado como quebrado ou danificado. Nesse sentido, o discurso das autoridades responsáveis pelo São Vicente de Paula, sustentado teoricamente pelo saber médico alienista moderno, que defendia eficiente tratamento terapêutico ao louco, deu lugar às práticas das condições precárias de sobrevivência oferecidas aos internos desde sua inauguração até a década de 1920.

A partir do discurso do mordomo Álvaro Weyne, responsável pelo asilo, sobre a defesa de ampla reforma no estabelecimento, a década de 1920 apresentou-se como momento de expectativa de reversão do quadro dos graves problemas encontrados no estabelecimento asilar, com mudanças cuja amplitude beneficiaria desde o ambiente de trabalho do corpo administrativo e funcional às condições de vida e moradia dos loucos. Todavia, reformas radicais, para serem exitosas e diferenciadas, necessitam de alterações profundas em âmbitos estrutural e terapêutico, que incluem a constituição e a humanização das várias relações sociais estabelecidas dentro da instituição, entre as quais, a construída pelos

médicos e pacientes. A "reforma radical", anunciada pela mesa regedora, provavelmente não atendeu a essas percepções, pois elas se referem a outro universo de concepção de doença mental, que não caberia no cenário oitocentista e na virada de século, sob pena de se cometerem anacronismos históricos. Entretanto, se a reforma representou, em alguma medida, uma nova fase para o asilo da Parangaba, isso somente outra pesquisa poderá responder.

Uma das grandes certezas a que se chega, ao final deste trabalho, é a de que ele está apenas em seu início, haja vista as potencialidades de problematizações suscitadas pelo Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará. A intenção, em última medida, é que novos olhares e perspectivas sejam estimulados e merecedores de investigação e que este trabalho contribua para o surgimento de novas reflexões históricas e historiográficas, não apenas sobre a instituição asilar mas sobre a história da cidade de Fortaleza, em suas relações de poder e controle contra os pobres, sobre os ostracismos social e histórico aos quais foram submetidos determinados sujeitos, ditos loucos, e, por fim, sobre o campo de pesquisa história social da loucura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, P.; HERZLICH, C. *Sociologia da doença e da medicina.* Bauru: EDUSC, 2001.

AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil*: 1865/66. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

ALBUQUERQUE NETO, F. de S. C. de. Da cadeia à casa de detenção: a reforma prisional no Recife em meados do século XIX. *In*: MAIA, C. (org.). *História das prisões no Brasil.* Rio de janeiro: Rocco, 2009. v. 2.

AMARAL, E. L. G. *Barão de Studart*: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

ANTUNES, J. L. F. *Medicina, leis e moral*: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

ARAGÃO, B. *Pena de morte*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1991.

BARBOSA, J. P. de A. *História da saúde p*ública do Ceará: da Colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARROSO, G. À *margem da história do Ceará*. Fortaleza: ABC Editora, 2004.

BARROSO, G. *Terra de sol*. 8. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BASAGLIA, F. *A instituição negada.* 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BEZERRA, A. Descrição da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, 1895.

BEZERRA NETO, E. A idéia republicana em marcha. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial de 1987 – 1º centenário do Instituto do Ceará.

BIRMAN, J. *A psiquiatria do discurso da moralidade*. Rio de janeiro: Graal, 1978.

BODEI, R. *A história tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

BURKE, P. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CÂMARA, J. S. *Fatos e documentos do Ceará provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970. (Série B – Estudos e pesquisas, v. 2).

CAMPOS, E. *As irmandades religiosas do Ceará provincial*: apontamentos para sua história. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CÂNDIDO, T. A. P. *Trem da seca*: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. (Coleção outras histórias, v. 32).

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica*: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORDEIRO, C. *Antigos e modernos*: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial. São Paulo: Annablume, 1997.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia*: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil*: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, J. F. *A ordem m*édica *e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, M. C. P. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

CUNHA, R. F. da. Notas históricas do livro de tombo da paróquia de Porangaba. *Revista do Instituto do Ceará*, 1929/30, p. 279.

DALGALARRONDO, P. *Civilização e loucura*: uma introdução à história da etnopsiquiatria. São Paulo: Lemos, 1996.

DANZIATO, L. *A Fortaleza da psicanálise*: a história da psicanálise em Fortaleza. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

DARMON, P. *Médicos e assassinos na belle* époque: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEL PRIORE, M. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia*: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIEHL, A. *Cultura historiográfica*: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DOCUMENTOS. *Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia*, Fortaleza, n. 1, 2005.

EISENBERG, P. *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XX. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

ENGEL, M. G. *Os delírios da razão*: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FERNANDES, Y. *Notícia do povo cearense*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, UFC, 1998.

FERREIRA, B. G. *A Estrada de Ferro de Baturité*: 1870-1930. Fortaleza: Edições UFC: Stylus Comunicações, 1989. (Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964).

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil republicano*: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIRA, S. A. (org.). *Como Freud analisava?* Ensaios sobre a técnica e casos clínicos. Rio de Janeiro: Grypho, 1994.

FONTES, E. *As pouco lembradas igrejas de Fortaleza*: subsídio à história dos templos católicos de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1983.

FOUCAULT, M. O*s anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

FOUCAULT, M. Hi*stória da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRADINHO, M. L. G. Fragmentos da análise de um caso de histeria (1905). *In*: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Como Freud analisava?* Ensaios sobre a técnica e casos clínicos. Rio de Janeiro: Ed. Grypho, 1994.

FREUD, S. *Estudos sobre a histeria (1893-1895).* Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. II.

GALENO, J. Porangaba: poema indianista. *In*: GALENO, J. *Porangaba*: a lagoa e a índia Porangaba (poema indianista). Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno: Stylus Comunicações, 1991.

GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

GAY, P. *Freud para historiadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIRÃO, R. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Edições UFC, Casa de José de Alencar, 1997.

GIRÃO, R. *Geografia estética de Fortaleza.* Fortaleza: Edições UFC, Casa de José de Alencar, 1997.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: ltc, 1988.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOULD, S. J. *O polegar do panda*: reflexões sobre história natural. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAHAN, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).* São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUAZZELLI, C. A. B. *et al.* (org.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HARRIS, R. *Assassinato e loucura*: medicina, leis e sociedade no fin de siécle. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HEIZER, A. Os instrumentos científicos e as grandes exposições do século XIX. *In*: HEIZER, A. *Ciência, civilização e império nos trópicos.* Rio de Janeiro: Access, 2001.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil republicano*: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HISTÓRIA, CIÊNCIA, SAÚDE: Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 9, n. 2, maio/ago. 2002.

JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KURY, L. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. *In*: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos.* Rio de Janeiro: Access, 2001.

LEAL, V. B. Nos quinhentos anos das Misericórdias. *Revista do Instituto do Ceará*, ano CXII, 1998.

LEITE FILHO, R. *A história do Ceará passa por esta rua*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

LEMENHE, M. A. *As razões de uma cidade*: Fortaleza em questão. Fortaleza: Sytlus Comunicações, 1991.

LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo: Ática, 1991.

LOBO, L. *Os infames da história*: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ: Lamparina, 2008.

LOPES, M. M. O local musealizado em nacional: aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. *In*: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos.* Rio de Janeiro: Access, 2001.

LUZ, M. *As instituições m*édicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

LUZ, N. *Ruptura na história da psiquiatria no Brasil*: espiritismo e saúde mental. Franca: Ed. Unifran, 2006.

MACHADO, A. L. *Espaços de representação da loucura*: religião e psiquiatria. Campinas: Papirus, 2001.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras*: sociologia da vida intelectual brasileira: 1870-1930. São Paulo: Ed. USP: Editorial Grijalbo, 1973.

MAIA, C. (org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 2.

MARCONDES FILHO, C. *A produção social da loucura*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARIA, L. de. *Sortilégios do avesso*: razão e loucura na literatura brasileira. São Paulo: Escrituras, 2005.

MARIZ, S. F. O passado como o lugar da violência. *In*: Arquivo Público do Ceará. *Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*, v. 1, n. 4, semestral, Fortaleza: APC, 2005.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, J. A. de. *Ulisses pernambucano.* Rio de Janeiro: Imago, 2001.

MIRANDA, C. A. C. *A arte de curar nos tempos da Colônia*: limites e espaços de cura. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2004.

MONTENEGRO, A. F. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.

MOTA, A. *Quem é bom já nasce feito*: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, D. (org.). *Uma história das doenças.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. v. 1.

NESTOR, O. *Faculdade de Direito do Recife*: traços de sua história. 2.

ed. Recife: Imprensa Industrial, 1976.

NEVES, F. C. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo: Cidadania e Pobreza*, Rio de Janeiro, n. 22, 2006.

NEVES, F. C. *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, M. de S. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil republicano*: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, A. *O pensamento cearense na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia (Seção do Ceará), Sociedade Cearense de Geografia e História, Casa de Juvenal de Galeno, 1978.

OLIVEIRA, C. F. de. "A casa assombrada", de Adolfo Bezerra de Menezes: loucura, gênero, espiritismo e costumes oitocentistas. *In*: SANTOS, N. M. W.; LIMA, Z. M. M. (org.). *Saúde e doenças no Brasil*: perspectivas entre a história e a literatura. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 99-120.

OLIVEIRA, C. F. de. Diálogos com a documentação: história da saúde, doenças e loucura no Ceará (1886-1920). *In*: ALVAREZ, A. [et al.]. *La historia de la salud y la enfermedad*: recursos archivísticos y metodológicos de un campo historiográfico en construcción. Mar del Plata: EUDEM, 2018. p.122-133.

OLIVEIRA, C. F. de. História e literatura: relação de sentidos e possibilidades. *In*: VASCONCELOS, G. (org.). *Linguagens da história*. Fortaleza: Imprece, 2003.

OLIVEIRA, C. F. de. As ideias científicas do século XIX no discurso do club literário. *In*: SOUZA, S. de; NEVES, F. de C. *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 73-96.

OLIVEIRA, C. F. de. A loucura no Ceará: o projeto de construção do asilo de alienados e a seca de 1877-79. *In*: NASCIMENTO, D. (org.)

Uma história brasileira das doenças. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2010. v. 3.

OLIVEIRA, C. F. de. Os números da loucura em documentos: recenseamento de 1872 e mapas demonstrativos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula. *RESGATE: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 27, série 2, p. 195-214, 2019.

OLIVEIRA, C. F. de. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. *Hist*ória, *Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, p. 129-145, dez. 2019. Suplemento 1.

ORLANDI, E. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAIVA, M. P. Um deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908). *Revista do Instituto do Ceará*, ano CVI, 1992.

PEREIRA, J. H.; LIMA, F. de A. S. de. *Estradas de ferro no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007. p. 75.

PERROT, M. O*s excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PESSOTTI, I. *O século dos manicômios*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PIMENTEL FILHO, J. E. U*rbanidade e cultura política*: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998. (Coleção Alagadiço Novo, 168).

PIMENTEL FILHO, J. E.; MARIZ, S.; FONTELES NETO, F. Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará. *In*: MAIA, C. (org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de janeiro: Rocco, 2009. v. 2.

PONTE, S. R. *Fortaleza belle* époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PONTES, C. B. *Hospital psiquiátrico*: seis séculos de história. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

PORTER, R. *Uma história social da loucura.* Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1990.

PORTOCARRERO, V. *Arquivos da loucura*: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Repúblicas. *Anpuh*, v. 29, n. 58, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, P. R. M. *Saúde mental no Brasil.* São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tomo 1.

RIOS, K. S. Apresentação: a Comissão Científica e a seca do Ceará. *In*: CAPANEMA, G. S. de; GABLAGLIA, G. R. *Estudos sobre seca*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

SÁ, A. (coord.). *Ensino da filosofia no Ceará*: (subsídios). Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1972.

SALES, A. *Novos retratos e lembranças*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1995. (Coleção Alagadiço Novo, 17).

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, N. M. W. *Histórias de vidas ausentes*: a tênue fronteira entre a saúde e doença mental. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRES, M. *Diálogo sobre a ciência, a cultura e o tempo*: conversa com Bruno Latour. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. (Epistemologia e sociedade, 49).

SILVA FILHO, A. *Fortaleza*: imagens da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará, Secult, 2001.

SOUZA, J. L. de. *Da infância* "*desvalida*" *à infância* "*delinqüente*": Fortaleza (1865-1928). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, M. O lugar e o cotidiano. *In*: *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, 1).

SOUZA, S. (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

SOUZA, S. *Uma nova história do Ceará.* Fortaleza: UFC: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

STUDART, G. *Datas e factos para a história do Ceará.* Fortaleza: Typographia Studart, 1896. v. 2.

SZASZ, T. *Ideologia e doença mental*: ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SZASZ, T. *O mito da doença mental.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

TEÓFILO, R. *A fome; Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979. (Coleção Dolor Barreira, v. 2).

TEÓFILO, R. *História da seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓFILO, R. *Varíola e vacinação no Ceará.* Ed. fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TOURAINE, A. *A crítica da modernidade*. São Paulo: Vozes, 1994.

TURAZZI, M. I. A exposição de obras públicas de 1875 e os "produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista". *In*: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. (org.) *Ciência, civilização e império nos trópicos.* Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 159.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história*: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VASCONCELOS, A. *Santa Casa de Misericórdia (1861-1962).* Fortaleza: [*s. n.*], 1994.

VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão*: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidade*. São Paulo: Brasiliense: Hucitec-Anpuh, 1993.

WADI, Y. M. *Palácio para guardar doidos*: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

ZUCCONI, G. *A cidade do s*éculo XIX. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Debates ; 319).

LISTA DOS LIVROS DE ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA[1]

1. Livro de Atas: 15/03/1861
2. Livro de Atas: 07/11/1870
3. Livro de Atas: 19/03/1873
4. Livro de Atas: 12/09/1875
5. Livro de Atas: 27/07/1877
6. Livro de Atas: 07/10/1878
7. Livro de Atas: 20/10/1880
8. Livro de Atas: 17/11/1887
9. Livro de Atas: 08/01/1891
10. Livro de Atas: 27/09/1894
11. Livro de Atas: 1896-1897
12. Livro de Atas:1903-1904
13. Livro de Atas: 1908
14. Livro de Atas: 18/04/1916
15. Livro de Atas: 24/02/1919
16. Livro de Atas: 1922
17. Livro de Atas: 24/02/1927
18. 2° Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza-Ceará – de 1893

[1] As capas de muitos dos livros de atas não são originais. Os livros estão encapados com papel-madeira. Portanto, não temos os títulos dos livros originais.

MAPAS DEMONSTRATIVOS DO ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA CORRESPONDENTES AO SÉCULO XIX (1886-1889)

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1886

1886	Matriculados	Em observação	Alta/ A pedido/ Curados	Recusados	Em tratamento
Janeiro	*				
Fevereiro					
Março					
Abril	15	5	2		18
Maio					
Junho	23	6	1		29
Julho					
Agosto					
Setembro					
Outubro	33	1	3 curas**		31
Novembro	29	1	3 curas	2	30
Dezembro	31	2	1 cura		33 [2]

* Todos os espaços em branco correspondem à falta de informações do mapa demonstrativo.
** Pela primeira vez, aparece o termo "curado".

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1887

1887	Matriculados	Em observação médica	Alta/ pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratamento
Janeiro	32	1	2 curas			33
Fevereiro	*					
Março	25	4	2 altas a pedido			29
Abril	30	1	2 altas a pedido	2	1	30

[2] Sessões: 06.05; 08.07; 18.11 de 1886; 13.01; 17.02 de 1887, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Maio	28	2	3 curas/ 1 a pedido			29
Junho	31	2	2 curas/ 1 a pedido			33
Julho						
Agosto	31	6	2 curas			27
Setembro	40	1	2 a pedido			39
Outubro	38	5			1	42
Novembro	43	2	2 curas/ 1 alta	1	2	40
Dezembro	41	1	2 curas/ 1 a pedido		1	39[3]

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA DE 1888

1888	**Matriculados**	**Em observação médica**	**Alta/ A pedido/ Curado**	**Recusados**	**Falecidos**	**Em tratamento**
Janeiro	41	1	2 curas/ 1 a pedido	1	39	
Fevereiro						
Março						
Abril	44	3	1 cura	2	1	43
Maio	39	2	1 cura/ 1 a pedido	1	2	41
Junho	43		4 curas	1		39
Julho	46		3 curas/ 1 a pedido			42
Agosto	46	2	1 cura/ 1 alta a pedido			48
Setembro	50		1 alta a pedido			49
Outubro	49	4	4 curas			53
Novembro	53		1 cura			52
Dezembro	54	1	4 curas		1	50 [4]

[3] Sessões: 17.02, p. 133; 28.04., p.137; 05.05, p.137; 7.7, p.141; 6.10, p.146; 15.09, p.145; 3.11, p. 148; do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 e sessões: 15.12.87, p. 2; 5.1.1888, p.3 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

[4] Sessões: 16.2, p. 5; 3.5, p. 13; 7.6, p. 15; 5.7, p. 17; 2.8, p. 19; 13.09, p. 23; 15.11.1888

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1889

1889	Matriculados	Em observação médica	Alta/ A pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratamento
Janeiro	53		4 curas		1	48
Fevereiro	50	2	1 cura			51
Março	53	1	1 cura			53
Abril	52	20	2 curas	1	1	60
Maio	53	1	11 curas/ 1 alta melhorada	1	3	55
Junho	65		2 curas		3	60
Julho	65		1 cura		1	63
Agosto	71		1 cura	2	2	66
Setembro						
Outubro	79		3 curas			66
Novembro			2 curas			80
Dezembro	88		2 a pedido 3 curas	2	1	80[5]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1890

1890	Matriculados/ Admitidos	Em observação médica	Alta/ A pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratam.
Janeiro	83		4 curas			79
Fevereiro	86		1cura/ 1 alta a requisição	1		83
Março	84		5 curas		1	68
Abril	79		11 curas	1	2	65
Maio			3 curas 1 a pedido			62

p. 26, 27; 12, p. 30; 17.01.1889, p. 32, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

[5] Sessões: 14.2, p. 35; 7.3, p. 37; 4.4, p. 43; 2.3, p. 45; 13.7, p. 49; 4.7, p. 51; 1.8, p. 55; 5.9, p. 62; 14.11.1889, p. 68; 5.12.1889, p. 71, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

Junho	73		1 cura 1 alta a pedido		1	69
Julho	73		1 cura/ 1 alta a pedido		1	69
Agosto	80		3 curas		3	74
Setembro	84		1 alta a pedido	1		82
Outubro	83		6 curas	3		74
Novembro	83		2 curas	2		79
Dezembro						[6]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1891

1891	**Existiam H/M**	**Entraram H/M**	**Curas H/M**	**Alta a pedido H/M**	**Falecim. H/M**	**Em tratam. H/M**	**Total H/M**
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho	27/49	2/3	5/7			24/45	69
Julho	69		2				67
Agosto	22/45	5/1		1/1		26/45	
Setembro	71	3			1		73
Outubro	27/46	2/1		1/1		28/44	72
Novembro	28/44	2m	1m			27/44	71
Dezembro	28/43	3h	1h		1h	28/43	71 [7]

[6] Sessões: 6.2.1890, p. 77; 6.3, p. 85; 24.4, p. 99; 1.5, p. 100; 12.06, p. 107; 7.8. p. 119; 7.8, p. 119; 4.9, p. 122; 2.10, p. 125; 6.11, p. 131; 4.12, p. 134, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

[7] Sessões: 2.7.1891, p. 39; 23.7, p. 42; 3.9, p. 48; 8.10, p. 52; 12.11, p. 58; 7.12, p. 61; 17.12, p. 62; 7.1.1892, p. 66, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891(Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1892

1892	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	28/43	1/3		1h		28/46	74
Fevereiro							
Março		1/1		1/1		28/46	74
Abril	28/45	2/2	1h		1m	29/46	65
Maio	29/46	3/2	2h		3h	27/48	75
Junho	27/48				1h	26/48	74
Julho	26/48	1m	2/1	1h	2h	21/48	69
Agosto	21/48	2m				21/50	71
Setembro	21/50	3h	1h	1h		11/50	72
Outubro	22/50	3/3	1/1	1h		23/52	75
Novembro	23/52	3h	1/1			25/51	76
Dezembro	25/51	1h	1h	1h	2m	24/49	73[8]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1893

1893	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	24/49	1/1	1h	1/1		23/49	72
Fevereiro	23/49	1h	2m	1h		22/46	68
Março							
Abril							
Maio							
Junho							

[8] Sessões: 11.2.1892; 7.4, p. 80, p. 69; 5.5, p. 84; 2.6, p. 89; 30.6, p. 102; 4.8, p. 108; 1.9, p. 110; 13.10, p. 115; 3.11; 1.12. 1892 p. 123; 5.1.1893, p. 127, p. 119, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891(Acervo: SCM).

Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							[9]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1896[10]

1896	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro							
Março	39/53	3/2		1/1	2m	41/52	93
Abril	41/51	7/3		1h	1h	38/51	89
Maio	38/52	3/1	2h		1m	39/52	91
Junho	39/52	2m	2h	1h	1h	35/55	90
Julho	38/55	7/4	½	1m	1h	40/56	96
Agosto	40/56	3/1	2h		1h	38/59	97
Setembro	40/57	1m		4/2	1/1	35/55	90
Outubro	34/58	12h	2m	1m		46/55	101
Novembro	46/55	4/1	2h	1h	1h	46/56	102
Dezembro	46/56	1h		1h		46/56	102 [11]

[9] Sessões: 9.2.1893, p. 130; 2.3, p. 133, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).
[10] Não houve registros dos anos de 1894 e 1895 nas sessões da Santa Casa.
[11] Sessões: 16.4.1896, p. 4; 7.5, p. 8; 18.6, p. 12; 13.6, p. 14; 13.8, p. 19; 10.10, p. 20; 8.10, p. 22; 19.11.1896; 28.1.1897, p. 31; p. 28 do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1897

1897	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	45/56	1h	2/1	2/2	1h	41/53	94
Fevereiro	41/53	2/3	1h *		1h	40/56	96
Março	45/56	3/3	2m	4/1	1h	40/56	96
Abril	45/56	2/1	3m	1h	1h	40/54	94
Maio	94	1/8	½	1/1	½	39/51	90
Junho	90	4/4	1m	2h	3h	37/58	90
Julho	90	1/3		1h**/1h	2h	38/56	91
Agosto							
Setembro	89	2/3		1h**	1m	30/61	91
Outubro	31/55	3/3	2m	1h**		32/55	87
Novembro							
Dezembro	32/55						[12]

* 1 homem fugiu.
** Saiu/alta melhorado.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1898

1898	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	32/55	1/2	2m	1h*	2m	33/52	85
Fevereiro	85	2/3	1m	1h*		33/54	87
Março	97	2/1		1m*	2h	35/60	93
Abril	95	2/3	1h	1h	1h	34/61	95
Maio	91	3/2	1m	1h*/1m*	1m	36/60	96
Junho	96	1/1				37/61	98
Julho	39/61	3/1	3h		1/1	36/61	97
Agosto	91	2m	2m	1m*	2h	36/60	96

[12] Sessões: 18.2, p. 34; 18.3, p. 39; 20.5, p. 44; 10.6, p. 44; 15.6, p. 46; 2.9, p. 4821.10, p. 50; 11.11. 1897, p. 54; 3.2.1898, p. 54, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Setembro							
Outubro	93	3/2	2h		1h	34/61	95
Novembro	95	2/2	1m	1h*		33/62	95
Dezembro	97						[13]

* Saiu/alta melhorado.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1899

1899	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	97	4/1		1h*	2m	38/61	99
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio						35/62	97
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							[14]

* Saiu/alta melhorado.

[13] Sessões: 3.2.1898, p. 54; 5.5, p. 60; 17.2, p. 55; 2.6, p. 64; 7.7, p. 65; 11.8, p. 68; 13.10, p. 69; 17.11, p. 71; 29.12, p. 72; 6.4.1899, p. 76, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

[14] Sessões: 16.4.1899, p. 76; 8.6, p. 79, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1900

1900	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro						35/56	91
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro						40/61	101
Novembro							97
Dezembro							96[15]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1901

1901	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro							91
Março	97						
Abril							92
Maio	97-37/55	14/4	4/1			40/54	94
Junho	94-0/54	7/4*	¼				
Julho	95-1/53	2/2	2h			41/5	
Agosto	41/54	2/4	1h		1/1	41/57	98
Setembro							

[15] Sessões: 22.3.1900, p. 96; 29.11, p. 105; 21.3.1901, p. 112, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Outubro	41/54	1/2	1/1		1m	41/59	
Novembro							
Dezembro	98-41/59	2/2	2/4			41/59	[16]

* Aparece o termo pensionista.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1902

1902	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	98-41/57	3/3	2/1			42/59	101
Fevereiro	98-41/57	1m	3h		1m	39/58	
Março	39/59	1/3	1/3		1h	38/59	97
Abril	37/59	1/1	1/3		1		93
Maio	36/56	½	2m57/56		1h	32/58	90
Junho	37/56	3m	4h*				
Julho	90	7h	2m			39/56	95
Agosto	95-39/56	1/3	3/1		1h	36/59	94
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							[17]

* Saíram.

[16] Sessões: 21.3.1901, p. 112; 25.4, p. 114; 9.5, p. 115; 1.7 p. 118; 8.8 p. 121; 5.9 p. 124; 5.12 p. 127; 16.1.1902 p. 127, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

[17] Sessões: 6.2 p. 130; 6.3 p. 133; 17.2 p. 137; 22.5 p. 138; 19.6 p. 141; 7.8 p. 143; 17.9 p. 145, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1903

1903	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecimento H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro	98-44/54	3	1			45/55	100
Março	100	3	6		2		96
Abril							
Maio	95	6	1			40/60	100
Junho	100	5	3			40/60	100
Julho	100	4				40/57	97
Agosto	97	4	7*		3	35/56	91
Setembro							
Outubro	91	3	5*		1	35/57	92
Novembro	89	4	4*		1	36/56	92
Dezembro	92	8	3		3	35/59	94[18]

* Alta melhorada.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1904

1904	Existiam	Entraram	Saíram	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista*
Janeiro	94	8	4	3	36/59-95	7
Fevereiro	95	5	2**	3	36/59-97	7
Março	95	5	3		36/61-97	7
Abril	97	9	4	5	36/61-97	8
Maio	97	6	2	5	34/62-96	7
Junho	96	7	4	2	33/61-97	7
Julho	97	3	8	3	34/55-89	7

[18] Sessões: 12.3 p. 2; 27.5 p. 3; 18.6 p. 5; 9.7 p. 6; 6.8 p. 8; 3.9 p. ?; 29.10 p. 15; 12.11 p. 16; 17.12 p. 16; 17.12 p. 19; 21.01.1903 p. 18, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

Agosto	89	7		4	36/6-92	9
Setembro	92	6	6		30/62-92	6
Outubro	92	5	2		30/65-95	6
Novembro	95	6	3	1	31/66-97	6
Dezembro	97	11	2	1	37/68-105	8[19]

* Pela primeira vez especifica-se o número de pensionistas.

** Saíram melhorados.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1905

1905	Existiam	Entraram	Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	105	3	5		34/69-103	8
Fevereiro	105	3	1	1	34/72-106	9
Março	106	5	2	3	32/74-105	9
Abril	106	7	1	1	33/77-111	10
Maio	111	5	7	4	32/73	11
Junho	105	5	7	2	31/70-101	10
Julho	101	4	7	2	29/67-96	9
Agosto	96	8	2	2	33/67-100	11
Setembro	100	4	5	1	34/64-98	9
Outubro	98	4	4	1	33/64-97	9
Novembro	97	3	2	3	33/62	9
Dezembro	95	6	6		33/62	10 [20]

[19] Sessões: 11.2, p. 19; 17.3 p. 22; 7.4 p. 24; 19.5 p. 26; 18.8 p. 28; 15.9 p. 29; 5.1.1905 p. 32-35, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

[20] Sessões: 9.12 p. 38; 30.3 p. 44; 4.5 p. 45; 27.7 p. 48; 10.8 p. 49; 1.8 p. 49; 28.9 p. 51; 30.11 p. 52; 28.12 p. 53; 25.1.1906 p. 54, 3 do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1906

1906	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	95	9	1		38/65-103	13
Fevereiro	103	7	4		40/66-106	14
Março	106	5	1		40/70-110	12
Abril	110	9	9	2	39/69-108	1
Maio	108	6	5	2	38/69-107	11
Junho	107	6	1		40/72-112	11
Julho	112	8	9	7	38/66-104	8
Agosto	104	7	3		38/67-105	9
Setembro	105	7	4	1	40/67-107	9
Outubro	107	6	2	1	40/70-110	9
Novembro	110	4	7	1	40/66-106	9
Dezembro	106	6	9	2	37/64	9[21]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1907

1907	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	101	7	2	2	36/68-101	9
Fevereiro	104	5	–	1	45/56-101	9
Março	101	10	8	1	36/66-102	10
Abril	102	10	7	2	36/65-103	10
Maio	103	9	7	2	36/67-103	10
Junho	103	5	8	3	35/62-97	10
Julho	97	4	3	3	35/60-95	9
Agosto	95	3h/10m-13	4h/2m	1h	33/68	10
Setembro	101	4/6 -10	1	1	37/72-109	10
Outubro	109	5/5-10	2/4	1/1	39/73	11
Novembro	112	6	10	–	37/71	12
Dezembro	108	8	3	1	40/72	11[22]

[21] Sessões: do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).
[22] Sessões: 14.02.1907, p. 80; 07.03, p. 83; 04.04; 10/05, p. 88; 06/07, p. 91; 08.08, p. 93;

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1908

1908	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	112	4	2	–	40/74-114	10
Fevereiro	114	5	2	–	39/78-117	9
Março	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Abril	118	8	1	2	42/81-123	9
Maio	123	10	5	4	43/81-124	11
Junho	124	8	7	1	40/81-124	8
Julho	124	6	3	1	42/84-126	8
Agosto	126	4	8	7	39/76-115	7
Setembro	115	6	9	3	37/72-109	7
Outubro	109	9	1	2	39/76-115	7
Novembro	115	15	1	2	47/80-127	7
Dezembro	127	5	7	1	49/75-124	7[23]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1909

1909	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	124	8	7	1	124 (46/78)	9
Fevereiro	127	7	2	3	126 (46/80)	11
Março	126	9	3	–	126	11
Abril	126	11	6	2	129 (52/77)	10
Maio	129	4	10	1	122 (48/74)	9
Junho	122	7	2	2	125	9
Julho	125	7	6	1	125	9
Agosto	133	5	6	–	132	10
Setembro	132	9	9	1	132	12

26.09, p. 95; 24.10, p. 96; 21.11, p. 97; 16.01.1908, p. 99, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

[23] Sessões: 06.02.1908, p. 1; 05.03, p. 7; 02.04, p. 10; 02.07, p. 15; 20.08, p. 22; 10.10, p. 25,26; 05.11, p. 30; 30.12, p. 32; 04.02.1909, p. 32, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

Outubro	132	9	9	1	132	10
Novembro	132	10	3	1	139	9
Dezembro	139	9	5	–	143 (53/56)	12

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1910

1910	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	143	8	3	–	60/88-148	13
Fevereiro	148	11	3	1	64/91-155	14
Março	155	7	1	8	65/88-159	14
Abril	153	5	18			
Maio	140	6	17			
Junho	129	8	3	–	134	
Julho	134	7	3	3	49/86-135	12
Agosto	135	11	8	1	51/86-137	13
Setembro	137	14	11	5	49/86-135	14
Outubro	135	11	11	2	49/84-133	142
Novembro	133	4	5	5	40/87-127	14
Dezembro	127	10	7	1	50/79-129	12[24]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1911

1911	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	129	Ilegível	Ilegível	Ilegível	128	14
Fevereiro	128	6	12	4	45/73-118	14
Março	119	4	4	4	42/72-114	12
Abril	114	14	2	–	48/78-126	13
Maio	126	11	2	2	126	Não há dados
Junho	126	11	8	3	49/77-126	14
Julho	126	9	3	1	55/76-131	16

[24] Sessões: 31.03.1910, p. ?; 07.04, p. 67; 07.07, p. 71; 25.08, p. 73; 10.11, p. 74; do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Agosto	128	9	4	4	57/72-129	18
Setembro	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Outubro	129	7	6	1	55/74-129	17
Novembro	129	17	7	–	56/83-139	19
Dezembro	139	5	4	3	54/83-137	21[25]

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA DE 1912

1912	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	137	9	6	3	56/81-137	18
Fevereiro	137	8	7	–	57/81-138	18
Março	139	5	4	2	57/80-137	18
Abril	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Maio	133	7	7	5	46/82-128	17
Junho	128	8	Ilegível	1	50/81-126	16
Julho	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Agosto	119	8	5	2	38/82-120	18
Setembro	120	12	3	1	43/85-128	21
Outubro	128	7	1	–	46/87-133	21
Novembro	133	10	4	–	46/93-139	21
Dezembro	137	102 (*)	80 (*)	18	46/95-141	23[26]

(*) Provavelmente, o número elevado de doentes tenha sido um erro do redator, mas é assim que consta no documento.

[25] Sessões: 16.03.1911, p. 84; 08.06, p. 87; 13.07, p. 90; 03.08, p. 91; 05.1; 09.11; 18.01.1912, pp. 103 e 104 do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).
[26] Sessões: 21.03.1912, p. 103; 18.04, p. 109; 06.06; 05.09, p. 90; 03.10; 07.11, p. 46; 05.12, p. 150; 17.01.1913, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1913

1913	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro	147	9	Ilegível	–	145-50/95	23
Março						
Abril	147	8	5	2	148-52/96	23
Maio	148	7	4	4	147-49/98	Ilegível
Junho	147	13	10	2	148-49/99	23
Julho	148	13	9	3	149-53/96	25
Agosto	149	19	5	2	161-60/101	26
Setembro	156	11	8	2	157-63/94	22
Outubro						
Novembro	157	8	6	–	159-63/97	25
Dezembro						[27]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1914

1914	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro						
Março	141	2	7	1	135 (49/86)	21
Abril	135	12	8	1	138 (53/85)	23
Maio						
Junho	146	6	9	1	142 (53/89)	23
Julho	142	12	10	1	144 (52/92)	21
Agosto	144	16	5	1	154 (57/97)	16[28]
Setembro						

[27] Sessões: 6/3, p. 163; 8/5, p. 180; 5/6, p. 180; 3/7, p. 186; 4/8, p. 196; 9/10, p. ?; 23/10, p. 205; 22/01, p. 222, 1913 do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

[28] Sessões: 23/4/1914, p. 231; 27/5, p. 235; 13/8, p. 245 e 126; 24/9, p. 251, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1915

1915	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro						
Março	148	8	10	3	143 (47/96)	19
Abril	143	9	4	2	146 (48/98)	18
Maio	146	6	3	3	146 (52/94)	17
Junho	146	Ilegível	5	3	148 (52/96)	19
Julho	148	5	5	5		20
Agosto	143	14	4	1	152 (52/100)	17
Setembro						
Outubro	161	16	6	5	166 (61/105)	21
Novembro	166	15	4	2	175 (65/110)	21
Dezembro	175	12	8	4	175 (65/110)	22
TODO ANO	148	127= 375	66	34=100	175 (65/110)	22[29]

* A primeira vez que o mapa aponta a contabilidade de todo o ano da movimentação interna dos pacientes.

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1916

1916	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	175	10	14	2	169 (63/106)	20
Fevereiro	169	18	7	3	177 (68/109)	21

[29] Sessões: 8/4/1915, p. 275; 6/5, p. 284; 3/6, p. 295; 1/7, p. 300; 2/8, p. 307; 23/9, p. 316; 11/11, p. 325; 16/12, p. 331; 5/1/1916, p. 340, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Março	177	14	13	9	169 (63/106)	19
Abril	169	12	14	7	160 (61/99)	19
Maio	160	11	14	5	152 (53/99)	19
Junho	152	11	4	6	152 (54/99)	20
Julho	153	11	9	2	155 (57/98)	21
Agosto	155	16	13	5	153 (59/94)	21
Setembro	153	18	12	0	159 (59/100)	21
Outubro	159	14	14	1	159 (56/103)	18
Novembro	159	15	15	1	164 (56/108)	18
Dezembro/ Todo ano	175		162	43	161 (55/106)	20[30]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1917

1917	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	161	19	8	2	170 (63/107)	20
Fevereiro	170	6	4	1	171 (60/111)	21
Março	171	12	11	3	169 (62/107)	22
Abril	169	11	5	2	173 (62/111)	18
Maio	173	7	5	5	170 (65/105)	21
Junho	170	10	7	3	170 (60/115)	21
Julho	170	24	10	4	180 (65/115)	20
Agosto	180	22	11	5	186 (67/119)	26
Setembro	186	16	13	1	188 (69/119)	22[31]
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

[30] Sessões: 4/2/1916, p. 350; 16/3, p.360; 6/4, p. 363; 4/5, p. 367; 8/6, p. 376; 4/7, p. 378; 3/8, p. 383; '4/3, p. 386; 19/10, p. 392; 17/11, p. 395; 4/1/1917, p. 399; 8/1, p. 1, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

[31] Sessões: 15/2/1917, p. 7; 15/3, p. 15; 17/4, p. 21; 3/5, p. 26; 7/6, p. 31; 5/7, p. 36; 9/8, p. 40; 5/9, p. 44; 4/10, p. 47, do Livro de Atas de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1918[32]

1918	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1919

1919	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril	184	18	15	3	184 (65/119)	23
Maio	184	14	13	4	181 (65/116)	26
Junho	181	11	9	5	178 (64/116)	23
Julho	178	12	11	7	172 (64/108)	24
Agosto	172	9	5	3	173 (68/105)	26

[32] Não houve registro da Santa Casa de Misericórdia quanto à movimentação interna do Asilo de Alienados.

Setembro	173	15	11	4	173 (68/105)	23
Outubro	173	21	11	5	178 (73/113)	21
Novembro	178	22	4	4	192 (79/113)	25
Dezembro	192	14	15	3	188 (77/111)	26[33]

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1920

1920	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	188	18	4	6	196 (81/115)	26
Fevereiro	196	11	7	6	194 (84/110)	31
Março	194	17	17	3	73/113	28
Abril	191	13	8	6	190 (74/116)	28
Maio	190	13	16	6	181 (69/112)	31
Junho	181	11	3	7	182 (71/111)	24
Julho	182	10	10	2	185 (72/113)	33
Agosto	185	24	11	4	194 (79/115)	26
Setembro	194	12	18	6	182 (69/113)	31
Outubro	182	14	10	7	179 (69/110)	28
Novembro	179	15	15	1	181 (69/112)	32
Dezembro	181	11	9	2	181 (67/114)	34[34]

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

[33] Sessões: 15/5/1919, p. 6; 11/6, p. 8; 3/7, p. 12; 7/8, p. 16; 4/9, p. 20; 2/10, p. 23; 10/11, p. 29; 4/12, p. 34; 15/01/1920, p. 37, do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

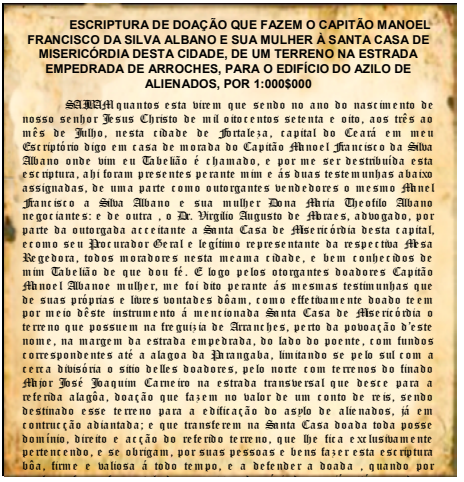
[34] Sessões: 5/2/1920, p. 40; 4/3, p. 44; 6/5, p. 55; 4/6, p. 59; 8/7, p. 64; 19/8, p. 71; 16/9, p. 77; 7/10, p. 80; 2/12, p. 93; 20/1/1921, p. 98, do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Fachada do Hospital São Vicente

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 2 – Escritura de doação do terreno de Arronches



ESCRIPTURA DE DOAÇÃO QUE FAZEM O CAPITÃO MANOEL FRANCISCO DA SILVA ALBANO E SUA MULHER À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DESTA CIDADE, DE UM TERRENO NA ESTRADA EMPEDRADA DE ARROCHES, PARA O EDIFÍCIO DO AZILO DE ALIENADOS, POR 1:000$000

SAIBAM quantos esta virem que sendo no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e oito, aos três ao mês de Julho, nesta cidade de Fortaleza, capital do Ceará em meu Escriptório digo em casa de morada do Capitão Manoel Francisco da Silva Albano onde vim eu Tabelião é chamado, e por me ser distribuida esta escriptura, ahi foram presentes perante mim e ás duas testemunhas abaixo assignadas, de uma parte como outorgantes vendedores o mesmo Manel Francisco a Silva Albano e sua mulher Dona Maria Theofilo Albano negociantes: e de outra , o Dr. Virgilio Augusto de Moraes, advogado, por parte da outorgada acceitante a Santa Casa de Misericórdia desta capital, e como seu Procurador Geral e legitimo representante da respectiva Mesa Regedora, todos moradores nesta mesma cidade, e bem conhecidos de mim Tabelião de que dou fé. E logo pelos otorgantes doadores Capitão Manoel Albano e mulher, me foi dito perante ás mesmas testimunhas que de suas próprias e livres vontades dôam, como effectivamente doado tem por meio dêste instrumento á mencionada Santa Casa de Misericórdia o terreno que possuem na freguizia de Arranches, perto da povoação d'este nome, na margem da estrada empedrada, do lado do poente, com fundos correspondentes até a alagoa da Parangaba, limitando se pelo sul com a cerca divisória o sitio delles doadores, pelo norte com terrenos do finado Major José Joaquim Carneiro na estrada transversal que desce para a referida alagôa, doação que fazem no valor de um conto de reis, sendo destinado esse terreno para a edificação do asylo de alienados, já em contrucção adiantada; e que transferem na Santa Casa doada toda posse domínio, direito e acção do referido terreno, que lhe fica exclusivamente pertencendo, e se obrigam, por suas pessoas e bens fazer esta escriptura bôa, firme e valiosa á todo tempo, e a defender a doada , quando por

E logo pelo Procurador Geral representante da doada foi dito que em nome, e por parte desta, aceitava a presente escriptura nos temos em que está concebida, e que já havia pago o imposto devido, e me apresentou o respectivo conhecimento que é do teor seguinte: N 109.Alfândega da Provincia do Ceará Imposto de Transmissão de Propriedade – Exercicio de 1877 1878 Alls. Do livro de Receita fica lançada em debito do actual Thezoureiro a quantia de sessenta e um mil reais, que pagou a Santa Casa de Misericórdia desta cidade do imposto de transmissão de propriedade, de seis por cento correspondente a um conto de reis, valor por quanto Manoel Francisco da Silva Albano e sua mulher, lhe fazem doação de um terreno na margem da estrada empedrada de Arronches, do lado do poente, com 500 palmos de frente, e annexo ao sitio dos doadores, para nelle ser edificado o prêdio destinado ao asylo de alienados, e quer que seja transcripto no Registro Geral.

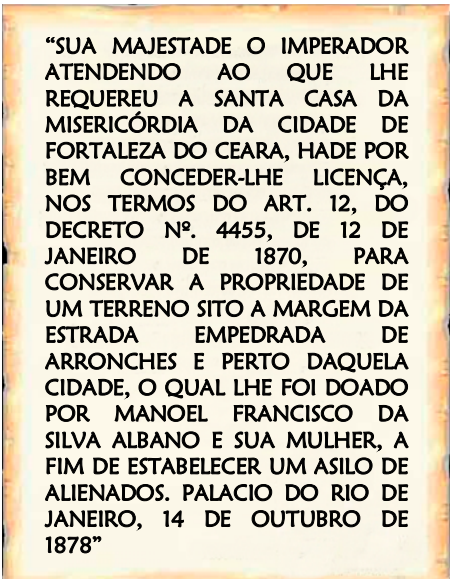
Cidade da Fortaleza, 28 de Junho de 1878.

O Thezoureiro V.M de Mello. O Escripturario Joaquim Vieira de Azevedo Sá.

Depois, de feita esta escriptura foi por mim lida perante elles doadores e representante da doada, os quaes reciprocamento a acceitaram, outorgaram e assinaram com as testemunhas prezentes João Chrisostomo da Silva Itahy e Filinto Elysio F. Lima e comigo Joaquim Feió de Mello Tabellião que escrevi. Manoel Francisco da Sra. Albano Maria Theophilo Albano Virgilio Agusto de Moraes. Testimunhas João Chirisostomo da Silva Itahy Filinto Elysio Musa Lima.

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 3 – Texto que consta na entrada do hospital



"SUA MAJESTADE O IMPERADOR ATENDENDO AO QUE LHE REQUEREU A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CIDADE DE FORTALEZA DO CEARA, HADE POR BEM CONCEDER-LHE LICENÇA, NOS TERMOS DO ART. 12, DO DECRETO Nº. 4455, DE 12 DE JANEIRO DE 1870, PARA CONSERVAR A PROPRIEDADE DE UM TERRENO SITO A MARGEM DA ESTRADA EMPEDRADA DE ARRONCHES E PERTO DAQUELA CIDADE, O QUAL LHE FOI DOADO POR MANOEL FRANCISCO DA SILVA ALBANO E SUA MULHER, A FIM DE ESTABELECER UM ASILO DE ALIENADOS. PALACIO DO RIO DE JANEIRO, 14 DE OUTUBRO DE 1878"

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

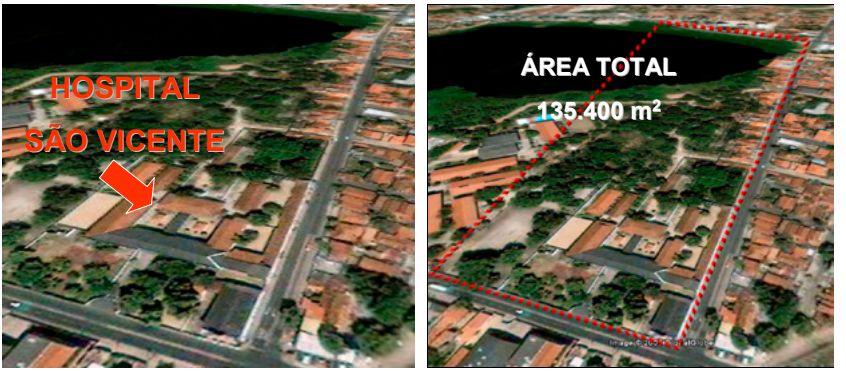
Foto 4 – Mapa de Fortaleza: Santa Casa de Misericórdia, Cemitério São João Batista e Hospital São Vicente de Paula

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 5 – Mapa do Hospital São Vicente de Paula

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 6 – Mapa do São Vicente de Paula no século XX



Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 7 – Dr. Meton de Alencar, primeiro médico do São Vicente de Paula

Meton da Franca Alencar

1º médico da instituição

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 8 – Ata de fundação do São Vicente de Paula

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 9 – Reformas do São Vicente de Paula no século XX

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 10 – Reformas do São Vicente de Paula no século XX

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Foto 11 – Reformas do São Vicente de Paula no século XX

Fonte: acervo do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula.

Visite nosso site:

www.imprensa.ufc.br

Imprensa
Universitária
UFC

Versão digital
Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - Benfica
CEP.: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
imprensa@proplad.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

VENDA PROIBIDA
Imprensa Universitária

ISBN 978-65-88492-50-5
9 786588 492505